

Paulo Alves de Lima Filho
Henrique Tahan Novaes
Rogério Fernandes Macedo
Organizadores

MOVIMENTOS SOCIAIS E CRISES
CONTEMPORÂNEAS À LUZ DOS CLÁSSICOS
DO MATERIALISMO CRÍTICO

1ª Edição

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2017



Navegando Publicações

CNPJ – 18274393000197



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Conselho Editorial

Anselmo Alencar Colares - UFOPA
Carlos Lucena - UFU
Carlos Henrique de Carvalho - UFU
Dermeval Saviani - Unicamp
Fabiane Santana Previtali - UFU
Gilberto Luiz Alves - UFMS
José Carlos de Souza Araújo - Uniube
José Claudinei Lombardi - Unicamp
José Luis Sanfelice - Unicamp
Livia Diana Rocha Magalhães - UESB
Mara Regina Martins Jacomeli - Unicamp

Copyright © by autores, 2017.

M9355 – Filho, Paulo Alves de Lima; Novaes, Henrique Tahan; Macedo, Rogério Fernandes. (Orgs) Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

Vários Autores

ISBN: 978-85-92592-50-9

1. Marxismo – 2. Ciências Sociais. 3. Movimentos Sociais 4. Economia Brasileira I. Paulo Alves de Lima Filho; Henrique Tahan Novaes; Rogério Fernandes Macedo. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 300

Preparação/ Revisão - Lurdes Lucena
Arte Capa – Carlos Lucena

Índices para catálogo sistemático

Ciências Sociais	300
Ciência Política	320
Economia	330

SUMÁRIO

Prefácio Lucien Sève	07
Apresentação do Livro: o retorno a Marx Paulo Alves de Lima Filho, Henrique Tahan Novaes e Rogério Fernandes Macedo	13
Parte I – Marx e o materialismo crítico	31
1. Nossa dura caminhada pela história Paulo Alves de Lima Filho	33
2. Sobre a atualidade de Marx Anderson Deo	53
3. Capital e Violência: uma introdução ao pensamento de Rosa Luxemburgo Eduardo Barros Mariutti	73
4. Classe e Partido em Gramsci (1913-1926) Marcos Del Roio	101
5. Democracia e revolução: três momentos históricos da luta dos trabalhadores pela igualdade Candido G. Vieitez	129

6. Os conselhos operários e os limites do cooperativismo – a contribuição de István Mészáros Henrique Tahan Novaes	161
7. José Carlos Mariátegui e a questão das raças na América Latina Leandro Galastri	187
Parte II – Crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico	201
8. Reflexões sobre globalização e crise estrutural do capital: história econômica e crítica social Adilson Marques Gennari Ivan Lucon Jacob	203
9. Subjetividade e Revolução: para a crítica radical da contemporaneidade do capital absoluto Marcelo Micke Doti	225
10. Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira Fábio Antonio de Campos	247
11. A ponte para o abismo da miséria brasileira: notas sobre o golpe de 2016 Rogério Macedo	273
12. Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda Plínio de Arruda Sampaio Jr.	303

13. Movimentos sociais regressivos e partidos políticos chauvinistas no Brasil Jefferson Rodrigues Barbosa	317
Sobre os autores	337

MOVIMENTOS SOCIAIS E CRISES
CONTEMPORÂNEAS À LUZ DOS
CLÁSSICOS DO MATERIALISMO
CRÍTICO

Paulo Alves de Lima Filho
Henrique Tahan Novaes
Rogério Fernandes Macedo

Lucien Sève

Anderson Deo

Eduardo Barros Mariutti

Marcos Del Roio

Candido G. Vieitez

Leandro Galastri

Adilson Marques Gennari

Ivan Lucon Jacob

Marcelo Micke Doti

Fábio Antonio de Campos

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Jefferson Rodrigues Barbosa

PREFÁCIO

Lucien Sève

PENSAR-AGIR COM MARX, HOJE.

A grande mundialização destes últimos decênios parece haver acendido as luzes da emancipação humana. Vivemos asperamente muito tempo nas trevas. Mas eis que mais e mais luzes se acendem por todo o mundo e reciprocamente se iluminam. Portanto, se renovam as possibilidades de tempos luminosos. Porém ainda estamos bem distantes de superarmos as trevas e a luz jamais se acendeu sozinha: é necessário que *nós* a acendamos.

Este livro que será lido no Brasil e devido ao qual se solicitou o prefácio a um francês, faz estender-se, por ele mesmo, um pequeno arco elétrico: troca de luz entre vizinhos. E o que nos torna vizinhos, apesar de toda a distância, é que nós consideramos da mesma maneira o bom modo de acender a luz. “Retornar a Marx” dizem Vocês; “pensar com Marx, hoje” é a minha fórmula: o que vem a ser exatamente o mesmo. O que significa não mais usar como fonte de reflexão que ilumina a ação aquilo que se chamou algum dia de *marxismo*, mas reler e trabalhar Marx *por nós mesmos*, atentos ao que ele pensava ontem a partir do que desejamos, hoje, para pensar e agir. O “marxismo” foi Marx lido, interpretado, apresentado por outros que podem acrescentar nisso as suas próprias luzes – por exemplo, Lenin, Gramsci e outros citados na introdução deste livro – mas que podem também introduzir ali a sua própria incompreensão, seu próprio simplismo e até mesmo uma alteração profunda. Este foi grosseiramente o caso do Materialismo dialético e materialismo histórico de Stalin, o qual, ao longo do século passado não acendeu a luz para tantos leitores ao projetar também tanta sombra sobre o pensamento de Marx.

Um exemplo. Ao caracterizar o modo dialético de pensar em quatro traços, ele define o terceiro afirmando que

a acumulação de mudanças quantitativas imperceptíveis conduz a “mudanças qualitativas não graduais, mas rápidas, súbitas, a operarem por saltos”. E, como bom marxista que não separa o pensamento da ação, Stalin tira daí a conclusão política que se impõe: “Em consequência – escreve ele mais adiante – para não se enganar em política, se exige ser um revolucionário e não um reformista”. É bem isso, poderia parecer, o que diz Marx e, além disso, o que diz a experiência mais perene das coisas: aqueço a água em uma panela, sua temperatura aumenta em graus até o momento, ao atingir os 100°, que ela começa a ferver: mudança “súbita”, “salto” qualitativo, “revolução”. Sim, mas a passagem da água da forma líquida à forma de vapor pode também se produzir lentamente, sem salto. Se eu deixo a minha panela d’água sobre o fogão, sem acendê-lo, ela irá se evaporar tranquilamente à temperatura ambiente. Como ocorreu, neste modo, a “lei” da mudança qualitativa aos saltos?

Eis o que acontece quando se tratam as questões teóricas fundamentais de modo simplista, sem a suficiente vigilância sobre as próprias palavras usadas e, mais grave ainda, quando se *subordina* o pensamento teórico a conclusões políticas preestabelecidas, que se desejam alcançar. Atenção, estamos aqui diante de um ponto capital: uma leitura ingênua de Stalin nos faria compreender que, *de modo universal*, as mudanças qualitativas operam-se sempre e necessariamente de modo súbito por saltos e que, *portanto*, não se deve ser o que ele chama de reformista e, sim, “um revolucionário”, ou seja, ele nos induz a compreender, ser ele um defensor intransigente da transformação abrupta. Mas a realidade é totalmente outra: Stalin *parte* aqui (sem dizê-lo) de sua conclusão política (“é necessário ser um revolucionário”), e para fazê-la aparecer como uma necessidade lógica, ele *escolhe* (sempre sem dizê-lo) reter como lei universal o caso da passagem do estado líquido ao estado gasoso através da ebulição, sem mencionar o caso também real da evaporação gradual, que conduziria à conclusão: “Por conseguinte, para não se enganar em política, é necessário ser um reformista e não um

revolucionário”... Sob a aparência de teoria, temos aqui, de fato, propaganda.

Não haveria, então, uma real lei da natureza na precipitação que se manifesta em toda mudança qualitativa? É claro que sim, mas é aqui que se deve ser extremamente atento sobre o que se diz. Então o que é a passagem da água líquida à água vapor? É a ruptura dos laços físicos entre moléculas que caracteriza o estado líquido: o aquecimento acresce a velocidade de sua agitação, fazendo aumentar entre elas as forças centrífugas até o ponto em que elas começam a superar as forças de coesão. Na medida em que é sempre segundo esta lógica que se opera o que a física contemporânea denomina “transição de fase”, toda mudança qualitativa tem um caráter *pontual* – ela opera a um *dado ponto* de transformação quantitativa (à temperatura natural este ponto é alcançado, entretanto, aqui e ali, como consequência dos choques constantes entre moléculas). Mas o que Stalin não compreendeu – um desconhecimento dramático – é que a *pontualidade* da mudança qualitativa é coisa completamente diferente de sua *celeridade*, que se produz unicamente no caso (raro), quando todas as mudanças qualitativas à escala molecular ocorrem *ao mesmo tempo*, notadamente porque elas foram bloqueadas por um obstáculo exterior (por exemplo, a água é levada a pouco mais de 100° em um recipiente fechado que impede a sua dilatação, e que explode assim que a pressão ultrapassa a sua resistência). Confundindo pontualidade e celeridade, Stalin conduziu a erro gerações de marxistas. Já, diante de novas circunstâncias, escreve tranquilamente doze anos depois, em *A propósito do marxismo em linguística*, (...) “dedicado aos camaradas que se apaixonam pelas explosões”, diz serem perfeitamente possíveis as mudanças qualitativas graduais sem, no entanto, explicar-se sobre o fato de ele haver escrito exatamente o contrário em 1938...

A partir do que foi anteriormente afirmado, eu concluiria não ser necessário ser um revolucionário? Minha conclusão é totalmente outra: precisamos também estar extremamente atentos sobre o que queremos dizer ao usar o termo

revolucionário. Assim como toda transformação qualitativa é pontual, mas não necessariamente súbita, toda transformação social profunda é revolucionária, mas não necessariamente explosiva. Porque tal como se dá com a passagem visível da água ao estado de vapor, devemos apreender o processo invisível da mudança à escala molecular, sob as formas chamativas ao que denominamos correntemente de “revolução”, será bem melhor pensarmos em toda sua variada riqueza, as lógicas da luta de classes eficaz. No *Manifesto do Partido Comunista*, este texto magnífico escrito por um jovem que ainda não completara trinta anos, “a revolução” é inequivocamente associada à insurreição armada e ao enfrentamento renhido: “Que tremam as classes dirigentes diante da revolução comunista!”. Com Engels, Marx fará em 1848-49 uma experiência corajosa. Consumada a derrota em 1850, isso de modo algum os fará abaixar os braços, mas sim, elevar a reflexão. É assim que na Mensagem de março de 1850 à Liga dos comunistas começa a aparecer um conceito de revolução já bem mais elaborado. Não, “a revolução” de maneira alguma se reduz às “Três Gloriosas”, como se dizia na França, após as jornadas insurrecionais de 1830. Trata-se de um processo infinitamente mais vasto e de grande fôlego, no qual deverão estar combinadas todas as formas apropriadas de luta, incluída a ação pacífica que Gramsci denominaria “guerra de posição”, que visa ancorar o sucesso revolucionário na hegemonia previamente conquistada.

Esta concepção bem mais madura de revolução, a que ele próprio começa a seguir desde então, Marx nos transmitirá sob a denominação de *revolutionäre Entwicklung*, *evolução revolucionária* – fórmula profundamente dialética (a evolução se passa, em geral, por ser o próprio contrário da revolução...) que nos incumbe reapropriar na singularidade de nossas condições nacionais respectivas e na universalidade mundial do longo período histórico em que tão visivelmente entramos: o do *fim do capitalismo*, o da saída da sociedade de classes, cujos pressupostos amadurecem aos poucos por toda parte, mas que também começam a apodrecer tão logo

esta passagem chegada à sua maturidade, *não se realiza*. Momento perigoso, momento urgente, quando imperativamente devemos encontrar um meio de abrir caminho para um verdadeiro comunismo, que até então jamais existiu em nenhum lugar. Seremos, portanto, muito inventivamente revolucionários, sem, entretanto, confundirmos exatidão com celeridade, ou seja, sabermos dar toda a força à iniciativa revolucionária sem absolutamente reduzi-la às estreitezas que Lenin já dispunha sob a rubrica das *doenças infantis*. E devido a isso, alimentar-mo-nos em profundidade dos procedimentos de Marx em *O Capital* em seu sentido amplo, nos *Grundrisse* até o Livro IV, escola insubstituível de aperfeiçoamento do pensamento, tal como a que se esforça para dar vida o Vosso IBEC e GPOD.

Desejo sucesso a seus esforços, nesse grande país que é o Brasil, hoje em sofrimento, sobre o qual pensamos de modo muito fraterno. Que se aproximem e se relacionem todos Aquelas e Aqueles que, hoje, desejam pensar e agir com Marx para acabar com a alienação dos humanos!

Paris, 15 de novembro de 2016

APRESENTAÇÃO DO LIVRO: O RETORNO A MARX

Paulo Alves de Lima Filho
Henrique Tahan Novaes
Rogério Fernandes Macedo

Organizadores
Dezembro de 2016

Gyorgy Lukács afirmara em entrevista concedida à revista dos marxistas ingleses, *New Left*, em sua edição de julho-agosto de 1971, que a leitura dos manuscritos de Marx de 1844 em Moscou de 1930, “modificou toda a minha relação com o marxismo e transformou a minha perspectiva filosófica” (Lukács, 1971). Infelizmente, esta não foi a trajetória do marxismo oficial, soviético.

A vitória de Stalin na luta interna do PC bolchevique operara uma transformação filosófica radical nos rumos do marxismo, ao ponto de o velho filósofo denominá-lo de marxismo stalinista, cuja matriz conceitual inverterá o sentido da teoria da história de Marx. De um projeto humano coletivo aberto à revolução, à descontinuidade, afirmação da emancipação humana sobre todos os poderes castradores da livre multiplicação das infinitas potencialidades humanas, afirmar-se-ia, com o marxismo stalinista, uma teleologia dos imperativos táticos de Stalin feita passar-se como estratégia.

Esta verdadeira contrarrevolução filosófica socialista põe-se como negação da revolução operada por Marx, por seu comunismo crítico. É assim que o marxismo do século XX não consegue ser herdeiro dessa revolução, da grande novidade de seu sentido histórico (Mészáros, 1983). Ao não saber do fim ético e último de suas lutas, esse marxismo estiola-se e dissolve a fantástica solidariedade mundial dos proletários, conquistada pelas lutas que se desenrolam desde o século XIX, selando os destinos da revolução russa e outras sob a sua inspiração teórico-prática.

Ao operar uma regressão no campo teórico do marxismo, universalizará sua predominância e constrangerá o pensamento pró-Marx a uma semi-clandestinidade, o que coloca diante das novas gerações de revolucionários uma tarefa de grande envergadura, qual seja, a de retorno sistemático a Marx.

O TEMA DA REVOLUÇÃO E DA TRANSIÇÃO COMUNISTA

Debruçar-se sobre o tema da revolução (como queria Lúkacs, 1971) e voltar a cultivar a obra de Marx para pensar com ele as tarefas do presente, suas rotas e descaminhos (Sève, 2004) era visto, como se depreende da confissão de vários expoentes do comunismo, era um assunto no mínimo controverso, ação de alta presunção e, conseqüentemente, de alta periculosidade para aqueles que se atrevessem a enfrenta-lo. Jorge Amado, por exemplo em sua autobiografia *Navegação de cabotagem*, diria, ao relatar encontro em Moscou com Ylia Ehremburg, em 1952:

Tantos anos depois de ter deixado de ser militante do Partido Comunista, ainda hoje quando a ideologia marxista-leninista que determinava a atividade do Partido se esvazia e fenece, quando o universo do socialismo real chega a seu triste fim, ainda hoje não me sinto desligado do compromisso assumido de não revelar informações a que tive acesso por ser militante comunista [...]. Se por vezes as recordo, sobre tais lembranças não fiz anotações, morrem comigo (Amado, 2012)

Ser intelectual no campo marxista e, além disso, *fazer teoria*, era tirar passaporte para a intolerância oficial. O fascismo, o nazismo e suas variantes, mais o stalinismo exerceram seu poder de veto e de vida e morte. Os teóricos marxistas sobreviventes ou estavam presos, no exílio ou silenciados.

Até mesmo na prisão ou exílio o livre exercício da teoria era um risco. Foi o caso de Lukács e Gramsci, dos membros da Escola de Frankfurt e outros. Lenin e Krúpskaia - nos momentos cruciais da decadência final de Lenin - foram tratados com grosseria por parte de Stalin e, de fato, viveram situação de exílio interno na Rússia revolucionária, já sob o controle de Stalin. Retornar a Marx, repor os fundamentos da teoria, pensar com ele, é tarefa de primeiríssima importância.

Prisioneira das vicissitudes da revolução e da transição ao comunismo, operadas na Rússia, a ideologia oficial convertida em dogma, bloqueou seja o retorno a Marx ou ao próprio Lenin, cujos últimos artigos (alguns deles já publicados) só vieram à luz após o XX Congresso do PCUS. Em sua plenitude, somente agora, com o fim da URSS, talvez eles possam definitivamente vir à luz.

Mesmo no exílio, Lukács só se decidiu a ousar completar o seu projeto teórico no final da vida, deixando-o inconcluso. Gramsci, enfim liberto, não teve tempo e forças para proceder à síntese dos seus Cadernos. Do mesmo modo, Che Guevara, após sua crítica do Manual de Economia Política do Socialismo, e de frustrar-se com a ausência das soluções por ele buscadas na maratona, por ele organizada, de intervenções dos maiores teóricos dos vários marxismos mundiais a ele contemporâneos - nos debates prévios ao primeiro congresso do PC de Cuba - não mais poderia exercer em sua plenitude a sua crítica no partido.

Impossível exercer livremente a crítica e aproximar-se, desse modo, seja do legado de Marx ou do desvendamento do segredo das vicissitudes derivadas da particularidade histórica das revoluções comunistas nos países de revolução burguesa conservadora, sejam as europeias ou as do mundo ex-colonial, que imprimiram sua marca fatal no bloqueio da transição comunista.

Marx nos deixa - dentre outros presentes - o legado das conclusões sobre o ponto mais alto da ousadia emancipatória dos trabalhadores, a Comuna de Paris, assim como do projeto de transformar a miríade de forças da emancipação

em movimento de emancipação dos trabalhadores, consubstanciado na proposta e criação da Associação Internacional dos Trabalhadores e seus estatutos, em 1864 e 1871, instrumento vital da luta pela emancipação dos trabalhadores e da realização da transição comunista, sua real teoria e proposta organizacional para a organização da emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, radicalmente diferente daquela que vingou, a partir do modelo alemão.

Estende no tempo seu projeto de pesquisa e ação revolucionária, consegue editar o I volume do *Das kapital. Crítica da Economia Política* e deixa rascunhados os dois outros tomos deste, assim como os três volumes do que viria a ser chamado de IV volume do *Kapital*, os cadernos sobre *As teorias da mais-valia* posteriormente editados em três volumes. Nestes, assim como em toda a sua obra, em especial na *Guerra Civil na França* e na *Crítica do Programa de Gotha* do *Partido Alemão do Trabalho* Marx mantém uma firme linha metodológica a determinar ser o projeto da teoria a conquista da emancipação dos trabalhadores, da qual o tema da revolução social seria momento central derivado de sua realização, assim como momento da centralidade da emancipação econômica, o qual ordena a emancipação intelectual e política dos trabalhadores projetando-se na revolução política e econômica, as quais consumariam a transição comunista.

A realização do projeto da *crítica do capital* operado no *Das Kapital* aponta imanente e necessariamente à superação do capital, à sociedade que adviria da revolução política dos trabalhadores, em especial da classe operária transformada em classe, de seu movimento de emancipação econômica – tal como ocorrera na Comuna de Paris – e da transição a esta, denominada como *comunismo*.

Ou seja, o projeto da crítica, em Marx, é o da emancipação dos trabalhadores enquanto obra dos próprios trabalhadores, da revolução social. Assim o confirmam as inúmeras notas e observações sobre o comunismo contidas nos capítulos do *Das Kapital*, assim como naquelas contidas nos cadernos de estudos das Teorias da Mais-valia.

A história é o processo que apresenta o momento revelador das formas desta emancipação, onde estas se realizam, tal como ocorrera na Comuna. As categorias reveladas por Marx estão em relação dialética e apontam para o processo de transformação da história, em especial das lutas sociais e de classes que são e continuam a ser o seu momento dinâmico, embora nem todas as transformações históricas no Ocidente se devam a elas, como é o caso da transição ao feudalismo, como hoje sabemos nos trabalhos de vários historiadores.

A revolução política e a transição ao comunismo são momento fulcral da emancipação dos trabalhadores. Para que esta última ocorresse, tal como ficaria evidente na Comuna, duas condições se apresentaram: a destruição do poder político das classes dominantes, o estado, e a propriedade direta dos meios de produção pelos coletivos voluntários e conscientes de trabalhadores. Dessa forma, os poderes executivo e legislativo recaem sobre um único órgão da democracia direta, controlador do estado do governo das maiorias, ou seja, da ditadura democrática dos trabalhadores.

Dessa forma, às leis imanentes do capital, da produção de mercadorias pelo trabalho alienado subordinado à propriedade privada dos meios de produção, se sobreporiam as leis imanentes da propriedade direta dos meios de produção pelos coletivos de trabalhadores livremente associados, pelo trabalho emancipado, organizado no movimento de emancipação dos trabalhadores, autônomo, não subordinado ao estado ou ao partido (ou partidos) da revolução.

O trabalho emancipado, desse modo, geraria naturalmente relações sociais emancipadas, ou seja, a superação do trabalho alienado pelo trabalho genérico representado pelos seus coletivos de trabalhadores, o qual passaria a determinar o que, como e para que e quem produzir. Isso está dito com todas as letras na Guerra Civil na França, isto é, que os produtores livremente associados passariam a produzir valores de uso de acordo com as reais necessidades humanas.

Surpreendentemente, Lenin não realçará a centralidade, na Comuna, em sua obra *O estado e a revolução*, o momento vital da propriedade direta dos meios de produção por parte dos trabalhadores, o qual conferiria ao estado da ditadura do proletariado seu caráter e dinâmica própria, ou seja, a solução da questão da emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, lema das Internacionais de Marx*[consubstanciado na proposta da Associação Internacional dos Trabalhadores. Embora explícita n' *A guerra civil na França*, essa questão impactará duradouramente o movimento mundial dos trabalhadores, ao lado das questões da transição comunista daí derivadas.

No elo débil da cadeia imperialista - como teorizou Lenin sobre a Rússia-, nem é a classe operária (embora a assalariada quase o seja) majoritária ou em sua maioria revolucionária como o fora a classe operária parisiense. Suas vanguardas revolucionárias são várias (esseristas, mencheviques, anarquistas, etc.), suas opiniões sobre o caráter da revolução, a tomada do poder e a transição comunista são diversas e conflitantes com as vigentes entre os bolcheviques.

Os populistas - por sua vez - cultivaram um longo diálogo com Marx, precisando o papel da *obchína* (ou seja, da comunidade camponesa) na transição comunista. Os mencheviques, por seu lado, não apreenderam o papel único e vital da classe operária na revolução democrática, quando nesta a burguesia seria aliada preferencial das classes feudais contra os trabalhadores, tal como o foram na revolução de 1905.

Obrigada a ser a classe de vanguarda da revolução democrática, e sendo comunista a sua vanguarda, nada mais natural e imperioso ser aquela revolução a antessala da revolução comunista, com o que os mencheviques discordavam de princípio. E também assim opina a ala direita, a bem dizer, da social-democracia europeia, Kautsky à frente. Rosa Luxemburgo quer o movimento de emancipação na condução da transição comunista, porém não como recuperação do projeto de Marx na AIT [de 1864 e 1871] mas como mo-

mento da vitória e continuidade da revolução (em *A que se propõe a Liga Spartak?*) através dos soviets, conselhos de trabalhadores nascidos espontaneamente do solo histórico da Rússia revolucionária.

Desse modo, as categorias e formas históricas que confeririam à classe trabalhadora sua pujança transformadora escorregaram para fora da história das revoluções proletárias do século XX, impedindo-as, desse modo, de caminhar em sua transição comunista.

A teoria das revoluções burguesas radicais e conservadoras e suas implicações para a futura revolução dos proletários; o movimento de emancipação dos trabalhadores como forma orgânica vital e necessária – que controlaria os partidos e o próprio estado da revolução –; a revolução política dos trabalhadores a exigir o poder da classe e a propriedade direta dos meios de produção – garantia do perecimento do estado burguês e do surgimento de novas relações de produção –; da transição comunista como expressão imanente do processo de emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, meio específico das revoluções proletárias irem além do capital, de irem além da forma estatal socialista, inexistente na teorização de Marx; e, de modo igualmente vital e necessário, o reconhecimento do papel da teoria da revolução e de seu livre movimento através do trabalho dos teóricos enquanto momento *autônomo* do movimento, da revolução e da emancipação, como garantia de sua trajetória. Enfim, todo esse complexo solidário de questões próprias ao devir da história humana emancipada, desapareceu da labuta revolucionária das gerações que se sucederam após a entronização da forma histórica universal do movimento dos trabalhadores derivada do solo alemão, o partido operário como locus exclusivo da produção da teoria e o sindicato, assim como o socialismo de estado, todas estas questões asperamente criticadas por Marx em sua *Crítica do Programa de Gotha*, pouco antes de sua morte.

As consequências dessa alienação dos trabalhadores foram e são catastróficas, como bem testemunha seu movi-

mento ao longo do século passado e entrante. Adicionemos a este quadro o salto qualitativo na produção capitalista propiciado pelo surgimento da microeletrônica e do quarto órgão da máquina - o novo capital produtivo microeletrônico (descoberto por nosso camarada Sérgio Bacchi) e o consequente potencial deslimite da automação e a consequente definitiva instalação da crise estrutural do capital, que, por sua vez, definirá o trânsito final da Revolução Industrial iniciada em fins do século XVIII e a fantástica reorganização do mundo pelo novo capital financeiro potenciado.

Daí que a reprodução social capitalista mundial entrará em fase de catástrofe insuperável e as lutas de classes se apresentarão despotenciadas, pois as duas principais vertentes políticas da emancipação dos trabalhadores entrarão em declínio terminal, o socialismo democrático matricial e sua vertente comunista, processo que nos remete para um cenário futuro mais que bárbaro.

A era da catástrofe geral se expressa pelo fim das identidades ancestrais e uma dramática reversão das expectativas históricas, agora postas no futuro mítico supostamente repositivo do passado da estabilidade capitalista do pós-guerra. Na era da desestabilização geral, a direita racista, anticomunista, antissemita e tudo o mais aderente ao nazi-fascismo empreende há mais de uma década uma marcha vitoriosa pelas urnas europeias.

Assim é que, nesse contexto histórico, o IBEC se põe decididamente no campo da recriação do projeto de Marx e, em particular, do movimento de emancipação dos trabalhadores. Seus cursos são um atestado de sua luta.

No Brasil onde a contrarrevolução hoje renova as cartas jogadas por ela sobre a mesa da história, que nosso trabalho auxilie na iluminação das novas trevas e, desse modo, na superação de seus velhos e novos impasses, no rumo da revolução democrática das e para as maiorias trabalhadoras e na conquista da plena soberania econômica e política da nação. O que nos colocará no limiar da transição a uma nova era de transformações emancipadoras decisivas

SOBRE O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA ESCOLA MARX

Com o objetivo de retornar a Marx, o Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC) e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia (GPOD) têm promovido inúmeros cursos, minicursos, palestras, seminários, realização de pesquisas, atividades de extensão e outras atividades desde 1999 (IBEC) e desde 1995 (GPOD).

Na Unicamp, como monitor e coordenador dos cursos do professor Renato Dagnino, adquirimos experiência na construção de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

Na América Latina, a Escola Nacional Florestan Fernandes, a Escola José Carlos Mariátegui (Argentina), o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, algumas escolas de centrais sindicais, outras escolas do MST, dentre inúmeras outras experiências que não poderemos citar neste espaço, estão oferecendo cursos com conteúdos críticos e formas pedagógicas alternativas.

Estas lutas educacionais recuperam os projetos de Universidade Popular advogados por José Carlos Mariátegui nos anos 1910-20, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) nos anos 1960, de Educação Popular nos anos 1950-60, dentre outros. Acreditamos que estes cursos e nossos cursos certamente terão uma importância significativa no século XXI.

Desde 2014 oferecemos o curso “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico”. O curso entrará na 4ª e 5ª edições em Marília (início março de 2017) e Campinas (previsto para agosto de 2017). Iniciamos o curso na cidade de Marília, em seguida, realizamos em São Paulo, na UNESP, Praça da Sé, com mais de 540 interessados. A 3ª edição está sendo realizada na cidade de Santos.

Voltado para membros de movimentos sociais: sindicatos de esquerda, partidos de esquerda, Sem Terra, Sem Teto, feministas, membros do movimento negro, professores universitários, educadores populares, ambientalistas, lideranças populares, etc. o curso é certificado pela UNESP, tem 200 horas, é anual, realizado aos sábados, quinzenalmente e é chamado pela UNESP como Curso de Aperfeiçoamento.

Cabe sublinhar que Cursos de Aperfeiçoamento como este nos permitem uma enorme autonomia na decisão do conteúdo e da forma pedagógica. O curso conta com o trabalho consciente de professores do IBEC, do GPOD, da UNESP Marília, da UNICAMP, da UNIFESP, dentre outros amigos e convidados do Estado de São Paulo que aceitaram participar voluntária e gratuitamente dessa empreitada.

Nos dias de aula, os alunos se auto-organizam para preparar os lanchinhos, limpar a sala de aula, escolher duas aulas livres, organizar a caixinha, apresentar os projetos de pesquisa e artigos científicos, gravar as aulas, fazer a memória da aula, controlar o tempo dos professores, etc. Contamos com o apoio de monitores em todas as turmas, a quem agradecemos imensamente. João Pires e Melina Paludeto na 1ª Turma em Marília. Camila Pinheiro, Fabio Mendonça de Castro, Hector Melean, Leandro Yoshizaki em São Paulo. Hector Melean, Marcia dos Santos e Wagner Ferreira, na Turma de Santos, coordenada por Newton Ferreira (IBEC), Julio Okumura e Rafael Andrade na 4ª edição em Marília.

No Módulo I, denominado “Marx e o materialismo crítico” debatemos a obra de Marx e de alguns clássicos do materialismo crítico, como por exemplo, Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, Gyorgy Lukács, José Carlos Mariátegui, Che Guevara e István Mészáros. Também debatemos alguns temas históricos, como as revoluções burguesas radicais e as particularidades da América Latina.

O Módulo II, denominado “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico”, aborda algumas crises contemporâneas: a) crise do desemprego estrutural e subemprego estrutural; b) a produção

destrutiva, a ofensiva do agronegócio e a crise ambiental; c) a “crise” do Estado, a mercantilização da saúde e da educação. Da mesma forma, abordamos alguns movimentos sociais e o potencial das lutas anticapital que estão surgindo na América Latina, das quais poderíamos destacar a luta pela terra, por teto, pela cidade como valor de uso, pelo trabalho associado, contra os agrotóxicos e pela agroecologia, as lutas dos catadores de materiais recicláveis, as lutas por igualdade de gênero, a relação entre classe, etnia e gênero, as lutas indígenas diante do avanço da acumulação por espoliação, dentre outras. Receberam igual importância a nova geopolítica mundial, o tratamento do golpe de 2016, o avanço da direita na América Latina e a Comissão Nacional da Verdade. Cabe destacar que em breve serão publicados os Livros II e III com os capítulos deste módulo.

Este curso faz parte do projeto “Escola Marx”. Nele pretendemos voltar a estudar a obra de Karl Marx e contribuir para a revolução latino-americana, realizar cursos em todas as partes da América Latina sobre Marx e o materialismo crítico.

Este livro foi dividido em duas partes. A parte I chamada “Marx e o materialismo crítico” foi aberta pelo pesquisador Paulo Alves de Lima Filho que apresentou suas ideias no capítulo “Nossa dura caminhada pela história” que contém os seguintes pontos: a) o sentido histórico do projeto-Marx e as questões teóricas próprias ao curso; b) o movimento de emancipação dos trabalhadores, c) as revoluções burguesas conservadoras e radicais; d) formas particulares de realização histórica das sociedades do capital; e) a questão da transição comunista e da revolução; f) as relações entre as reproduções econômica, social e política no universo das revoluções burguesas; g) a inviabilidade histórica do desenvolvimento e do melhorismo capitalista no âmbito das revoluções burguesas conservadoras nos países ex-coloniais; e h) a contrarrevolução burguesa no Brasil, suas etapas e seu atual estágio.

“Sobre a atualidade de Marx” foi escrito por Anderson Deo. Este pesquisador fez uma espécie de roteiro da teoria social desenvolvida por Karl Marx (1818-1883) e busca demonstrar – de forma introdutória – como Marx desenvolve essa elaboração ao longo de sua vida, em direta relação com sua atuação política, ao promover uma profunda crítica do pensamento burguês, cujo resultado será uma proposição teórica totalmente original. Ao mesmo tempo, Anderson Deo coloca em evidência alguns aspectos dessa formulação que são fundamentais para a compreensão dos fenômenos da totalidade histórica atual.

Eduardo Mariutti escreveu o texto “Capital e Violência: uma introdução ao pensamento de Rosa Luxemburgo”. Este pesquisador apresenta os fundamentos do pensamento de Rosa Luxemburgo, “destacando a sua relevância teórica tanto de um ponto de vista geral – isto é, enquanto uma forma peculiar de se pensar as características e a dinâmica do modo de produção capitalista – quanto para uma análise crítica da nossa conjuntura”.

Marcos Del Roio expôs suas ideias em “Classe e Partido em Gramsci (1913-1926)”, tendo como foco o pensamento de Gramsci sobre a questão do partido. Ele observa que as primeiras experiências de organização política do movimento operário foram na forma de ligas ou associações e de marcado caráter internacional. O primeiro partido operário de caráter nacional (ainda que internacionalista na ideologia) foi o SPD (Partido Social Democrata da Alemanha), criado em 1875 e que abriu uma nova fase de criação de partidos nacionais. Del Roio observa também que uma discussão teórica sobre a forma partido operário ocorreu apenas no início do século XX, com Lenin, Rosa Luxemburgo e outros. Importante reflexão sobre a questão do partido revolucionário foi desenvolvida por Gramsci, como militante e crítico do Partido Socialista Italiano e depois como militante e dirigente do Partido Comunista Italiano.

“Democracia e revolução: três momentos históricos da luta dos trabalhadores pela igualdade” é o título do capítulo

lo de Candido Vieitez. Para este pesquisador, em suas lutas milenares contra a opressão, os trabalhadores tiveram durante a maior parte do tempo o entendimento de que a obtenção da igualdade política, expressa em alguma variante de democracia, seria suficiente, se não para o estabelecimento da igualdade geral, ao menos para erradicar os aspectos mais gravosos do sistema de classes. Por esse método chegaram em Atenas à ditadura eupátrida democrática escravagista, e sob o capitalismo, à ditadura democrática da classe burguesa, nos países em que esta tem vigência. Na Revolução Russa de 1917, a classe operária cabalmente constituída, em aliança com os camponeses, iniciou uma revolução visando a igualdade política. Porém, no processo da revolução compreendeu que o assalto ao tipo de propriedade que possibilitava a existência de uma classe dominante, era tão necessário quanto o assalto ao Palácio de Inverno. Iniciada com grande ímpeto, essa dupla tarefa esteve longe de ser consumada, e finalmente reverteu. Não obstante, os trabalhadores dos soviets, com seu pioneirismo, nos deixaram entreaberto, como legado transcendental, um portal histórico.

“Os conselhos operários e os limites do cooperativismo – a contribuição de István Mészáros” foi escrito por Henrique Tahan Novaes. Para Novaes, Mészáros advoga que os Conselhos de Trabalhadores devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada. Ele alerta que enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade. Da mesma forma, Mészáros nos mostra os limites do cooperativismo dentro de uma sociedade onde os centros estratégicos de controle estão nas mãos do capital.

Leandro Galastri fez uma síntese das ideias de Mariátegui no capítulo intitulado “José Carlos Mariátegui e a questão das raças na América Latina”. Galastri apresenta as ideias principais e a forma como Mariátegui aborda a questão indígena na América Latina como um todo e no Peru em particular. Galastri nos lembra que os problemas dos quais trata Mariátegui fazem parte da conjuntura peruana das décadas de 1910 e 1920, mas muitos deles permanecem inalterados até hoje, como a concentração fundiária, a exploração intensa da mão-de-obra indígena e a submissão ao capital financeiro dos países centrais, somados ao renitente fenômeno do racismo contra a população de etnias indígenas.

A Parte II contém capítulos sobre as “crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico”.

Adilson Marques Gennari e Ivan Lucon Jacob abrem este bloco com o texto “Reflexões sobre globalização e crise estrutural do capital: história econômica e crítica social”. Para eles é possível identificar o surgimento da sociedade moderna no século XV. A burguesia atingiu seu ápice civilizatório no século XIX e após a crise em torno da Comuna de Paris, chegou em sua fase decadente. No final do século XX a civilização do capital entra em sua crise estrutural para todos os povos do planeta. Para superá-la é mister entender que sua substância é a própria ação dos capitalistas em sua forma ontológica de ser. No campo das ideias, Gennari e Jacob observam que o chamado pensamento neoliberal é a manifestação ideológica de tal decadência. Já no campo da infraestrutura o capital tornou-se mais racionalizador do que gerador de empregos e ambientalmente destrutivo. O século XXI guarda tanto a possibilidade do colapso civilizatório, quanto de uma mudança radical, de caráter ético, político, econômico e social rumo a outra globalização.

“Subjetividade e Revolução: para a crítica radical da contemporaneidade do capital absoluto” foi escrito por Marcelo Mücke Doti. O capítulo tem como base alguns dos rumos tomados/processados historicamente pela subjetividade nas sociedades marcadas pelo capitalismo contemporâneo. Em

outros termos, sendo este capitalismo um verdadeiro sistema mundial, temos todas as sociedades virtual e realmente marcadas pelos processos de destruição das subjetividades. E não se trata de subjetividade individual apenas: sem a construção subjetiva de classe como grupos sociais marcando determinada narrativa da identidade (como a da classe trabalhadora, por exemplo) não se pode nem ao menos pensar em revolução e crítica radical e prática às formas atuais de embrutecimento pelo capital total. Doti procura mostrar que os controles atuais sobre os seres humanos está para lá dos movimentos controlados dos sistemas de produção como o fordismo: todos os ritmos de vida, das falas, dos sonhos e dos afetos são “gerenciados” pelo capital. É como se a vida humana estivesse em uma grande empresa: a empresa-mundo-capital.

“Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira” foi escrito pelo pesquisador Fábio Campos. Para ele, diferente das experiências industrializantes do capitalismo central, o caso brasileiro tem em sua gênese e desenvolvimento uma herança mercantil que se associa à dominação imperialista. Desde seus primórdios, a indústria no Brasil jamais se desvencilhou da dependência externa e do subdesenvolvimento, e, mesmo quando atingiu maior complexidade produtiva se fez subordinando-se ao capital internacional. Como forma de apreender as raízes históricas das desventuras da industrialização brasileira, Campos mostra esta evolução esteve sempre associada ao controle imperialista na economia brasileira e à continuidade de relações mercantis desde a sua formação econômica.

“A ponte para o abismo da miséria brasileira: notas sobre o golpe de 2016” de Rogério Fernandes Macedo. Este pesquisador busca, à luz de condicionantes históricos de longa duração, explicar os fatores determinantes do golpe que se abateu sobre o Brasil, neste ano de 2016. No bojo de tal reflexão, ele trabalha com a categoria miséria, apreendida das obras dos fundadores do materialismo histórico dialético, Karl Marx e Friedrich Engels. Considerada a partir da particularidade brasileira, pode-se observar que tal categoria sintetiza o

processo histórico – até o presente momento – de bloqueio crescente de quaisquer potencialidades positivas, que por ventura surgiram da revolução burguesa brasileira. Tal condição estrutural passou a impossibilitar o Brasil de atingir o cume das possibilidades civilizatórias de seu ingresso no capitalismo propriamente dito. Observados tais condicionantes, o que se constata é um processo que rapidamente se converteu de revolucionário burguês em contrarrevolucionário burguês, carreando o país a uma situação nada promissora, a partir da qual passou-se à reafirmação dos fundamentos estruturais e estruturantes da referida miséria. O golpe de 2016 é um agudo e importante episódio desse longo e difícil caminho de impossibilidades, o qual precisa ser urgentemente alterado pelos trabalhadores.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. escreveu o capítulo “Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda”. O texto é um esforço de caracterizar os condicionantes estruturais que levaram à deposição da presidente Dilma Rousseff e suas implicações para a esquerda socialista. Ao criticar as narrativas que reduzem a crise brasileira à guerra fratricida entre as alas moderadas e truculentas do Partido da Ordem, procura-se lançar luz sobre as contradições profundas que impulsionam a luta de classes. A ausência de perspectiva histórica impede uma visão objetiva sobre a crise nacional e bloqueia o debate sobre a pertinência da teoria e da prática do programa democrático-popular como referência capaz de impulsionar a reorganização da esquerda revolucionária.

Jefferson Rodrigues Barbosa escreveu o provocativo capítulo “Movimentos sociais regressivos e partidos políticos chauvinistas no Brasil”. Para Jefferson Barbosa o debate em torno da questão da existência de experiências de caráter fascista na América Latina é um tema controverso. Na história contemporânea as experiências políticas defensoras de ideologias autocráticas chauvinistas utilizaram em grande medida retóricas alicerçadas em fundamentos argumentativos de caráter nacionalista exacerbado, anticomunista e antiliberal e,

em alguns casos, a instrumentalização de uma retórica fundamentalista cristã. Nesta perspectiva, diante do debate sobre experiências de caráter fascista ou sobre processos de fascistiização na América Latina, o conceito de chauvinismo e movimentos sociais e partidos políticos regressivos, são desenvolvidos por ele como possibilidades de ferramentas conceituais para a identificação dos objetos de investigação no campo de determinadas expressões do pensamento da direita na América Latina.

Com esta seleção de trabalhos no campo do materialismo crítico, esperamos contribuir para o avanço do debate teórico e para as lutas para além do capital no século XXI. Boa leitura.

REFERÊNCIAS

- LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Entrevista*. Lukács on his Life and Work. *New Left Review* I/68, July-August 1971.
- MÉSZÁROS, István. In: HOBBSAWM, E. *História do Marxismo*, vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem. Apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. São Paulo: Cia da Letras, 2012.

PARTE I

MARX E O MATERIALISMO CRÍTICO

1. NOSSA DURA CAMINHADA PELA HISTÓRIA

Paulo Alves de Lima Filho

“Seja um pálio de luz desdobrado,
Sob a larga amplidão destes céus
Este canto rebel, que o passado
Vem remir dos mais torpes labéus!

Seja um hino de gloria que fale
De esperanças de um novo porvir!
Com visões de triunfos embale
Quem por ele lutando surgir!

Eia, pois, brasileiros avante!
Verdes louros colhamos louções!
Seja o nosso País triunfante
Livre terra de livres irmãos!

Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós,
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz
(Hino da Proclamação da República)

1. É preciso salientar o significado deste curso e deste espaço de trabalho. Neste sábado, dia sagrado dos judeus, dia consagrado ao convívio e não ao trabalho físico, estamos aqui congregados para reverenciar a liberdade, ou seja, nossa emancipação. Estamos aqui reunidos em reverência a nós próprios, como indivíduos reunidos para o exercício do trabalho intelectual coletivo emancipador. Aqui viemos para testemunhar e refletir sobre nossa dura caminhada pela história. Para ousar desvendar e revelar os seus segredos e para libertá-la dos fantasmas que a assombram. **Falamos da cen-**

tralidade da luta pela emancipação social da humanidade. Este o sentido axiomático de nossa abordagem da história. Esta, ao exprimir a realização da história feita pelos homens, terá na reflexão sobre a revolução – alavanca primordial das transformações da sociedade capitalista – um de seus momentos centrais, ao lado da primordialidade da produção e reprodução material da vida.

Emancipação e revolução, o sentido humano do processo histórico como expressão da liberdade, isto é, da centralidade dos desígnios propriamente humanos do fazer histórico e aquela, forma de trânsito de uma ordem social a outra, dois momentos centrais de nossa reflexão.

2. Quarenta anos após o golpe de estado de 1964, estamos aqui novamente sob o impacto de mais uma inexorável derrota das aspirações populares democráticas, de mais uma vitória das forças coligadas da contrarrevolução. Não devemos lamentar a nossa sina. Façamos da tristeza e perplexidade a força redobrada de nosso intelecto, para que saibamos, com tranquilidade e pertinácia, retomar o caminho de nossa ação transformadora, de nossa marcha rumo à liberdade. O caminho do estudo disciplinado e desassombrado que nos aguça a percepção da história e nos prepare para os embates que virão. E serão muito mais duros do que os já vistos por sua geração. Talvez até mais duros do que o das gerações precedentes, dado que o capital se fortaleceu sobremaneira em âmbito nacional, regional e internacional. Para a nossa infelicidade, nossa caminhada de brasileiros e trabalhadores, caminhada das maiorias, ocorre em terras riquíssimas, originalmente empresa colonial do capital mercantil mais poderoso. Exatamente isso nos faz tão infelizes. A cobiça ilimitada, nativa e estrangeira, aliadas, fez de nós uma **colônia do capital**, inicialmente bandeirante e senhorial escravocrata que se transformou em república de fazendeiros e, depois, de chefes estancieiros farroupilhas e das várias camadas de povo contrárias ao império dos fazendeiros ex-senhores de escravos. E no pós-II Guerra Mundial, depois de árdua luta e o sui-

cídio de Getúlio, enfim a Revolução de 30 foi golpeada e triturada ao longo de 21 anos de ditadura política e econômica iniciada em 1964 – ***transforma-se em feudo civil-militar dessa contrarrevolução, já subjugada, regida e expressão subordinada do capital monopolista coligado, nacional-internacional.***

Ao findar esse período, após uma transição consentida pelos militares, ***transição transada*** como se diz, sofremos trinta anos de ***continuidade da ditadura econômica dos monopólios e crescente predominância política das forças conservadoras desse status-quo*** – as do passado ditatorial e as novas, todas ultra-liberais – ***dessa contrarrevolução não derrotada***, chegamos a mais este novo impasse, vésperas de um novo golpe, agora pela ***via parlamentar***, no qual o capital impõe, via parlamento, seus desígnios exclusivistas, imperiais, ditatoriais ao governo democraticamente eleito pela maioria. Este o sentido do impeachment.

3. Ocorre que somos fruto de uma grande novidade histórica, uma extremamente precoce novidade, qual seja, a de sermos fruto de revoluções burguesas vanguardistas no plano mundial, ou seja, europeu, as revoluções portuguesa e espanhola, dos séculos XIII e XV, nas quais a nobreza, sob o comando centralizado do estado monárquico, ao lado da burguesia mercantil e clero se transforma em classe dirigente da mais espetacular criação do capital, da empresa colonial mundial a abrir vastos campos de caça à produção do capital em escala planetária, longe de quaisquer controles legais, através da exploração a mais desapiedada, simultânea e secular, de milhões de homens nos quatro continentes. Revoluções conservadoras, pois determinadas pela necessidade da expansão mundial do capital e conservadoras das classes feudais aburguesadas. ***Sob a óptica de sua radicalidade burguesa, há somente dois tipos de revoluções burguesas, as radicais e as conservadoras.*** O mundo colonial ibérico, vanguarda mundial da acumulação do capital, é a matriz vital da aceleração desta no continente europeu e do

nascimento do capital manufatureiro e depois industrial. Em fundamental medida é o capital acumulado no assim chamado Novo Mundo o fermento do capital industrial e sua revolução em finais do séc XVIII. A fase da acumulação originária ou primitiva do capital tem no Novo Mundo o seu berço. As revoluções conservadoras ibéricas prepararam o caminho para as revoluções radicais, aquele punhadinho de revoluções ocorridas em solo europeu e no Novo Mundo, cujas nações são, até hoje, os pólos reitores da ordem mundial do capital: Holanda, Inglaterra, EUA e França.

4. De tal modo se produz o capital em quatro séculos de escravidão, mais um século e pouco de república no Brasil e dois no espaço colonial hispânico, que outras formas do capital estão vedadas ao surgimento, de forma que somente em meados do século XX se porá com ímpeto mais ou menos livre de escolhos, após difficilíssimas revoluções políticas, o deslanche do capital industrial, processo que chamar-se-á de *industrialização*. Ou seja, quase dois séculos após a Revolução Industrial, em plena vigência do domínio mundial por parte do capital monopolista – isto é, do imperialismo –, o qual a esta altura já terá produzido várias guerras regionais e uma guerra mundial, nas quais as nações paridas de outras revoluções conservadoras, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, por exemplo, se bateram pela redivisão do mercado mundial, os países da órbita ex-colonial ibérica adentram a fase industrial. Cumpre salientar que o elo débil dessa cadeia - no âmbito europeu-, a Rússia, em sequência realiza a sua revolução burguesa e, logo após, a comunista. Em outubro de 1930, data de mais uma etapa de nossa (brasileira) revolução burguesa – agora a fase industrializante, antecedida pela fase colonial, emancipação política e logo mais a dos escravos (em várias etapas até chegar a esta última), primeira república e agora a segunda (pós 1930), já estávamos a 13 anos da assim chamada revolução socialista de outubro de 1917. As sociedades ex-coloniais ibéricas viverão a **contemporaneidade do atraso**, assim como a **simbioticidade das formas ali estabilizadas, viventes, ativas**, como se fossemos uma ver-

dadeira Galápagos sócio-econômica, histórica, portanto. Conhecido autor brasileiro, Francisco de Oliveira, chegará a defini-las como sendo expressão de animal ali outrora existente, o **ornitorrinco**.

5. As características definidoras dessas sociedades, desse ente sócio-histórico particular serão, em primeiro lugar, por seu início no grau zero de humanidade – a escravidão – a miséria social em meio a mais hedionda riqueza e, devido a isso, seu caráter genocidário, devastador de gente. No nosso caso, havia originalmente aqui ao menos seis milhões de índios, hoje reduzidos a algumas centenas de milhar. Depois afluíram mais dezenas de milhões de escravos africanos, também moídos e espremidos (a África centro-norte atlântica se despoeva). Feito social alcançado pela extrema violência, ainda vigente, sob a forma de uma mortandade pior do que a dos conflitos de guerra aberta no Oriente Médio. Que se instala na política, na república, sob a forma de epidemia de golpes de estado, todos eles com alta repressão contra os inimigos e adversários. Que se reproduz nas classes trabalhadoras e assalariadas em geral como expressão do baixo nível de emancipação social, enquanto que expressão intelectual geral de nível pouco elevado de apreensão da realidade histórica e daí, baixa capacidade de transformação social revolucionária, mesmo na órbita do capital e seus projetos societários. Sociedades de capitalismo subordinados às dinâmicas da reprodução do capital monopolista mundial – em uníssono com os capitais internos -, a sujeitá-las no diapasão de seus interesses estratégicos e, dessa forma, conformando espaços econômico-sociais de superexploração da classe assalariada e trabalhadores em geral, de impossibilidade crônica de alcance de patamares capitalistas assemelhados aos das sociedades fundadas por via das revoluções burguesas radicais. Nas sociedades capitalistas ex-coloniais ibéricas não há nem poderá haver uma via capitalista revolucionária de emancipação radical burguesa. Nelas as revoluções democráticas, ao realizarem as condições mínimas de emancipação socioeconômica e política dos trabalhadores deverão obrigatoriamente resol-

ver as questões da emancipação nacional contra as próprias forças do capital, de modo que sua realização coloca estas sociedades no limiar de transições anticapitalistas cujo sucesso dependerá de sua capacidade de prosseguir trajeto radical democrático, anticapitalista e, por conseguinte, anti-capital, sob pena de retrocesso democrático e socioeconômico em geral, tal como ocorreu e ocorre nas transições do assim chamado socialismo real ao capitalismo. Ou seja, no fim da chamada experiência socialista mundial. Os capitalismos das revoluções burguesas radicais são irrepetíveis no ex-mundo colonial. ***Todos os intentos de colocar as transformações socioeconômicas dos capitalismos da miséria na rota das modificações iterativas, do melhorismo que supostamente desembocaria em algum tipo de cópia de alguma sociedade capitalista soberana serão de antemão fracassados. Em outras palavras, a única via de transformação social dos capitalismos da miséria é a da revolução democrática, onde a presença das necessidades das maiorias trabalhadoras deverá ser preponderante.***

6. Revolução conservadora nos capitalismos da miséria ou a repetição secular dos impasses irresolvidos.

“Esboço de síntese.

“No final, como sempre nesta guerra [entre os traficantes de cocaína e o governo colombiano - Obs. Palf] de grandes mistérios, nada ficou claro. **Mas a revelação nos permitiu depreender mais uma vez até que ponto a história dessa guerra tende a se repetir incansavelmente desde o ponto de partida, e sem chegar nunca a qualquer parte. Só que retorna sempre com ímpetos renovados e manifestações cada vez mais dramáticas.** [...] Tudo isto faz pensar que a guerra será longa, nefasta e sem futuro. E o pior de tudo: sem opções. A não ser que surja

alguma solução imprevista e feliz: um desses disparates iluminados que tantas vezes salvaram a América Latina da dissolução final. Se não for o diálogo poderia ser qualquer outra coisa, desde que não custe a vida de ninguém. E que não seja que antes que termine a guerra de nunca acabar que acabem de acabar o país. Infelizmente, esse é o único presságio animador que me ocorre para não terminar esta crônica com uma conclusão catastrófica.” (MARQUES, 2006)¹.

Estas palavras de Garcia Marques sobre a história da Colômbia bem podem ilustrar a trajetória de nossas revoluções burguesas conservadoras e o arrastar-se infindo dos seus fantasmas.

Longe de nós supor ser o nosso capitalismo da miséria transformável em seu oposto através de reformas capitalistas sucessivas. Esta operação metafísica já foi tentada explicitamente no Brasil tanto pela revolução de trinta como pelo desenvolvimentismo no pós-guerra. Outras operações desse tipo foram mundialmente concebidas por várias correntes ideológicas da filosofia, política e economia política do século XX. Todas igualmente fracassadas e pelo mesmo motivo: a impossibilidade histórica de conter e educar o capital dentro de limites socialmente justos e humanamente necessários.

A **teoria do comunismo científico** do socialismo real, nos anos setenta, proclamou a superação do estado via sua máxima potenciação, assim como a disciplina plena do capital através do planejamento; a **teoria do estado do bem-estar social** de matriz keynesiana supôs haver encontrado o modo final de domesticação do capital via teoria da contenção infinita dos ciclos econômicos e da justiça social com abundância consumista através do controle da demanda capitalista; de igual modo **o desenvolvimentismo teorizou**

¹ Marques, Gabriel Garcia “O que se passa em Colômbia?”, in Reportagens políticas. Obra jornalística 4. 1974-1991. São Paulo-RJ, Recorde, 2006, p.262.

realizar uma revolução capitalista consentida, realizadora da soberania nacional e da autonomia econômica sem revolução capitalista radical. Esta tripla expressão metafísica da transformação social funda-se na incompreensão da categoria capital como *categoria societária mundialmente reitora da ordem capitalista e irreformável* posto que seu modo imanente de ser, seu caráter ontológico está em destruir sistematicamente todos os limites a ela impostos, ***inclusive o limite da autodestruição da humanidade.***

Nas sociedades capitalistas evoluídas através de *revoluções burguesas conservadoras* – a maioria esmagadora delas, aliás, pois as *revoluções burguesas radicais* na história do capitalismo são somente quatro: a holandesa, a inglesa, a norte-americana e a francesa –, em especial as de matriz colonial, tal como as geradas a partir do Novo Mundo ibérico, a superação dos capitalismo da miséria ali constituídos é *obra capitalista impossível*.

Serem *sociedades capitalistas da miséria* é sua forma histórica necessária, característica, impossível de ser superada a não ser por revolução anticapitalista, tal como historicamente ocorreu no caso exemplar da revolução cubana. As sucessivas e infinitas revoluções e contrarrevoluções políticas ali ocorridas desde a Independência em nada detiveram a marcha do capital.

Assim é que, no Brasil, à revolução de trinta sucede-se a contrarrevolução de 64, a qual dará lugar à proclamação *in democracia* de suas exéquias somente na primeira fala do trono de FHC, em 1995, o qual por sua vez é sucedido pelo governo de Lula que se elege contra o octanato fernandista.

Entretanto, apesar das sucessivas tempestades políticas, desde 1930, no terreno da reprodução do capital temos a ascensão vertiginosa do capital industrial e deste ao financeiro e aos balbucios imperialistas e promessas de segunda independência via capitalização do pré-sal e realização, enfim, do Brasil Potência desejado, mas adiado sob a ditadura e consequente entrada no rol dos detentores de complexos militar-industriais agora subordinando a república à interdepen-

dência com a França (caso ocorresse o acordo com seu complexo industrial-militar, no caso dos aviões de guerra, o que não ocorreu). Nem Sarney, ou Collor e muito menos FHC ou Lula conceberam controles ou reversão ao capital financeiro em sua marcha imperial-hegemônica acelerada. Ao contrário, *foram todos, a seu modo, parteiros da modernidade subalterna e monopolista.*

O sentido de ascensão à condição de potência monopolista e mantenedora da miséria capitalista por meio da trituração sistemática e metódica do poder popular, democrático, anti-monopolista e anticapitalista revela o caráter da evolução das revoluções burguesas conservadoras: eternamente *abertas e subordinadas* às exigências do capital mundial, *conservadoras* das classes pretéritas aburguesadas (coloniais) e afirmadoras das novas classes burguesas a elas aliadas (em especial as velhas e novas pequenas burguesias), *devastadoras* das dimensões emancipadoras das classes populares e proletárias *cronicamente miserabilizadas*. *Enfim, capitalismo da miséria, capitalismo subordinado, miserabilidades acumuladas em fases sucessivas e necessariamente irresolvidas.* “[...] Pelas frinchas deixadas pela impossibilidade de resolver as contradições imanentes aos capitalismo da miséria, cresce a forte trepadeira do crime organizado:

“Um observador sagaz de nossa realidade disse que toda a sociedade colombiana está drogada. Não pelo consumo da cocaína – que por certo não é alarmante na Colômbia -, mas por uma droga muito mais perversa: o dinheiro fácil. A indústria, o comércio, os bancos, a política, a imprensa, os esportes, as ciências e as artes, o próprio Estado, todos os órgãos públicos e privados estão envolvidos de alguma maneira – talvez com poucas exceções, talvez sem saber, e ainda de boa fé – num emaranhado de interesses criados que já ninguém pode desfazer. [...] É uma hidra sigilosa e incontrolável que

não é vista em nenhuma parte mas está em todas, que se infiltra em tudo e cujo contágio vai muito além de nossas fronteiras. Talvez o próprio governo ignore até que ponto estas receitas de dinheiro suspeito lhe fizeram o favor de aliviar as tensões sociais.” (Gabriel Garcia Marques, 2006)²

A dinâmica particular da reprodução social nessas sociedades as tornará vítimas dos limites de sua revolução burguesa, seja qual for o aspecto da reprodução social que observemos. Em maior ou menor medida, a depender das especificidades de cada país, sua reprodução social, econômica e política, assim como cultural e científica, será incapaz de emancipar-se de sua castração original, tornar-se-ão formas particulares e, assim, similares em todo o vasto mundo ex-colonial. Cresce o crime organizado assim como a crônica necessidade de golpes de estado e de economias subordinadas em simbiose com o capital monopolista forâneo de modo a transformá-lo em ente nacional regente destas, etc. Na Colômbia, polo exemplar e extremo, a violência sob a forma de guerra civil permanente transformar-se-á em fantástico e tétrico moedor de carne humana sem respiros duradouros para tréguas prolongadas. Sob outra forma, sem que tenhamos um ou vários pólos guerrilheiros em confronto com forças militares públicas e privadas, também no Brasil identificamos o mesmo caráter da reprodução social da violência. Porém o mais assustador é nossa incapacidade crônica de reverter nacional ou coletivamente essa nossa forma histórica de ser na ordem mundial do capital.” (2009)

7. Voltando ao tema da atual conjuntura nacional brasileira.

O PT resolveu colocar em campo uma transição a um capitalismo democrático de consumo de massas por via de um **liberalismo de tipo social**, ou seja, mantendo o capitalismo da contrarrevolução e ajudando a aprofundá-lo, o capi-

² Marques, Gabriel Garcia, op. cit. p.260.

talismo monopolista subordinado construído sob a ditadura e continuado após o fim dela, **conforme estratégia melhora desta**. Cumpria destinar parcela muito pequena do orçamento público para fins de minorar a miséria, outra parcela aproximadamente sete vezes maior para a garantia da valorização dos capitais privados através da dívida pública, ao passo que se fortalecia o núcleo monopolista nacional financiado no longo prazo com crédito público do BNDES e lançado às grandes obras estatais do PAC, sob a liderança as maiores empresas privadas do país, as empreiteiras. Apostou-se em matriz energética que expandia ao máximo as fontes hidrelétricas, assim como no consórcio multinacional sob a batuta da PETROBRÁS para a exploração do pré-sal, cuja real dimensão até o momento não é conhecida. Para isso, a classe trabalhadora foi convidada a seguir e apoiar a política de Estado, dado ser o melhorismo a porta da felicidade para o paraíso da ascensão da classe trabalhadora aos céus da assim chamada classe média (medida em termos de sua capacidade de consumo). Com isto se teorizava uma certa **revolução silenciosa**, capaz de atravessar o rubicão da subordinação, sem passar pela revolução democrática, uma revolução pelo alto, através do estado, uma variante **neodesenvolvimentista**. Neste momento nos chocamos com a dura realidade dessa impossibilidade histórica, teórica e prática. O capital, majoritariamente ultraliberal, joga todas as suas forças no golpe parlamentar, fomenta o ódio à presidenta, ao Lula e ao PT, a um ponto que beira o fascismo de massas, fato até o momento nunca visto em nossa história e que nos obriga a sérias e rápidas reflexões sobre as vias de seu enfrentamento. Apesar da tragédia da hora, da situação insustentável, a classe trabalhadora não foi, não está e não será chamada à revolução democrática. Lula clama à paz doméstica em sua parábola deste 18 de março, à concórdia com a contrarrevolução uivante e violenta comandada pelo capital e seus vociferantes parlamentares. À sombra do sono da revolução democrática, a contrarrevolução cresceu como forma política de massas,

como árvore frondosa, reunida em torno da pirâmide paulista do capital - a FIESP -, sua ala mais poderosa.

8. A charada da violência contra o PT e seus líderes máximos, que destroça o estável duopólio político até então existente entre o PT e o PSDB, planetas dominantes em torno dos quais giravam os demais satélites partidários, na gestação do fascismo de massas, na célere corrida para o golpe e caça ao Lula, está na afirmação clara e direta da estratégia da contrarrevolução, expressa pelas lideranças empresariais. Enfim, pelo capital monopolista dominante. Senão vejamos:

“Estamos encerrando um ciclo estatizante caracterizado pela criação dos campeonatos nacionais e por um capitalismo de conluio.

Agora será o início de um novo ciclo baseado no livre mercado, cujos protagonistas serão os empresários e a livre-iniciativa.

Por isso vejo com bons olhos os empresários estarem saindo da toca. Uma posição arredia do setor poderia retardar esse processo.

Manifestações corajosas como as de Pedro Passos [dono da Natura, que pediu a renúncia da presidente em coluna na Folha] e de Lawrence Pih [ex-dono do Moimho Pacífico, que disse que a saída de Dilma é inevitável], passam confiança para a opinião pública. Deixam claro que os empreendedores brasileiros têm condições de assumir a locomotiva desse novo ciclo econômico” (FSP, Mercado, p.A-24, “Ciclo se esgotou, e país não tem mais tempo a perder”, entrevista de Flavio Gurgel Rocha, 18/03/2016)

Em igual medida já manifestaram-se Serra, Fraga, Pih, e outros. A salvação, para eles, (conforme declaração de José Serra, está na ruptura do Mercosul, na privatização da Petrobrás, e, quem sabe, da saúde e da educação. Evidente

que tal guinada significaria estreitamento ainda maior da legalidade consentida na democracia, repressão fortalecida, terceirização aprovada e previdência retransformada. Eles supõem ser esse plano dotado de poder milagroso. Os empresários voltariam a investir, o nível de emprego voltaria a subir, a acumulação voltaria a tomar forma industrial mais nítida e pujante. Será? Mas o modelo neoliberal não terá compromissos sociais melhoristas, muito ao contrário. Não aplicarão a política econômica que tanto criticam agora, embora Dilma tenha abandonado o desenvolvimentismo e abraçado o rentismo. O capital lança-se com furor a uma aventura incapaz de ir além do impeachment. Após ele, o dilúvio. Wanderley Guilherme dos Santos tem razão. Não há saída com o golpismo, a não ser sangue suor e lágrimas. Ora, após o golpe parlamentar, o dilúvio poderia nos colocar muito próximos a uma ditadura a ser administrada pelos de sempre. Aliás, os liberais são especialistas em preparar golpes para os militares.

Mas, o capital monopolista quer bancar essa cartada montado que está os seus próceres em seus dons proféticos, ou seja, aguentarão o tranco contra a classe trabalhadora. Imporão a ferro e fogo o seu figurino no corpinho esquelético dos trabalhadores postos de joelhos, após longo desespero.

Das palavras de Rocha, transcritas acima, poderíamos deduzir que a demolição das empreiteiras nacionais, coração do modelo melhorista lulista, bem serviriam aos interesses dos planos estratégicos desses bravos heróis do capital. Casualmente, quem sabe, coube ao cavaleiro negro da justiça federal curitibana a tarefa demolidora, operada até aqui com êxito ímpar, sob o olhar complacente do STF. Até mesmo capitais norte americanos poderiam estar, quem sabe, interessados nesse filé filé-mignon cultivado à sombra do Estado. De lambuja alguns outros grupos republicanos não menos poderosos poderiam desejar fortalecer suas posições no petróleo, saúde e educação. Fosse tal hipótese plausível, explicado estaria tal açodamento, tal ânsia por escantear uma presidenta legitimamente eleita, incapaz, por sua vez, de entender as ra-

zões de tão alta teoria econômica. No altar de tão altas visões estratégicas também valeria a pena liquidar, como já foi dito, o tão azeitado sistema de equilíbrio político bipolar, administrado pelos dois maiores planetas políticos hegemônicos, PT e PSDB. Para completar a demolição, liquidar-se-ia também, e primordialmente, o possível futuro candidato à presidência da república com forte apelo popular. E as portas do paraíso se abririam. A economia se aqueceria, os empresários voltariam a ter confiança no presente e repatriariam parte de seus capitais aéreos, dirigidos então ao emprego dos miseráveis desempregados, que voltariam penetrar nos refrigerados palácios das mercadorias. E o povo estúpido os aclamaria nas ruas, em multitudinárias aglomerações cívicas festivas, nas quais os **camicie rosse** seriam alegremente sacrificados ao pé do falo de cimento armado empresarial erguido na Avenida Paulista. E instaurar-se-ia a paz dos brasiliistas, dos embandeirados verdeamarelistas, em um sorridente futuro patriotístico.

9. Muito brevemente sobre o trabalho do Mauro Iasi (blog da Boitempo' '**A crise do PT: o ponto de chegada da metamorfose**', 10/03/2016). O texto me faz penetrar nas dificuldades teóricas desse marxismo.

Para encurtar. Sim, o lulismo é uma variante da política pró-capital monopolista (categoria inexistente no texto) e opera no poder, no centro do Estado em favor deste. Opera a continuidade da contrarrevolução capitalista (outra categoria ausente) em desfavor dos assalariados e adequada à continuidade aprofundada da subordinação imperialista da nação (idem, ibidem).

Não se trata exclusivamente de que a burguesia (proprietários monopolistas e de todo o quilate, políticos, sindicalistas, juristas, instâncias estatais vitais e pequenos burgueses em geral et caterva, consultores norte-americanos, etc.) deseja estraçalhar seus bonecos por temor de que permaneçam ativos, mas, sim, de que estamos diante de uma estratégia de golpe de estado contra um presidente eleito. Por mais que ele não lhes interesse (os golpistas), muito menos à massa assala-

riada jogada à moenda da perda ampliada de direitos, trata-se da manutenção de uma forma legal de realização das contradições insanáveis da sociedade do capital, cuja permanência é vital para a continuidade da realização destas.

Defender a legalidade é vital, contra a presidente e contra as direitas todas e os democratas de ocasião. Não ha como fechar os olhos para isso. Não se trata de manobras da ultradireita para um golpe palaciano, mas para a liquidação desta democracia que coube *até o momento* no figurino da transição transada, à porta da qual abandonou-se a luta vital e necessária pela emancipação da classe trabalhadora. Ela rasgou o figurino ao agir e pensar politicamente ao modo fascista. O Estado, para seus adeptos e membros orgânicos, deverá ser um objeto das corporações monopolistas (proprietários, sindicatos, partidos da ordem, ordens delinquentes e outros bandidos da ordem) e realizar no parlamento seus desígnios plenos, *fora dos quais não poderia haver política*. Estamos no limiar de uma nova etapa da contrarrevolução continuada, de uma democracia ainda mais restrita, de figurino bulímico e insuportavelmente obesa de prepotência e violência institucional e outras. Estamos mais próximos de Pinochet, do estado ideal do neoliberalismo friedmaniano. Estamos no limiar do fascismo de massas, o que é uma grande novidade.

Estamos diante de uma situação inédita, do cerco implacável, coletivo, das classes burguesas e assalariadas corrompidas (estruturas sindicais, etc.), suas representações políticas e sociais no sentido de apear do poder um presidente por eles indesejado, à revelia do voto popular. De outro modo: o bloco ditatorial se reconstitui como força unida e vai sucupinando a presa, ou seja, todos nós e mais o executivo. Este, por sua vez, foi constrangido a fazer a política do capital monopolista contrária à sua matriz proclamada – a do liberalismo social – e está pagando o preço da impotência e humilhação pública devido a isso.

O bloco golpista comporta o ***complexo judicial-político-midiático-econômico dominante***, porém (ainda)

não governante. Promove a caçada ao Lula como se ele fosse escravo fujão, não havendo limite à sua sanha pretoriana, até pô-lo a ferros e espetar-lhe a língua no agulhão, passar-lhe as argolas aos tornozelos. Logo ele, homem de batalha pelo capital monopolista nacional, tratado como um borra-botas qualquer, com tantos favores prestados à glória dos superlucros bancários e tantos outros. Quem ainda não o ouviu perorar haver sido ele “o melhor presidente que jamais havido na república”, ou, então, em se tratando dos empresários, “eles nunca ganharam tanto dinheiro”. ***Mas não estaríamos diante do destino comum a todas as jacqueries, às sublevações armadas ou pacíficas dos pequenos burgueses, estes paladinos da guerra contra as injustiças sociais, cujos sonhos confluem em serem os mais fiéis servidores del Rey, cujas cabeças foram invariavelmente cortadas por estes mesmos senhores?***

O que haveria de bom nisso, nessa alta politização dos burgueses (infelizmente em detrimento de igual dimensão daquela por parte dos proletários)? Para a história, talvez a abertura da possibilidade de vermos e constataremos a necessidade absoluta da revolução democrática, aquela abandonada à porta de entrada da transição transada. Sem ela, não ha melhorismo que dê conta desta realidade histórica. Sem a emancipação política das maiorias não há transformação possível. A classe trabalhadora, única classe passível de arrancar as condições republicanas de sua emancipação social (salário, educação, saúde, moradia, transporte, previdência, segurança, lazer), única a poder conquistar a emancipação nacional plena, política e econômica. Ao emancipar-se política e socialmente, emancipa o país, o que nos colocaria no limiar da emancipação econômica dessa classe, às portas da revolução comunista. Mas isso foi esquecido pelo liberalismo social. Daí estarmos vivendo esta tragédia.

A pequena política dá e sempre deu nisso por aqui, repressão, golpe, desalento, regressão, exílio. E tudo a reiniciar-se novamente, como se nada houvéssamos aprendido.

São Paulo, 19 de março de 2016.

NOTAS

"1. Este curso tem uma especificidade, sai sob a bandeira UNESP-Grupo acadêmico- IBEC. Estamos nele de corpo, cumpre saber se de alma;

2. De alma seria, ao lado das 'especialidades da casa' (Gramsci, Mészáros, Lukács, etc) impostos pela 'carreira', estaria a nossa trajetória e temas que nos caracterizam como projeto de pesquisa coletivo, a saber:

a) emancipação e alienação (teses sobre educação e movimentos sociais);

b) revoluções (burguesas, 'socialistas') (textos);

c) capitalismo do mundo ex-colonial, capitalismo da miséria (uma tese e textos);

d) o materialismo de Marx (o que chamo, simplificarmente de 'teoria') (textos);

e) o lugar da teoria no partido da revolução para a emancipação (textos):

f) revolução comunista (transmutada em 'socialista' pelo marxismo oficial das sociais-democracias - tanto a que viria a ser comunista como aquela que manteve o velho nome) e transição ao comunismo (uma tese e textos);

g) revolução científico-tecnológica, a emergência do quarto órgão da máquina e o novo caráter desta era do capitalismo (livro e textos);

h) a emancipação da 'teoria' (a realização do PUP) e sua vinculação orgânica ao movimento pela emancipação dos trabalhadores;

i) a 'teoria', o movimento e a criação do partido da emancipação dos trabalhadores;

j) e, por último, nosso objetivo primeiro, a revolução brasileira (momento da revolução pela emancipação dos trabalhadores em geral);

Como estamos de corpo, podemos e devemos ali revelar a nossa alma nas aulas que nos cabem.

Cada um desses temas pertencem à nossa caminhada. Senão de todos, pelo menos da maioria de nós.

Concordo com Lalowan: temos uma cara e devemos apresentá-la no curso. Para que? Para nos apresentarmos a um público (não importa qual seja), para abordarmos as questões que somente nós, por enquanto e infelizmente, nos dispusemos e ainda nos dispomos a desvendar e, por último para explicitar que nossa estratégia é virmos a nos constituir (ao lado de outros que assim o desejem) em núcleo da 'teoria' mergulhado no movimento, o qual, por sua vez, fará emergir de si os seus membros de vanguarda, responsáveis pela criação do (ou dos) partidos da emancipação dos trabalhadores.

Estes, por sua vez, não são os partidos desta safra do século vinte, como bem sabemos há tempo.

Enfim, estamos no curso - espero que nós todos - como testemunho de nossa trajetória apontada para nosso compromisso com o futuro da revolução, da revolução dos trabalhadores pela sua própria emancipação, tal como queria (a meu ver com toda a razão) o velho fundador da revolução teórica e prática da qual ousamos ser seguidores.”(Correspondência: Mensagem de PALF aos membros do IBEC, janeiro de 2016).

ANEXO.

São Paulo, 02 de setembro de 2016

Manifesto da Ordem Carlina com motivo do golpe parlamentar.

Enfim, se consuma aquilo que de ha muito já sabíamos: a contrarrevolução jogou para fora do seu trem o PT, a Dilma e seus 54 milhões de votos brasileiros, mais aquele nível democrático alcançado pelo povo, para ela já demasiadamente excessivo. Mas a metáfora do trem talvez seja antiga, do tempo em que aqui ainda havia trem de passageiros. Melhor seria, hoje, Van, Super-Tucano (avião da Embraer), sei lá. Entramos na terceira fase da contrarrevolução iniciada em 1964, a da ditadura democrática do capital. Infelizmente é triste constatar que todos ou quase todos já se esqueceram do que seja esta sociedade que se construiu sistematicamente desde 1964. Todas as vertentes do melhorismo ético se empenharam na vã ba-

talha da transformação do capitalismo brasileiro por dentro da contrarrevolução. Foram ejetados do poder pelos filhos dos donos da ditadura e velhos chefes dela ainda vivos, acrescidos de novas vertentes da contrarrevolução, até chegarmos ao primor deste congresso dominado pela bancada dos quatro B: bola, bíblia, boi e bala. A verdadeira tragédia, contudo, não é o novo golpe, mas o trágico esquecimento da contrarrevolução, diligentemente professado pela maioria absoluta das esquerdas não-revolucionárias, burguesas ou não (me perdoem a definição sociológica). Ou criamos o movimento que aglutine sistematicamente todas as emanções da catástrofe que assola a pátria (e o mundo), catástrofes do capital e, desse modo, forjemos a nova identidade catastrófica das maiorias, ou permaneceremos prisioneiros dessas identidades frágeis e ancestrais expressas nesses partidos da ordem ou contra ela, incapazes de comandar com êxito a luta pela transformação social. Marx (perdoem-me lembrá-lo) concebeu o Movimento de Emancipação dos Trabalhadores como forma necessária e vital da emancipação dos próprios trabalhadores. Isso não foi e não é propaganda vazia. Expressa a forma necessária e capaz de construirmos coletivamente uma nova vida, um novo mundo. Sem ela, não derrotaremos a nova ditadura, não haverá transformação emancipatória, não sairemos da pré-história da humanidade.

REFERÊNCIAS

LIMA FILHO, PAULO ALVES *São Paulo-Laranjeiras do Sul*, 05 de outubro de 2009

MARQUES, Gabriel Garcia “O que se passa em Colômbia?”, in *Reportagens políticas. Obra jornalística 4*. 1974-1991. São Paulo-RJ, Recorde, 2006, p.262.

2. SOBRE A ATUALIDADE DE MARX

Anderson Deo

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado de discussões apresentadas nas três primeiras edições do curso *Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à Luz dos Clássicos do Materialismo Crítico*.¹ Coube-nos a tarefa de apresentar uma leitura introdutória da obra de Karl Marx (1818-1883), um panorama geral de sua produção teórico-prática – o que não é nada simples, diga-se –, fato este que condiciona o conteúdo e a forma do presente escrito.

A maior dificuldade por nós encontrada na atual empreitada foi organizar uma exposição que, ao mesmo tempo, apresentasse a trajetória teórica de Marx – o que por si só já é extremamente complexo, devido aos “pontos de inflexão”, crítica, superação e síntese, presentes em vários momentos da elaboração do autor –, relacionando-a com sua atividade política militante, na medida em que esta foi fundamental ao próprio evoluir teórico. Assim, buscamos explicitar a construção das categorias presentes na teoria social de Marx, demonstrando como estas foram elaboradas a partir de um intenso e constante processo de verificação de sua validade histórico-categorial², num esforço totalmente original de elabora-

¹ Tendo à frente o Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC) e o Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia-CNPq, sob a responsabilidade dos professores Henrique Tahan Novaes e Neusa Maria Dal Ri, o curso já contou com três edições, entre setembro de 2014 e dezembro de 2016.

² Sempre é importante notar que a elaboração teórica proposta por Marx não se aproxima, em nenhum momento, das formulações filosóficas de matriz empiristas. Pelo contrário, suas formulações resultam da crítica ao empirismo, em todas as suas vertentes, assim como ao então denominado materialismo vulgar, incluso aí o de Febuerbach, como indicado no subtítulo da obra que o mesmo escreveu em parceria com Engels (1820-1895), *A Ideologia Alemã*(1845/46). Voltaremos a esta questão ao longo do texto.

ção, onde a relação entre aparência e essência deve ser apreendida como *concreto pensado*, aproximando-se o máximo possível da *realidade concreta*³, objeto fundamental do conhecimento para o autor alemão.

Não se trata, portanto, de simplificar algo que é complexo. Pelo contrário, trata-se de um esforço de compreensão das elaborações marxianas em sua complexidade, pois estas devem refletir a complexidade da realidade analisada, do momento histórico analisado e dos fenômenos que o constituem, numa relação constante de autodeterminação, em suas mais complexas contradições, compondo a complexidade da totalidade, ou a totalidade como *complexo de complexos*, ou ainda, como já afirmado, a realidade concreta.

Uma das características fundamentais da teoria social marxiana diz respeito ao caráter totalmente original que a mesma apresenta. Podemos mesmo afirmar que, na história do pensamento ocidental – quiçá da humanidade –, Marx inaugura uma perspectiva filosófica que supera toda a tradição anterior, seja pela articulação e proposição em suas formulações sobre o processo de conhecimento, seja pela sua necessária inserção prático-política. Ao tomar a “concretude do real”⁴ como fundamento da análise científica, Marx supera todas as concepções metodológicas elaboradas até então⁵, pois estas, em linhas gerais, se pautavam em modelos aprio-

³ Trata-se de um processo de elaboração totalmente dinâmico, que busca captar a realidade concreta, que deve ser acessada ao nível da abstração (o concreto pensado), mas que, uma vez elaborada a síntese ao nível da abstração, esta deve ser novamente cotejada com a realidade analisada, portanto, com o ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento.

⁴ Este sempre entendido como processo histórico, impulsionado pela relação entre a essência e a aparência dos fenômenos sociais, cujas contradições internas agem como motriz.

⁵ Ressalte-se que originalidade não pode ser confundida com desprezo por toda tradição filosófica anterior. Como bem nos aponta Lukács (2012, p. 298), Marx é a síntese maior de uma tradição filosófica que deriva de Aristóteles, passando por Maquiavel e Vico, e que ao elaborar uma “inflexão ontológica do materialismo” alçou a ciência a outro patamar, conectando-a intrinsecamente à atividade humana, reconhecendo-lhe a função de *Praxis* humana transformadora.

rísticos que, uma vez elaborados de forma independente da realidade a ser analisada – ou quando muito, parcialmente – são cotejados com a mesma (realidade), comprimindo o real concreto ao modelo metodologicamente construído, idealizado de forma a priori. O que o pensador alemão propõe denota à necessidade de, como dito acima, as elaborações teóricas “refletirem” a dinâmica da processualidade histórica analisada⁶.

Como desdobramento necessário dessa concepção originalmente nova, encontramos a vinculação direta – também proposta por Marx – entre o pensar e o agir, como esferas distintas, mas intrínseca e irremediavelmente vinculadas e próprias dos seres humanos. Tal proposição, imprimiu um caráter radicalmente revolucionário à sua teoria social pois, como veremos à frente, as elaborações produzidas pelo autor, sobretudo a partir de 1843, apontam à necessidade de transformação radical da realidade histórica. Esse processo – de transformação – deveria (e deve) eliminar toda e qualquer forma de “exploração do homem pelo próprio homem”. Portanto, nas palavras do próprio autor, “ser radical é ir à raiz das questões, e a raiz do homem é o próprio homem”. Sendo assim, se são os homens socialmente organizados que constroem relações de exploração, somente os homens poderão superar/eliminar tais relações, construindo formas sociais que possibilitem a plena emancipação humana. Assim, a análise propositiva de Marx é também original, pois carrega consigo um conteúdo político, de transformação, ou melhor dizendo, de revolução social: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535).

⁶ A assim chamada “questão do método” em Marx, por si só, já seria um tema de largo alcance, seja pela sua profundidade, seja pela polêmica que suscitou no interior – mas não só – da própria tradição marxista. Como afirmado anteriormente, o presente trabalho cumpre uma função apenas introdutória. Nesse sentido, o livro organizado por José Paulo Netto, *O leitor de Marx* (2012), é um trabalho fundamental para orientar aos leitores numa primeira aproximação com os textos de Marx.

Devido ao seu caráter fundamentalmente revolucionário, a teoria social de Marx foi duramente combatida desde o momento de suas elaborações iniciais. Durante o século XIX, suas teses foram questionadas pela burguesia, o que há de se compreender, pois a crítica radical elaborada por Marx tem como objetivo o desvelamento da essência da forma social burguesa – o modo de produção capitalista – e, consequentemente, sua superação, a partir da ação organizada do proletariado. De qualquer forma, mesmo que as formulações marxianas nunca tenham exercido uma verdadeira hegemonia no interior do movimento operário – foram também combatidas entre frações do proletariado organizado –, alguns eventos históricos do final do século XIX, início do século XX, imprimiram grande vitalidade ao arcabouço teórico-conceitual de Marx. Referimo-nos, em específico, à Comuna de Paris (1871), a primeira grande crise mundial do capitalismo (a partir de 1857), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917), liderada pelos bolcheviques e que seria a primeira revolução de caráter socialista vitoriosa da história. No entanto, é preciso observar que, por assim dizer, tal dinâmica vem se reproduzindo desde então, qual seja: por mais que os opositores de Marx, sobretudo a burguesia – mas não só, sempre é bom lembrar⁷ –, busquem de forma constan-

⁷ Ao longo do século XX, muitas foram as manifestações de caráter político e teórico que propugnaram a “superação” da teoria marxiana, inclusive nos círculos políticos que se auto intitularam como de um “posicionamento de esquerda”, pretensamente alternativo à classe trabalhadora. Uma das principais críticas elaboradas diz respeito à centralidade do trabalho e a validade da teoria das classes sociais na segunda metade daquele século e, consequentemente, a teoria da organização e da revolução elaborada por Marx, que se desdobraram daquela formulação inicial. Foge-nos a possibilidade de sequer comentar, mesmo que superficialmente, as variadas vertentes que passam a argumentar contra o autor alemão. No entanto, vale apontar que muitas destas proposições, apesar de se intencionarem como inovadoras, reproduzem núcleos teórico-filosóficos fundamentais do pensamento burguês, inclusive em sua fase histórica mais decadente, tais como o relativismo, a negação das meta narrativas e, consequentemente, da história como processo. E até mesmo do irracionalismo filosófico, ao negarem a existência da verdade sobre as coisas e a impossibilidade do conhecimento

te questionar, deslegitimar, menosprezar e até mesmo sepultar insistentemente a obra do autor alemão, os fenômenos históricos, a realidade concreta e sua processualidade “insistem” em revitalizar sua teoria, imprimindo-lhe um grande e fundamental caráter de atualidade⁸.

O exercício de exposição que aqui propomos tem por objetivo demonstrar a atualidade e a vitalidade político-social da teoria desenvolvida por Marx. Importante dizer que não se trata de um procedimento anacrônico. Dito de outra forma, se faz mister levar em consideração que o mundo, as relações sociais, políticas e econômicas não são idênticas às da época em que Marx viveu. Muitas das questões que hoje presenciamos não estavam colocadas – não existiam enquanto fenômenos históricos e sociais – à época do autor alemão. De qualquer maneira, mesmo que não possamos incorrer no equívoco de analisar a história como uma mera “repetição de fatos”, é imprescindível reconhecer que, em essência, muitas das relações sociais descritas e analisadas por Marx se fazem presentes com toda sua força histórica até os dias atuais, ainda que com novos contornos aparentes.

Uma última observação sobre a forma de exposição que aqui propomos se faz necessária. Procuraremos apontar os principais elementos da elaboração de Marx e o processo de constituição/construção dos mesmos. No entanto, por mais que a exposição procure seguir um roteiro cronológico, este não será o critério fundamental a ser seguido.

sobre as mesmas.

⁸ O que não implica em afirmar, muito menos constatar, que há uma conexão automática entre os fatos históricos que se reproduzem, a tomada de consciência da humanidade – sobretudo das frações da classe trabalhadora – e a possível transformação daquela realidade. Dito de outra forma, não é porque os processos históricos apresentam e explicitam as contradições da forma de sociabilidade em que vivemos, que os homens vão, automaticamente, tomar consciência da necessidade de transformação revolucionária dessa mesma realidade.

I. MARX E A CRÍTICA DO ESTADO

Segundo dos oito filhos de Heinrich Marx (1782-1838) e Henriette Pressburg Marx (1787-1863), Karl Marx nasceu a 5 de maio de 1818 em Tréveris (Trier), na Renânia. Os pais de Marx eram de ascendência judaica e a região onde viviam recebera grande influência dos ideais liberais, sobretudo durante a ocupação francesa, no período das Guerras Napoleônicas (McLELLAN, 1990, p. 14)⁹.

Em 1835, Marx se transfere para a cidade de Bonn, passando a cursar direito. No ano seguinte, transfere-se para a Universidade de Berlim, e começa a frequentar os círculos culturais da cidade. Destaque para o *Doktorklub*, um círculo de intelectuais hegelianos, onde Marx entra em contato com a obra do filósofo alemão, cujo conteúdo se projetava como grande referencial na cultura de então¹⁰. Pode parecer óbvio, mas as leituras e interpretações sobre Georg W. F. Hegel (1770-1831) não eram (e não são) homogêneas, o que é próprio do debate que envolve a obra de todo grande pensador. Na cultura alemã de finais dos anos 1830 e início dos 1840 – transcorrida apenas uma década do falecimento de Hegel, portanto –, a disputa teórica sobre seu legado intelectual se dividia entre os que extraíam de suas formulações interpretações conservadoras, os “hegelianos de direita”, e aqueles que buscavam compreender a dialética hegeliana como fundamento da interpretação e apreensão do movimento histórico. Estes últimos compunham as “jovens” gerações, também denominada “esquerda hegeliana” (NETTO, 2012: p. 9). Em

⁹ Várias são as obras que tratam da biografia de Karl Marx. Para o presente trabalho, utilizamos o título *Karl Marx – Vida e Pensamento*, de David McLellan (1990).

¹⁰ Importante ressaltar que a Alemanha não existia nesse momento como um território politicamente unificado. A organização política se dava através da Confederação Germânica, um conjunto de aproximadamente 40 Estados (reinos e principados) autônomos, liderados pela Prússia. A própria formação do Estado Nacional na Alemanha, seu caráter e desdobramentos históricos, serão fundamentais nas elaborações propostas por Marx. Aponte-se que o processo de unificação alemã se consolidou em 1870/71.

1841, envolvido profundamente pelas questões que permeavam a polêmica filosófica entre os hegelianos de “direita e de esquerda”, Marx obtém o título de doutor da Universidade de Jena, apresentando um trabalho que tratava das diferenças entre Demócrito e Epicuro, sobre a filosofia da natureza em ambos os autores.

Entre abril de 1842 e março de 1843, Marx passa a colaborar com o periódico *Gazeta Renana*. Fundado em janeiro de 1842 na cidade de Colônia, o jornal era uma iniciativa das frações burguesas da região da Renânia, que buscavam propagar uma leitura liberal em oposição às posturas reacionárias de Frederico Guilherme IV (então rei da Prússia)¹¹ É nesse período que, como afirmaria posteriormente na *Introdução à crítica da economia política*, de 1857, que nosso autor tomaria contato com as “questões materiais”, ao discutir a legislação referente a apropriação da lenha, nos vales do Mosela. Legislação esta que impedia os camponeses de terem acesso àquela fonte de energia indispensável, pauperizando ainda mais suas condições de vida. À frente do jornal (Marx assume a redação em outubro de 1842), a publicação aprofunda o tom de crítica social, o que faz com que as autoridades exijam sua demissão, o que prontamente será aceito pelos proprietários do periódico. Antecipando-se aos fatos, Marx demite-se em março de 1843.

Em junho de 1843 Marx se casa com Jenny von Westphalen (1814-1881), e passa a maior parte do segundo semestre daquele ano na estância termal de Kreuznack. Esse período de “lua de mel” será de extrema importância no processo de elaboração de nosso autor. Sem abandonar suas preocupações filosóficas, dedica-se ao estudo de filósofos que

¹¹ Importante ressaltar que o conteúdo da teoria liberal, tal como absorvido e reproduzido historicamente na Alemanha, foi marcado por seu caráter “débil” e “incompleto” quando comparado à forma congênere francesa, ou mesmo inglesa. Isso implica em afirmar que, no período em que o liberalismo passa a ser reproduzido pela burguesia alemã, este o será apenas “parcialmente”, de maneira apenas reformadora, sem a reprodução do caráter radical que apresentou na França, por exemplo, ao inspirar o processo de ruptura radical levado a cabo pela Revolução Francesa.

debateram a teoria política, tais como Rousseau e Montesquieu. Cada vez mais se afastando das formulações hegelianas – para o qual a publicação de *A essência do cristianismo*, em 1841, de Feuerbach, foi fundamental – Marx passa a compreender a essência própria do Estado, relacionando-a a sua base material e, apreendendo, portanto, as relações sociais concretas que originam esse ente político.

Entre 1843 e 1848, Marx produz uma série de trabalhos que dariam início a uma produção teórico totalmente inovadora. Esse processo de inflexão¹², contou com a fundamental presença de Friedrich Engels (1820-1895), numa das maiores e mais fecundas parcerias intelectuais que a humanidade já presenciou¹³. Destacamos desse período os títulos: *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (também conhecido como *manuscritos de Kreuznach*, só vieram à público em 1927) e *Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução*¹⁴ (1844), *Sobre a questão judaica* (1844), *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social – De um prussiano* (1844), *A sagrada família* (a primeira parceria com Engels, de

¹² Tratamos do caráter processual presentes nas formulações marxianas no trabalho intitulado “Alguns apontamentos sobre a concepção de partido em Marx – 1843 a 1848” (In:) DEL ROIO, M. (Org.) *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

¹³ Como bem nos demonstra José Paulo Netto, na introdução ao volume dedicado a Engels, na coleção *Grandes Cientistas Sociais* (1981), o primeiro contato entre Marx e Engels ocorreu em outubro de 1842, quando o primeiro ainda ocupava a posição de redator da *Gazeta Renana*. A despeito de um primeiro contato sem grande entusiasmo da parte de Marx, a partir da publicação de Engels, no primeiro e único número dos *Anais Franco-Alemães* (organizado por A. Ruge e pelo próprio Marx, em 1844), intitulado *Esboço de uma crítica da economia política*, os dois se aproximam numa relação de amizade afetiva e intelectual que duraria por toda a vida. Por mais que o próprio Engels tenha se colocado na posição de “segundo violino” em relação à parceria teórico-política com Marx, José Paulo Netto afirma que há elementos de originalidade na obra do próprio Engels, assim como contribuições decisivas deste às elaborações de Marx. Veja-se op. Cit. (ENGELS, 1981).

¹⁴ À época, somente o manuscrito com subtítulo “Introdução” veio a público.

1845), *A ideologia alemã* (em parceria com Engels, foi redigida entre 1845 e 1846, mas publicada apenas em 1932)¹⁵ e o *Manifesto Comunista* (também com Engels, de 1848).

A complexidade dos temas tratados por tais publicações, sua amplitude e profundidade, escapam aos intentos do presente escrito. Cabe-nos aqui apontar que, a partir desse momento, Marx produz uma crítica radical ao Estado, que será aprofundada e tomada como pressuposto em toda sua obra posterior¹⁶. Assim, observamos que Marx passa a compreender o Estado como o ente social que resulta das relações contraditórias que existem na base material da sociedade (a sociedade civil). São os interesses coletivos, de classes sociais distintas – e não de indivíduos, como pretendia Hegel – que fazem com que em determinadas formações sociais sejam organizadas estruturas políticas, com todo o arcabouço jurídico-militar que lhes é própria, para regular as relações sociais de acordo com os interesses das classes sociais dominantes. Portanto, diferentemente de Hegel – e de toda a tradição filosófica burguesa, sobretudo a liberal¹⁷ –, Marx identifica na essência do Estado seu conteúdo material, de classe, como instrumento de dominação de uma classe sobre o restante da sociedade.

¹⁵ As *Teses ad Feuerbach*, redigidas por Marx, também são de 1845.

¹⁶ É sabido que Marx tinha como objetivo nesse momento de suas formulações, produzir um trabalho sistematizado sobre o Estado. No entanto, arriscamos a afirmação de que tal empreitada não foi levada a cabo devido às contingências teórico-políticas que a militância de Marx – e também de Engels – exigiam. Tal constatação, porém, não elimina o fato de que uma concepção sobre o Estado esteja presente no conjunto de sua obra, sobretudo como crítica radical ao Estado. Não como uma “ciência política” que busca descrever o que seria esse ente social, mas sim como teoria que busca a destruição e a superação revolucionária do Estado.

¹⁷ Importante notar que a filosofia política de Hegel não pode ser identificada de forma imediata como pertencente à tradição liberal. Mesmo que os pressupostos idealistas estejam presentes em ambos, da forma como entendemos, Hegel se diferencia substancialmente do liberalismo político ao pressupor como fundamento de suas elaborações o ser humano como sujeito histórico, o que não é verificável na tradição liberal, uma vez que esta se fundamenta numa “natureza humana”, anterior à vida em sociedade.

Dessa constatação decorre a identificação, bem como o início das formulações, de uma teoria das classes sociais, da luta de classes, da organização da classe em partido, do desenvolvimento de uma teoria da revolução social e, concomitantemente, de uma concepção de História que, diferentemente de toda a tradição teórico-filosófica anterior, compreende o homem como sujeito ativo do processo de construção da realidade histórica, apreendendo-o como sujeito universal, responsável por todos os fenômenos sociais que compõem a totalidade histórica. Sendo assim, Marx identifica que as contradições sociais, explicitadas pela e na luta de classes, constitui-se como “o motor da história”. Que tal como esta se reproduzira até então – e até hoje, acrescentamos – a dominação e a exploração de classe, do homem pelo próprio homem, reproduziu-se como regra. Portanto, para que a humanidade ascenda à plena liberdade – a emancipação verdadeiramente humana – será necessário que a classe imediatamente explorada, aquela que é explorada em sua força de trabalho, organize-se enquanto partido – enquanto parte revolucionária da sociedade – e lute pela tomada do poder do Estado para, uma vez que passe a controlá-lo, de origem ao processo de construção de uma nova forma de sociabilidade, onde a organização da produção seja fundamentada na “livre associação de trabalhadores livres”, levando a destruição e superação de toda a forma de exploração do homem pelo homem e, conseqüentemente, do próprio Estado. O sujeito histórico dessa revolução seria o proletariado, pois esta classe é a síntese histórica da exploração de classes. Portanto, ao se libertar da exploração capitalista, criaria as condições de superação de toda e qualquer forma de exploração. Ao final do Manifesto Comunista, Marx afirma “[...] Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser seus grilhões. Têm um mundo a ganhar.” E conclui apontando à necessidade da luta internacionalista, universal “proletários de todos os países, uni-vos” (MARX: 2010, p. 69).

Além dos temas acima apontados, tais obras marcaram, definitivamente, a ruptura de Marx – e também de Engels – com a tradição “hegeliana de esquerda”, na qual se vinculava até então. Portanto, esse foi, também, um período de “acerto de contas teórico” com seu passado, onde, a partir da crítica à maioria de seus interlocutores¹⁸ – alguns de convivência até mesmo pessoal – nosso autor supera seus limites teóricos anteriores, num exercício constante que marcaria toda sua vida intelectual.

II. OS PRIMEIROS ESCRITOS ECONÔMICOS

Nesse momento de inflexão, ao cotejar suas formulações com a realidade concreta – com a realidade em movimento –, Marx percebe a necessidade de compreender os fundamentos econômicos, as estruturas materiais que compõem os complexos sociais, principalmente aquelas em que se insere o seu presente, a economia capitalista¹⁹. Como afirmado anteriormente, os conflitos e a miséria social decorrentes da implementação de uma legislação sobre a propriedade fundiária na região do Vale do Mosele, fizeram com que Marx se dedicasse a compreender os complexos econômicos em sua autorrelação com os demais complexos sociais. Nesse sentido, o texto de Engels *Esboço de uma crítica da economia política*, de 1844, influenciou profundamente as preocupações de Marx acerca da temática²⁰. Seus primeiros escritos

¹⁸ A crítica se dirige inicialmente à Hegel, em seguida L. Feuerbach, A. Ruge, aos irmãos Bauer (Bruno e Edgar), M. Stirner, ao socialista francês P.-J. Proudhon, entre outros.

¹⁹ Na obra de Marx, a definição “economia política” diz respeito a teria econômica produzida pela burguesia, historicamente definida como liberalismo econômico. Em seus escritos iniciais, seguindo a denominação que Engels utilizava, Marx utiliza a expressão “economia nacional”.

²⁰ Importante lembrar que Engels havia passado uma temporada em Manchester, Inglaterra, cuidando dos negócios de seu pai. Nesse período (entre 1842 e 1844) toma contato direto com o proletariado inglês e suas organizações políticas, elaborando um profundo que seria publicado em 1845 com o título de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Como nos

que tematizam sobre a economia política foram os *Manuscritos econômico-filosóficos* (redigidos em 1844, mas que só foram publicados em 1932) e *Miséria da filosofia* (1847).

A temática da alienação – que havia sido discutida ao nível da política na crítica a Hegel – volta a ser debatida, com o desvendamento do processo em sua origem material. Ao discutir a questão do trabalho assalariado, da propriedade privada, da produção da mercadoria, Marx identifica que a essência humana²¹ é estranhada de si mesma, pois a apropriação privada do trabalho e de seus resultados, produz um mundo “fantasmagórico” aos homens, desdobramento direto da alienação do trabalho, onde o resultado do trabalho (a mercadoria e sua constante reprodução/valorização), passa a determinar a lógica do processo produtivo, produzindo uma imagem “invertida” na consciência do trabalhador, pois, ao se submeter à lógica da reprodução da mercadoria, aquele – o trabalhador – não se identifica como sujeito do processo, mas sim objeto do mesmo. Este mundo objetificado, reificado, expande-se ao nível da consciência em todas as dimensões sociais. E ao reproduzir-se, reproduz também comportamentos humanos objetificados, estranhados, num constante e aprofundado processo de alienação.

Em *Miséria da filosofia*, Marx já demonstra um maior aprofundamento e domínio sobre a teoria econômica. Aqui, pela primeira vez, o filósofo alemão apresenta uma análise sistematizada do modo de produção capitalista. Para tanto, sua análise se fundamenta na constante historização das categorias econômicas o que permite “[...] uma visão de conjunto da gênese, do desenvolvimento e das contradições desse modo de produção.” (NETTO, 2012, p. 17). Nesse sentido,

demonstra Netto (op. Cit. 1981), algumas passagens de Engels chegam a ser reproduzidas literalmente por Marx em sua obra de maior envergadura *O capital*.

²¹ Entenda-se aqui por essência humana aquilo que é próprio ao ser humano como ser social, ou seja, o trabalho como categoria essencialmente humana. György Lukács (1895-1971) afirma que Marx é o responsável pela formulação de uma nova ontologia, fundada na categoria trabalho, dando origem a uma “ontologia do ser social”.

observamos um salto qualitativo na teoria social que estava sendo desenvolvida por Marx. Ao analisar a realidade em sua totalidade, oferece a apreensão da essência dos fenômenos sociais em toda sua complexidade.

O texto foi produzido como resposta – demolidora, diga-se – de Marx à obra *Filosofia da miséria* (1846), de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), o que denota, simultaneamente, o conteúdo de enfrentamento político presente na obra. Desde a época da Gazeta Renana, Marx – e depois de 1844, em parceria com Engels – passa a atuar politicamente, aproximando-se cada vez mais das organizações do proletariado. Não por acaso em 1847, Marx e Engels filiam-se à Liga dos Justos, cuja denominação seria modificada logo em seguida, passando a se chamar Liga dos Comunistas. Nesse mesmo ano foi organizado o primeiro congresso dessa organização, em Londres, e Marx e Engels foram incumbidos de redigir um manifesto de fundação, O manifesto comunista²². Através da crítica teórica à Proudhon, Marx também explicitou as fragilidades, incongruências e debilidades de uma corrente socialista francesa que influenciava o movimento operário não só em seu país de origem, mas também de outras nações.

Após 1848, Marx se dedicou cada vez mais aos estudos sobre economia. Num esforço teórico – mas também pessoal – monumental, desenvolve sua teoria social, aprofundando conceitos, retificando alguns, elaborando outros, a partir de novos estudos e pesquisas, até produzir aquela que é, sem dúvida, sua obra de plena maturidade intelectual, *O capital. Crítica da economia política* (1867). A teoria do valor trabalho será consolidada nesse período, com o desenvolvimento dos conceitos de “mais-valia” (ou mais valor, como apontam novas traduções), “lei geral da acumulação”, “lei da queda tendencial da taxa de lucros”, entre tantos outros.

²² Para um aprofundamento na questão da militância de Marx durante esse período, veja-se o fundamental trabalho de LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.

III. MATURIDADE INTELECTUAL

Durante o período citado acima interrompe seus estudos em vários momentos, devido à sua militância política (voltaremos a essa questão adiante), além das questões de saúde, que se agravaram ao longo dessa trajetória. Mesmo assim, Marx produziu uma série de trabalhos que demonstram o processo de elaboração de nosso autor²³, dentre os quais citamos: *Trabalho assalariado e capital* (1849), *Esboços de uma crítica da economia política* (os “Grundrisse” começam a ser redigidos em 1857) que serviram de base à obra *Para a crítica da economia política* (1859), *Salário, preço e lucro* (1865) e o primeiro livro de *O capital* (1867). Como já afirmado anteriormente, não nos é possível – e nem seria teoricamente responsável de nossa parte – sequer esboçar qualquer tipo de súmula teórica de tais obras, bem como das categorias que estão desenvolvidas nas mesmas. Apoiamo-nos nas formulações de José Paulo Netto (2012) para indicarmos algumas das principais contribuições oferecidas pela teoria social marxiana em sua maturidade, que estão presente n’*O capital*, quando este aponta que

Mais de um século depois da morte de Marx, é compreensível que *O capital* não baste para apreender o modo de produção capitalista em sua feição contemporânea. No entanto, os principais resultados a que Marx chegou têm sido largamente comprovados pela prática social e pela história; (NETTO, 2012: p. 29)

Tal constatação proposta por Netto, diz respeito ao que indicamos na introdução ao presente trabalho, quando afirmamos o cuidado necessário de evitarmos o anacronismo, mesmo reconhecendo que elementos essenciais do modo de

²³ Os textos que aqui citamos são aqueles de maior relevância para nossa exposição. Cabe apontar que a obra de Marx é muito mais extensa e que muitos de seus escritos ainda permanecem inéditos ao grande público.

produção capitalista continuam se reproduzindo tal como apresentado por Marx n' *O capital* e assim definido por Netto:

1. o modo de produção capitalista dispõe de extraordinário dinamismo para a reprodução de riquezas materiais e exerceu, historicamente, um papel civilizador;
2. à medida que se desenvolve, o modo de produção capitalista revela contradições inextirpáveis, que se manifestam nas suas crises periódicas (componente ineliminável da sua dinâmica, elas não o suprimem, mas criam condições para que a intervenção consciente dos trabalhadores possa superá-lo);
3. nessa mesma medida, o papel civilizador do modo de produção capitalista se atrofia e se converte em seu antípoda, a barbarização da vida social, consequência da lei geral da acumulação;
4. o modo de produção capitalista, a partir de sua plena maturação, engendra fortes tendências ao bloqueio da sua própria dinâmica;
5. o modo de produção capitalista não é a expressão de uma pretensa ordem natural, menos ainda o fim da história: é uma modalidade temporária, transitória e substituível de organização da produção e distribuição das riquezas sociais. (Idem, p. 29).

Paralelamente, Marx continua atuando politicamente, militando nas organizações do proletariado e produzindo análises sobre o desenvolvimento da luta de classes. Já em 1848, diante da eclosão da primeira onda revolucionária proletária da história, Marx retorna à cidade de Colônia e funda a *Nova Gazeta Renana* (junho de 1848 a maio de 1849), um periódico dedicado a analisar a onda revolucionária em curso e também instrumento de formação e propaganda do prole-

tariado alemão. Dito de outra maneira, o jornal foi organizado como “arma teórica” dos trabalhadores e da revolução, sendo reconhecido por Lenin como “o melhor e nunca superado órgão do proletariado revolucionário”. A derrota da revolução leva também ao fechamento do jornal. Em 1850, publica *Luta de classes na França* e em 1852 *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. Tais escritos demonstram um profundo censo de realidade que Marx desenvolvia em suas análises, reproduzindo de forma minuciosa os contornos e movimentos das classes sociais e dos contextos históricos debatidos. Conceito fundamental desenvolvido por pelo autor nos referidos escritos, foi o de *bonapartismo*, onde evidencia o esgotamento do caráter revolucionário e até mesmo progressista da burguesia, que passa a se posicionar politicamente de forma a garantir seus interesses de reprodução econômico-social.

Em 1864, foi fundada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores, *A Internacional*. Marx participou ativamente da sua criação, sendo responsável pela redação de seu manifesto de fundação e ocupando cargos na direção geral da entidade. As divergências interna também envolveram as elaborações de Marx, sobretudo com os anarquistas, que culminaria com a expulsão de sua principal liderança, Mikhail Bakunin (1814-1876). Em 1871, eclode a Comuna de Paris, caracterizada por Marx como a primeira experiência de transição de caráter socialista. Suas análises sobre os acontecimentos parisienses foram publicadas no mesmo ano em *A guerra civil na França*. Nesse escrito, nosso autor elaborou uma minuciosa análise sobre o contexto francês, passando pela Guerra Franco-Prussiana, pela derrota francesa e o consequente fim do segundo império, a proclamação da república, a guerra civil e, finalmente, a luta dos comunardos. Indica os limites e erros que o movimento revolucionário possuía, assim como suas virtudes e principais feitos, concluindo que a Comuna não teve tempo para edificar seus feitos e lançar os alicerces de uma nova sociedade, pois foi duramente combatida e derrotada pela burguesia francesa em aliança com a

Alemanha. Diante do refluxo do movimento revolucionário mundial, Marx e Engels propõem o encerramento dos trabalhos da Internacional, o que foi aprovado em 1876.

Um último escrito que aqui citamos é *Crítica ao programa de Gotha* (1875). Considerado por muitos como o último grande texto de Marx, esse trabalho foi elaborado com o objetivo de apontar os limites, os equívocos e o caráter reformista do Partido Social Democrata Alemão. O texto traz ainda reflexões fundamentais sobre a transição revolucionária de caráter socialista.

IV. APROXIMAÇÕES FINAIS

Em 1917, a humanidade presenciou a primeira revolução de caráter socialista vitoriosa da história. Os bolcheviques, liderados por Lenin e abastecidos com a “arma da crítica” marxiana – além da “crítica das armas”, é claro – tomaram de assalto o Palácio de Inverno e demonstraram ao mundo que sim, era possível, além de necessário, que as classes exploradas tomassem o poder e caminhassem rumo à construção de uma sociedade humanamente emancipada, humanamente livre, tal como propugnara Marx. Demonstrava-se mais uma vez que “são os homens que constroem a história”, a partir de seus interesses, organizados coletivamente, respondendo às contradições e necessidades de seu tempo. Cem anos se passaram desde a revolução Russa. A própria experiência de transição socialista iniciada em 1917 foi derrotada, o que levou aos apologetas do sistema de reprodução do capital a afirmarem que Marx estava definitivamente morto e sepultado.

O capitalismo, em sua forma de reprodução imperialista avançou sobre o mundo, mundializando as relações de produção/circulação da riqueza social, assim como, mundializou a exploração do homem pelo próprio homem, ampliou e ao mesmo tempo aprofundou a barbárie, seja através da fome, das guerras, ou da violência cotidiana das grandes cidades. Os ciclos de crescimento econômico capitalista são

cada vez mais curtos, interrompidos por crises endógenas ao modo de produção, como já indicara nosso autor, que levam a destruição da força de trabalho em sua mais variadas formas de composição, jogando a mais absoluta miséria um contingente populacional gigantesco e que cresce a cada dia, de forma vertiginosa. Como também já nos apontava Marx, não há modo de produção capitalista sem miséria e pauperização das massas trabalhadoras. Miséria esta que se reproduz, também, ao nível das consciências, com um aprofundamento do embrutecimento, do estranhamento e alienação humanas.

As guerras ao longo do século XX, mas principalmente no início do XXI, demonstram claramente os interesses das burguesias que controlam os governos dos países centrais, que exercem a hegemonia econômica mundial, na sua busca incessante pela acumulação privada da riqueza. Nesse processo, a burguesia abre espaço à manifestação profundamente execrável do fascismo, cujas formulações são de responsabilidade ideológica e social desta classe, sempre é bom lembrar.

Posto isso, cabe-nos indagar: há futuro para a humanidade no capitalismo? Para esta resposta, oferecemos o legado da teoria social marxiana!

V. REFERÊNCIAS

Citações Diretas

DEO, A. Alguns apontamentos sobre a questão do partido em Marx – 1843 a 1848. (In:). DEL ROIO, M. (Org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ENGELS, F. Esboço de uma crítica da economia política. (In:) *Grandes Cientistas Sociais – Engels: política*. NETTO, J. P. (Org.). São Paulo: Ática, 1981.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MCLELLAN, D. *Karl Marx, vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MARX, K. & ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P. (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Citações indiretas:

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo *O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano*. In: *Revista Praxis*, Nº 5. Belo Horizonte: Projeto, 1995.

_____. Introdução à Crítica da Economia Política. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.

_____. *Para a crítica da economia política* – Prefácio. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974b.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Os Pensadores*. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974

_____. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1997.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2005.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

3. CAPITAL E VIOLÊNCIA: UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE ROSA LUXEMBURGO

Eduardo Barros Mariutti

INTRODUÇÃO

O objetivo básico deste capítulo é apresentar os fundamentos do pensamento de Rosa Luxemburgo, destacando a sua relevância teórica tanto de um ponto de vista *geral* – isto é, enquanto uma forma peculiar de se pensar as características e a dinâmica do modo de produção capitalista – quanto para uma análise crítica da nossa conjuntura. Esta tarefa é necessária pois a sua fama decorre predominantemente do seu icônico e trágico papel como ativista política. Um papel importante, sem dúvida. Mas esta impressão não é fortuita: a ênfase em sua trajetória pessoal costuma colocar deliberadamente na penumbra a importância das suas formulações teóricas, onde se destacam – quase sempre sem comprovação ou aprofundamento – um conjunto de “erros”: subconsumismo, falta de dialética, catastrofismo, voluntarismo, ecletismo, etc. O ponto é que, de um modo geral, estas críticas partem de um terreno que Rosa buscava desesperadamente abandonar: o economicismo que decorre de uma visão muito estreita do que se deve entender por modo de produção capitalista. Com a profissionalização e burocratização da universidade esta tendência se acentuou, eclipsando o que o pensamento de Luxemburgo tem de mais profícuo e original. O aspecto mais relevante da perspectiva de Rosa é a possibilidade de (re)pensar o conceito de Modo de Produção para além das interpretações estreitas que esterilizaram o marxismo: entendê-lo não como um sistema econômico, mas como *modo de produção da vida social*. O aspecto mais surpreendente disto é que Rosa não teve acesso às obras como a *Ideologia Alemã* e os *Grundrisse*, ainda inéditas enquanto ela vivia. No

entanto, uma leitura atenta mostrará que ela estava muito próxima da concepção do modo de produção *capitalista* como uma *forma de articulação* das várias dimensões da vida social, isto é, uma “totalidade”.

O CAPITALISMO COMO *FORMA UNIVERSAL*

A maioria das críticas à interpretação do imperialismo proposta por Rosa Luxemburgo não levam em conta o modo como esta questão se liga ao núcleo central que articula e *singulariza* o seu pensamento: o esforço de pensar o Modo de Produção Capitalista como uma forma peculiar de reorganizar violentamente *o conjunto da vida social* em função da acumulação incessante de capitais. Definido desta forma, longe de ser o portador do progresso ou da civilização, o capital tem um ímpeto intrinsecamente expansionista, em um duplo sentido. O mais evidente fica patente na sua rápida e vigorosa capacidade de se alastrar geograficamente por todo o globo terrestre. Mas o segundo sentido é mais importante e, na realidade, conduz o primeiro: a *acumulação* capitalista está fadada a *colonizar* e ajustar à sua lógica *todas* as dimensões da realidade social. É nesta acepção peculiar que o capitalismo se impõe progressiva e contraditoriamente como uma *forma universal*, que dissolve e se alimenta das relações sociais estranhas a ele. E, depois que a concorrência dos capitais se desloca para o plano mundial, o imperialismo capitalista se converte no *principal* instrumento de expansão e valorização do capital.

Para dar início à reconstituição do seu pensamento, um bom ponto de partida é o último parágrafo de *A Acumulação de Capital* que, não por acaso, deixa explícito a *unidade* do argumento que permeia toda essa obra:

“O capitalismo é a primeira forma econômica” [*Wirtschaftsform*] “capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais for-

mas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas a satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio o desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta.”¹

Essa passagem é importante e merecer ser analisada detidamente. Como a acumulação é o meio e, em última instância, a *própria finalidade* do capital, o modo de produção capitalista é o único necessariamente expansionista, isto é, que luta sistematicamente pela dissolução e incorporação dos elementos de os demais *modos de produção* ao seu metabolismo. O ímpeto do capital é, portanto, tentar elevar ao máximo a velocidade da sua reprodução² e *ampliar* a massa de meios de produção e trabalho à sua disposição. Logo, sua marca decisiva reside no seu impulso em *desatrelar* violentamente o trabalho e os meios de produção das formas sociais distintas dele para, na sequência, poder subordiná-las à sua

¹ *A Acumulação de Capital* Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984 p. 98.

² Neste plano da análise, o termo *reprodução* faz mais sentido do que o termo *rotação*, pois este geralmente remete à análise economicista no horizonte dos esquemas de reprodução.

autovalorização. Em termos mais diretos: o capital tem como tendência a mercadorização plena da natureza e da vida social.

Para melhor entender a peculiaridade da *acumulação capitalista* na visão de Rosa Luxemburgo, é importante destacar como ela a diferencia da dinâmica da economia natural e da economia mercantil. Por “economia” natural devemos entender as formas sociais onde as *unidades produtivas* são autossuficientes e, portanto, estabelecem relações no seu interior e entre si de cunho não mercantil. Um eventual *mercado* pode surgir, mas com a condição de operar *apenas* com os excedentes, sendo, portanto, incapaz de influenciar significativamente as relações sociais de produção (geralmente escoradas em princípios como reciprocidade e redistribuição, mediadas por relações de parentesco). Há sempre, portanto, em toda economia natural, nos termos de Rosa, *um vínculo peculiar entre os meios de produção e a mão de obra* que as isola do mercado e da acumulação de tipo capitalista. Neste caso, portanto, se surge um setor mercantil, ele é *restrito* e necessariamente marginal: a dinâmica do mercado não é capaz de transformar a natureza das relações sociais no interior das unidades produtivas e, portanto, opera à margem da sociedade. Nesta concepção o termo *economia* é sempre entendido de forma abrangente, isto é, como a reprodução dos meios e formas de vida de uma dada sociedade e, desse modo, o adjetivo “natural” é empregado para caracterizar todas as economias onde o mercado não é essencial para essa reprodução.

É muito comum criticar o suposto “simplismo” desta definição. A crítica perde o sentido se levarmos em conta o fato, bastante óbvio, de que Rosa Luxemburgo usa esta definição por contraste ao *mercado capitalista*, isto é, com o objetivo de, comparando com outros tipos de organização social, marcar a singularidade do tipo de sociabilidade engendrada pelo modo de produção capitalista. Para tanto, não é necessário - e nem possível - fazer a etnografia de *todas* as sociedades não capitalistas. Sequer ela comete o erro de parte da an-

tropologia e história econômica que a sucedeu, que tende a definir economia natural como uma “economia” de baixa produtividade e *sem poupança*, isto é, uma economia da miséria.³ Embora muito breves, as descrições de Rosa sobre o dinamismo e a centralidade da comunidade rural indiana (que sobreviveu a diversos conquistadores, mas não aos ingleses) e da família argelina, por exemplo, mostram que Rosa não caracterizava as “economias naturais” como *sociedades* estagnadas, simples ou desprovidas de dinamismo,⁴ embora, repetidas vezes, ela use o termo “primitivo” para caracterizar sociedades estruturadas predominantemente pelo parentesco ou pelas comunidades locais. Porém, mesmo nestes casos, ela reconhece que tais sociedades possuem uma dinâmica *qualitativamente* diferente do padrão típico das sociedades capitalistas.⁵

A peculiaridade da economia mercantil reside em outro aspecto: o mercado é uma etapa importante da reprodução social, já que os produtores se articulam predominate-

³ Desde a década de 1950 esta percepção tem sido atacada, particularmente pelos antropólogos econômicos e pela escola dita “substantivista”, que emana da obra de Polanyi. Mas duas críticas, compatíveis com os insights de Rosa Luxemburgo, são bastante incisivas e merecem destaque: Marshal SAHLINS *Stone Age Economics* Chicago: Aldine Atherton, 1972 cap. 1 e Pierre CLASTRES *A Sociedade contra o Estado* Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1988 caps 1 e 11 [1974].

⁴ Cf. *A Acumulação...* op. cit. p. 37.

⁵ Na verdade, Rosa é um pouco ambivalente a esse respeito. Em nenhum momento ela cai no mito do bom selvagem. A ambiguidade está em outro plano. Ela tende a olhar para essas sociedades não como relíquias, mas como referências para se lutar para a constituição de formas de vida radicalmente distintas da capitalista (e, é claro, dessas próprias sociedades, que também são violentas e permeadas pelo poder). Mas abunda em seu pensamento a tese de que o capitalismo tem uma *função* a cumprir: preparar o terreno para o socialismo que, muitas vezes, é entendido como uma sociedade *planificada*. Logo, a crer nisto, o capital tem um papel civilizatório no sentido de desenvolver as forças produtivas muito mais do que qualquer outra forma social, mas é seu formato anárquico que consiste no problema central: socialismo seria *o ato de construir socialmente o planejamento*, que desenvolveria “todas as forças produtivas do planeta” em função das necessidades da humanidade.

mente pela troca mercantil. Este tipo de sociedade possui diversas variantes, que podem ser perfiladas tendo como referência dois extremos. De um lado, situam-se as sociedades de pequenos produtores que trocam os *produtos do seu trabalho* em mercados locais, geralmente regulados pela magia ou por padrões “éticos” (como, por exemplo, a noção medieval de preço justo). E, mesmo se utilizarmos uma noção muito elástica de troca (como, por exemplo, costumam fazer os discípulos de Murray Rothbard), uma característica fundamental deve ser destacada: estas sociedades possuem *esferas distintas de intercâmbio*,⁶ que não respondem a um mecanismo geral formador de preços, pois cada uma destas esferas possui normas e princípios particulares, que operam separadamente. Por conta desta separação, não existe um equivalente geral, pois os “produtos” e os processos que se concretizam em cada uma dessas esferas são incomensuráveis do ponto de vista da quantidade. Os princípios integradores são outros: parentesco, religião etc. De outro, podemos situar sociedades mais centralizadas, onde os mercados locais operam em sincronia com o poder central (o que configura os “modos de produção” tributários ou redistributivos) e com zonas de elevada autarquização. Rosa Luxemburgo não faz esta distinção, mas ela está implícita no modo como ela conduz a sua análise sobre a penetração do capital nas sociedades não capitalistas. No caso das sociedades já imersas em relações mercantis, o capital geralmente penetra em associação com as elites locais (o topo da burocracia imperial, os mercadores ligados à cúpula da sociedade, etc.) e se espalha pela construção de ferrovias e novos sistemas de transporte, forcejando por todos os meios disponíveis - pressão fiscal, violência, guerra, revolução etc. - para que estas regiões se integrem e respondam ao ritmo ditado pela acumulação de capitais. No entanto, por vezes, é o próprio processo de destruição da “economia natural” - isto é, “de sua unidade formal de entidade social autô-

⁶ Cf. George DALTON “Economic Theory and Primitive Society” *American Anthropologist* Vol. 63. No. 1 (1961) p. 10-11;

noma” - que inclui essas comunidades na teia das relações mercantis.

O ponto decisivo é que a dinâmica desse processo de alargamento e intensificação do mercado capitalista deriva da intensa concorrência de capitais dos países capitalistas avançados, *necessariamente* são forçados a transpor a disputa para o plano internacional, “em luta pelas condições restantes de acumulação” pois, sem a presença e a indução violenta do capital proveniente “de fora”, o grau de mercadorização da natureza e das sociedades não capitalistas permaneceria muito restrito e, portanto, incompatível com as pressões engendradas pelo novo tipo de concorrência intercapitalista que marca o imperialismo. É, portanto, a intensa rivalidade entre os países centrais que impele o capitalismo para fora da zona ordem dominam as relações de produção especificamente capitalistas.⁷

O ponto é que, o capitalismo, ao se formar, nasce *entrelaçado* às diversas formas estranhas a ele:

“O capitalismo veio ao mundo e se desenvolve em meio social não capitalista. Nos países da Europa Ocidental ele se desenvolve inicialmente no meio feudal, o qual lhe comunica a sua forma primitiva. A economia servil do campo e as corporações profissionais urbanas formam o cenário de sua primeira infância. Posteri-

⁷ “O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento de acumulação e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.” Rosa Luxemburgo *A Acumulação...* op. cit. p. 63. É o próprio vínculo com o capitalismo que tende a transformar a economia mercantil. E isto nos dois casos, isto é, tanto no que diz respeito às economias mercantis *criadas* pela destruição violenta das formas de comunidade não mercantis a serviço do capital, quanto no caso das economias que já tinham um setor mercantil restrito previamente ao seu contato com os capitais internacionais.

ormente, *após a queda do feudalismo*, terá por ambiente o meio camponês-artesanal, ou seja, o meio da produção simples, de cunho mercantil, seja agrícola, seja artesanal. Além desses *limites imediatos* vamos encontrar depois toda uma vasta área de culturas não-europeias, área que envolve o capitalismo europeu e *lhe oferece* uma escala completa de estágios evolutivos vários, tanto abrangendo hordas comunistas mais primitivas, de caçadores nômades e de simples coletores, quanto populações que se dedicam à produção mercantil artesanal e camponesa. *É esse o meio em que prossegue a marcha do processo capitalista de produção.*”⁸

A despeito de um certo esquematismo, traços evolucionistas e pequenas imprecisões, esta passagem resume a essência do argumento geral de Rosa Luxemburgo.

O INTERNO E O EXTERNO

Podemos dar mais um passo. A citação acima mostra que não se trata de um simples alargamento da zona capitalista. Rosa pretende destacar o movimento de *acumulação* de capital em sua dupla dimensão: a *interna*, amplamente estudada pelo marxismo e pela Economia Vulgar e a *externa*, isto é, o *modo* como o capital invade e se associa às formas de produção e de exploração inicialmente estranhas a ele. Neste sentido, portanto, ela se afasta radicalmente do modo como o debate sobre as relações entre o “mercado interno” e o “externo” se estruturou no marxismo e na Economia Política. Isto fica explícito na seguinte passagem:

“O mercado interno e o mercado externo desempenham, sem dúvida, papel importante e inconfundível na evolução do

⁸ *ibid.* p. 31.

desenvolvimento capitalista, não como conceitos de Geografia Política, mas de Economia Social. Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora dos seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Desse ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo.”⁹

Isso a afasta definitivamente tanto da discussão clássica quanto, posteriormente, das acusações – expostas principalmente por Joan Robinson - de ter sido uma precursora do keynesianismo. Quem se situa *fora* das relações sociais especificamente capitalistas e, portanto, ainda não foi integralmente sociabilizado como uma mercadoria, alimenta indiretamente o capital com os *produtos* do seu trabalho e, se contribuiu para a valorização, o faz como *comprador* de mercadorias, posição distinta do *consumidor* de mercadorias que, desde o início, já estava preso ao circuito do capital e, de certo modo, torna-se um *produto* do seu metabolismo.

Portanto, a questão do interno e do externo remete à diferenciação entre consumidor e comprador, uma distinção de importância fundamental, que já transparece em *A Acumulação de Capital*, mas só é tematizada com mais clareza em *Anticrítica*. Uma passagem desta obra é particularmente ilustrativa:

⁹ ibid. p. 29.

“Para que a acumulação se verifique é necessário encontrar outros *compradores* que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação. Os *compradores* necessários *devem ter meios próprios de compra, meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista*, tais como as que dispõe os trabalhadores, ou os colaboradores do capital – os órgãos estatais, o exército, o clero, as profissões liberais. Devem ser estes, portanto, os *compradores*, pessoas cujos meios de compra tenham por origem a troca mercantil e, meios que também existem, pois, em função da produção mercantil ocorrente *fora da produção mercantil capitalista*; devem ser produtores cujos meios de produção não se incluem na categoria do capital e não pertençam a nenhuma das categorias gerais (dos capitalistas e dos trabalhadores), mas assim mesmo ou de qualquer forma tenham necessidade de mercadorias capitalistas.”¹⁰

Essa distinção permite, portanto, explicitar a tentativa de Rosa Luxemburgo visualizar a reprodução do capital social total *levando em conta também a sua articulação com a zona não capitalista*, da qual o capital se alimenta e utiliza para realizar parte do *mais-valor*. Quando ela afirma que o capital social total não é uma simples soma - ou uma mera articulação mecânica - dos capitais individuais é sempre isto que ela tem em mente.¹¹ Logo, ela não está no terreno que a

¹⁰ *Anticrítica* in: *A Acumulação...* op. cit. p. 111-2 (grifos meus)

¹¹ Ela oferece várias ilustrações dessa ideia. Uma das mais iluminadoras: “Por exemplo: a indústria algodoeira inglesa forneceu durante os primeiros 2/3 do século XIX (e ainda fornece, em parte, atualmente) tecidos de algodão ao campesinato e à pequena burguesia urbana do continente europeu, como também ao campesinato do Índia, da América, da África, etc. Nesse

economia (vulgar) demarcou como o seu objeto: Rosa tentou levar às últimas consequências a ideia de que o capital é uma relação social de exploração do trabalho e da natureza que não encontra limites além do seu próprio movimento de expansão.¹²

Esta distinção, a meu ver, enfraquece a conhecida crítica de Sweezy de que, se a base do argumento de Rosa fosse correta, isto é, a impossibilidade de *realizar* a acumulação ampliada em um sistema capitalista “fechado”, os consumidores “não-capitalistas” não poderiam modificar esta situação pois não é possível *vender* para eles sem também deles comprar. Sem exportar, como eles poderiam importar?¹³. A

caso foi o consumo dessas camadas sociais e de países não-capitalistas que forneceu a base para a enorme expansão da indústria algodoeira na Inglaterra. Em função dessa indústria algodoeira, desenvolveu-se, na própria Inglaterra, uma vasta indústria mecânica, fornecedora de fusos e teares e, em conexão com esta, desenvolveram-se também a indústria metalúrgica e carbonífera. Nesse caso, o Departamento II (dos meios de consumo) realizava em escala crescente seus produtos em camadas sociais não-capitalistas, gerando por sua vez, uma demanda crescente de produtos nacionais do Departamento I (dos meios de produção), devido à sua própria acumulação; auxiliou dessa forma este último na realização da mais valia e em sua acumulação recente.” *A Acumulação... op. cit.* p. 20. Os demais exemplos que ela fornece – a indústria química alemã, a indústria ferroviária britânica, etc. – levam em conta não apenas a relação entre o Departamento I e II mas, essencialmente, o modo como a dinâmica do capital se mescla aos recursos e relações sociais não-capitalistas.

¹² “Dessa maneira o capitalismo expanda-se cada vez mais graças à suas relações recíprocas com os círculos sociais e com as nações não-capitalistas, acumulando seu capital à custa destes; ao mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade a qual se associa, procurará desalojá-la e assumir o seu lugar. E à medida que vai crescendo o número de participantes dessa caçada em busca de novos campos de acumulação de capital e diminuindo o número de regiões não-capitalistas ainda abertas à expansão universal do capital, mais acirrada se torna a luta, ou a competição, visando a conquista dessas regiões de acumulação; tanto mais frequentes também se tornam, no cenário mundial, as incursões do capital, as quais acabam constituindo verdadeiras cadeias de catástrofes (de ordem econômica ou política), representadas pelas crises mundiais, pelas guerras e pelas revoluções” *Anticritica... op. cit.* p. 113.

¹³ cf. Paul M. SWEEZY *Teoria do desenvolvimento capitalista* São Paulo: Abril Cultural, 1983 p. 163-5

questão central está exatamente, no fato de que o capital utiliza como cabeça de ponte os sistemas de dominação locais que, sob controle das elites amparadas pela violência direta ou por um mecanismo estatal rudimentar, atuam como intermediários entre os capitalistas centrais e duas outras possibilidades: i) economias mercantis simples, onde parte da produção se converte em mercadoria pelos pequenos comerciantes locais; ii) a apropriação violenta do produto gerado pelas formas não mercantis de combinação entre o trabalho e os meios de produção. Este tipo de crítica revela mais uma vez que não se pode ser economista – mesmo que crítico – impunemente. A despeito disto, o finado economista de Harvard tinha alguma simpatia por Rosa:

“Rosa Luxemburgo, ao contrário dos *Narodnik* na Rússia, uma década e meia antes, tinha um sentido da realidade econômica e política muito agudo para levar sua lógica a essa conclusão absurda [a impossibilidade do capitalismo]. Não correu nunca o perigo de, na frase de Lênin, fugir ‘de uma realidade desagradável, mas indubitável, para o mundo nevoento das fantasias românticas’. Ela se salvou, porém, pelo expediente duvidoso de inventar uma falsa solução para um problema capcioso.”¹⁴ *op. cit.* p.164

O problema é realmente capcioso. Mas tenho minhas dúvidas que a “solução” proposta por Rosa é falsa. Ou melhor: o seu esforço ia em outra direção. Tentar mostrar como este era, na realidade, do ponto de vista da superação do capitalismo, *um falso problema*.

Mas, a despeito destas tergiversações, o ponto decisivo é que, para ela, esta necessidade de expansão decorre das próprias características da *(re)produção* capitalista. É exatamente a elevação da produtividade do trabalho decorrente da concorrência impiedosa entre os capitais que obriga a incorporação de virtualmente *todas as sociedades* e de todo o

¹⁴ *ibid* p. 164.

planeta à órbita do capitalismo. Quanto mais se intensificam e se desenvolvem as relações capitalistas, *maior a sua necessidade de englobar o meio não capitalista à sua dinâmica:*

“É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos, bosques e reservatórios de água, ou com os rebanhos e povos primitivos que se dedicam ao pastoreio. *Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que esse resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção nesses territórios.*”

Logo, é a própria concorrência dos capitais que impele os capitalistas a se apoderarem dos recursos presentes na arena externa, que predominantemente é integrada pela violência direta:

“Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas

sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. *No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias.* Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarnizada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho.”¹⁵

Portanto, exatamente por querer incorporar o conjunto da vida social e da natureza, o capital é forçado a *destruir* todas as formas de vida que ofereçam resistência à mercadorização. É neste sentido preciso que ele é uma *forma pretensamente universal*, fundada intrinsecamente na violência de cunho totalitário. Este é, a meu ver, um ponto de entrada privilegiado na reflexão proposta por Rosa Luxemburgo, pois possibilita dar coerência e alguma unidade ao seu pensamento.

CAPITALISMO, VIOLÊNCIA E IMPERIALISMO

Uma das grandes peculiaridades do pensamento de Rosa Luxemburgo é o estabelecimento de um vínculo *indissolúvel* entre a violência e a acumulação capitalista, que se manifesta desde a formação do capitalismo até o período contemporâneo. O argumento básico é forte: a violência e o poder militar *sempre* tiveram um papel fundamental na luta incessante do capital contra a economia natural e contra todas as formas sociais estranhas a ele. Entretanto, ao contrário

¹⁵ *A Acumulação...* op cit. p. 32-3. (Grifos meus)

do que se costuma argumentar, Rosa tem muita clareza sobre a ampla *variação* na forma e no papel do poder militar como um suporte da acumulação de capital. Como ficou patente na discussão anterior, não é correto afirmar que a “acumulação primitiva ainda não acabou”. Um segundo ponto que merece destaque é que essas variações não são acidentais, pois *correspondem* às transformações do próprio modo de produção capitalista, isto é, atuam de forma peculiar em cada um de seus *períodos*. Mas, em termos gerais, uma característica permanece constante: o recurso *estrutural* à violência para ampliar o estoque de fatores de produção e de força de trabalho para ser incorporado ao capital e *destruir toda e qualquer forma de sociabilidade que tente resistir ou se opor à mercadorização da vida*. Neste sentido, a despeito de eventuais resíduos que podem ser encontrados ao longo de sua obra, Rosa ataca frontalmente a tese – que persiste ainda na maior parte da esquerda - de que o capital possui algum papel civilizatório.

E, ao contrário do que se costuma argumentar, Rosa Luxemburgo distingue claramente o que costuma se entender por *imperialismo* das formas anteriores de militarismo. E, mesmo sem empregar esse termo, esta distinção já transparece em *Reforma ou Revolução?* Texto escrito originalmente em 1989, mas publicado em 1900:

“Se é a política mundial o teatro de conflitos ameaçadores, não é tanto por se abrirem novos países ao capitalismo, mas sim por se terem já os antagonismos *européus* existentes transportados para os outros continentes para ali explodir. O que hoje se antepõe de armas em punho, quer seja na Europa ou em outros continentes, não são de um lado países capitalistas e de outros países de economia natural, e sim Estados levados ao conflito precisamente pela *identidade de seu alto desenvolvimento capitalista*. Em tais condições, se o conflito estoura, só

pode ser fatal para este desenvolvimento, no sentido de que provocará em todos os países capitalistas profundíssimos abalos e transformações da vida econômica. Mas o caso se apresenta inteiramente diverso do ponto de vista da *classe capitalista*. Para ela, sob três aspectos, tornou-se hoje o militarismo indispensável; primeiro, como meio de luta na defesa dos interesses de grupos ‘nacionais’ concorrentes contra outros grupos ‘nacionais’; segundo, como a forma de emprego mais importante, tanto do capital financeiro como do capital industrial; e terceiro, como instrumento de dominação de classe sobre os trabalhadores, no interior – interesses que nada têm em comum, em si, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. E mais uma vez, o que melhor demonstra o caráter específico do militarismo atual é, em primeiro lugar, o seu desenvolvimento geral em todos os países, *efeito por assim dizer de uma força motriz própria, interna, mecânica*, fenômeno desconhecido há algumas décadas e, em seguida, o caráter inevitável, fatal, da próxima explosão entre os Estados interessados, malgrado a completa indecisão quanto ao motivo, ao objeto do conflito e a todas as demais circunstâncias. Também o militarismo, de motor que era do desenvolvimento capitalista, tornou-se hoje uma doença capitalista.”¹⁶

Essa passagem reúne praticamente todos os elementos que, refinados e desenvolvidos, foram retomados de forma mais consolidada em 1913, como a base da discussão sobre o imperialismo presente em *A Acumulação de Capital*.

¹⁶ *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-6 (grifos meus).

Há, pelo menos, três pontos importantes no trecho supracitado. O primeiro é que a intensa rivalidade militar do início do século XX é explicada por Rosa como uma consequência do elevado desenvolvimento *desigual* do capitalismo. Os países mais “desenvolvidos” – onde predominam de forma quase absoluta as relações de produção especificamente capitalistas – lutam entre si para conquistar outras regiões, onde estas relações inexistem ou ainda não são dominantes. Essa disputa desagua em profundos conflitos geopolíticos que, via de regra, retroalimentam o militarismo. Além disso, o próprio processo de conquista e assimilação das novas zonas gera outro tipo de conflito: a intensificação do processo de acumulação capitalista¹⁷ demanda cada vez mais trabalho e fatores de produção, fato que dissolve as relações sociais locais e, com isto, *transplanta* para estas regiões os “antagonismos europeus”. Isto é: o que se exporta não é o *desenvolvimento* (e nem apenas capital, no sentido em que os economistas tendem dar ao termo), mas a violência e o regime de predação específico do capitalismo. O segundo elemento importante é a função do militarismo como um instrumento contraditório de dominação da classe capitalista: seu vínculo com as burguesias nacionais acirra o conflito no plano internacional, absorve parte do capital industrial e financeiro, ao mesmo em que consolida a dominação sobre a classe trabalhadora. Mas a chave está no terceiro elemento, isto é, na noção de que o militarismo – ao ser absorvido e efetivamente integrado ao movimento do capital – adquire uma *força motriz própria*.

É exatamente esta última ideia, ou seja, o caráter *inédito* do militarismo (i.é.: imperialismo) contemporâneo – “fenômeno desconhecido a algumas décadas” - que será aprofundado e reformulado em *A Acumulação de Capital*. Nesta poderosa obra, Rosa formula o seu raciocínio levando

¹⁷ Posteriormente Rosa refinará essa ideia: a força motriz é o processo de *capitalização do mais-valor*, a base da acumulação ampliada. É isso que exige a aceleração – geralmente pela violência – do desatrelamento do trabalho dos meios de produção nas zonas integradas pelo imperialismo.

em conta dois movimentos. O primeiro, mais saliente, é a explicitação do caráter ubíquo da força militar nas diversas fases da acumulação e, especialmente, o papel crescente da *violência* como suporte e veículo das formas capitalistas de sociabilidade. Mas, ao mesmo tempo, ela destaca a *peculiaridade* do imperialismo, um período *novo*, que se inicia no final do século XIX e que, impelido pelos países com o maior grau de desenvolvimento e generalização das relações de produção especificamente capitalistas, potencializa esta tendência geral e a impõe sobre todo o planeta.

O imperialismo, portanto, ao promover a simbiose entre a concorrência dos capitais e a rivalidade interestatal, transforma radicalmente o papel do militarismo na reprodução do capital, algo que se apoia na - mas também transcende - a inegável importância da indústria bélica para a valorização do capital:

“Em vez de um grande número de pequenas demandas de mercadorias, dispersas e díspares temporalmente (mais fáceis, portanto, de serem satisfeitas pela pequena produção mercantil e por isso mesmo desinteressantes para a acumulação do capital), tem-se agora uma demanda potencial homogênea concentrada no Estado. Para sua satisfação essa demanda pressupõe, no entanto, a existência prévia da grande indústria, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais valia e à acumulação. Sob a forma de encomenda de material bélico feita pelo Estado, esse poder de compra concentrado das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbítrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico. Para finalizar, a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção

bélica capitalista encontra-se em mãos do próprio capital – mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação dos meios de comunicação destinadas à formação da assim chamada opinião pública. *Eis por que esse campo específico de acumulação de capital parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada.* Enquanto qualquer outra ampliação do domínio de mercado e de base operacional do capital dependem, em grande parte, de aspectos políticos, sociais e históricos, que atuam fora da esfera de vontade do capital, a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital.”

¹⁸

Dois elementos são decisivos nesta passagem. Não se trata somente de uma questão de escala de produção e da demanda regular e concentrada proveniente do Estado, embora isto seja extremamente importante. Como o gasto militar deriva e ao mesmo tempo engendra um tipo de rivalidade peculiar, potencialmente infinita, o militarismo oriundo do período imperialista converte-se em um importante mecanismo de controle do capital sobre os padrões de consumo da sociedade. É nestas condições precisas que o imperialismo pode ser visto como uma forma de simbiose entre a rivalidade política interestatal e a concorrência dos capitais. Em outros termos, o imperialismo – a *expressão política* do processo de acumulação de capital – tem como característica básica a *aceleração* da imposição do capitalismo como *forma universal*, na exata medida em que o poder militar é a garantia da exportação de capitais por parte das burguesias metropolitanas em constante rivalidade.

¹⁸ Rosa Luxemburgo *A Acumulação.. op. cit.* p. 97. (grifos meus)

Logo, é isto que, em última instância, é isto que explica a luta incessante por novos territórios. Como esta incorporação destrói as formas locais de sociabilidade e transplanta para elas as contradições do capitalismo, os povos incorporados tendem a se rebelar contra esta ordem opressiva, engendrando focos revolucionários potencialmente anticapitalistas. Logo, levando todos estes aspectos em consideração, é possível concluir que Rosa entende o imperialismo como *uma nova fase* do modo de produção capitalista, em termos bastante precisos: a endogeneização do militarismo cristaliza a simbiose entre a rivalidade entre os Estados com a competição entre os capitais, fato que acirra a tendência ao capitalismo em tentar se impor mundialmente como *forma universal*. Isto exige a anexação das zonas não capitalistas pelas grandes potências, fato que eleva a tensão social, inaugurando a *possibilidade efetiva* de “pôr efetivamente um ponto final em sua existência”. Neste ponto, é muito comum surgirem as críticas ao “catastrofismo” dogmático que, supostamente representa a marca peculiar da interpretação de Rosa Luxemburgo. Este tipo de crítica, embora lateral à questão do imperialismo, precisa ser enfrentada.

CATASTROFISMO?

As críticas ao pensamento de Rosa Luxemburgo tendem a acentuar dois aspectos antagônicos. Para boa parte dos críticos, o seu principal problema é o excesso de *ecletismo*. Do ponto de vista acadêmico, esta crítica geralmente segue mais ou menos o mesmo roteiro. O primeiro passo é a desqualificação intelectual. Por ignorância da dialética, Rosa jamais conseguiu captar o rigor formal dos conceitos marxianos e, portanto, sempre se viu forçada a fazer alusões diretas aos acontecimentos de sua época ou a buscar aportes externos ao marxismo. Os militantes exploram outra dimensão desta mesma crítica. No caso, a ênfase recai na conexão entre o ecletismo e o voluntarismo, isto é, a alegada propensão de Luxemburgo à defesa de uma espécie de “idealismo revo-

lucionário” muito mais próximo do liberalismo radical e do anarquismo do que propriamente do marxismo. A crítica ao “catastrofismo” provém de uma acusação diametralmente oposta: o excesso de *ortodoxia*. Ao propor uma leitura mecanicista e, portanto, não dialética (de novo!) do legado do materialismo histórico, Rosa interpreta de forma muito rígida a tese de que o modo de produção possui em seu interior o germe da sua própria destruição, pois, supostamente, ela afirma que este destino é *inexorável*. Embora esta acusação seja muito difícil de ser sustentada, o argumento básico é que a tese do colapso automático ancora a sua fé na ação *espontânea* das massas que, ao responder às pressões objetivas da desintegração do capitalismo, seria capaz de consumir a revolução socialista mesmo sem a presença de lideranças partidárias munidas de “uma análise concreta de uma situação concreta”.¹⁹

Não resta dúvida que, em todas as fases do seu pensamento, Rosa reitera a tese de que o capitalismo *tende* a uma crise geral. Mas ela também insiste que o próprio capital encontra de forma recorrente meios para *prolongar a sua existência*, não apenas pela expansão, mas também pela transformação dos seus próprios limites. O ponto é que ela sempre está pensando o problema *do ponto de vista do conjunto* da sociedade capitalista, e é neste plano que a crise – que para ela é geral, e não apenas “econômica” – irá se desenrolar. Esta posição aparece de forma bastante evidente em *The Junius Pamphlet* (1915). Ao comentar a eclosão da Primeira Guerra do ponto de vista dos seus efeitos e da responsabilidade do partido social democrata alemão, Rosa usa um argumento que a afasta do economicismo, porém, ao custo de resvalar em um certo tipo de *vanguardismo* que, a despeito de seu esforço tenaz de tentar resistir, ela nunca conseguiu se livrar completamente:

¹⁹ As duas críticas nunca me convenceram. Desenvolvi essa argumentação em “Rosa Luxemburgo: imperialismo e crise” *Crítica Marxista* no. 40 (2015).

“E foi então que ocorreu este acontecimento inesperado, sem precedentes: o 4 de agosto de 1914. Isto deveria ter ocorrido inevitavelmente? Um evento de tamanha magnitude não deve ser um mero acidente. Ele deve ter resultado de causas profundas, significativas e objetivas. No entanto, tais causas podem residir *também* nos erros do líder do proletariado, a própria social-democracia, radicadas na fraqueza de nossas convicções, e da nossa vontade e prontidão para lutar. O socialismo científico nos ensinou como apreender as leis objetivas do desenvolvimento histórico. Os homens não fazem a história de acordo com a sua vontade. Mas são eles próprios que a fazem. O proletariado depende em sua ação do grau de desenvolvimento social da sua época. Mas a evolução social não é um fenômeno a parte do proletariado; pois este é também *parte* do seu impulso e uma de suas causas, tanto quanto ele é o seu produto e a consequência da evolução social. Sua ação faz parte da história ao mesmo tempo em que contribui para determiná-la. E se é verdade que nós não podemos nos afastar da evolução histórica mais do que um homem pode se afastar de sua sombra, também é verdade que nós podemos entretanto acelerá-la ou retardá-la.”²⁰

Até este ponto, nenhum grande problema. A chave está no significado da expressão “O Socialismo Científico nos ensinou a apreender as leis objetivas do desenvolvimento histórico.” Nós quem?

²⁰ *The Junius Pamphlet: the crisis in the German social democracy* in: Mary- Alice WATERS (org.) *Rosa Luxemburg speaks* Nova York: Pathfinder, 1986 p. 268-9. (tradução minha)

“Nosso partido deveria estar preparado para reconhecer os verdadeiros propósitos desta guerra, para enfrenta-la sem surpresa, para julgá-la tendo em vista as suas relações mais profundas e de acordo com a sua vasta experiência política. Os acontecimentos e as forças que levaram ao 4 de agosto de 1914 não eram secretos. O mundo se preparava há décadas, em plena luz do dia, na mais ampla publicidade, passo a passo e hora a hora, para a guerra mundial” [...] “E, dentre as pessoas capazes de entender tais eventos e circunstâncias, os mais bem posicionados eram os membros do Partido Social-Democrata Alemão” ²¹

A guerra e o imperialismo que a provocou, portanto, não foi o resultado de “causas econômicas” no sentido com que a ciência econômica contemporânea as concebe. E, muito menos, de uma tendência ao colapso *inexorável* do capitalismo. Ela foi o fruto de um movimento geral da sociedade, mas que, a despeito de todos os sinais, somente o partido social democrata alemão poderia ter se *antecipado* ao curso dos eventos. Neste ponto transparece o vanguardismo e um outro problema. Vamos supor que, de alguma forma misteriosa, o Partido Social Democrata realmente tivesse antecipado o curso dos eventos. O que a gloriosa vanguarda dos trabalhadores poderia ter feito? Seria possível evitar a guerra ou apenas retardar a sua concretização? Como? Só podemos especular. No entanto, um dos aspectos peculiares deste texto é a exposição de um argumento até então ousado, mas que hoje é muito comum: enquanto a política naval alemã esteve alinhada aos princípios de Bismark, isto é, orientada em torno da luta *defensiva* pelo equilíbrio de poder em escala continental, *talvez* a guerra fosse evitável. Mas a situação mudou em 11 de dezembro de 1899, quando a Alemanha assumiu uma postura mais agressiva, expandindo a sua frota marítima para

²¹ Ibid. p. 279.

ocupar uma posição *ofensiva* na política mundial²². Logo, se o partido social democrata alemão tivesse combatido na ocasião esta mudança de orientação e não tivesse sucumbido ao chauvinismo e as falsas ameaças do czarismo russo (um dos argumentos usados pelo partido para explicar a posição favorável à Guerra), *talvez* o conflito pudesse ter sido evitado ou, ao menos, a guerra poderia ter desencadeado uma revolta *geral* dos trabalhadores em toda a Europa. Um argumento à la Kautsky, que reduz o imperialismo a uma mera *política*, que pode ser substituída por políticas alternativas, desde que o poder estivesse nas mãos dos sociais-democratas. Mas, de qualquer modo, fica claro que Rosa *nunca* esteve pensando em uma crise econômica em um sentido estrito, tal como decorreria das análises centradas na problemática dos esquemas de reprodução ou da concepção contemporânea de ciência econômica.

Já no que diz respeito de forma mais direta à crise geral e o papel do imperialismo, ao contrário do que apregoam os críticos mais apressados, Rosa é bastante cuidadosa:

“O imperialismo tanto é um *método histórico* de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro para pôr objetivamente um ponto final em sua existência. Isso não quer dizer que esse ponto terá de ser alcançado obrigatoriamente. A própria tendência de atingir essa meta do desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a *fase final* do capitalismo como período de catástrofes.”²³

E, em outra passagem:

“Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não-capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação

²² cf. *ibid* p. 282-3

²³ *A acumulação de capital* op. cit. p. 83. (grifos meus).

de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras que ela mesma criou.”²⁴

A capacidade de o imperialismo *prolongar* o capitalismo é intrinsecamente limitada, exatamente pelo fato deste período *intensificar e generalizar* as relações sociais capitalistas que, por sua vez, acentuam o seu caráter *violento* e propenso à catástrofe e às crises. Não se trata, portanto, como já insisti, da defesa de um colapso inevitável regido por determinações “econômicas” no sentido estrito – é economicista – do termo, mas de uma tendência geral, que emana das características fundamentais do capital enquanto uma relação social de *exploração*, que tem como fim último a sua própria expansão ilimitada em todas as dimensões e esferas da existência social.

Um último aspecto deve ser destacado. De fato, e de forma coerente com seus pressupostos teóricos, Rosa Luxemburgo parte efetivamente da tese de que mercado *capitalista* não é capaz de operar automaticamente,²⁵ isto é, sem o apoio do Estado e das suas formas diretas ou indiretas de instrumentalizar a violência. E que, além disto, quanto mais ele se desenvolve, mais violenta e avassaladora se torna a *sociedade da mercadoria* e, portanto, mais imprescindível se torna o Estado tanto para fomentar ativamente o capital quanto para garanti-lo através dos seus aparelhos repressores e disciplinares. Neste sentido, nada emancipatório pode emanar do seu desenvolvimento. Logo, essa forma de sociedade possui limi-

²⁴*Ibid.* p. 97.

²⁵ cf. Estrella Trincado AZNAR “The Coherence of Luxemburg’s Theories and Life” in: Paul ZAREMBKA & Susanne SOEDERBERG (orgs.) Elsevier JAI, 2004 p. 256-7.

tes objetivos: o máximo que a “civilização” capitalista pode fazer é subjugar - sempre com algum grau de violência - o conjunto da humanidade e da natureza à valorização do capital. É para este tipo de catástrofe que o capitalismo irá inevitavelmente rumar, caso não seja sucedido pelo socialismo, enquanto uma forma social também *mundial*. Não há determinismo catastrofista, portanto. O socialismo – enquanto uma forma social essencialmente democrática - é visto por Rosa como a única esperança contra o barbarismo da sociedade da mercadoria. Uma *possibilidade objetiva*, mas que só pode ser construída *de baixo para cima*, isto é, reconhecendo o valor norteador das demandas derivadas da experiência *concreta* dos oprimidos, na sua vida cotidiana.

CONCLUSÃO

Podemos agora chegar ao ponto que realmente interessa: as implicações da perspectiva inaugurada por Rosa Luxemburgo para a análise crítica da nossa conjuntura. É cada vez mais patente o imbricamento entre a violência social no interior das diversas sociedades e no plano geopolítico. Fica cada vez mais claro também o *vínculo* entre estas duas dimensões, que se retroalimentam, em uma insana espiral onde doses crescentes de violência são necessárias apenas para evitar que a sociedade da mercadoria defina de vez. É hora, portanto, de pensar em alternativas radicais, ancoradas no diagnóstico vislumbrado por Rosa Luxemburgo sobre o capitalismo: um sistema de exploração que tem a habilidade de ocultar as diversas formas de coerção – políticas e simbólicas – que engendra para poder operar, criando a ilusão de que a violência é uma herança pré-capitalista que será abolida pelo seu próprio desenvolvimento. Neste caso, ele é erroneamente concebido não somente como o indutor do “progresso material”, mas também como portador de um aspecto civilizatório em um sentido bastante preciso: de substituir o conflito violento pelas formas sublimadas de competição racional, travadas no mercado e no jogo político “democrático”. Este duplo

pressuposto está na base da sobreposição fantasiosa entre capitalismo, progresso, modernidade e civilização que, a despeito de todas as catástrofes do século XX e XXI, ainda se encontra profundamente arraigado nas ciências sociais e nas práticas e instituições que lhes correspondem.

4. CLASSE E PARTIDO EM GRAMSCI (1913-1926)

Marcos Del Roio

I. ANTECEDENTES

A própria constituição do movimento operário implicou a sua natureza política e partidária. É preciso esclarecer, no entanto, de qual política partidária se tratou. O fato mesmo do proletariado espontaneamente se dar conta de que é explorado pelo capital já estimula sua aglutinação para resistir à exploração, tornando-se assim a parte, o partido do proletariado em luta de resistência frente ao capital. Essa parte, partido, se configura inicialmente prioritariamente como econômico, mas já é também político. O político nesse caso não significa a mesma coisa que político estatal, poder político do capital e do Estado burguês, pois é um político de oposição ainda subalterna.

Desse ponto de vista genérico que se considerava o partido do proletariado nos seus princípios, pelo menos até 1875, quando da fundação do SPD (Partido Social Democrata da Alemanha). As formas orgânicas desse partido, assim entendido genericamente, foram apenas incipientes e entre elas podemos colocar as experiências vivenciadas por Marx na Liga dos Comunistas (1847-1852) e na Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1874). Nessa fase inicial nota-se o caráter pouco denso e prioritariamente internacional dessas organizações. A síntese teórica mais enfática está em Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, de 1848. (Marx & Engels, 1998)

A fase subsequente, caracterizada pela emergência do imperialismo e pela mudança no perfil da classe, o movimento operário tende a fortalecer a sua organização de luta econômica na forma de sindicato e se constitui em partido político propriamente dito, isto é, em partido da classe que quer

disputar a direção da vida social contra o poder do Estado e da burguesia. A separação entre o econômico e o político predisps o movimento operário a se incorporar ao Estado burguês democratizado em vez de criar e desenvolver um Estado e uma economia política antagônicos ao poder do capital, ainda que elementos potenciais tenham se manifestado.

Ao mesmo tempo houve uma diminuição significativa do caráter internacional da luta pela emancipação do trabalho. Numa realidade como essa não se sentiu a necessidade de uma reflexão teórica sobre a questão do partido político do proletariado, pois a ambiguidade da época permitia a duplicidade da leitura e de escopo de inserção na ordem democratizada e de superação da ordem, de reforma e de revolução.

Propriamente dita, uma teoria do partido político revolucionário do movimento operário só surgiu na elaboração de Lênin em 1902-1903 e no debate que se seguiu. Por conta da realização do II Congresso do POSDR, Lênin escreveu um opúsculo, de nome *Que fazer?*, que entendia ser a organização do partido um elemento decisivo na luta contra a monarquia absolutista russa. Então, nesse documento é possível encontrar, por suposto, uma teoria da organização, que deve, em síntese, ser centralizada, ou seja, contar com um centro diretivo único em todo o território do Estado.

Outro elemento importante da organização da classe em partido é a subsunção do sindicato e da luta econômica particular a luta política geral, no conjunto da vida social. Seria precisamente essa luta a levar a consciência política revolucionária ao seio do proletariado, que assim ultrapassaria a consciência espontânea e a consciência sindicalista. Aqueles que tivessem alcançado a consciência revolucionária, proletários de origem ou não, seriam, nas condições específicas da Rússia, intelectuais revolucionários de profissão, partícipes ativos em algum organismo de base.

Essa organização seria então a vanguarda da classe, como a classe operaria seria a vanguarda da luta pela democracia, pela fundação de um Estado democrático conduzido

pela classe operária e respaldado pelo campesinato. Observe-se que há em Lenin uma perspectiva clara de desenvolvimento orgânico da classe operária, que de proletariado superexplorado passaria a classe dirigente de um novo Estado. (Lenin, tomo II, 1976).

A contestação que surgiu em relação às teses de Lênin dizia respeito, em grande medida, à proposição de um organismo centralizado, que poderia comprometer a autonomia e o debate democrático das instâncias inferiores. Rosa Luxemburgo temia exatamente que o ultracentralismo e a demarcação estrita entre o militante e o não militante, deixassem de considerar a luta de massas, a luta de classes mais ampla, meio pelo qual a classe se autoeduca e se auto-organiza. Haveria, ademais, o risco de sobreposição de um grupo dirigente sobre a massa, com comprometimento da perspectiva da democracia socialista.

Assim, a ênfase de Rosa Luxemburgo encontra-se no movimento do fazer-se da classe e em como essa ganha consciência, se faz partido e se centraliza. Exagerando muito a posição de Lenin, esse processo não poderia começar com um Comitê Central. Enfim, é um modo diferente de observar como o movimento operário se desenvolve organicamente. (Luxemburg, v. 1, 2011).

2. GRAMSCI E O PARTIDO SOCIALISTA ITALIANO

Em Turim desde 2011, Gramsci ingressa no Partido Socialista Italiano em 1913, provavelmente. Pela sua formação intelectual derivada do meridionalismo e do neoidealismo de Benedetto Croce, Gramsci tinha pouca aderência com a ideologia predominante no PSI, um socialismo de claro cariz positivista. Sua aproximação com o PSI ocorreu muito mais por meio do convívio com os operários do que com a ideologia partidária, à qual sempre se opôs.

O PSI contava com duas correntes principais, mas ambas com o mesmo estampo positivista. Os reformistas entendiam ser a Itália um País atrasado do ponto de vista do

desenvolvimento capitalista e por isso só caberiam reformas sociais, pelo menos até que o capitalismo estivesse plenamente estabelecido. Os maximalistas concordavam com a leitura da realidade, mas discordavam do procedimento político e entendiam que a defesa do programa máximo - a realização do socialismo - deveria conduzir a prática cotidiana, a fim de que os trabalhadores estivessem prontos quando o momento adequado para a revolução chegasse.

Diante da eclosão da revolução socialista na Rússia, o PSI - que antes já defendera a não intervenção da Itália na guerra - decide pelo apoio e manifesta toda a sua simpatia. A própria situação social da Itália começa a se agravar a partir de meados de 1917, com o País já então envolvido na guerra. É a partir desse momento que Gramsci passa a se ocupar mais das questões referentes à política e a se manifestar mais sobre o PSI, o seu significado, o seu dever. Até então, mas também mais além, a preocupação de Gramsci esteve focada na difusão de uma cultura e de uma ética socialista. De fato, na obra de Gramsci a cultura é a política do proletariado organizado, são elementos indissociáveis, do mesmo modo que economia e política não podem ser vistos de modo desvinculado.

O positivismo do socialismo italiano, que pelo “mecanicismo” paralisava a reflexão teórica e também a disposição para a ação, era combatido exatamente com o estímulo à vontade de luta, à vontade de fazer de outro modo, de forma autônoma, sem se submeter à cultura burguesa e seus institutos sociais e de Estado. A posição de Gramsci se expressava na imprensa partidária, mas era seguida apenas por um pequeno grupo de estudantes e de operários, com os quais tinha relações próximas. Ainda que convictamente socialista e antipositivista, a formação teórica de Gramsci continuava muito a dever a Croce, Bérghson, Sorel. Diante do problema de vincular a teórica a luta política - a questão filosófica da práxis, a questão do partido - Gramsci sentiu a necessidade de estudar Marx com afinco, tendo talvez já o respaldo dos textos de Labriola.

Foi apenas em agosto de 1917, durante a rebelião operária na cidade de Turim, que Gramsci assumiu, pela primeira vez, uma posição diretiva, ao compor no comitê socialista (formado por 12 pessoas), que tentava coordenar o movimento dos trabalhadores em luta. Em setembro de 1917, em polemica com o deputado reformista do PSI, Claudio Treves, Gramsci já antecipa a concepção que viria a desenvolver sobre a relação orgânica classe/partido. Dizia então:

“O proletariado não é um exército; [...]. [...] É um organismo em contínua transformação, que tem uma vontade. [...]. Os socialistas [...] são uma parte do próprio proletariado, talvez sejam sua consciência. [...] Formam com ele uma unidade, sempre uma unidade; e não comandam, mas vivem com o proletariado. [...]. Vivem no proletariado; e sua força está na força do proletariado, o seu poder reside nessa perfeita aderência.” (Gramsci, vol. 1, 2004a, p. 111).

Ainda que com informações restritas, foi com essa perspectiva que Gramsci apreendeu o que ocorria com a revolução russa em andamento. Os bolcheviques seriam expressão direta das massas em ebulição. Como é a classe, em certo momento do seu desenvolvimento, a criar o partido, ela cria também outros institutos próprios de organização social. Na Itália, depois da cooperativa, do sindicato e do partido, chagava o momento da criação de uma Associação de Cultura, com clara finalidade de classe, local onde se poderia oferecer um encargo específico aos intelectuais socialistas. Gramsci decerto pensava um lugar para a batalha contra o socialismo positivista predominante no PSI. Frente a crítica de Treves, na importante revista *Crítica Sociale*, à chamada jovem geração socialista, Gramsci refuta, num sinal de que buscava mesmo se aproximar do pensamento de Marx:

A nova geração, ao que parece, quer retornar à genuína doutrina de Marx, segundo a qual o homem e a realidade, o

instrumento de trabalho e a vontade, não são separados entre si, mas se identificam no ato histórico. (idem, p. 132).

Gramsci se envolve no debate interno do PSI, alinhando-se a vertente dita intransigente (ou maximalista) contra os relativistas (ou reformistas). Esclarece sua posição em longo artigo de resposta ao órgão liberal *La Stampa*. Identificado como “dissenso socialista” que se expressaria por meio de artigos puramente “culturais”, Gramsci refuta e identifica a crítica como auxílio à posição dos relativistas. No entanto, aproveita para expor suas posições teóricas políticas, a começar pelo significado do ser do Estado: “O Estado é a organização econômico-política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa em sua concreta força real”. (idem, p. 167).

Para Gramsci a burguesia só se unifica no Estado, mas é também no Estado que ocorre a disputa entre os segmentos da classe para definir a orientação da ação estatal. Diferentemente dos partidos burgueses,

O Partido Socialista não é organização de segmento, mas de classe: é morfologicamente diverso de qualquer outro partido. Somente no Estado, expressão do conjunto da classe burguesa, é que ele pode reconhecer seu antagonista de igual porte. Não pode entrar em concorrência pela conquista do Estado, nem direta nem indiretamente, sem se suicidar, sem se desnaturar, sem se tornar um puro segmento político, alienado da atividade histórica do proletariado, ou seja, sem se tornar um enxame de moscas de carruagem em busca da tigela de manjar branco na qual ficarão presas e morrerão sem glória. (idem, p. 168).

Continua Gramsci:

O Partido Socialista não conquista o Estado, mas o substitui; substitui o regime, abole o governo dos partidos, põe no lu-

gar da livre concorrência a organização da produção e das trocas. (idem, p. 169)

Assim é o Partido Socialista o órgão executivo do proletariado, o qual não pode se aliar a algum segmento burguês e nem concorrer pela conquista do governo do Estado. Na verdade, o Estado italiano nem mesmo é um Estado burguês, mas ainda um Estado feudal, militarista e despótico. Cabe à jovem burguesia a missão de transformar esse Estado em Estado efetivamente democrático burguês. Ao proletariado cabe lutar contra o Estado, qualquer que seja, e preparar-se para substituí-lo. Mas deve também reconhecer a prioridade em se extinguir o que resta de instituições feudais.

É importante ter em mente que Gramsci entendia ser a livre troca um detergente progressivo em relação ao despotismo feudal, mas também em relação ao protecionismo econômico ou qualquer forma de socialismo de Estado (decerto um socialismo falso). Entende-se então que para Gramsci há um processo de democratização burguesa do Estado, que é estimulado pela força antagônica do proletariado, mas esse não pode deixar de se opor ao Estado, de se tornar um anti-Estado.

Quando a guerra se conclui e as leis de exceção são suspensas, Gramsci entende que os socialistas

[...] temos que nos tornar o partido mais poderoso da nação (e não só em sentido relativo, mas absoluto), de nos tornar o anti-Estado preparado para substituir a burguesia em todas as suas funções sociais de classe dirigente. (idem, p. 216).

A partir da ocorrência da revolução russa, Gramsci se preocupa mais em estudar Marx e acompanhar o processo revolucionário e a ação política dos bolcheviques, sempre a fim de desenvolver a perspectiva do proletariado italiano. Na primeira metade de 1919, o processo da revolução socialista internacional alcança o seu ápice e é quando Gramsci e alguns companheiros dos tempos de Universidade se decidem pelo lançamento de uma revista de cultura socialista, a forma me-

lhor que encontravam para se fazer política com a classe proletária.

O número inaugural *L'Ordine Nuovo* saiu no Primeiro de Maio desse ano de 1919. Na participação de Gramsci nos números iniciais é importante destacar a leitura que faz da revolução russa. Agora com mais informação, Gramsci fala do Estado dos soviets e da direção do Partido Bolchevique, mas é o texto publicado no n. 7 desse órgão que se pode observar com maior clareza como se movimentava o pensamento de Gramsci. Nesse texto, que é de fato um manifesto, Gramsci conclama todos os socialistas a investir suas energias na resolução do problema posto pela liberação de novas forças sociais pelo efeito da guerra. Essa tarefa implica “o sentido da responsabilidade histórica que incumbe à classe trabalhadora e ao Partido que representa a consciência crítica e operante da missão dessa classe.” (idem, p. 245).

3. GRAMSCI E OS CONSELHOS DE FÁBRICA.

No entanto, o objetivo de Gramsci é muito mais amplo, vai bastante além do Partido e do Sindicato, que têm, como se reconhece, o papel de representar os interesses dos trabalhadores, de ser a sua consciência, mas essas instâncias não podem abarcar o conjunto da classe, não podem expressar toda a atividade e criatividade dos trabalhadores, que constroem diversas instituições sociais próprias. No momento em que os conselhos de fábrica estão a se formar em Turim, ainda no contexto da revolução socialista internacional originada na Rússia e que tivera no conselho o fundamento de um efetivo poder público, Gramsci tem a sua atenção deslocada do partido e sindicato para a experiência dos conselhos. É de se perguntar se a própria noção de partido não passava por um alargamento e tenderia a se identificar com uma sociedade civil do trabalho, alternativa e antagônica à ordem do capital.

Gramsci parece ciente que partido e sindicato são instituições criadas pelos trabalhadores, que os representam,

mas dentro da ordem do capital, na lógica da concorrência no mercado e nas instituições, não na lógica da cooperação. Ainda que tenham a sua importância, do ponto de vista estratégico, esses institutos sociais e políticos do movimento operário são insuficientes, pois “não se identificam imediatamente com o Estado proletário.” (idem, p. 246)

Para Gramsci então é preciso alimentar o espírito de cisão e reconhecer que

O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular entre si estas instituições, coordena-las e subordina-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centraliza-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia operaria, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional. (idem, p. 245-46)

Mas para isso

É preciso fazer da classe proletária e semi proletária uma sociedade organizada que se eduque, que obtenha experiência, que adquira uma consciência responsável dos deveres que incumbem as classes que chegam ao poder de Estado. (idem, p. 246).

Assim, partido e sindicato são, em primeira instância, institutos defensivos da classe operaria em condição de subalternidade dentro da ordem burguesa, mas podem também contribuir na organização e educação das massas. Ou seja, o seu papel é de mediação entre o Estado burguês e o anti-Estado proletário, e sua situação pode mudar conforme a relação de forças na luta de classes.

O que Gramsci chama de anti Estado ou Estado socialista pode também ser chamado de ditadura do proletariado. Explica Gramsci

A ditadura do proletariado é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, no qual confluem as experiências institucionais da classe oprimida, no qual a vida social da classe operária e camponesa se torna sistema difundido e fortemente organizado. (Idem, p. 249)

Nota-se então como partido e sindicato quase que se diluem numa complexidade muito maior da vida social do proletariado, vida social autônoma e que deve ser organizada de maneira antagônica ao Estado e a forma de vida das classes dominantes e dirigentes. De fato, Gramsci diz que os socialistas, mesmo tendo agrupado o proletariado em torno de si, deixaram-se absorver pela realidade e se “esqueceram que sua posição deveria manter-se essencialmente crítica, contrária à ordem existente”. (idem, p. 260).

A posição de Gramsci fica muito clara quanto ao entendimento de que a centralidade é da classe ela mesma e não do partido, que, pelo contrário se vê eclipsado. À concepção de que o partido deveria agir em busca da conquista do Estado, Gramsci corrige:

A fórmula “conquista do Estado” deve ser entendida no seguinte sentido: criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, um Estado que deve substituir o Estado democrático parlamentar. (idem, 262).

O partido, até por essa característica indicada por Gramsci, não poderia se abster de participar nos processos eleitorais. Essa era a forma, ao fim das contas, de enviar uma representação política da classe operária para dentro do parlamento do Estado burguês. Até que a rede de organismos associativos dos trabalhadores não estivesse forte o bastante para se candidatar a substituir o Estado burguês e suprimir o

parlamento, a participação em eleições seria um ato político importante.

Essencial, uma vez mais, é anotar que Gramsci entendia o Estado como aparelho de poder político e aparelho de produção e de troca. Ou seja, por Estado se entende o conjunto das relações sociais de produção e de poder político. No entanto,

Como princípio de poder político, o Estado se dissolverá tão mais rapidamente quanto mais os trabalhadores forem capazes de se organizar socialmente de modo sólido e disciplinado, ou seja, de se fundirem em grupos associados pelo trabalho, [...]. (idem, p. 284)

A dissolução do poder político encontra-se então vinculado ao declínio do trabalho assalariado e ao desenvolvimento do trabalho associado, que se organiza a partir de conselhos. No debate que percorreu a Europa sobre a função dos conselhos e de sua relação com sindicato, partido e parlamento, a posição de Gramsci reforça a tese de que os conselhos devem ser a base da ditadura proletária e que sindicato e partido devem mudar de função para serem os dirigentes da ditadura proletária, a consciência avançada da classe. Gramsci nota como na verdade os sindicatos mostram forte tendência para o reformismo no capitalismo, daí a necessidade de a organização fabril ficar nas mãos dos conselhos. Disso tudo resulta que, por sua vez,

A tarefa do Partido Comunista na ditadura, portanto, é a seguinte: organizar poderosa e definitivamente a classe dos operários e camponeses em classe dominante, zelar para que todos os organismos do novo Estado desempenhem efetivamente uma ação revolucionária e romper com os direitos e as velhas relações inerentes ao princípio da propriedade privada. (idem, p. 295)

Todavia, o Partido, enquanto vige ainda a democracia burguesa, deve buscar também, com seus representantes eleitos,

[...] uma ação parlamentar, entendida como ação que visa paralisar o parlamento, a arrancar a máscara democrática da face equívoca da ditadura burguesa, mostrando-a em todo seu horror e feiura repugnantes. (idem, p. 305)

Aceitar a participação eleitoral é uma forma de agregar a classe em torno do partido, ainda que de forma primordial, uma contribuição para “garantir o êxito do esforço dirigido no sentido de instaurar a ditadura proletária encarnada nos conselhos, fora e contra o Parlamento.” (idem, p. 306).

4. GRAMSCI E A CRÍTICA AO PSI

De fato, para Gramsci, conselho, sindicato e partido constituem a rede por meio da qual se desenvolve o processo revolucionário. O conselho é resposta para necessidade de se dominar o processo produtivo e que nasce da autoconsciência das massas. Já o sindicato e o partido são associações voluntárias, um que coordena e reformata o aparelho produtivo e outro que educa para a liberdade, da qual a disciplina é elemento inseparável. (idem, p. 312).

Acontece que Gramsci logo percebeu que o PSI não era exatamente o que dele era esperado: o partido precisaria mudar muito para que fosse efetivamente o aglutinador e educador da classe, o condutor do processo revolucionário. Em 1920, de fato, fica sempre mais claro que os dirigentes da CGL e do PSI eram muito reticentes ou mesmo contrários à experiência dos conselhos de fábrica que se desenrolava em Turim. Antes de se falar em cisão do PSI, Gramsci investiu inicialmente no projeto de renovação do partido, de modo que viesse a aceitar a forma organizativa dos bolcheviques. Gramsci lembrava que, para o PSI, “a sua missão consiste em organizar os operários e camponeses pobres em classe domi-

nante, em estudar e promover as condições favoráveis para o advento da democracia proletária.” (idem, p. 318)

Assim é que o partido deve organizar, disciplinar e educar a classe. Por outro lado, todavia, a classe deve se fazer partido, ou seja, “as massas organizadas devem se tornar senhoras de seus próprios organismos de luta, devem ‘organizar-se em classe dirigente’, antes de tudo, em suas próprias instituições: devem fundir-se com o Partido Socialista”. (idem, p. 323).

Um ano depois do lançamento do periódico *L’Ordine Nuovo*, o movimento dos conselhos de fábrica estava virtualmente derrotado e, em grande medida, por conta da falta de respaldo da CGL e do PSI. Ademais, o movimento permaneceu circunscrito classe operária de Turim, que não conseguiu tampouco lançar o necessário laço de aliança com o campesinato. Mais de seis meses do congresso do PSI havia também se passado, ocasião na qual foi proclamado todo o apoio à revolução russa e a intenção de se filiar a Internacional Comunista e, no entanto, segundo Gramsci, esse organismo da classe operária italiana pouco havia feito para que ocorresse a aproximação do poder revolucionário.

Gramsci, que por um momento pareceu desdenhar do partido, agora entende com muita clareza a necessidade do partido como instrumento de coordenação e centralização da ação política revolucionária da classe operária e das massas populares. Compreende que o indispensável partido operário deve se organizar e lutar tendo em vista a substituição do Estado e do poder burguês. Sem um partido desse tipo não poderá subsistir a experiência dos conselhos como fundamento do novo Estado. De fato,

O partido político da classe operária só se justifica na medida em que, concentrando e coordenando fortemente a ação proletária, contrapõe um poder revolucionário de fato ao poder legal do Estado burguês e limita a liberdade de iniciativa

e de manobra deste Estado. (idem, p. 357)

Mas não se pode esquecer que são os conselhos essenciais na gestão da produção e que:

O Partido e os sindicatos não devem se pôr como tutores ou como superestruturas já constituídas desta nova instituição, na qual ganha forma constatável o processo histórico da revolução, mas devem se posicionar como agentes conscientes da libertação dos conselhos das amarras que se concentram no Estado burguês, [...]. (idem, p. 367).

Partido e sindicato, na Itália, tornaram-se críticos duros e persistentes dos conselhos, tendo exercido um papel bastante diferente daquele que Gramsci deles esperava. Por conta disso, Gramsci voltou a enfatizar o papel e o significado dos conselhos, enquanto que, aos poucos amadurecia a ideia de necessidade de formação de um novo partido operário: o Partido Comunista. A conclusão que afinal havia chegado era de que “esse pobre Partido Socialista, que se proclama líder da classe operária, não é mais do que um estorvo para o avanço do exército proletário”. (idem, p. 425).

Dai que missão imprescindível a ser realizada é a organização de um novo partido operário para que se antecipe à fundação da nova sociedade, “quando a dialética da luta de classes será interiorizada e o homem novo terá que lutar, no interior de sua consciência singular, em cada um de seus atos, contra o “burguês” nele emboscado”. (idem, p. 417). Esse processo indica que:

[...] os traços característicos da revolução proletária só podem ser buscados no partido da classe operária, no Partido Comunista, que existe e se desenvolve na medida em que é a organização disciplinada da vontade de fundar um Estado, da vontade de dar uma organização proletária ao ordenamento das forças

físicas existentes e de lançar as bases da liberdade popular. (idem, p. 417-18).

O que ocorre então é “o paradoxo histórico, de que, na Itália, são as massas que impulsionam e “educam” o Partido da classe operária, em vez de ser a partido que guia e educa as massas”. (idem, p. 425).

5. GRAMSCI E A FUNDAÇÃO DO PCI.

Em 21 de janeiro de 1921, se consumava a cisão do PSI, uma organização que recebera um mandato da classe operária, mas que não conseguiu conduzi-la a uma situação que, pelo menos, barrasse a ofensiva do capital. Para o congresso socialista daquele começo de década apresentaram-se três correntes principais, elas mesmas pouco homogêneas. A corrente reformista estava acuada e em risco de ser expulsa; a corrente comunista unitária era majoritária e dela dependia o desenlace do congresso; a corrente comunista pura (sic) era bastante significativa, mas dependia dos unitários para avaliar seus passos à frente. No fim das contas tudo deveria ser decidido em função das condições impostas pela Internacional Comunista para a aceitação de partidos membro.

Certo que para a IC o resultado melhor seria a convergência entre os dois grupos denominados como comunistas e a exclusão dos reformistas, pois daí sairia um partido forte e numeroso. Pelo menos era essa a aparência da situação. Aconteceu, contudo, que os “unitários” optaram mais por defender a unidade do partido do que a ideia de um partido comunista. Assim, com a recusa dos unitários a expulsar os reformistas, aos comunistas puros não restou outra decisão que não a fundação do partido comunista com um recorte menor e mais à esquerda do que o desejado pela Internacional Comunista.

O novo partido surgia como iniciativa de cerca de 1/3 dos delegados do congresso do PSI. Mas nascia o PCI também como produto de alguns compromissos essenciais. O grupo amplamente majoritário, liderado por Amadeo Bordi-

ga, que já tinha uma organização nacional, renunciou ao princípio do abstencionismo, enquanto que o pequeno grupo articulado em torno do periódico *L'Ordine Nuovo*, de Turim, comprometeu-se a não insistir na centralidade dos conselhos de fábrica como forma organizativa da classe. Outro pequeno grupo, de Milão, de origem maximalista, aparecia como outro componente do novo partido operário, tendo cumprido um papel de mediação.

Nesse início de vida do PCI a presença de Gramsci foi bastante secundária e, em nome da disciplina partidária, submeteu-se à orientação política da maioria. As diferenças de fundo em relação à concepção predominante no partido só viriam à tona em 1923, quando Gramsci então se encontrava em Moscou, para onde fora enviado para representar os comunistas italianos no IV Congresso da IC (novembro / dezembro de 1922) e depois na Comissão Executiva da IC.

Desde a fundação do PCI, em concomitância com a iminente derrota da revolução socialista internacional, a IC procurava definir uma nova tática de luta que defendesse o movimento operário da ofensiva capitalista e que também contribuísse para o fortalecimento dos comunistas. Essa tática surgiu na Alemanha, teve o seu complemento na Rússia com a chamada NEP - Nova Política Econômica e se completou na Internacional Comunista. A concepção geral era a de unir forças sociais e políticas do movimento operário e de seus aliados numa frente única. As dificuldades e resistências foram enormes em todo lugar e por motivos diversos. Os partidos comunistas haviam, em grande medida, se originado de processos de cisão dentro da socialdemocracia (ou do sindicalismo revolucionário), o que dificultava a eventual aproximação tendo em vista uma frente única de luta. Uma frente sindical era mais plausível e uma frente com outros grupos sociais só parecia possível em Países com grande peso do setor agrário.

De fato, o PCI incorporou (não sem restrições) apenas a tática da frente única sindical, porquanto a concepção teórica e política de Bordiga opunha séria discordância com política formulada pela IC, ainda que essa fosse suficiente-

mente vaga para permitir as necessárias adequações nacionais. Bordiga entendia que apenas a classe operária seria capaz de fazer a revolução socialista, mas para tanto seria necessário que fosse uma força social muito significativa ou mesmo majoritária e que fosse educada e organizada no partido.

Sindicato e partido deveriam ser as instituições capazes de disciplinar a classe para a revolução e nesse ponto de vista estaria descartada qualquer ideia de aliança social com outros grupos, tal como os camponeses ou mesmo partidária, com o PSI, por ter esse se integrado ao Estado burguês. Essa concepção se complementava com determinada teoria de partido revolucionário, a qual indicava ser o partido a organização dotada do conhecimento da ciência/consciência da história e o educador da classe operária tendo em vista que essa viesse a cumprir o seu papel revolucionário determinado.

Para o partido eram importantes quadros qualificados na teoria e na ciência, pouco importando a sua origem social. De algum modo essa era uma leitura forçada da teoria leniniana do partido e do intelectual revolucionário, mormente no elemento mais devedor a Kautsky, relativa a consciência gerada a partir dos intelectuais e levada a classe operária. Assim se explica também a oposição de Bordiga ao movimento dos conselhos de fábrica, visto como espontaneísta e anarco-sindicalista, assim como o princípio abstencionista. A carência de dialética nessa reflexão possibilita indicar Bordiga como inserido em uma particular corrente do cientificismo positivista tão presente no movimento operário socialista italiano. (Del Roio, 2005)

Durante esse período inicial de vida do PCI, Gramsci manteve-se na sombra e fiel à linha partidária em defesa da importância crucial do partido comunista, no combate ao PSI e na pregação da frente única sindical, ou seja, uma frente única operária a ser erigida pelos sindicatos. Decorre então que a crítica estava fortemente voltada contra as direções do sindicato e do partido socialista, em particular, “essa burocracia dirigente subalterna”. (Gramsci, v. 2, 2004, p. 89).

Não desde agora que Gramsci reconhecia que o sindicato não pode ser agente por si mesmo de superação do capitalismo. Na verdade,

O sindicato, *objetivamente*, nada mais é do que uma sociedade comercial de tipo estritamente capitalista, que busca obter, no interesse do proletário, o maior preço possível para a mercadoria trabalho, bem como estabelecer o monopólio desta mercadoria no campo nacional e internacional. (idem, p. 93).

A crise política era sempre mais grave e a possibilidade de um golpe de Estado era real. Gramsci se perguntava então:

A quem serve o golpe de Estado? Pode servir somente a esses outros, ou seja, aos corruptos, aos prevaricadores, aos poltrões, aos parasitas. Com muita frequência (ou melhor, quase sempre), o golpe de Estado não é mais do que o instrumento da escória estatal para conservar as posições ocupadas e que se tornaram mortífera para a sociedade. Esta gente não tem escrúpulos, pouco se importa com o juramento e a honra, odeia todos os trabalhadores e, mais ainda que os outros, odeia os que trabalham em suas próprias repartições e são a condenação viva da sua desonestidade e do seu parasitismo. (idem, p. 102).

Os escritos de Gramsci então tinham alvos diferentes, mas todos eram expressão da crise do Estado e da dominação feudal burguesa: a burocracia estatal, a magistratura, a burocracia sindical. O risco iminente, na conjuntura, não era ainda o fascismo, mas um governo de coalizão socialistas / populares (católicos), que poderiam avançar um “Estado social-democrático” para a recomposição do Estado italiano e seus métodos de engano e repressão. Daí que “A luta contra a socialdemocracia, contra o Partido Socialista traidor, identi-

fica-se com a luta pela libertação do proletariado italiano de qualquer tipo de escravidão”. (idem, p. 114).

De maneira mais ampla,

Os comunistas devem ter como objetivo afastar do capitalismo todas as forças sociais que a ele aderem somente em função de tradições históricas, da educação recebida nas escolas, da influência exercida pela grande imprensa, mas que têm íntimas razões para se opor ao capitalismo e se solidarizar com o proletariado. (idem, p. 117).

O fracasso em se estruturar um governo de coalizão, muito por conta da falta de orientação estratégica que apon-tasse para uma democracia rural (o livre comércio, a unificação do mercado interno), abriu de vez o caminho para o fascismo.

6. GRAMSCI E A REORDENAÇÃO TEÓRICA E ESTRATÉGICA DO PCI.

A crítica de Gramsci, porém, não poderia coonestar por muito tempo com a visão de partido e de estratégia revolucionária formulada por Bordiga. A visão crítica em relação ao PSI caminhava em outra direção, exatamente o implícito desprezo pela iniciativa “espontânea” da classe e o desprezo pelo campesinato meridional, mesmo que contasse com grande número de eleitores na zona rural.

A derrota consumada frente ao fascismo enfraqueceu a organização partidária e a sua insistência na manutenção da linha política adotada tendeu também a isolar o PCI mesmo no contexto da IC. Até por conta da instauração do fascismo em outubro de 1922, como corolário da crise política que já se arrastava num crescente desde o fim da guerra, a IC aumentou a pressão para que PCI e PSI se fundissem e excluíssem os reformistas (a mesma posição tomada no congresso de 1921, que cindiu os socialistas).

O período que Gramsci passou na URSS e na Áustria, de outubro de 1922 a abril de 1924, foi de grande importância no desenvolvimento de sua teoria política. Sem falar do passo decisivo de afastamento frente a Croce por conta da posição deste de tolerância diante do fascismo e de radical anti-bolchevismo, mas pelo interesse despertado pela obra de Maquiavel e, muito particularmente, pela teoria e prática dos bolcheviques, Lenin em destaque. Nesse período também Gramsci se preparou para substituir Bordiga na direção do PCI ao conceber a necessidade de um novo grupo dirigente, com uma nova concepção de partido e com uma nova estratégia revolucionária.

Gramsci conseguiu bloquear a indicação da IC de se processar a fusão com o PSI aceitando apenas o ingresso individual de socialistas no PCI. De resto, a referida proposta de fusão foi rejeitada em ambos os partidos. A ação de Gramsci, que aceitava a orientação política de frente única da IC, mas recusava parcialmente a fusão, superou a posição de Bordiga de recusa de ambas as proposições e também a de Angelo Tasca, de aceitação incondicional da proposta da IC para a Itália.

A III sessão plenária da CEIC – Comissão Executiva da IC (junho de 1923) foi de grande importância para o movimento operário na Itália. Nessa ocasião, por ter sido desarticulada pela polícia a primeira direção do PCI, foi nomeada outra com a presença de Gramsci e Togliatti, um bordiguista e dois da direita fusionista. Gramsci tornava-se assim o principal dirigente do PCI ungido pela IC.

No duro processo de discussão da questão italiana, Gramsci percebe que a disputa com o PSI pela direção da classe operária deveria ser travada em outro patamar, pois agora entende que a força do PSI adquirida em 1919-1920 significou a busca da classe operária por sua unidade, mas a sua desintegração implicava a desintegração da classe operária e a vitória do fascismo. Em termos práticos, o esforço para atrair parte dos socialistas para a política de frente única – o grupo articulado em torno de Serrati – a proposta foi a reor-

ganização do órgão impresso *L'Ordine Nuovo*, precisamente como expressão não só do PCI, mas de todos os antifascistas e anticapitalistas.

No período em que Gramsci passou em Viena a sua preocupação maior foi com a organização do partido, mas com o claro entendimento de que a solução desse problema era político, ou seja, que dependia de uma orientação política muito bem definida e a partir da qual o partido fosse educado e pudesse oferecer um horizonte de ação às massas trabalhadoras na resistência ao fascismo e na luta revolucionária. Para isso fez seguidas propostas de publicações, cobrou com ênfase os companheiros para que contribuíssem com recursos e com textos. Trabalhou sem parar para esclarecer e aglutinar um grupo de companheiros de confiança a fim de definir uma posição capaz de unificar e fortalecer a ação partidária.

Gramsci sintetizava o problema da seguinte maneira:

A situação do Partido, que se reflete na organização, é a consequência de uma concepção política geral. Portanto, o problema é político e diz respeito não só a atividade atual, mas àquela futura. Hoje, trata-se das relações entre os dirigentes do Partido e a massa dos inscritos, por um lado, e, por outro, entre o Partido e o proletariado. (idem, p. 168).

No entendimento de Gramsci essencial seria que o Partido estivesse alinhado com a política geral definida pela Internacional Comunista, sem o que o PCI teria dificuldade em sobreviver. Desse modo, num primeiro instante, era decisivo derrotar a orientação política de Bordiga, que tendia ao confronto com a IC e concebia o partido como um centro dirigente de militantes disciplinados, um partido que se bastava a si mesmo, sem atividades que pudessem colocar em risco um centralismo apenas burocrático, tendo mesmo chegado ao limite de ser contrário à formação de células de fábrica. Gramsci diz então que

Não se concebeu o Partido como resultado de um processo dialético no qual con-

vergem o movimento espontâneo das massas revolucionárias e a vontade organizativa e dirigente do centro, mas somente como algo solto no ar, que se desenvolve em si e para si e que as massas atingirão quando a situação for propícia e a crista da onda revolucionária chegar à sua máxima altura, ou quando o centro do Partido considerar que deve iniciar uma ofensiva e descer até a massa para estimulá-la e levá-la até a ação. (idem, p. 182)

Em termos organizativos Gramsci concebia a formação de uma comissão central de controle e, principalmente, de uma comissão de organização e propaganda composta por quadros especializados. O Partido deveria também se organizar por bairros urbanos e distritos rurais, além das fábricas. A questão da educação política dos comunistas era questão essencial para que fosse viável a disputa com o PSI pela direção da classe operária. Era preciso um discurso e um programa de ação bem definido a fim de se ganhar a confiança das massas e atrair a base operária do PSI. Para Gramsci era inútil uma mera contenda ideológica com os socialistas envolvendo apenas as direções partidárias.

No entanto, era necessário resolver a questão interna relativa à direção do Partido. Gramsci defendia que o grupo que buscava articular se aliasse à ala direita do Partido porquanto essa era defensora da orientação da IC, da política de frente única e da luta pelo governo operário e camponês. Essa aliança serviria para confrontar a linha política de Bordiga, a qual arriscava levar o Partido a uma desastrosa ruptura com a IC e ao isolamento diante da classe operária italiana. Em seguida, porém, seria preciso atrair a parte dessa direita, representada por Tasca, para compor na direção partidária e excluir a parte que não se adaptava ao esforço de fortalecimento do PCI. Com um sem número de dificuldades, Gramsci conseguiu alcançar todos esses objetivos, além de atrair o grupo socialista conduzido por Serrati, simpático a IC, até tor-

nar-se então o mais importante e prestigiado dirigente comunista na Itália.

7. GRAMSCI NA DIREÇÃO DO PCI

Com efeito, em 1924 retorna a Itália como dirigente do PCI e deputado eleito, podendo assim se dedicar com dedicação à tarefa de educar o Partido. Publicar meios de informação e que estimulassem o debate político, enfatizar a necessidade de se conhecer a realidade nacional em todos os seus aspectos, eram formas de resgatar o ânimo da militância e da classe operária tão decaída depois da derrota de 1921-1922. Grande importância teve a iniciativa de Gramsci de fazer uma escola por correspondência, cujos conteúdos seriam assimilados, debatidos e reproduzidos localmente.

Esse trabalho intenso tinha o objetivo de formar um partido ideologicamente definido, com estratégia clara, pequeno por ora, “mas devemos considerar a nossa atual organização, dadas as condições em que vive e se desenvolve, como elemento destinado a lançar as bases de um grande partido de massa”. (idem, p. 249). Todavia é preciso também considerar,

[...] que as situações mais favoráveis podem se inverter por causa da debilidade dos quadros do partido revolucionário. As palavras de ordem servem apenas para por em movimento e dar orientação geral às grandes massas; mas tudo estará perdido se o partido responsável não cuidar da organização prática das massas, não criar uma estrutura que as discipline e as torne permanentemente poderosas. (idem, p. 252)

Gramsci escreveu um balanço bastante positivo da Conferência nacional do PCI, realizada na cidade de Como em maio de 1924. O grupo que se agregara em torno dele foi capaz de se fazer maioria no Comitê Central, ainda que ainda

não tivesse convencido plenamente os dirigentes intermediários. Mas,

Pode-se dizer que, nesta última conferência, nosso Partido pôs explicitamente, pela primeira vez, o problema de se tornar o partido das mais amplas massas italianas, de se tornar o partido que realize a hegemonia do proletariado no amplo quadro da aliança entre a classe operária e a massa dos camponeses. (idem, p. 272).

Na mesma noite da posse do novo parlamento ocorreu o assassinato do deputado socialista reformista Giacomo Matteotti, o que gerou intensa mobilização operária e popular contra o fascismo e uma crise política de grande dimensão. Os partidos de oposição se retiraram do parlamento, em sua maioria esperando que o Rei demitisse Mussolini. Gramsci propôs a ideia de um antiparlamento, ou seja, que se gestasse uma dualidade de poderes, mas como essa perspectiva não foi aceita, a oposição antifascista tendeu a se esvaziar e os comunistas retornaram ao parlamento de ampla maioria fascista para dali denunciar o fascismo e o capitalismo.

Em setembro, amenizada a crise e com o fascismo retomando a iniciativa política, Gramsci volta a insistir

Devemos nos tornar um grande partido, devemos tentar atrair para nossa organização o maior número possível de operários e camponeses revolucionários, a fim de educá-los para a luta, para formar organizadores e dirigentes de massa, de elevá-los politicamente. (idem, p. 276).

O resgate de um sindicalismo de luta e de massa era muito importante para que houvesse uma saída revolucionária do fascismo, mas para isso a organização comunista na fábrica era essencial, assim como a criação de células comunistas na cidade e no campo, tudo isso para que se formassem os comitês operários e camponeses, o embrião de uma real dualidade de poderes.

Em maio de 1925, Gramsci volta à carga sobre o problema da educação da vanguarda revolucionária ao comentar sobre a tarefa formativa do partido em época de reação e repressão aberta. Diz Gramsci então que, a fim de minorar o risco de erros políticos,

É dever do Partido preocupar-se com os membros, desenvolvendo uma atividade determinada que tenha particularmente em vista a melhoria de sua organização e a elevação cultural dos membros no período de terror branco [reação e repressão], já que tais membros estão destinados a se tornar o núcleo central do partido que dirigirá a revolução e administrar o Estado proletário, aquele núcleo mais resistente a qualquer prova e a qualquer sacrifício. (idem, p. 291).

Note-se então como organizar e educar, educar e organizar, são palavras-chave na reflexão de Gramsci sobre o partido revolucionário necessário naquela fase histórica de derrota frente ao fascismo e recuo diante da ofensiva do capital. O partido deve incorporar os melhores elementos da classe formados de maneira mais ou menos espontânea e educá-lo para organizar e educar novos elementos da classe, até que o Partido crie uma identidade com a classe, que a classe se faça partido, classe organizada e culta. Nesse processo dialético é que a classe cria os seus próprios intelectuais.

Em janeiro de 1926, quando o PCI completava cinco anos de vida, no III congresso nacional, Gramsci conseguiu configurar um efetivo grupo dirigente, uma interpretação da realidade italiana e a necessária homogeneidade ideológica de onde foi possível uma clara definição tática e estratégica. Apenas Bordiga e um grupo agora minoritário continuaram se opondo.

A questão mais importante posta ao Partido naquele momento era a tarefa de adequar a organização ao formato indicado pela IC no V congresso mundial realizado em 1924. Essa ação ficou conhecida como bolchevização e significou

ao fim das contas que os partidos comunistas deveriam se organizar prioritariamente a partir de locais de trabalho e se estruturar na base de um centralismo democrático no qual não seriam admitidas frações. Diz o documento escrito por Gramsci (com contribuição de Togliatti) sobre o problema político da organização: “A organização do Partido deve ter como base a produção e, portanto, o lugar de trabalho. Esse princípio é essencial para a criação de um partido “bolchevique””. (idem, p. 348)

O partido - definido como partido da classe operária - deveria ter uma orientação teórica e ideológica fundamentalmente inspirada na obra e na ação de Marx e de Lenin, cujo estudo seria obrigatório para todo militante e difundida pela escola do Partido. A rigor, o que se assimilava era a ideologia configurada na IC.

Na fábrica, no sindicato, onde houvesse organização operária, uma fração comunista deveria se fazer presente, sempre com o objetivo de dirigir o movimento de luta e da unificar as forças dos trabalhadores ao mesmo tempo em que buscava atrair novos quadros com a crítica teórica e prática de outras organizações proletárias. Assim se desenrolava a tática da frente única no cotidiano. De fato,

A “frente única” de luta antifascista e anti-capitalista, que os comunistas se empenham por criar, deve ser uma frente única organizada, ou seja, ter como base organismos em torno dos quais toda a massa encontre uma forma e se agrupe. (idem, p. 382).

Desde a base social, no cotidiano da luta, a frente única era forjada com o superior objetivo de formar comitês operários e camponeses, “... fórmula que sintetiza toda a ação do Partido, na medida em que se propõe criar uma frente única organizada da classe trabalhadora”. A palavra de ordem de um “governo operário camponês” deveria ser compreendida como uma fórmula de agitação política, mas não como uma fase real do desenvolvimento histórico. Na verdade era uma

forma de se referir à ditadura proletária. O tal “governo operário e camponês” deveria emergir de uma “Assembleia Republicana de conselhos operários e camponeses”. (idem, p. 363).

Como conclusão pode-se afirmar que Gramsci tinha em mente um partido centralizado, formado pelos melhores elementos emersos da classe operária, qualificados na teoria e na prática, capaz de educar e ser educado pela própria classe, com a qual deveria manter o contato mais íntimo, mesmo em situação de adversidade extrema. Esse partido teria que ser capaz de se fazer um partido de massas, que englobasse uma parte cada vez maior da classe até que, em tendência, viesse a se confundir com ela. O partido político revolucionário é então de modo intrínseco uma organização de cultura, que prepara uma nova classe dirigente de um novo Estado.

REFERÊNCIAS

- DEL ROIO, M. (2005) – *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã.
- GRAMSCI, A. (2004a). *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1 (1910-1920).
- Analogias e metáforas, p. 111
- A crítica crítica, p. 132.
- A intransigência de classe e a história italiana, p. 167,168, 169.
- O dever de sermos fortes, p. 216.
- Democracia operária, p. 245, 246, 249.
- A conquista do Estado, p. 260, 262.
- Socialistas e anarquistas, p. 284.
- Os sindicatos e a ditadura, p. 295
- Os revolucionários e as eleições, p. 305, 306.
- O partido e a revolução, p. 312
- Antes de mais nada, renovar o partido, p. 318, 323.
- Para uma renovação do Partido socialista, p. 357.
- O conselho de fábrica, p. 367.
- O Partido Comunista, p. 417, 418, 425.

GRAMSCI, A. (2004b) *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2 (1921-1926).

Os partidos e a massa, p. 89.

As massas e os líderes, p.93.

O sustentáculo do Estado, p.102.

A substância da crise, p. 114.

Firmeza de linguagem, p. 117.

Carta a Togliatti, p. 168.

Carta a Togliatti e outros, p. 182.

O programa de L´Ordine Nuovo, p. 249.

A crise italiana, p. 272, 276.

Necessidade de uma preparação ideológica de massa, p. 291.

A situação italiana e as tarefas do PCI, p. 348, 363, 382.

LENIN, V. (1976). Que hacer? In: *Obras escogidas en doce volumes*. Moscú: Editorial Progreso, vol. III.

LUXEMBURG, Rosa. (2011). Problemas de organização da socialdemocracia. In: Rosa Luxemburg: *textos escolhidos*. São Paulo: Editora da Unesp, vol I.

MARX, K & ENGELS, F. (1998) – *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo editorial.

5. DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO: TRÊS MOMENTOS HISTÓRICOS DA LUTA DOS TRABALHADORES PELA IGUALDADE

Candido G. Vieitez

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a democracia virou um mantra político. Os trabalhadores e suas organizações, em seus enfrentamentos com o capital, usualmente a tomam como consigna de luta. Do lado oposto, a burguesia, pelo menos a ocidental, não se farta de agitar a bandeira da democracia para justificar as mais diversas ações.

O resultado é que a democracia, enquanto denominação abstrata, tornou-se uma ideia popular, ou, pelo menos, tão popular quanto pode ser uma categoria política nas condições habituais da atual sociedade. Isso mostra que a democracia, que chegou a ter um papel protagonista na era das revoluções burguesas (CANFORA, 2004), segue ocupando um lugar estratégico na vida política dos estados. No entanto, a reiterada declaração de adesão ao regime democrático por parte da classe dominante obnubila seu significado e, de fato, o erige em enigma.

Mas, tudo isso nem sempre foi assim emaranhado. No passado, quando a burguesia andava às voltas com o processo de sua revolução, o seu ícone político era, - como de **fato** é até hoje, intramuros - não a democracia, mas o liberalismo (LOSURDO, 2006). Nessa época, segundo uma impostação coerente, a burguesia queria distância da democracia. E, conseqüentemente, sua relação com os democratas era de ordem semelhante à que mantém hoje com os comunistas.

Contudo, o grande medo que a burguesia sentiu em relação à democracia não se deu sem razão. Para se ter uma

ideia basta lembrar que, quando em 1848 Marx e Engels (2010), lançaram o *Manifesto do Partido Comunista*, ainda acreditavam no regime democrático como ferramenta política de revolução social supondo que, na Inglaterra ao menos, onde o proletariado era numeroso, esse poderia realizar sua própria revolução por meio do voto universal (MÉSZARÓS, 2002).

Não tardou para que Marx e Engels percebessem que essa hipótese era infundada. E a burguesia também. Lá por meados do século XIX, setores da classe burguesa se deram conta de que o voto universal, uma das vigas mestras da democracia moderna, não era portador das tão temidas propriedades políticas supostas. Mais ainda, a sua adoção, vale dizer, a adoção do regime democrático, ainda poderia render à classe bons proveitos em termos de controle social dos trabalhadores, uma vez que estes seguiam lutando pela democracia, isto é, pela **igualdade de direitos políticos**¹.

Foi a partir desse momento de auto-esclarecimento que, dizendo-o um tanto metaforicamente, a classe burguesa iniciou sua trajetória democrática. Contudo, o seu que fazer democrático vem se mostrando paradoxal através dos tempos. Podemos supor que, como classe dominante, a burguesia até prefira exercer o seu domínio por meio do regime democrático. Porém, quando julga necessário, não se constrange em liquidar o regime democrático, frequentemente, sob o alegado intuito de preservá-lo. Foi assim que, para mencionar exemplos pungentes, os EUA nas décadas de 1960-1970, não teve escrúpulos em ajudar a instaurar e manter sangrentas ditaduras militares por toda a América Latina. E mais recentemente, a alegada defesa da democracia, ou, o suposto empenho em sua disseminação, levou o imperialismo euro-

¹ Em 1838, o movimento operário cartista, através da *People's Chart*", pleiteou o regime democrático. Eis as principais reivindicações: voto universal masculino, votação secreta através de cédula eleitoral, pagamento aos membros do parlamento como meio de possibilitar a participação dos trabalhadores, eleições anuais. (<https://en.wikipedia.org/wiki/Chartism>). Acesso 17/10/2016.

atlântico a arrebentar com o Vietnã, a Iugoslávia, o Afeganistão, o Iraque, a Líbia e a Síria, dentre outras regiões do mundo atingidas pelo zelo democrático.

Neste trabalho não temos mais que a singela intenção de contribuir para a divulgação da temática **democracia e revolução** dando ênfase a determinantes básicas. Tomamos como objetos da análise a política democrática na cidade-estado ateniense (séc. V e IV a.C), a Revolução Francesa de 1789, e a Revolução Russa de 1917. Porque esses casos? Porque a democracia grega ao se estruturar de modo tão distinto ao que conhecemos, ajuda a revelar a política moderna. A Revolução Francesa e a Russa nos deixaram um legado histórico mais próximo, inequívoco, e a dimensão dramática que as envolveu também facilita a visualização do que pretendemos enfatizar.

Encerrando estas considerações acrescentamos que a análise se encontra vertebrada pela tese de que o fenômeno democrático, tal qual se tem apresentado histórica e empiricamente até o presente, é um acontecimento característico, um *epifenômeno* das sociedades de classes, bem como das lutas antagonistas das classes nessas sociedades.

I. A DEMOCRACIA NA CIDADE-ESTADO ATENAS (V-IV SÉC. A.C.).

A democracia foi um acontecimento grego. Mas, aqui nos reportamos apenas à democracia em Atenas porque esse é considerado o caso clássico, melhor realizado e melhor estudado, embora não típico (CROIX, 1988).

Na história antiga da Grécia, a democracia foi um hiato que durou aproximadamente dois séculos. Anteriormente ao séc. V não existia, e depois do IV séc., desapareceu.

A apreciação da democracia grega pelos europeus modernos teve os seus percalços. Nos idos tempos em que o Antigo Regime se encontrava em crise em concomitância com a emergência do mundo burguês, pensadores da Ilustração, reacionários ou progressistas, criticaram a democracia

grega, um pouco na esteira dos grandes filósofos gregos, porque o horror à participação política da plebe era inerente tanto à nobreza quanto à burguesia (CANFORA, 2004).

Nos dias atuais, entretanto, dado que a burguesia se *reconciliou* com a democracia, é bastante trivial encontrarmos nas mais diversas publicações escritos edificantes quanto ao pioneirismo e à natureza virtuosa da democracia grega. Em parte isso se coaduna com a posição apologética oficial interessada em contrapor a democracia ao comunismo. Mas também parece ser o resultado de análises que ao centrarem o foco na política cidadã de Atenas, terminam por obscurecer os demais componentes daquela sociedade.

Aí temos também, aparentemente, uma questão de método de pesquisa. Assim, quando procuramos visualizar o ente democrático em Atenas, em suas articulações com a totalidade social, emerge imediatamente um fato gritante e paradoxal que é o **escravagismo**.

Com efeito, a sociedade ateniense foi, *mutatis mutandis*, tão escravocrata quanto foi a sociedade brasileira antes da abolição da escravatura. E o que talvez seja mais chocante é que a bela democracia ateniense foi responsável, durante toda sua trajetória, pela manutenção do instituto da escravidão. Canfora (2004, p. 53-54), nos oferece uma passagem conclusiva quanto à responsabilidade da democracia na manutenção da escravidão. Narra ele que em 338 a.C., Felipe da Macedônia tinha praticamente liquidado com o exército grego. A única possibilidade de defesa seria a criação de um grande exército. Um patriota “propôs, portanto, a libertação imediata dos cerca de 150.000 escravos agrícolas e mineiros presentes em solo Ático... Mas foi logo levado a tribunal acusado de ‘ilegalidade’”. O motivo? “Os poucos mais de 20.000 cidadãos de pleno direito que na época existiam na Ática seriam ‘engolidos’ pela mais vasta realidade de uma democracia de todos”. Numa palavra, nesse momento funesto, a democracia ateniense preferiu cair sob o jugo de Felipe da Macedônia a libertar seus escravos.

Há certa controvérsia historiográfica quanto à magnitude proporcional dos escravos na Ática. No entanto, segundo Croix (1988), não há dúvida que a classe dos escravos-mercadorias constituía a fonte principal do excedente econômico apropriado pela classe dominante. Mas a importância dos escravos em Atenas transcendia esse âmbito, uma vez que, mesmo os camponeses pobres, pequenos proprietários ou arrendatários, que viviam basicamente do trabalho familiar num nível de economia de subsistência ou muito próximo a ela, eram proprietários de algum ou alguns escravos.

Mas não é possível entendermos como é que se constituiu uma democracia em Atenas se nos fixamos apenas na dimensão escravista da sociedade. Os escravos realmente produtivos, ou seja, os escravos capazes de gerar uma riqueza diferencial apropriável, eram propriedades dos ricos, sobretudo dos terratenentes e camponeses médios, que constituíam a espinha dorsal da classe dominante ateniense. Para o pequeno camponês a escravidão não tinha o condão de produzir riqueza diferencial. O resultado era que a maior parte da população ateniense livre que constituía o *demos* era pobre. Este segmento compreendia pequenos camponeses, jornaleiros – poucos – que alugavam seu trabalho, pequenos comerciantes e artífices. Esta *plebs*, notadamente os pequenos camponeses próximos à economia de subsistência, levavam uma vida quase autonômica em suas aldeias rurais. Não tinham patrões. E seu contato com a urbe e o Estado era rarefeito, ao menos na vida cotidiana usual. Essa camada camponesa livre, majoritária, também era explorada pelo Estado (impostos, serviço militar, etc.) e por particulares (arrendamentos, dívidas, etc.).

Foi a situação de exploração dessa classe que forneceu o combustível para as agitações sociais em Atenas. Porém, no contexto dessa exploração dos setores pobres havia uma questão ímpar e explosiva: **a servidão e a escravização por dívidas**. Este instituto representava a culminância abrupta dos vários mecanismos de exploração existentes,

porque do dia para a noite homens livres podiam ver a si mesmos na condição de servos ou escravos.

Eis uma esquemática sinopse do percurso das lutas em Atenas precipitadas antes de tudo pelo apavorante fantasma de possível perda da liberdade por dívidas. Os atenienses vinham sendo governados desde tempos imemoriais por oligarquias eupátridas, ou seja, por governos constituídos por linhagens de *sangue azul*, isto é por nobres que eram grandes proprietários de terras. Nos séculos imediatamente anteriores à instauração da democracia, as rebeliões promovidas pela plebe recrudesceram².

Essas lutas deram origem a uma era de tiranos, que eram uma espécie de caudilhos frequentemente personalistas, mas que contavam com o apoio da massa trabalhadora majoritária. Finalmente e resumindo, os sucessivos conflitos culminaram em uma **revolução política** que instaurou a democracia, a igualdade política entre os cidadãos, independentemente de serem ricos ou pobres. Vejamos, então, no que consistia a democracia em seu momento maduro.

A premissa estava na definição de cidadania. Quem era cidadão? Basicamente os homens adultos em idade militar nascidos de pais gregos, o que abrangia possivelmente umas 30.000 pessoas. Mulheres eram não pessoas. Adolescentes, velhos e estrangeiros também estavam excluídos da cidadania embora fossem livres.

A democracia, portanto, dizia respeito a quem era cidadão e tinha o poder de deliberar sobre os assuntos da cidade-estado (polis).

² As rebeliões eram basicamente pelo controle do Estado. E como é que o demos, constituído de pobres, podia afrontar desse modo a classe proprietária? Um segredo estava no fato de que os pequenos camponeses em Atenas eram civis armados porque como todos os cidadãos, quando eram convocados para o serviço militar tinham que comparecer equipados às suas próprias expensas. Ou seja, de modo diverso do que ocorre hoje, boa parte do povo livre em Atenas era um povo armado.

As duas instâncias principais eram a assembleia (*Ágora*), e uma espécie de judiciário escolhido por sorteio dentre os cidadãos independentemente de classe.

Na assembleia eram tomadas todas as decisões políticas importantes. Não havia representantes nem delegados devendo cada cidadão comparecer para participar e apresentar seu voto – a democracia direta como se usa dizer atualmente.

Como os camponeses tinham grande dificuldade em deixar o trabalho do campo para comparecer à assembleia, essa só muito excepcionalmente reunia mais do que umas 5 mil pessoas, embora num dado momento tenha sido deliberado que o Estado atribuiria a quem participasse uma pequena quantia.

Nada disso conseguia neutralizar completamente o poder da riqueza (FINLEY, 1985). Ainda que indiretamente, a ascendência dos ricos se infiltrava nos processos de tomada de decisões porque só eles tinham condições de produzir os estudos, pesquisas, etc. necessários à **ilustração** de certas questões políticas ou técnicas. Uma vez esclarecidos, os ricos promotores de tais pesquisas tratavam de levar suas posições à assembleia por meio de oradores experimentados e *desinteressados*, ou seja, pagos. Além disso, os cargos militares importantes e a guarda do tesouro estavam nas mãos dos ricos, fossem estes nobres ou plebeus.

Havia outro aspecto importante ligado à questão da dicotomia classe proprietária dominante e plebe. Em Atenas toda a cultura letrada (filosofia, teatro, etc.), era produzida por homens que não precisavam trabalhar, ou seja, homens que em geral eram parte da classe de proprietários. E esses homens, com poucas exceções, eram a favor da escravidão e contra a democracia. Esse aspecto nos autoriza a supor que, além do poder que derivava diretamente da riqueza, a classe proprietária tinha também a hegemonia política e cultural sobre o conjunto dos homens livres, o que provavelmente fazia com que o instituto da escravidão aparecesse como natural

aos olhos de todos, proprietários ou trabalhadores, e fosse aceitável para a democracia.

De qualquer modo, a democracia mitigou significativamente a exploração e o autoritarismo da classe dominante sobre os trabalhadores³ livres, a maior parte do *demos* (WOOD, 2003). Em Atenas a questão crucial da servidão ou escravidão por dívidas foi abolida. As formas mais gravosas de exploração praticadas pelos poderosos foram refreadas, bem como as exações promovidas pelo Estado. Como consequência, no período democrático os conflitos políticos em Atenas estiveram abaixo do que era mais ou menos usual na Grécia.

Com tudo isso, a democracia em Atenas não está ligada a uma **revolução social**. Não foi uma revolução social que instaurou a democracia. E a democracia não conduziu a uma revolução social. Basicamente, a democracia foi uma revolução política na qual os homens livres atenienses lutaram pela igualdade política e a conseguiram. Com certeza a conseguiram no plano legal e até certo ponto também na prática. No, entanto as relações de propriedade - definidoras das relações de classe -, permaneceram incólumes, do que decorreu que ao reproduzir também a escravidão, a democracia situou-se de modo bizarro como uma ditadura democrática escravagista.

³ Podemos considerar trabalhadores uma classe social que embora pobres e tendo que ganhar a vida basicamente com o próprio trabalho utilizavam um que outro escravo? O trabalho dos escravos desses pequenos proprietários certamente era uma contribuição à sua economia, mas não era um fator de enriquecimento, e não permitia a esses proprietários de escravos elevar-se a um patamar em que pudessem viver do trabalho alheio. De qualquer modo, este acontecimento era certamente um elemento de cumplicidade dos trabalhadores com a manutenção da escravidão.

1. A REVOLUÇÃO FRANCESA E A DEMOCRACIA MODERNA (1789-1795).

Quando a democracia se reapresentou na cena europeia durante a Revolução Francesa³, ao contrário do que ocorrera na Grécia, uma **revolução social**, a burguesa, já estava em curso na Europa.

A Holanda foi a pioneira (WALLERSTEIN, 1994). E em 1688, a Revolução Gloriosa, também adiantando-se no tempo, coroou a mudança de regime social em andamento na Inglaterra ao instituir uma monarquia constitucional com eleição de parlamentares.

Os movimentos que conduzem a grandes mudanças históricas costumam produzir uma simbologia que atua sobre as populações como uma catarse. E não raro, os movimentos introdutórios do novo rebuscam no passado as suas imagens ou personagens. Esse resgate ocorreu tanto na Inglaterra quanto na França e o que foi recuperado, foi por si mesmo, um indicativo do caráter dessas duas revoluções. Porque enquanto a Inglaterra conclamou Habacuc⁴ como guia espiritual, os revolucionários franceses bradaram pelas figuras laicas da república romana e da democracia grega abstraídas das respectivas situações sociais concretas (CANFORA, 2004).

O sistema feudal de há muito vinha sendo minado por novas relações sociais. Estas eram impulsionadas pela burguesia que ganhava dinheiro no comércio colonial e nacional, incluída a manufatura emergente. E por parte da nobreza aburguesada que transformara suas propriedades feudais em propriedades produtoras de mercadorias (KULA, 1974).

³ A revolução burguesa manteve a sociedade como sociedade de classes. No entanto, subverteu as relações fundamentais de propriedade substituindo a propriedade feudal pela propriedade burguesa, abolindo a servidão, característica do feudalismo e instituindo o trabalho *livre*, ou por outra, a semi-servidão do trabalho assalariado.

⁴ A inspiração em passagens selecionadas da bíblia ([http://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/habacuc/.](http://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/habacuc/)) ligou a variante anglo-saxônica da revolução burguesa à reforma religiosa.

O feudalismo foi se precipitando numa ampla crise social, econômica e política. O Estado absolutista mais os senhores feudais, face às dificuldades econômicas crescentes espremiavam os camponeses subtraindo deles tudo que podiam. Nas cidades, as condições de vida agravavam-se e os *sans-cullotes*⁵ rejeitavam cada vez mais o despotismo inerente ao Estado Absolutista. Semelhante, por outras razões, era a posição da burguesia que queria sobretudo adquirir um estatuto social compatível com seu crescente poder econômico na sociedade.

Em 27 de junho de 1789 o rei ordenou que se reunisse a Assembleia Nacional que abrigava também as classes proprietárias ascendentes. Em 9 de julho a Assembleia, num ato de rebeldia, proclamou-se assembleia **constituente**, com o que praticamente teve início a revolução. Eis como Soboul (1985, p.42-43) nos apresenta a atmosfera social desse momento.

“A crise econômica já multiplicara as rebeliões. Desde 28 de abril de 1789, os estabelecimentos do salitreiro Henriot e de Réveillon, fabricante de papel para forrar parede [...] tinham sido saqueados. Distúrbios nos mercados, pilhagens de comboios de cereais, ataques às alfândegas municipais”. “A revolução parisiense de 14 de julho correspondeu na província, com modalidades múltiplas, a revolução mundial: as municipalidades antigas desaparecem em algumas semanas, o país foi fechado numa rede de ardorosos comitês a vigiarem os suspeitos, preparados para desmancharem os conluios aristocráticos”. “O campesinato entra então em cena. Ele, sem dúvida, já tinha se erguido em diversas regiões [...]”.

⁵ Os destituídos de propriedade ou aqueles cuja propriedade, mais formal do que real, não servia de base à riqueza diferencial, à acumulação ou exploração do trabalho alheio.

No clima de insegurança e de miséria geral, incidentes locais deram nascimento a seis correntes de pânico em cadeia [...]. O feudalismo foi definitivamente abalado”.

Na Inglaterra, as circunstâncias sociais em que se realizou a revolução foram muito diferentes das que existiam na França em 1789. Na Inglaterra o pequeno camponês não tinha o mesmo peso que na França. A burguesia e a nobreza aburguesada avançaram sobre a nobreza feudal e a realeza, pondo em marcha a revolução social. Os enfrentamentos não tiveram o mesmo nível de radicalidade e dramaticidade que na França, a plebe propriamente dita praticamente não entrou em cena, e a revolução pôde atravessar a linha divisória que conduzia do mundo feudal ao burguês revestida de um caráter *moderado*.

Em França isso não foi possível, embora a burguesia o tivesse tentado. Sob os acordos realizados com a nobreza a revolução não avançou o suficiente para nenhuma das forças nela interessadas. Entre 1789 e 1793 uma verdadeira guerra civil manteve em confronto pequenos camponeses e aristocratas. A burguesia temia a plebe sublevada. Entretanto, viu que para fazer avançar a revolução precisava se aliar com ela. As duas frações da burguesia, girondinos e montanhesez compreenderam o problema. E em 1793, a facção jacobina dos montanhesez, situada mais à esquerda, com os Saint-Just, Robespierre, etc. à frente, aliaram-se com os *sans-culottes*⁶ para estabelecerem um governo revolucionário autoritário cuja necessidade reconheciam.

A presença protagonista das camadas populares desde o início constituiu um diferencial dessa revolução, ao ponto de Soboul (1985) afirmar que embora a burguesia a tenha dirigido, a plebe foi seu verdadeiro motor.

⁶ Proletariado urbano, constituído principalmente por pequenos proprietários autônomos (artesãos, comerciantes, prestadores de serviços) e assalariados.

O que preconizavam politicamente os *sans-cullotes*? Eles queriam a democracia. Mas, a “[...]democracia tal qual a praticavam, tendia espontaneamente para o governo direto. Controle dos eleitos, direito para o povo de revogar seus mandados, voto em voz alta ou por aclamação (SOBOUL, 1985, p.86).

Esse programa radical democrático, muito distante dos valores burgueses, não foi o que prevaleceu. Mas o que prevaleceu, sob a pressão das massas populares em movimento, liquidou o feudalismo e o absolutismo, e instaurou em França uma república democrática, que claramente divergia do regime político liberal instalado pioneiramente na Inglaterra em 1688.

No processo que levou à consumação da revolução e à democracia, o papel de direção política e ideológica desempenhado pelos jacobinos, a facção burguesa mais radical da Montanha, parece ter sido decisivo. Saídos de uma costela da Ilustração, os jacobinos tomaram o conceito de **cidadania** de Atenas, que era restritivo como vimos, e reformatarem-no para aplica-lo à sociedade moderna.

Como se expressou isso na prática? O contraste nos facilita a visualização do que ocorreu à época. Na dimensão do social, o liberalismo da Revolução Gloriosa tinha preservado a **escravidão** nas colônias. E na dimensão política restringiu a cidadania aos **proprietários** estabelecendo o **voto censitário**, o que não mudou nem mesmo depois que o regime migrou dos preceitos de Habacuc para os de Locke (LOCKE, 1963).

Colocando-se na antípoda dessa posição, a democracia francesa decretou o **fim da escravidão** nas colônias. E com o estabelecimento do **voto universal**⁷, um dos pilares da democracia sob o regime capitalista, aproximou a política democrática da ideia rousseauniana (ROUSSEAU, 196..?) e jacobina (ROBESPIERRE, 1999) de que soberano é o povo.

⁷ O voto feminino também teve que se arrancado da burguesia e só se generalizaria no século XX.

No entanto, a democracia, que não era propriamente o objeto de desejo da burguesia, não foi muito longe. O radicalismo jacobino em concubinato com as massas populares semeou o pânico entre os membros da nova classe dominante. Concomitantemente, o movimento popular arrefeceu. Muitos dos jacobinos, inclusive os mais insígnies, foram vítimas da guilhotina que eles mesmos tinham utilizado sem muita parcimônia durante o governo de *salvação nacional*. A partir de 1794 a burguesia tratou de retomar as rédeas do poder, instalando o *terror branco*. O clube jacobino foi dissolvido. A intervenção estatal na economia, que visava dar certa proteção às camadas populares foi interrompida. Em 1795, a aliança popular burguesa estava liquidada. Em novembro de 1799, Napoleão, mediante um golpe de Estado, tomou o poder dando início de fato ao império que proclamaria mais à frente. E em 1802, **ao abolir o voto universal e ao decretar a restauração da escravidão nas colônias**, transmutou a democracia em liberalismo sem reboços.

Democracia e revolução social burguesa não são irmãs siamesas, como já indicamos. As revoluções burguesas primevas na Holanda e Inglaterra engendraram regimes políticos liberais, não democracias. E a democracia tampouco foi uma força impulsora dessas revoluções. No entanto, a Revolução Francesa é, amiúde, apresentada não só como a revolução burguesa, por excelência, como também a revolução que trouxe a boa nova da democracia. Ocorre que, antes do que ser típica, a Revolução burguesa na França foi mais um caso anômalo (DAVIDSON, 2013)⁸. E a democracia, antes do que ser a meta da burguesia, foi seguramente consequência da intervenção **não dispensável** dos trabalhadores no processo revolucionário. E isto porque, os trabalhadores sem propriedade, ou, aqueles trabalhadores cuja propriedade é mais formal do que real, que compreende sempre a maioria

⁸ Podemos tomar como exemplo o marco da revolução burguesa no Brasil colocado com a libertação dos escravos e a proclamação da república, eventos nos quais as massas populares não tiveram papel protagonista expressivo.

esmagadora da população nas sociedades de classes, são os únicos que têm interesse real em que a integração à cidadania política não seja uma exclusividade dos proprietários.

Uma vez descoberta a possibilidade democrática os trabalhadores a tornaram indissociável de suas lutas, o que passou a pressionar recorrentemente os governos burgueses que não ostentassem a forma democrática. Por isso, a trajetória da democracia, na França, ou melhor, a trajetória do voto universal, que é um de seus descritores fundamentais, foi curiosamente restabelecida nesse país em dezembro de 1851 por um outro Bonaparte, que curiosamente, mediante um golpe de Estado estabeleceu um regime democrático autoritário (CANFORA, 2004).

Mas a essa altura dos acontecimentos, o capitalismo tinha se desenvolvido. E como observamos, a burguesia já tinha descoberto que os mecanismos da técnica política democrática, como o voto universal, a eleição de representantes, os parlamentos dos vários níveis, bem como o mercado eleitoral, para mencionar os mais salientes, podiam ser manejados para satisfazer o princípio liberal de que ao fim e ao cabo quem deve governar é a **propriedade**, vale dizer, o tipo de propriedade sobre a qual se assenta o capital (BROWN, 2009).

Qual era a expressão prática dessa conclusão? O fato inequívoco de que, direta ou indiretamente a burguesia sempre ganhava as eleições⁹. E quando as eleições não satisfaziam a classe ou ofereciam algum risco real ao seu domínio, sempre era possível trocar a democracia por qualquer outro regime político. Aí estava o segredo, válido até hoje, da suposta vocação democrática da classe burguesa. E qual é a natureza do segredo?

⁹ A burguesia ganha as eleições, mesmo quando partidos autodenominados de esquerda as ganham e uma vez no governo passam a administrar a reprodução do capital, como a história europeia de depois da Segunda Guerra o demonstra amplamente. O regime democrático representativo bem realizado oferece liberdades e tudo pode ser mudado, desde que não se mude o necessário à reprodução do capital.

O segredo talvez não esteja desvendado até hoje. Mas, certamente, tem a ver com o fato de que a classe dominante organiza a denominada *sociedade civil* (GRAMSCI, 1968) tanto ou mais do que organiza a esfera política ou *sociedade política*. Essa organização se manifesta no sistema escolar, na atuação das diversas igrejas, nos clubes esportivos de massas, na propaganda onnipresente e, mais recentemente, na mídia em geral. E todas essas agências, confluindo nos seus efeitos têm a capacidade de inculcar nas pessoas a concepção do mundo da classe dominante, com o que exercem uma função permanente de socialização ou ressocialização dos trabalhadores (BEAUVOIS, 2008).

Mas, o efeito de socialização e ressocialização mais importante decorre provavelmente do fato de que a sociedade burguesa é constituída por **traficantes de mercadorias**, o que inclui os próprios trabalhadores ainda que de um modo específico¹⁰. Os efeitos desse fenômeno mercantil geral sobre a sociabilidade não se limitam à vida econômica como se pode supor. Marx, em **O Capital** (1972), num tópico chave um tanto esquecido, pôs em destaque os efeitos alienantes imanentes do **fetichismo da mercadoria**. E esses efeitos, que se manifestam em todas as esferas da vida social, são tanto mais poderosos quanto mais desenvolvido o capitalismo se encontra, como parece mostrar nosso atual mundo neoliberal (MONBIOT, 2016), em que pese o fato concomitante de que este mundo gere também contradições potencialmente explosivas contra ele mesmo.

A revolução burguesa foi uma revolução social porque ela substituiu o mundo feudal pelo mundo burguês ou capitalista. Nesse *processus* subverteu completamente as relações de propriedade, liquidou a servidão e instaurou o denominado trabalho *livre* cuja pedra angular é o trabalho assala-

¹⁰ O trabalho assalariado é a mercadoria fundamental do regime capitalista de produção. O Direito Civil, por meio de uma *factio iuris*, determina que o trabalhador assalariado é proprietário da mercadoria força de trabalho em condições equivalentes à de qualquer outro proprietário.

riado. No plano político, como indicamos, a revolução burguesa gerou regimes liberais, que podem ou não, dependendo das circunstâncias, tomarem a forma de democracias, o que depende em boa parte do poder de fogo dos trabalhadores, uma vez que são estes os principais interessados nas mesmas.

Uma importante linha de interpretação disseminada vê a sociedade burguesa como aberta, livre e progressiva. Uma sociedade que, primeiro estabeleceu os direitos civis, depois os direitos políticos e finalmente, os direitos sociais (MARSHALL, 1967). Embora essa visão tenha contado com um suporte empírico sugestivo no período do *welfare state*, sobretudo porque tomou como referência os países imperialistas, essa abordagem é negada pelo conjunto dos acontecimentos históricos, e antes de tudo pelo fato lógico de que a revolução burguesa não emancipou os trabalhadores. Ela libertou os trabalhadores dos grilhões da servidão feudal apenas para substituí-los pelos grilhões da semi-servidão moderna, o trabalho assalariado. Consequentemente, direitos políticos e direitos sociais universais sob o capital são incidentais.

O que não é incidental, mas orgânico à atual sociedade, é o **Direito Civil**. É este que contém a alma, por assim dizer, do regime do capital, os conceitos burgueses de liberdade e igualdade, que são uma condição *sine qua non* para o funcionamento do sistema (PASUKANIS, 1976), para o intercâmbio societário de mercadorias realizado por proprietários privados, independentes uns dos outros segundo o diapasão de que “as relações sociais que se estabelecem entre seus trabalhos *aparecem* como o que são; ou seja, não como relações diretamente sociais das pessoas em seus trabalhos, se não que como *relações materiais* entre pessoas e *relações sociais entre coisas* (MARX, 1972, p.38)

A revolução burguesa trouxe com ela o liberalismo, vale dizer, a ditadura de classe da burguesia¹¹. Quando, em

¹¹ Não se pode confundir ditadura de classe, que é a situação estrutural de uma formação social, como a feudal, digamos, com a situação prosaica de um governo autocrático, como o de uma ditadura militar, por exemplo.

condições determinadas, o liberalismo possibilita o funcionamento da democracia, temos então a ditadura democrática da burguesia porque, os efeitos reais ou virtuais das técnicas políticas democráticas são amplamente suplantados pelos poderes reais de classe, nunca explicitados, e que se encontram profunda e amplamente assentados no monopólio da propriedade dos meios de produção, no dinheiro. E nos parcimoniosos momentos históricos em que as virtualidades democráticas conseguem se descolar do jogo liberal, ameaçando realizar voo próprio, a burguesia não tem escrúpulo em lançar mão de métodos que inclusive ignoram os seus próprios direitos civis¹².

Não obstante, os trabalhadores lutaram e continuarão a lutar pela democracia. Antes de tudo porque, se a forma democrática conserva alguma de suas virtualidades, se não redundam em uma concha vazia - dado o controle de classe da burguesia-, como efetivamente pode ocorrer, então, *mutatismutandis*, tal qual em Atenas, a democracia tende a atenuar em alguma medida o grau de subordinação e exploração dos trabalhadores pelo capital. Mas, não nos iludamos. Mesmo nas situações supostamente mais democráticas, como naquelas em que se encontra no poder um partido socialdemocrata, os efeitos da democracia são restritos à ordem social porque o peculiar desta socialdemocracia é “exigir instituições democrático republicanas como meio de não acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia (MARX, 1968, p.52).

2. A REVOLUÇÃO RUSSA DE OUTUBRO DE 1917: A REVOLUÇÃO INCONCLUSA.

No primeiro lustro do século XX, a Rússia era uma periferia ou talvez uma semiperiferia no sistema capitalista, ainda que fosse uma *grande potência* com ambições imperia-

¹² O Estado de Direito, de fato, é sempre, em maior ou menor medida, estado de direito e estado de exceção (AGAMBEN, 2012).

listas, o que a levou à guerra de 1914. A servidão havia sido abolida em 1861, ou, como disse Trotsky (1967), semi-abolida, de modo que o feudalismo em putrefação seguia atuante na Rússia, particularmente no campo, embora o capitalismo estivesse em franco desenvolvimento.

A contradição entre o capitalismo ascendente e os escombros do feudalismo manifestava-se do modo mais nítido na preservação do Antigo Regime, ou seja, na subsistência da monarquia Romanov com seu concomitante séquito de nobres de extração feudal, que permaneciam na direção política do país. Mas, eram também gritantes as contradições no plano socioeconômico, o que aparecia na forma de agudas desigualdades e contrastes. A massa camponesa amplamente majoritária seguia enredada nos remanescentes feudais. Em contrapartida, havia grandes urbes industriais, onde estava a classe operária atestando o desenvolvimento do capitalismo no país. Eis o panorama descrito por Trotsky (1967, p. 28):

“Enquanto que a agricultura camponesa, até a Revolução, em sua maior parte permanecia quase no mesmo nível do século XVII, a indústria russa, quanto à técnica e sua estrutura capitalista encontrava-se no mesmo nível dos países adiantados e, mesmo sob alguns aspectos, os ultrapassava. Em 1914 as pequenas indústrias com menos de 100 operários representavam nos Estados Unidos, 35% do efetivo total dos operários industriais, ao passo que na Rússia a proporção era de 17,8%. Admitindo-se um peso específico aproximadamente igual para as empresas médias e grandes, ocupando de 100 a mil operários, as empresas gigantes, que ocupavam mais de mil operários cada uma, empregavam, nos Estados Unidos, apenas 17,8 da totalidade dos operários, enquanto que na Rússia a proporção era de 41,4%. Nas principais regiões industriais a percentagem era

ainda mais elevada: na região de Petrogrado, 44,4%; na região de Moscou, 57,3%”.

A situação dos camponeses pobres, oprimidos por nobres e grandes proprietários, era lastimável. E nas cidades industriais os operários tinham condições de vida manchesterianas, em consequência do que havia agitação social recorrente e greves.

Podemos supor que o proletariado¹³ até poderia assimilar a situação ignominiosa, não fora o fato de que na Rússia, como vinha ocorrendo por toda a Europa (DAVIDSON, 2013), a resolução das diversas questões sociais se encontrasse historicamente vinculada à liquidação do feudalismo por meio da revolução burguesa e da instauração da república democrática. Esse foi o influxo político-social subjacente à revolução de 1905. Esta revolução foi derrotada pela monarquia. Mas foi um alerta, de fato o prólogo das revoluções que viriam subsequentemente, a de fevereiro e a de outubro de 1917.

O *processus* que levou à revolução de fevereiro de 1917 e que culminou na instalação de um governo burguês democrático provisório, contou com componentes sociais muito distintos em relação àqueles que indicamos nas revoluções políticas que levaram a democracia a Atenas, ou, a revolução social que instaurou a república democrática em França.

O mais importante foi a presença de uma típica classe operária industrial que, se em termos relativos era modesta, em termos absolutos era expressiva. E a presença de **organizações coletivas de massa** (THOMPSON, 1977) que para todos os efeitos não existiam nos casos anteriores. Dentre essas tiveram destaque os partidos políticos e os sovietes. Estes, subdivididos em sovietes (conselhos) geopolíticos de cidade

¹³ Usamos o termo proletariado em sentido lato, que se refere à classe operária, mas também a todos os trabalhadores pobres, tais como os camponeses que têm propriedade da terra, quando a têm, mais formal do que real.

ou bairro e os sovietes de fábrica, usualmente denominados comitês de fábrica.

Podemos dizer que os sovietes foram uma invenção do movimento operário e se apresentaram já na revolução de 1905, inclusive surpreendendo os partidos marxistas que atuavam no movimento. A sua emergência esteve provavelmente ligada ao fato de que os sindicatos na Rússia eram fracos. Os trabalhadores organizaram-se então, em cada fábrica, em comitês de fábrica. Porém, nas greves amplas, os trabalhadores sentiram necessidade de um ente coordenador geral. Dessa necessidade prática adveio o soviete, constituído em princípio por delegados de fábricas escolhidos pelos trabalhadores. Dependendo do porte da greve, o soviete poderia ser de bairro ou cidade. Se a greve era muito potente, o soviete tendia a extrapolar suas funções de direção do movimento com o que aparecia exercendo funções político-administrativas em paralelo com os poderes municipais.

Os sovietes foram uma invenção da classe operária. Esta tem uma base natural no **trabalhador coletivo moderno** (MARX, 1972) sendo, portanto, um produto da moderna indústria capitalista. Dado seu vínculo orgânico com o trabalhador coletivo os sovietes não poderiam ter aparecido em Atenas. E seria improvável que tivessem aparecido na Revolução Francesa, porque em França ao tempo da Revolução, a classe operária típica era incipiente, e a forma específica **trabalhador coletivo**, apenas em formação, encontrava-se restrita às manufaturas e fábricas não tão numerosas.

Quanto aos partidos devemos diferenciar entre partidos estrito senso e lato senso. Partidos como fração de classe, como determinada parte da sociedade, capazes inclusive de encetar ações mais ou menos coordenadas, são inerentes às sociedades de classes. Nesse sentido, podemos falar num partido democrático em Atenas. E o Clube Jacobino na Revolução Francesa também foi um partido desse tipo. Porém, a formação de partidos enquanto organizações coletivas de massa, portadores de um programa e uma auto-organização estrita, formaram-se sob o influxo da Revolução Industrial do

século XVIII, originariamente vinculados à emersão da classe operária.

A presença desse novo tipo de organização na Rússia foi vital para o papel que os trabalhadores desempenharam na revolução porque os partidos atuaram aí como verdadeiros *príncipes modernos* (GRAMSCI, 1976), contribuindo para a organização, educação, mobilização e orientação político-ideológica dos trabalhadores.

Vejamos o contraste. Na Grécia a grande maioria dos produtores culturais, inclusive os grandes filósofos, era antedemocrática e a favor do escravagismo (CROIX, 1988). Os trabalhadores, por seu lado, não tinham acesso à cultura letrada, o que os colocou na dependência político-ideológica dos poucos pensadores *aristocratas* favoráveis à democracia, bem como dos membros progressistas (demagogos) das classes dominantes, que viam a democracia como um método político de administrar conflitos visando a continuidade de seus privilégios de classe.

Observadas as distâncias, em França ocorreu algo semelhante. Os trabalhadores foram o motor da revolução como observou Soboul. Porém, dadas suas carências organizacionais e culturais colocaram-se sob a ascendência dos intelectuais da burguesia, do que resultou que esta tenha sido a condutora da Revolução.

Na Rússia, onde tínhamos os partidos modernos como apontamos, a natureza da intervenção dos trabalhadores na arena política foi muito diferente. Os principais partidos foram o Social Revolucionário, com ascendência sobre o campesinato, o Partido Menchevique e o Partido Bolchevique. Estes últimos decorrentes de uma divisão que houve no originário Partido Operário Social Democrata Russo. Esses partidos evoluíram, se não em simbiose, ao menos mediante uma relação de parceria com a massa trabalhadora.

Nessa condição, e atuando também como **intelectuais coletivos**, os partidos elaboraram programas de ação política que deveriam transcender as lutas econômicas. Essas organizações, ao menos desde 1905, compartilhavam a ideia

de que para arrancar a Rússia de seu atoleiro secular seria necessária uma revolução burguesa. Porém, enquanto o Partido Menchevique considerava imprescindível a direção burguesa, o Partido Bolchevique, por influência de Lênin, acreditava que a burguesia russa já era impotente para dirigir sua revolução e que isto deveria ser feito por uma **ditadura democrática do proletariado e dos camponeses**¹⁴.

Em inícios de 1917 a situação do país era dramática. Os exércitos russos eram recorrentemente derrotados na guerra. O campo que cedia a maior parte dos soldados clamava pela reforma agrária e por paz. O exército se decompunha e setores das tropas na retaguarda começaram a confraternizar com o povo. Nas cidades a exploração dos trabalhadores recrudescia, enquanto a fome se instalava. “A 23 de fevereiro, sob a bandeira do Dia da Mulher, explode a insurreição das massas operárias de Petrogrado [...]. A primeira fase da insurreição foi a greve, que em três dias se estende a ponto de converter-se em greve geral” (TROTSKY, 1967, p. 109).

Em fins de fevereiro a Revolução estava vitoriosa em Petrogrado. E de Petrogrado saltou para Moscou e o restante do país. De acordo com as posições de Mencheviques, Social Revolucionários, Cadetes (liberais), e Bolcheviques¹⁵ dentre outras forças, foi instalado um governo provisório burguês que deveria presidir a nação, consolidar a Revolução e convocar uma assembleia nacional constituinte.

A revolução burguesa tinha sido realizada, paradoxalmente, pelos operários e camponeses. Estes últimos pela mediação dos soldados que haviam apoiado os insurretos. Mas, quem tinha dirigido a Revolução de Fevereiro? A resposta de Trotsky é a seguinte: quem dirigiu a revolução foram “[...]os

¹⁴ A ditadura democrática do proletariado e dos camponeses situava-se no campo da revolução burguesa e seu programa defendia três pontos cruciais: república democrática, confiscação das terras dos nobres e jornada de 8 hs.

¹⁵ É interessante observar que nesse momento o Partido Bolchevique tinha se aproximado das posições políticas do Partido Menchevique

operários conscientes e bem temperados e sobretudo os que se formaram na escola do partido de Lênin” (TROTSKY, 1967, p. 143).

O governo burguês mostrou-se tíbio e não encaminhava as soluções necessárias. Afora isso, nada se movia sem a aprovação dos soviets (ANWEILER, 1975), que se haviam espalhado pelo país, de sorte que o governo era exercido mais pelos soviets do que pela instância oficial, o que estabeleceu uma **dualidade de poderes**. Em todo caso, liberdades democráticas foram instituídas, o que facilitou a disseminação dos soviets e dos sindicatos, e a volta dos muitos quadros do movimento operário que se encontravam no estrangeiro.

No começo de abril Lênin chegou a Petrogrado proveniente do exílio munido de suas teses *bomba*¹⁶. O fundamental das teses residia na proposição de derrubar o governo burguês e instaurar a **ditadura do proletariado** porque este seria o meio de dar fim à guerra imperialista e inclusive promover as grandes reformas democráticas que a burguesia recalcitrava em realizar. Convém reafirmar que essa posição não significava que Lênin estivesse preconizando a passagem imediata para o socialismo, muito ao contrário. Lênin considerava a Rússia um dos países mais atrasados da Europa. Então, tratava-se de explorar o melhor possível o potencial progressista da revolução burguesa para modernizar o país e estabelecer aquelas condições imprescindíveis que viriam a funcionar como um degrau para a revolução socialista, bem como umas poucas medidas socialistas iniciais. Até porque, nessa época, provavelmente não passava pela cabeça de nenhum revolucionário russo que o socialismo poderia ser construído na Rússia independentemente da revolução mundial que eles julgavam estar a caminho.

A maioria dos principais quadros do partido ficaram estupefatos e se perguntaram o que tinha ocorrido com Lênin. O conflito acendeu-se no interior da organização. No,

¹⁶ Teses de abril

entanto, as teses acabaram por prevalecer porquanto ergueu-se a bandeira de **todo o poder aos soviets**.

Pelo visto, essa nova posição do Partido Bolchevique foi ao encontro dos desejos de boa parte da massa trabalhadora envolvida com a revolução. O partido cresceu com novos aderentes. E aumentou significativamente o número dos delegados aos soviets que tinham vínculos com ele.

Em contrapartida, **todo poder aos soviets** provocou uma cisão no campo da esquerda que não mais seria revertida. Especialmente importante foi a dissensão dos partidos Menchevique e Social-revolucionário, defensores da república burguesa e que após a revolução permaneceriam na oposição ao governo soviético.

Enfim, o movimento revolucionário reacendeu-se em meio a disputas nos soviets, os quais, finalmente, deliberaram pela tomada do poder. Em outubro de 1917 o governo burguês foi derrubado e estabeleceu-se o **poder soviético**. Os soviets, de organismos de coordenação das lutas do movimento operário, se metamorfosearam em organismos de deliberação e execução da política do Estado soviético.

Estabeleceu-se de fato o poder dos soviets constituídos por delegados de operários e camponeses? Sem dúvida, mas também é certo que o poder dos soviets não pode ser dissociado da influência que o Partido tinha nesses organismos. Essa influência havia sido construída a partir da consigna **todo o poder aos soviets** e também porque o Partido bolchevique foi a agremiação mais importante, quase solitária, a apoiar a revolução, tendo suas lideranças se colocado à frente do movimento revolucionário. E, claro que, uma vez tomado o poder os bolcheviques converteram sua influência nos soviets em hegemonia. De qualquer modo convém observarmos que os soviets, constituídos por delegados¹⁷ indi-

¹⁷ Devemos distinguir entre representação por delegados e a representação de tipo parlamentar. Os delegados, em princípio, devem defender as posições da base que os indicou, o que é *garantido* pelo fato de poderem ser destituídos a qualquer momento. Os representantes de tipo parlamentar na prática têm autonomia para atuarem segundo seu arbítrio.

cados pelas unidades de trabalho segundo proporções normatizadas, mas que em 1917 também admitiam em menor escala representantes de partidos e outras agremiações, constituíram o poder real, substantivo, no novo estado e governo.

Esse estado de coisas perdurou por todo o ano de 1918 e, possivelmente, durante parte de 1919 (BETTE-LHEIM, 1979). Daí em diante, os soviets foram transformando-se em organizações cada vez mais formais, enquanto o poder real foi se concentrando no Partido Bolchevique que passou a viver em simbiose com o Estado.

Esse é o ponto em que detemos nossa narrativa. Não antes, porém, de observarmos o que corria nas fábricas. Os soviets expressavam a dinâmica da luta dos trabalhadores na esfera política ou do Estado. Mas, concomitantemente a essa luta e imbricada com ela, corriam nas fábricas enfrentamentos no campo da economia política prática. Neste terreno as organizações operárias protagonistas também foram os soviets (conselhos), só que com o nome de comitês de fábrica.

Os trabalhadores não estavam interessados apenas no poder político. Seguindo uma tendência imanente (VIEITEZ; DAL RI, 2015) ao trabalhador coletivo moderno¹⁸, que pode se manifestar em tempos de crise, os trabalhadores foram questionando cada vez mais o poder patronal, vale dizer, a propriedade capitalista dos meios de produção. Essa inflexão engendrou inclusive um movimento de luta pelo **controle operário** das fábricas. A luta pelo controle operário das fábricas ocorreu no *processus* que levou à revolução e, especialmente, depois de consumada essa, à tomada de poder pelos soviets. O Partido Bolchevique apoiou esse movimento pelo **controle operário** antes e depois da revolução. Antes da Revolução como um importante instrumento de mobilização da classe operária. E depois da Revolução, basicamente,

¹⁸ O atual movimento de ocupação de escolas no Brasil, levado a cabo pelos estudantes, trabalhadores virtuais, aparentemente sem qualquer teoria orientadora, é expressão dessa tendência imanente do trabalhador coletivo que também pode se manifestar no âmbito escolar.

como um meio de impedir que o boicote patronal generalizado arruinasse de vez a atividade industrial já gravemente prejudicada pela convulsão social generalizada. Em outubro de 1917, Lênin apresentou um *Projeto de decreto sobre o controle operário* que veio a ser aprovado pelo governo com poucas modificações, e que normatizava a intervenção nas fábricas do movimento pelo controle operário (LENIN, 1978, p. 98-99).

Só que o entendimento que tinham sobre o controle operário, o governo e o movimento operário eram completamente diferentes. A normativa governamental atribuía aos comitês de fábrica sobretudo, direitos de **supervisão** sobre a atividade das empresas. O caráter dessa supervisão era praticamente intolerável para a burguesia patronal. Em que pese esse gravame, a propriedade patronal ficava preservada, bem como o essencial da gerência, o que correspondia à diretiva bolchevique de manter a maior parte da atividade econômica em mãos privadas na primeira fase da Revolução. Outra era a inclinação dos operários. Os Comitês de Fábrica executavam livremente, de acordo com as circunstâncias, diferentes formas de controle mais ou menos abrangentes sobre as empresas. De qualquer modo, estava fora de dúvida que o controle parcial dos empreendimentos econômicos pelos trabalhadores **tendia** a culminar em um controle completo¹⁹ de cada um deles, com a consequente ejeção do patrão e seus apaniguados.

Em suma, não há dúvida de que os operários em aliança com os camponeses pobres foram os protagonistas principais da Revolução de Fevereiro e de Outubro, o que conduziu ao estabelecimento dos soviets como órgãos de governo, ou seja, da ditadura de classe de operários e camponeses.

¹⁹ Segundo Avrich (1974), após a Revolução o controle das empresas pelos trabalhadores se acelerou. E em pouco tempo, uma parte significativa da indústria russa encontrava-se sob alguma forma de controle operário. Isto, mais a eclosão da guerra civil, teriam sido fatores decisivos na decisão do governo de estatizar toda a indústria, o que não estava previsto no curto prazo e médio prazo.

Independentemente do que veio a ocorrer com o soviétismo, cujo potencial democrático de novo tipo não chegou a ser desenvolvido, a Revolução Russa foi no conjunto, ou seja, para além do período soviético real, uma **revolução social**. Foi uma revolução social porque as relações de propriedade foram profundamente modificadas, e, pelo menos, a base objetiva da classe burguesa, a propriedade capitalista, foi suprimida. Porém, foi também uma revolução social **inconclusa**, porque o amadurecimento das novas relações de propriedade, isto é de relações de produção se deteve em algum ponto do caminho. Em duas palavras, o **Estado não definiu**, muito ao contrário, como tinha sido vaticinado por Lênin (1973), seguindo a teoria marxista. E a **alienação do trabalho**, que era seguramente um objetivo central, manifesto ou latente, para os trabalhadores na produção, foi mantida na forma de assalariamento, ainda que modificado (THERBORN, 1979). A reprodução do assalariamento, acompanhada inevitavelmente pela emersão de uma proto-classe de dirigentes hierárquicos, destituídos de propriedade mas com o controle dos meios de produção, vale dizer, uma quase posse desses meios, foi uma das contradições mais potentes presentes no *semi-socialismo* da URSS (GRUPPI, 1979). Uma contradição que muito provavelmente foi um dos fatores que impulsionou a *república soviética* em direção ao desenlace conhecido.

Desde a Revolução, em 1917, as potências imperialistas, fazendo abstração de seus inomináveis crimes seculares para com as demais regiões do mundo e seus próprios povos, o que alcançou uma magnitude desmesurada na Primeira e Segunda guerras mundiais, desataram uma campanha internacional demonizando o comunismo e tratando de fazer crer aos povos que a URSS não passava de um gigantesco campo de concentração (SAUNDERS, 1990). Não obstante, apesar de todos os seus problemas muito reais, as realizações da URSS, que não foram poucas, podem ser avaliadas objetivamente, a começar do fato de que um país que em 1917 era um dos mais atrasados da Europa, na Segunda Guerra pôde

se defender com êxito do ataque de uma das maiores potências capitalistas do mundo.

A URSS foi pioneira na implantação com **caráter universal** dos denominados **direitos sociais**: saúde pública, educação pública e gratuita em todos os níveis, aposentadoria pública, etc. E um direito fundamental que foi real e não meramente retórico: o direito ao trabalho para todos. Também não podemos esquecer o apoio dado pela URSS a diversos povos que estavam lutando para se livrar do velho ou do novo colonialismo. Como explicar essas políticas? A única explicação disponível é a de que bastante da teleologia que impulsionou os trabalhadores à Revolução de outubro se manteve durante a existência da URSS (ROLLE, 2009. E de resto, o fato de que ninguém demonstrou convincentemente que, os trabalhadores nos países capitalistas com regime político democrático, tivessem efetivamente mais influência sobre o poder de decisão do Estado do que os trabalhadores na URSS, *semi-socialista*, na qual vigia um regime político não democrático.

CONCLUSÃO

A trajetória das sociedades de classe, desde suas origens imemoriais, encontra-se pontilhada por rebeliões, insurreições e revoluções, frequentemente ligadas de algum modo à luta dos trabalhadores pela igualdade.

Em Atenas o espessamento das insurreições conduziu a uma revolução política e à democracia que, de fato, excluía a maior parte dos trabalhadores.

Na França, os trabalhadores viabilizaram a Revolução Burguesa, e contribuíram fortemente para a conformação momentânea de um regime político democrático, sob o qual as cadeias feudais que os manietavam foram substituídas pelas cadeias burguesas. E nessa quadra histórica, se o pensamento político dos trabalhadores foi capaz de se projetar bem para além da forma democrática afinal instituída, a sua economia política foi impotente para transcender a concepção li-

beral, mantendo-se nos limites da propriedade privada dos meios de produção.

Na Rússia, no primeiro momento da Revolução, os operários e camponeses estavam mais preocupados em exterminar o feudalismo levando a cabo a Revolução Burguesa do que com os florilégios da democracia, embora esta também estivesse sob sua mira. No segundo momento, os trabalhadores, por meio do movimento dos soviets, saltaram vertiginosamente da revolução burguesa e do regime parlamentarista para a ditadura de operários e camponeses mediante o regime dos soviets.

Os *think tanks* da burguesia, com a contribuição de não poucos intelectuais de esquerda, individuais ou coletivos, ossificaram o conceito de democracia sob um formato conveniente, dominado por variantes de *politicismo* e *jurisdicismo*²⁰. Sob esse prisma os métodos utilizados no processo revolucionário, bem como, os que resultaram da Revolução pouco tiveram a ver com a democracia. Mas, se em vez de vermos a democracia como um código fechado, a-histórico e abstratamente universal, a vermos como uma das manifestações da luta secular dos trabalhadores para obterem a igualdade social, vale dizer, para suprimir a sociedade de classes, então também podemos ver a ação dos trabalhadores revolucionários na Rússia como a mais radical de todas as ações democráticas.

A tentativa de instaurar o socialismo na URSS falhou. Mas a experiência foi grandiosa e a mais consequente até então encetada. Com a consolidação da Revolução Burguesa, a burguesia deixou de ser revolucionária. E os seus intelectuais, por diversas maneiras têm procurado convencer a todos que a época das revoluções ficou no passado. No entanto, ao observarmos o curso da história não encontramos motivos para

²⁰ A Comuna de Paris de 1871 introduziu no cenário político categorias democráticas novas que deslocariam as técnicas democráticas consagradas levando a democracia a um patamar muito mais avançado. No entanto, essas novas concepções radicais nunca chegaram a ser populares entre os partidários da democracia.

acreditar nisso porque as grandes contradições de classes seguem vigentes. Em assim sendo, neste momento em que a crise do capital está posta, inclusive a crise cada vez mais visível dos regimes políticos democráticos representativos, podemos alimentar a esperança de que a classe trabalhadora possa se beneficiar da experiência da grande Revolução de Outubro, porque afinal é da condição humana que, de um certo modo, os mortos continuem existindo entre os vivos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANWEILER, O. *Los soviets en Rusia*. Madrid: Zero, 1975.
- AVRICH, P. *Los anarquistas rusos*. España: Alianza Editorial, 1974.
- BEAUVOIS, J.L.. *Tratado de la servidumbre liberal*. Madrid: La Oveja Roja, 2008.
- BETTELHEIM, C.. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- BROWN, J.. *La dominación liberal*. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2009.
- CANFORA, L. *A democracia - história de uma ideologia*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- CROIX, G.E.M. DE STE. *La lucha de clases en el mundo griego antiguo* Barcelona: Crítica, 1988.
- DAVIDSON, N.. *Transformar el mundo - revoluciones burguesas y revolución social*. Barcelona: Pasado & Presente, 2013.
- DOMENECH, A. *El eclipse de la fraternidad. Una revisión republicana de la tradición socialista*. Barcelona: Editorial Crítica, 2004.
- FINLEY, M.I. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. RJ: Civilização brasileira, 1976

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, L. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979

KULA, V.. *Teoría económica del sistema feudal*. España/Buenos Aires/México: Sigloveintiuno, 1974.

LENIN, V.I. *El control obrero y la nacionalización de la industria* □ Moscú: Progres, 1978

_____. *El estado y la revolución*. Buenos Aires: Anteo, 1973.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Ibrasa, 1963.

LOSURDO, D. *Contra-história do liberalismo*. 2ª ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARX, K. *O 18 brumário de Luis Bonaparte*. SP: Escriba, 1968.

_____. *C. O Capital*. México: Fondo de Cultura económica, 1972

MARX & ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo - SP: Martin Claret, 2010.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. SP: Boitempo, 2002

MONBIOT, G. *El neoliberalismo y la soledad humana: la disgregación de nuestras sociedades Sin Permiso*. España, 21/10/2016 2016. <http://www.sinpermiso.info/textos/el-neoliberalismo-y-la-soledad-humana-la-disgregacion-de-nuestras-sociedades>. Acesso em: 23/10/2016.

PASUKANIS, E.B. *Teoria general del derecho y marxismo*. Barcelona: Labor, 1976.

ROBESPIERRE, M. *Discursos e relatórios na Convenção*. Rio de Janeiro: Eduerj /Contraponto, 1999

ROLLE, P. *De la revolución del trabajo al trabajo revolucionado. Investigaciones sobre las transformaciones de La Unión Soviética y Rusia*. España: Traficantes Editorial, 2009.

ROUSSEAU, J.J. *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1971

- SAUNDERS, F.S. *Who paid the piper?* London: Granta Books, 1999.
- SOBOUL, A. *A revolução francesa* São Paulo: Difel, 1985.
- THERBORN, G. *¿Cómo Domina la Clase Dominante?* Madrid: Siglo XXI de España., 1979
- THOMPSON, E.P. *La formación histórica de la clase obrera - Inglaterra 1780-1832.* Barcelona: Laia, 1977.
- TROTSKY, LEON. *A história da revolução russa.* Rio de Janeiro: Saga, 1967
- WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno.* Porto: Afrontamento, 1994.
- VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. Elementos da história do trabalho associado in: *Questão agrária, cooperação e agroecologia.* São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- WOOD, E.M. *Democracia contra capitalismo.* São Paulo: Boitempo, 2003

6. OS CONSELHOS OPERÁRIOS E OS LIMITES DO COOPERATIVISMO: A CONTRIBUIÇÃO DE ISTVÁN MÉSZÁROS

Henrique Tahan Novaes

INTRODUÇÃO

Certa vez Gyorgy Lukács afirmou que o marxismo deveria ser refundado. Acreditamos que seu discípulo, István Mészáros, é um desses autores comprometidos com essa refundação. Para nós, ele tece uma crítica implacável ao “sociometabolismo do capital” e sua argumentação está fincada na compreensão e superação do trabalho alienado.

István Mészáros nasceu em 1930 na Hungria. Com 12 anos e meio já trabalhava como operário em uma fábrica de aviões de carga, tendo que mentir a idade em quatro anos para isso. Começou a trabalhar como assistente de Georg Lukács, em 1951, e seria indicado como seu sucessor na universidade de Budapeste, mas a invasão soviética de 1956 forçou-o a sair do país¹. Vive hoje na Inglaterra. Sua experiência como trabalhador e estudante na Hungria “socialista” foi determinante para a compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade (Boitempo Editorial, 2002).

Acreditamos que a “coluna vertebral” da teoria de Mészáros é a crítica à alienação do trabalho e o papel da autogestão na sua “transcendência positiva”. Mészáros é herdeiro – e ao mesmo tempo – um discípulo crítico do seu mestre, Gyorgy Lukács e, acima de tudo, um filósofo marxista e um dos teóricos que contribuiu para a refundação do marxismo na segunda metade do século XX.

¹ Para mais detalhes sobre a Revolução Húngara de 1956, ver Anweiler (2013), Lukács (2008), Mészáros (1958 e 2015) e Novaes e Nemirovsky (2016).

A reflexão de Mészáros (2002) sobre a transição socialista se dá no âmbito da proposta que formula de uma mudança global que tem por objetivo a transcendência do “sociometabolismo do capital”. Sua teoria segue em busca das exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica, o socialismo pós-capital (e não pós-capitalista), onde o ser humano possa desenvolver sua “rica individualidade”.

Cabe adiantar que Mészáros (2002) usa a expressão pós-capital e não pós-capitalista porque, por exemplo, enquanto a experiência soviética, uma sociedade pós-capitalista, “extinguiu” a propriedade privada dos meios de produção, mas se baseou numa forma de controle burocratizada, uma sociedade pós-capital extinguirá todas as determinações da produção de mercadorias, portanto, o controle do sociometabolismo estará nas mãos do trabalho.

Na apresentação do livro de Mészáros (2002), Ricardo Antunes observa que para este intelectual capital e capitalismo são fenômenos distintos e a identificação conceitual entre ambos fez com que todas as experiências revolucionárias vivenciadas no século 20, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapacitadas para superar o sistema de metabolismo social do capital. O capitalismo seria uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas.

Ricardo Antunes (2002) também observa que Mészáros define o sistema de metabolismo social do capital como poderoso e abrangente, tendo seu núcleo formado pelo tripé capital, trabalho alienado e Estado – três dimensões fundamentais do sistema materialmente construídas e inter-relacionadas –, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema². Não tendo limites para expansão, o sistema de metabolismo social do capital mostra-se incontrolável.

² Para a crítica do Estado na obra de Mészáros, ver Mészáros (1996, 2002 e 2016). Cabe salientar também que este intelectual está preparando um novo livro para ser publicado pela editora Boitempo em 2018.

Como poderemos ver ao longo das próximas seções, a teoria de Mészáros gira em torno da alienação do trabalho e a necessidade de superação da mesma. Para ele,

[...] a alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de autoalienação (Mészáros, 2006, p.5).

Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas, sim, o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a autoalienação do trabalho (Mészáros, 2002). Mészáros identifica 3 mediações de segunda ordem no sociometabolismo do capital: a divisão de trabalho alienante, a produção de mercadorias e a propriedade privada³.

Este capítulo foi estruturado da seguinte forma. Na primeira seção - que recebeu maior atenção - abordamos o papel dos conselhos operários na retomada do controle dos

³ Para o debate das mediações, ver Pinassi (2009). Para o debate da alienação, ver também Lukács (2013), Lefebvre (1958), Schaff (1979), Antunes (2000), Netto e Braz (2008), Konder (2009), Séve (2012), Musto (2014), Novaes (2010) e Netto (2015). Para quem estiver iniciando o debate, vale a pena ler os capítulos de Mészáros (1981 e 2006) – aspectos econômicos, aspectos políticos, estéticos e ontológico-morais da alienação. Curiosamente, Konder (2009) também denomina os capítulos do seu livro de forma muito parecida.

meios de produção. Na segunda seção observamos que Mészáros tece uma crítica implacável à sociedade produtora de mercadorias e vislumbra a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas (valores de uso). O debate das forças produtivas e forças destrutivas e a crítica de Mészáros à propriedade privada dos meios de produção (bem como a necessidade de criação de distintas formas de propriedade comunal) foram abordadas na quarta e quinta seções.

Por último, mas não menos importante, cabe ressaltar que inúmeros temas como o papel do complexo industrial-militar na reprodução do sociometabolismo do capital, a questão de gênero, o debate da igualdade substantiva, o indivíduo e sua classe, a questão nacional-internacional, o poder da ideologia, a educação para além do capital, o papel do Estado na sociedade de classes, a produção destrutiva, e a diferença entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária não serão abordados neste capítulo⁴.

Reconhecemos a dificuldade de interpretação da vasta obra de Mészáros. Para que o leitor tenha acesso às interpretações de alguns interpretes-discípulos, podemos citar, por exemplo, Ricardo Antunes (2005 e s/d), Caio Antunes (2012), Maria Orlanda Pinassi (2009), os capítulos do livro organizado por Ivana Jinkings e Rodrigo Nobile (2011) bem como nossa contribuição em Novaes (2010).

Na América Latina, a difusão da obra de Mészáros parece ocorrer mais no Brasil que em outros países. Na Venezuela, seu trabalho recebeu numerosos prêmios e é constantemente citado pelo controverso comandante Chávez. Seus livros *Mas Allá del capital* (2002) y *El desafío y la carga del tiempo histórico: El socialismo del siglo XXI* foram traduzidos para o espanhol em 2002 e 2009 respectivamente. O segundo livro recebeu o “Premio Libertador al Pensamiento crítico” no ano de 2008 em Caracas, depois de ter sido avaliado por

⁴ Para estas questões, além da obra de Mészáros citada no final, ver também Pinassi e Mafort (2012), Cherubini (2009), Caio Antunes (2012), Rodrigues, Novaes e Batista (2012) e Ricardo Antunes (2005).

um júri formado por pensadores sociais latino-americanos de esquerda.

I. A DEVOLUÇÃO DO PODER AOS TRABALHADORES: NOVO SENTIDO AO TRABALHO, AUTOGESTÃO NO MICROCOSMO PRODUTIVO E PLANEJAMENTO SOCIALISTA DA PRODUÇÃO

É preciso salientar, com ênfase, que a tendência a universalização da alienação na sociedade capitalista está longe de significar a inexistência de *contratendências* – ou menos ainda - a sujeição de todos indivíduos a ela (José Paulo Netto, 2015)

Para não ir mais longe, a necessidade da autogestão fez-se sentir pelos trabalhadores desde o primeiro dia em que foram colocados numa fábrica, à sua revelia.

No século XIX, em contextos defensivos, o cooperativismo e o mutualismo ganharam força como forma de resistência ao desemprego e como forma de construção embrionária de novas relações sociais, principalmente durante a Revolução Industrial na Europa.

É preciso lembrar que uma das primeiras motivações de criação das mútuas era para que os trabalhadores não fossem enterrados como cachorros. Já as Cooperativas de consumo permitiram aos trabalhadores consumir produtos de boa qualidade e a um preço acessível. Citemos, por exemplo, um especialista George Holyoake:

O que despertará mais interesse no escritor ou no leitor não é o brilhantismo da atividade comercial, mas, sim, o novo e aprimorado espírito que anima esse intercâmbio comercial. O comprador e o vendedor se encontram como amigos; não há astúcia de um lado, nem suspeita do outro [...] Essas multidões de trabalhadores humildes, que anteriormente

nunca sabiam quando estavam consumindo alimento de boa qualidade, que almoçavam diariamente comida adulterada, cujos sapatos estragavam antes da hora, cujos coletes eram ensebados e cujas esposas usavam tecido comum impossível de lavar, agora comprem nos mercados [armazéns cooperativos de Rochdale] como milionários e, no que concerne à pureza dos alimentos, vivem como senhores (Holyoake, 1933, s/nº).

Marx (1996) cita o jornal *Spectator* na parte onde este afirma que a experiência de Rochdale (Inglaterra) “mostrou que Associações de Trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!” (Marx, 1996, p. 381).

Para Marx, a economia política burguesa colocava os capitalistas da época como sendo “imprescindíveis”, quase naturais e eternos, e o cooperativismo veio a mostrar na prática que a sociedade poderia ser organizada de uma outra forma, não deixando nenhum lugar visível para os capitalistas.

Em contextos ofensivos, a autogestão fabril em estágio embrionário ocorreu nas lutas dos anos de 1830-40, na Comuna de Paris (1871), quando os patrões abandonaram as fábricas e os trabalhadores se organizaram para colocá-las novamente em marcha. Nas palavras de um estudioso:

As oficinas da Comuna [de Paris] foram [...] modelos de democracia proletária. Os operários nomeavam seus gerentes, seus chefes de oficinas e seus chefes de equipe. Reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórios. Fixavam seus salários e horários, as condições de trabalho; melhor ainda, um comitê de fábrica se reunia às tardes para

decidir o trabalho do dia seguinte (Guillerm *apud* Guillerm e Bourdet, 1976).

Um novo ciclo autogestionário se iniciou na Rússia, em 1905 até os primeiros anos da Revolução de 1917, na Revolução Húngara de 1919, nos Conselhos de Turim e na Revolução Espanhola. Na Revolução Russa, os conselhos operários (*soviets*) cumpriram seu papel nos primeiros anos, mas foram estrangulados em função da burocratização crescente das decisões estratégicas da sociedade.

Um outro ciclo autogestionário ocorreu na Polônia e Hungria em 1956⁵ e terminou em 1974-75 (Portugal), não apenas através do controle das fábricas e coordenação da produção entre diversas fábricas, mas também a autogestão de escolas, estaleiros navais, hospitais, o controle da cidade pelos trabalhadores, a construção autogestionária da habitação, etc.

Na teoria de Mészáros, autogestão – no seu sentido macro – aparece como devolução do poder aos trabalhadores. Esta questão nos remete ao debate contemporâneo sobre o tipo de participação do trabalhador associado numa fábrica e na sociedade em geral. Devemos distinguir o “participacionismo” ensejado pelo capital e a “participação autêntica”. A experiência histórica demonstra que o *participacionismo* proposto pelo capital não tem diminuído o poder da direção das empresas. Tampouco tem alterado o comando ditado pelo capital financeiro nesta nova fase do capitalismo (Tragtenberg, 2005).

Algumas teses tentam desvelar o novo discurso do capital sobre a participação dos trabalhadores na fábrica e seu contraste com a pedagogia engajada na emancipação humana. Para Hirata (1990), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) não representam de forma alguma “uma produção controlada pelos trabalhadores, mas, sim, uma organização [informal] em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho”. Para ela, os

⁵ Para saber mais sobre a participação de Lukács e Mészáros na Revolução Húngara, ver Mészáros (2015) e Novaes e Nemirovsky (2016).

CCQs diferem das propostas autogestionárias “pela própria natureza e não só em grau” (Hirata, 1990, p. 136).

A busca da participação do trabalhador, o enriquecimento de tarefas, o CCQ, *Kanban*, *Kaizen*, são estratégias utilizadas pelo capital para atacar os sintomas e não as causas da alienação do trabalho. Já a autogestão não nasce desta “visão” de participação, mas, sim, das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos XIX e XX para levar a cabo a democracia na produção, a superação do Estado capitalista e a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas.

Nesse sentido amplo, autogestão significa a retomada do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2002). Para Mészáros, o capital é expansivo, incontrolável e essencialmente destrutivo.

Na produção o problema central continua sendo a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe como função do capital e o trabalhador é, acima de tudo, dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as melhoras advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o *status* do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores (Tragtenberg, 2005; Mészáros, 2002; Novaes, 2010).

Se as estratégias gerencialistas procuram “reduzir” a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam o cooperativismo e o associativismo dão um novo significado a participação “dentro” da empresa, via construção de conselhos autônomos, e adicionam a necessidade de participação “fora” do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade (assembleias de bairro, parlamento etc.).

Lembremos que para Tragtenberg, a “participação autêntica” é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 1987, p. 30). Mészáros provavelmente assinaria em baixo dessa citação. Bernardo (1986) destaca que participação em órgãos livremente eleitos, com rodízio de funções, teria uma função extremamente pedagógica para os trabalhadores.

Para Mészáros (2002) a participação deve ser exercitada no microcosmo e no macrocosmo social dentro de um projeto de construção de uma economia comunal. A necessidade de participação autêntica, de rodízio e revogabilidade dos cargos são princípios vitais da autogestão. De que forma então Mészáros retoma o debate do planejamento socialista? Para ele:

Os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004).

Lembremos que é nos escritos dedicados à Comuna de Paris (1871) que Marx afirma que:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades Cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunis-

mo, o comunismo ‘realizável’? (Marx, 1996).

Como no lembra Mészáros “o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’ (Mészáros, 2002).

Esse pensador social critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista, pois esta não atentou para a necessidade de promover “ataques duplos” ao sistema sociometabólico do capital. É o “complexo global de reprodução socio-metabólica” que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes (Mészáros, 2002).

Lembremos que, para Marx, “a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção”. Segundo Mészáros, a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante do que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (Mészáros, 2002). E ele prossegue:

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arrancar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno

do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado” (Mészáros, 2002, p. 629).

Segundo Mészáros, a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como trabalhador avulso, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (Mészáros, 2002, p. 629).

Nesse sentido, Mészáros acredita que a possibilidade de uma modificação – inclusive das menores partes do sistema do capital – implica a necessidade de “ataques duplos”, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas” ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) com os “macrocosmos” autorregulantes e aos limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza (Mészáros, 2002, p.630).

Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe (Mészáros, 2002). Entretanto, este autor faz algumas advertências, uma vez que os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a panaceia para todos os problemas da Revolução. Contudo sem alguma forma de autoadministração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem inclusive trazer o perigo

de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal (Mészáros, 2002, p. 457).

Mészáros nos lembra ainda que, quando da sua constituição espontânea, em meio as importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, “precisamente o papel de autoadministrador possível, a par da responsabilidade autoimposta – que está implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele – de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada” (Mészáros, 2002, p. 457).

Para teorizar sobre a dialética da parte e do todo, além de sinalizar a necessidade de “ataques duplos”, Mészáros se apoia na crítica de Rosa Luxemburgo (1999) a Eduard Bernstein.

Para Rosa Luxemburgo, o problema das cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das Cooperativas é que elas têm que governar a si mesmas com o mais extremo absolutismo. Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo fracasso das Cooperativas de Produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Mészáros advoga que os Conselhos de Trabalhadores devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada, porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente (Mészáros, 2002, p. 599).

E conclui, observando que, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal

de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros, 2002, p. 601).

Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um “planejamento autêntico”. Nesse sentido, para ele todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados, pois – na falta disso – o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital. Isso nos permite concluir que a construção da sociedade comunista passa necessariamente pela luta por novas “mediações de segunda ordem”: retomada do controle do trabalho, diferentes formas de propriedade comunal⁶ e produção de valores de uso.

Até aqui concentramos nossa atenção no eixo deste capítulo: o papel dos conselhos operários em momentos defensivos e ofensivos bem como nos limites do cooperativismo nos séculos XIX e XX. No entanto, cabe interligar, ainda que muito rapidamente, a relação destes temas com a desmercantilização, a necessidade de reestruturação das forças produtivas e a crítica à propriedade privada dos meios de produção na obra de István Mészáros. Vejamos.

2. DESMERCANTILIZAÇÃO DA SOCIEDADE: A PRODUÇÃO DE VALORES DE USO

O que penso que deveríamos ter em mente é que a questão básica não é a propriedade nem o controle dos recursos econômicos. A discussão básica é a desmercantilização dos processos econômicos mundiais. Cumpre salientar que desmercantilização não significa desmonetização, mas eliminação do lucro como ca-

⁶ Para este debate, ver Benini (2012).

tegoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nesta direção, com todas as consequências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado nesta direção (Wallerstein, 2002, p. 36).

Para os herdeiros do legado marxiano, a superação da forma mercadoria sempre foi um tema seminal. Wallerstein nos chama a atenção para esse tema, usando o termo “desmercantilização”. Vale dizer que outros preferem o termo “desmercadorização” ou a expressão “produção de valores de uso”⁷.

No livro *Para além do capital*, Mészáros (2002) resgata as lutas dos trabalhadores tendo em vista a construção de uma “economia comunal”. Ele parte das propostas de Charles Babbage para o aumento da vida útil das máquinas, equipamentos e produtos, mostra seus limites e analisa o avanço do sistema produtor de mercadorias, essencialmente destrutivo e produtor de bens supérfluos e descartáveis (Antunes, 2005). Lembremos que para Marx:

[...] o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar o sentido humano correspondente à riqueza humana inteira do ser humano e natural (Marx, 2004, p.110).

⁷ Para o debate da desmercantilização em Mészáros, ver Novaes (2010).

Nesse sentido, a superação da alienação do trabalho em sua totalidade dificilmente virá através de um simples movimento econômico, como uma espécie de vírus que vai crescendo no interior do sociometabolismo do capital sem a mínima resistência do capital. Aqui, o papel da política é decisivo, no sentido de luta, dentro de um projeto revolucionário, num longo processo histórico de convencimento e construção na prática de uma sociedade controlada pelos seres humanos, autogovernada, que não seja comandada por uma força estranha: o capital.

Ao falar do papel da política para a construção de uma sociedade para além do capital, Mészáros traça a diferença entre consciência de classe contingente e consciência de classe necessária e ao mesmo tempo recupera o conceito de totalidade. Para ele:

A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala de operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista.) (Mészáros, 2008, p. 89)

Lembremos também que para Pinassi (2009, p. 34), as classes trabalhadoras foram, e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção

de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária.

Para Mészáros, o capitalismo é um sistema mundial. Mesmo os fenômenos de conflito social de aparência puramente local têm de ser relacionados à totalidade objetiva de um estágio determinado do desenvolvimento socioeconômico. Sem um esforço consciente de interligar os fenômenos sociais específicos às tendências gerais e às características do capitalismo como sistema global, o significado desses fenômenos parece obscuro ou parece desproporcionalmente aumentado (Mészáros, 2008, p. 85).

3. EM PROL DE UMA RADICAL REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Ao contrário da maioria dos autores marxistas do século XX, Mészáros não entende a tecnologia, a ciência etc. como sendo neutras e, por isso, acredita que antes ou quando “herdarem” as forças produtivas, os trabalhadores deverão preocupar-se em reestruturá-las radicalmente. Para ele, o poder liberador das forças produtivas “permanece como um mero potencial diante das necessidades autoperpetuadoras do capital” (Mészáros, 2002). No campo mais específico da tecnologia, afirma que sua inserção é estruturada com o único propósito de “reprodução ampliada do capital a qualquer custo social”.

A sua interpretação sobre as forças produtivas também pode ser vista em sua obra *O poder da ideologia*, quando ele critica Habermas e dialoga com Raniero Panzieri. De acordo com Mészáros (2004, p. 519), Habermas “caricatura Marx” ao afirmar que ele “fala em forças produtivas neutras” (Habermas, 1986, p. 91). Pautando-se nas observações de Panzieri sobre a máquina e a racionalidade capitalista – além de outros autores –, Mészáros afirma que Marx sabia muito bem que “na utilização capitalista, não apenas as máquinas,

mas também os ‘métodos’, as técnicas organizacionais etc. são incorporados ao capital e confrontam o trabalhador *como capital*: como uma ‘racionalidade’ externa” (Mészáros, 2004, p. 519). Assim, todo sistema é “abstrato e parcial, passível de ser utilizado apenas em um tipo hierárquico de organização” (Panzieri, 1980 *apud* Mészáros, 2004, p. 519). De acordo com Mészáros,

Marx jamais poderia considerar neutras as forças produtivas, em virtude dos seus elos orgânicos com as *relações* de produção; por isso, uma mudança radical nessas últimas, nas sociedades que querem extirpar o capital de sua posição dominante, exige uma reestruturação fundamental e um caminho qualitativamente novo de incorporação das forças produtivas nas relações socialistas de produção (Mészáros, 2004, p. 519).

No artigo “Mais-valia e planejamento”, Panzieri (1982) afirma que “frente à interligação de tecnologia e poder realizada pelo capital, a perspectiva de um uso alternativo (pela classe operária) da maquinaria não pode, evidentemente, basear-se numa derrubada, pura e simples, das relações de produção (de propriedade), nas quais estas sejam consideradas como uma casca destinada a desaparecer, a um certo nível de expansão produtiva, simplesmente porque se tornou demasiado pequena. As *relações de produção estão dentro das forças produtivas*, e estas foram “moldadas” pelo capital. É isso que permite a perpetuação do desenvolvimento capitalista, mesmo depois de a expansão das forças produtivas ter atingido seu nível mais alto” (Panzieri, 1982, p. 25 – grifos no original e parênteses no original).

Mészáros (2002, p. 575), ao chamar a atenção para o fato de que as “condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem no dia seguinte da revolução exatamente as mesmas que antes”, ressalta a questão-chave que estamos enfocando: as formas tecnológicas capitalistas, por possuírem uma alta inércia, fruto de um longo período de acumulação e fortes estímulos ao seu desenvolvimento, representam um significativo desafio para a mudança

sociopolítica qualitativa. É por essa razão que, para ele, uma radical transformação dos meios e técnicas de produção é considerada como sendo “um problema paradigmático da transição”.

Segundo Mészáros, imediatamente após a “expropriação dos expropriadores”, não são apenas os meios materiais e tecnologias de produção herdadas que permanecem os mesmos junto com as suas ligações com o sistema de troca, distribuição e consumo dado, mas a própria organização do trabalho permanece profundamente encastuada naquela divisão social hierárquica do trabalho “que vem a ser a mais pesada opressão herdada do passado” (Mészáros, 2002, pp. 596-597).

Mészáros, ao argumentar que as questões da divisão do trabalho, da alienação, do “avanço” das forças produtivas foram abordadas incorretamente, oferece um substrato poderoso para a crítica à maioria das interpretações sobre C&T do marxismo do século 20⁸. Talvez por concentrar a atenção na tomada do poder pela classe trabalhadora, na propriedade estatal dos meios de produção etc., e em outras tarefas imediatas relativas ao período de transição, a esquerda marxista reduziu a questão da tecnologia e da ciência a uma simples “apropriação” das forças produtivas engendradas no capitalismo pelo proletariado e a sua “melhor” utilização para a construção do socialismo.

Podemos afirmar, interpretando Mészáros, que a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, e não pode ser resumida ao tema da tomada do poder. Tudo nos leva a crer que as transformações qualitativas não se dão como resultado de uma simples mudança política, mas são processos que envolvem um longo prazo de “revolução social” por meio de um trabalho positivo de “regeneração” (Mészáros, 2002, p. 865). Mas, seguramente, Mészáros não é um fatalista, nem acredita que estamos

⁸ Para Mészáros (2002, p. 527), um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital. Para o debate da produção destrutiva, ver Novaes et. al. (2015) e Pinassi e Cruz Neto (2012).

“num beco sem saída”, muito menos acreditaria que teremos que retornar para a Idade Média e começar tudo de novo. Mészáros analisa o problema das forças produtivas, contextualizando-o dentro da história. Ele mostra os equívocos da esquerda que “esqueceu” este problema, mas também sinaliza as possibilidades históricas de “transcendência da autoalienação do trabalho” (Mészáros, 2002)⁹.

4. O RETORNO DO CARACOL E SUA CONCHA: A CRÍTICA À PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Uma questão que sempre é complexa no materialismo é a relação entre controle e propriedade dos meios de produção. Marx dizia que o cooperativismo poderia “reatar” o trabalhador aos meios de produção, ou o caracol à sua concha. Quando se referiu à mudança proporcionada pela manufatura, ele assim se expressou: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissoluvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital” (Marx *apud* Antunes, 2005).

Mészáros deu sua contribuição para essa complexa questão. Para ele, é preciso reconhecer que há limites claros à propriedade de trabalhadores num contexto onde não há generalização de expropriações e que a “expropriação dos expropriadores” deixa em pé a estrutura do capital. Apesar da necessidade de questionamento da propriedade privada e da propriedade estatal, Mészáros adverte que:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionaliza-

⁹ Para saber mais sobre a posição de Mészáros no debate sobre as forças produtivas/destrutivas, ver Mészáros (2002), Dagnino e Novaes (2007) e Novaes (2007).

ções” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (Mészáros, 2002, p. 629).

Em outras palavras, ele acredita que a questão fundamental é o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (Mészáros, 2002, p. 628).

A “expropriação dos expropriadores” é apenas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados¹⁰. Isso pode ser visto, por exemplo, no caso da Revolução Russa, em que os meios de produção foram questionados, mas as relações de produção capitalistas se reproduziram sob nova roupagem. Para a primeira questão, talvez a resposta seja porque a obra de Marx sempre foi interpretada – a nosso ver equivocadamente – como uma simples questão de propriedade dos meios de produção ou como uma apologia à estatização dos meios de produção como forma de se chegar ao socialismo. O estalinismo interpretou o socialismo como propriedade estatal dos meios de produção e ignorou o debate sobre a transcendência da alienação do trabalho (Mészáros, 2002).

Para ele não se pode supor uma propriedade privada estereotipada, uma vez que a investigação histórica registrou

¹⁰ Ver também Korsch (2013).

uma grande variedade de formas. Da mesma forma, temos que descartar a ideia ingênua de uma propriedade comunal originária idílica e homogênea. A propriedade comunal deve também ela mesma ser concebida como apresentando tipos muito diferentes (Mészáros, 2006, p. 140). Mais precisamente:

Isso se aplica não apenas ao passado remoto, mas também ao presente e ao futuro. Postular uma propriedade comunal homogênea como superação das relações de propriedade capitalistas alienantes é a-histórico. As “relações de propriedade” constituem, evidentemente, um conceito-chave na análise da alienação; mas seria ingênuo supor que a negação direta dessas relações de propriedade específicas não produzirá algo igualmente específico. Assim, a questão da alienação não se resolve de uma vez por todas simplesmente negando as relações de propriedade capitalistas. Não devemos nos esquecer de que estamos tratando de uma série complexa de inter-relações, das quais as “relações de propriedade” são apenas uma parte (Mészáros, 2006, p.140).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela construção de uma sociedade para além do capital deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre Capital, Trabalho e Estado. Um dos autores que certamente contribui para este debate é István Mészáros, com sua crítica a alienação do trabalho.

Procuramos mostrar sua contribuição no debate dos principais determinantes da alienação do trabalho e o papel da autogestão macrossocial nesse processo, sua crítica à propriedade privada-estatal, a necessidade da propriedade comunal, a necessidade do planejamento socialista da produ-

ção, sua crítica às forças destrutivas e a mercantilização. Esperamos com isso despertar o interesse do leitor para a obra de um dos principais marxistas da segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Caio. A concepção de educação na obra de István Mészáros. In: BATISTA, E.; NOVAES, H. T. (orgs.) *Trabalho e reprodução social*. Bauru/Marília: Canal 6/Praxis, 2013, 2ª edição.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. *O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

ANWEILER, O. Os conselhos na Revolução Húngara de 1956. In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 201-212.

BEHRING, Elaine.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo, Cortez, 2006.

BENINI, Edi. *Sistema orgânico do trabalho*. Rio de Janeiro: Ícone, 2012.

BERNARDO, João. “A autonomia das lutas operárias”. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (coordenadoras). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique T. “As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros”. In *Revista Organizações & Democracia*, Unesp, Marília, v. 7, 2007.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. *Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão*. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.

FARIA, Maurício. S. ; NOVAES, Henrique T. Brazilian recovered factories: the constraints of worker control. In:

- AZZELLINI, D.; NESS, I. (Org.). *Ours to máster and to own – workers control from the Comunne to the Present*. 1ed. Chicago: Haymarket Books, 2010, v. 1, p. 350-372.
- GUILLERM, Alain.; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma visão radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HABERMAS, Jüger. “Autonomy and Solidarity”. Entrevistas; edição e introdução de Peter Dews. London: Verso, 1986.
- HIRATA, Helena. *Transferência de tecnologia de gestão: o caso dos sistemas participativos*. 1994.
- HOLYOAKE, G. *Os vinte oito tecelões de Rochdale*. Rio de Janeiro: GB, 1933.
- JINKINGS, Ivana. NOBILE, Rodrigo. (Org.). *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- KONDER, Leandro. *Marxismo e Alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KORSCH, Karl. O que é socialização? Um programa de socialismo prático In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 141-170.
- LEFÉBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: Arhc, 1968.
- LUKÁCS, G. *The process of democratization*. Albany: State University of New York, 1991.
- _____. *Socialismo e Democratização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo. Boitempo, 2013.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo, Ed. Expressão Popular, 1999.
- MANDEL, Ernest. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Vol II.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. *La Rivolta Degli Intellettuali in Ungheria*. Turim: Einaudi, 1958.

_____. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. *Filosofia, Ideologia e Controle Social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *Para além do capital*. Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. *Filosofia, Ideologia e Controle Social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MUSTO, M. Revisitando a concepção de alienação em Marx. In: DEL ROIO, M. (org.) *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 61-94.

NETTO, José Paulo; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Marx em Paris. In: MARX, Karl. *Cadernos de Paris e Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 9-178.

_____. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: ICP, 2014.

NOVAES, Henrique T. *O fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2007.

_____. Qual autogestão? São Paulo, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 22, maio de 2008.

NOVAES, Henrique. T.; SANTOS, Lais. ; PIRES, João. H.; FUZER, Antônio. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L.. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 300-332.

NOVAES, Henrique T. (org.) *O retorno do caracol à sua concha – alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOVAES, Henrique T.; NEMIROVSKY, Gabriel. *Gyorgy Lukács e István Mészáros no Levante Popular Húngaro de 1956*. Marília, mimeo, 2016.

PANZIERI, Ranieri. Mais-valia e Planejamento. In: TRONTI, M. et al. (Org.) *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

_____. R. The capitalist use of machinery: Marx versus the ‘Objectivists’. In: SLATER, P. (org) *Outlines of a critique of technology*. Londres: Ink Links, 1980.

PINASSI, Maria O. *Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINASSI, Maria O.; CRUZ NETO, R. G. *La minería y la lógica de la producción destructiva en la Amazonia brasileña*. Herramienta (Buenos Aires), v. 51, p. 121-134, 2012.

PINASSI, Maria O.; MAFORT, Kelly. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E.. (Org.). *Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E.. (Org.). *Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013.

RUGGERI, Andrés. *Que son las empresas recuperadas por sus trabajadores?* Buenos Aires: Continente, 2014.

SÈVE, Lucien. *Aliénation et émancipation*. Paris: Éditions La Dispute, 2012

SHELLEY, M. *Frankestein*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SCHAFF, Adam. *La alienación como fenómeno social*. Barcelona: Crítica, 1979.

STORCH, Sergio. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.) *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

TRAGTENBERG, Mauricio. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

_____. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005. 3ª ed.

VIEITEZ, Candido.; DAL RI, Neusa M. *Trabalho associado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. Uma política de esquerda para o século XXI ? ou teoria e práxis novamente. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J.C.;CEVASCO, M. (orgs.) *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

7. JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E A QUESTÃO DAS RAÇAS NA AMÉRICA LATINA

Leandro Galastri

O objetivo deste texto é apresentar as ideias principais e a forma como Mariátegui aborda a questão indígena na América Latina como um todo e no Peru em particular. A principal referência teórica aqui é o documento chamado justamente “El problema de las razas en la América Latina”, preparado por Mariátegui para ser apresentado na “Primera Conferencia Comunista Latinoamericana”, realizada em Buenos Aires em junho de 1929. Devido a problemas de saúde, o autor não pôde ir até a Argentina apresentar pessoalmente suas teses, tarefa que confiou a representantes do Partido Socialista Peruano. Os problemas dos quais trata o autor fazem parte da conjuntura peruana das décadas de 1910 e 1920, mas muitos deles permanecem inalterados até hoje, como a concentração fundiária, a exploração intensa da mão-de-obra indígena e a submissão ao capital financeiro dos países centrais, somados ao renitente fenômeno do racismo contra a população de etnias indígenas.

Mariátegui começa o texto lembrando que o problema das raças, de igual forma que o problema da terra, é o da liquidação da feudalidade. Com relação à questão da raça, o autor observa que os preconceitos relativos à suposta inferioridade do indígena permitem ao colonizador explorá-lo mais intensamente. Ou seja, o preconceito da inferioridade da raça indígena justifica uma exploração máxima de sua força de trabalho (MARIÁTEGUI, 1974, p.25).

Para os gamonales¹ o problema índio é um problema étnico cuja solução depende do cruzamento com as raças brancas superiores (idem). Qual é o “problema indígena”? Existe de fato? Para Mariátegui, é o problema de sua pobreza, de sua inferioridade material e cultural. A tese de que o problema indígena é um problema étnico, segundo o autor, não merece sequer ser discutida, mas Mariátegui chama atenção para o fato de que a própria solução proposta pelo preconceito branco, uma solução para o capital, a bem da verdade, não encontra nas condições da feudalidade condições de ser efetivada. Trata-se da tese do incentivo à imigração do branco europeu para as fazendas peruanas (MARIÁTEGUI, 1974, p.26).

É interessante observar quais eram as vantagens materiais imediatas, para o capital, da manutenção do indígena nas condições em que se encontrava. Lembra o autor que, para o imperialismo inglês ou norte-americano, o valor econômico dessas terras seria muito menor se não houvesse ali uma população indígena atrasada e miserável a qual pudessem explorar de forma extrema. A história da indústria açucareira peruana mostraria como sua utilidade e sua viabilidade econômica repousavam no baixíssimo preço da mão de obra indígena, ou seja, na miséria dos trabalhadores braçais indígenas. A produção açucareira peruana não tinha condições técnicas de concorrer com a produção de outros países, então a vantagem comparativa de que se valia era justamente o baixíssimo valor da mão de obra.

Percebe-se aqui a aplicação crua da mais-valia absoluta. As jornadas de trabalho esmagadoras e um salário abaixo do nível das necessidades de subsistência do indígena garantiam a lucratividade. A mão-de-obra é o elemento produti-

¹ “Gamonales” eram os latifundiários peruanos da região serrana principalmente, que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão, muito parecido com a forma feudal, o que leva Mariátegui a caracterizar o problema da pobreza camponesa como o problema da “feudalidad” peruana.

vo que compensa todas as desvantagens técnicas em relação a outras regiões produtoras de açúcar.

A ausência do desenvolvimento competitivo das chamadas forças produtivas é a característica distintiva do capitalismo atrasado ou tardio. As variações da mais-valia absoluta e do saque direto também são outras características peculiares a tal sistema. Ou seja, aprofundamento da mais-valia absoluta e espoliação fundiária das comunidades indígenas, no caso do Peru.

O capital estrangeiro se servia da classe feudal para explorar em seu proveito essas massas camponesas. Mas a incapacidade tradicional desses latifundiários locais para cumprir a função de chefes de empresa capitalista era tal que aquele capital se via obrigado a tomar a administração da produção em suas próprias mãos. Era o que ocorria naquele momento, com a indústria açucareira do litoral sendo monopolizada, em parte, diretamente pelo capital inglês e alemão (MARIÁTEGUI, 1974, p.27).

Reportando-se diretamente à questão racial, Mariátegui sustenta que os elementos feudais ou burgueses da América Latina sentem pelos índios, como pelos negros e mulatos, o mesmo desprezo que o imperialista branco, o que favorece enormemente a penetração do próprio imperialismo. Tal sentimento se estenderia às classes médias, pelo menos em grande parte, que imitam a aristocracia e a burguesia em seu desdém pela “plebe de cor”, ainda que sua própria mestiçagem seja demasiado evidente.

Comentando o racismo com relação à raça negra, Mariátegui sustenta a ideia de que a sindicalização e a proletarianização dos negros favorecem a superação da barreira racial entre eles e o proletariado branco e mestiço. A fábrica e o sindicato redimiriam o negro de sua domesticidade a serviço da família gamonal, por exemplo. O sindicato significaria então a ruptura definitiva dos hábitos servis que o mantêm na condição de artesão ou criado doméstico.

Ainda quanto aos nativos indígenas camponeses, nas palavras de Mariátegui, as condições para que se elevem ma-

terial e intelectualmente dependem das mudanças das condições econômico-sociais. Não estão, obviamente, determinadas por uma suposta natureza da raça, mas pelas relações de força e de dominação dos âmbitos da economia e da política. De toda forma, o que asseguraria sua emancipação seria o dinamismo de uma economia e uma cultura que traziam consigo os germes do socialismo (MARIÁTEGUI, 1974, p.31).

O feudalismo espanhol se sobrepôs ao agrarismo indígena, respeitando em parte suas formas comunitárias, mas criando uma ordem inercial cujos fatores de estagnação eram a melhor garantia para a exploração da mão de obra indígena, a garantia de sua servidão. A indústria capitalista, em seu papel de desenvolvedor das forças produtivas, rompe este equilíbrio, cria novas forças produtoras e novas relações de produção. O proletariado cresce pouco a pouco em detrimento dos trabalhos manuais isolados e da servidão. Nesse sentido, ainda que tardia e parcialmente, a evolução econômica e social do Peru entrava numa era de atividade capitalista e contradição que, no plano ideológico, causa a aparição e o desenvolvimento do pensamento socialista (Idem).

O problema das raças não se apresentaria da mesma forma em todos os países da América Latina, da mesma forma que em outros países do mundo a variável “raça” não terá a mesma relevância. Observa o autor que, em países como Peru e Bolívia, onde a maior parte da população é indígena, seus problemas fundamentais se tornam as reivindicações sociais e populares dominantes. Para Mariátegui, nesses países o fator raça se combina, se entrelaça com o elemento classe de forma tal que uma política revolucionária não pode deixar de levá-lo em consideração. O índio quécua e aymará vê seu opressor no branco.

Segundo o autor, no elemento mestiço apenas a consciência de classe é capaz de eliminar o desprezo, o preconceito contra o índio. Essa observação é necessária porque nos próprios trabalhadores mestiços urbanos que se afirmam revolucionários encontra-se esse preconceito, bem como a resistência em reconhecer tal preconceito como herança ou

contágio mental do ambiente feudal e imperialista (MARIÁ-TEGUI, 1974, p.33).

Um dos fatores que separava o camponês indígena do proletariado urbano era o idioma. Isto também poderia ser superado pelo contato dos camponeses com trabalhadores, proletariado indígena. Na cidade, no ambiente operário revolucionário, o índio começaria a assimilar a ideia revolucionária, a se apropriar dela, a entender seu valor como instrumento de emancipação de sua raça, oprimida pela mesma classe que explora todos os operários na fábrica. Neste operário o índio descobre um irmão de classe.

Argumenta então Mariátegui que o realismo de uma política socialista segura, precisa na avaliação e utilização dos fatos e variáveis sobre os quais é seu dever atuar em seus países, pode e deve converter o fator raça em elemento revolucionário. A situação econômica e política nesses países de maioria indígena apoiava-se então na aliança entre as classes feudais latifundiárias e a burguesia mercantil. Abatida essa feudalidade latifundiária, o capitalismo não teria forças para resistir ao movimento operário, já que seria composto por uma burguesia medíocre, débil, formada no privilégio, sem espírito combativo e organizado e que perderia cada vez mais sua ascendência sobre as hesitantes camadas intelectuais.

A seguir Mariátegui repassa, relembra a situação material da classe trabalhadora peruana. Observa então que (naquele momento histórico do Peru) não menos que 90% da população indígena considerada trabalhava na agricultura, embora o desenvolvimento da mineração tivesse atraído em números crescentes a mão de obra indígena. Uma parte dos operários continuaria, entretanto, camponesa (MARIÁTEGUI, 1974, p.34). Tratava-se de índios de comunidades que passavam a maior parte do ano nas minas, mas que retornavam para suas terras nas épocas do trabalho agrícola. Os camponeses fixos à terra permaneciam, em grande parte, como trabalhadores em suas terras comunitárias, mas sendo obrigados também a trabalhar para o latifundiário local. Em algumas regiões as comunidades indígenas conservavam parte de suas

terras, mas em proporção exígua para suas necessidades, de modo a serem obrigados a trabalhar para o latifundiário (MARIÁTEGUI, 1974, p.35).

Estes proprietários latifundiários, donos de enormes extensões de terras e em grande parte improdutivas, não tiveram interesse, em muitos casos, em expulsar as comunidades de suas propriedades tradicionais porque estas, anexas à fazenda, facilitariam o emprego do trabalho dos índios, podendo assim o latifundiário contar com mão de obra constante, barata e segura.

Além desses, é a mineração que criava (ainda cria) a maior parte do trabalho assalariado no Peru. Paga salários baixos, mas, ainda assim, muitas vezes superiores ao pagamento pelo trabalho nas fazendas. Mariátegui fala aqui da mineração de cobre, com predomínio de capital estadunidense. As empresas se aproveitavam das atrasadas condições do indígena, principalmente em termos de analfabetismo e ausência de organização trabalhista.

A luta indígena, entretanto, não era inexistente. De toda forma, na maioria dos casos, as sublevações dos índios tinham como origem uma violência que os forçava eventualmente à revolta contra uma autoridade ou um fazendeiro. Ou seja, levantes com características de motim local. A tensão e a possibilidade de levantes amedrontavam os gamonales e eram reprimidas violentamente. Mariátegui descreve então uma grande sublevação indígena liderada pelo major do Exército Teodomiro Gutierrez, que acabou derrotado pelas tropas oficiais.

A reivindicação do índio era pela terra, e não na forma da pequena propriedade privada, mas na forma da organização do trabalho comunitário e coletivo. Isso em relação ao indígena submetido ao latifundiário serrano, sobre a base do trabalho servil: “as comunidades que demonstraram surpreendentes condições de resistência e persistência sob as mais difíceis condições de opressão representam, no Peru, um fator natural de sociabilização da terra” (MARIÁTEGUI, 1974, p.35).

A recuperação das terras do latifúndio para as comunidades indígenas seria a solução que o problema agrário reclamava na região da serra. Já nas fazendas costeiras, exploradas diretamente pelos seus proprietários por meio de trabalhadores “enganchados”² a partir da serra, a quem falta, nesse caso, o vínculo com a terra, os termos da luta são diferentes. As reivindicações pelas quais, segundo Mariátegui, se deveria trabalhar nesse caso eram: liberdade de organização, supressão do “enganche”, aumento dos salários, jornada de oito horas e cumprimento das leis de proteção do trabalho (MARIÁTEGUI, 1974, p.43).

Para a progressiva educação ideológica das massas indígenas era necessária a intercessão, a intervenção da vanguarda operária. Para o autor, tal vanguarda disporia daqueles elementos militantes de raça indígena que, nas minas ou centros urbanos, particularmente nesses, entrariam em contato com o movimento sindical e político. Era comum, segundo observa Mariátegui, que operários procedentes do meio indígena regressassem de forma provisória ou definitiva à sua comunidade. O idioma permitiria a esses trabalhadores cumprir eficazmente a missão de instrutores de seus irmãos de raça e de classe. Os camponeses entenderão apenas, adverte Mariátegui, os indivíduos pertencentes ao seu meio e falantes de seu idioma, desconfiados que sempre estarão a respeito dos brancos e dos mestiços. Estes, segundo o autor, “dificilmente assumirão a árdua tarefa de penetrar no meio indígena e de levar a este meio a propaganda classista” (MARIÁTEGUI, 1974, p.44).

De que forma poderiam cumprir essa missão educadora os elementos indígenas do proletariado? Criando e incentivando entre os indígenas meios de autoeducação, ou “a leitura regular de órgãos do movimento sindical e revolucio-

² O “enganche” é a prática por meio da qual o latifundiário monocultor da costa contrata, temporariamente, trabalhadores camponeses da região serrana, no período da entressafra desta. Esses camponeses, já explorados pelo latifundiário “gamonal” da serra, passam parte do sendo explorados pelos latifundiários capitalistas da costa.

nário da América Latina, de seus opúsculos, etc.” Ainda poderia ser incentivada também a correspondência com os companheiros dos centros urbanos. Todos esses seriam meios pelos quais o trabalho de autoeducação indígena poderia ser levado a cabo com êxito.

Os militantes indígenas do movimento operário precisavam, assim, dar toda sua atenção a certas tarefas, nas quais deveriam ter sempre atuação principal e dirigente. Essas tarefas, ainda a se somar com as elencadas acima, seriam:

a coordenação de comunidades indígenas por regiões; ajuda aos que sofrem perseguição da justiça e da polícia (os processados por resistências de todo tipo contra os gamonales); a defesa da propriedade comunitária, a organização de pequenas bibliotecas e centros de estudo” (MARIÁTEGUI, 1974, p.45).

A ênfase na condução dessas atividades pelos militantes indígenas do movimento operário deveria ter o “duplo objetivo” de dar diretivas sérias à educação e orientação classista dos indígenas e evitar a influência de elementos desorientadores (“anarquistas, demagogos, reformistas”, etc.). Tais tarefas imediatas deveriam levar em conta, em primeiro lugar, o proletariado mineiro e o proletariado agrícola, a quem cumpria dar imediatamente a educação formal sobre bases socialistas e instigar à organização: “os centros mineiros [...] constituem pontos onde se pode operar, vantajosamente, a propaganda classista”. Lembra Mariátegui que, como os indígenas das minas continuavam sendo camponeses em grande parte, cada elemento conquistado entre eles era também um elemento conquistado entre os camponeses.

O autor enfatiza então que o problema, a questão indígena não é racial em seu sentido biológico, literal, mas social e econômico, é o problema da marginalização social imposta às etnias indígenas (o que hoje, como à época, é uma afirmação óbvia, mas que ainda necessita ser enfatizada, infelizmente). Mas a raça exerce seu papel nas possibilidades e

necessidades de enfrentá-lo, principalmente enquanto apenas militantes saídos do meio indígena poderiam, pela mentalidade e idioma, conseguir uma influência eficaz e imediata sobre seus companheiros. Sobre isso, Mariátegui é assertivo:

O realismo de uma política revolucionária, segura e precisa, na avaliação e utilização dos fatos sobre os quais deve atuar nesses países em que a população indígena ou negra tem proporções e um papel importante, pode e deve converter o fator 'raça' em um fator revolucionário. É imprescindível dar ao movimento do proletariado indígena ou negro, agrícola e industrial, um caráter claro de luta de classes" (MARIÁTEGUI, 1974, p.46).

Nesses países, as raças indígenas, especificamente, constituíam e ainda constituem uma imensa camada social submetida a uma situação de subalternidade duplicada: como explorados e como não-brancos, essa segunda condição intensificando a primeira. As classes dominantes exploraram as contradições geradas pelo racismo elevando a intermediários de sua exploração elementos mestiços nos quais o racismo e a repulsa pelos seus ascendentes nativos são incentivados. É necessário levar em consideração que a luta de classes, realidade primeira que é reconhecida pelos partidos e movimentos operários, se reveste de inevitáveis características especiais quando a imensa maioria dos explorados é constituída por uma raça, e os exploradores pertencem exclusivamente a outra.

Mariátegui alude em determinado momento à necessidade de se constituir um estudo autônomo da questão indígena, já que os dados de que se dispunha no Peru eram produzidos pela ciência social e a historiografia dominantes. Esta é uma reflexão importante porque remete, no fim das contas, à necessidade de que os grupos subalternos elaborem, edifiquem sua própria história. O autor adverte também contra um perigo que, décadas mais tarde, seria posto em prática pelo chamado pensamento "pós-moderno", o que reivindica

a superação das grandes narrativas de interpretação e direcionamento da história em favor do reconhecimento da suposta pluralidade fragmentária das questões sociais as mais variadas, como as questões de raça, gênero, ecológicas, religiosas, etc. Lembra Mariátegui do dever dos Partidos Comunistas de “impedir os desvios interessados que as burguesias pretendem imprimir à solução deste problema, orientando-o num sentido exclusivamente racial”, ou seja, desvencilhando-o das características de classe.

Em determinado momento do texto há uma passagem importante em que Mariátegui lembra dos pressupostos relativos à possibilidade de se desenvolver uma eficaz luta classista pelas camadas indígenas da população. Trata-se da observação de que o VI Congresso da Internacional Comunista havia já assinalado a possibilidade, para povos de economia rudimentar (agrária, “primitiva” do ponto de vista do capital) de iniciar diretamente uma organização econômica coletivista, sem passar pela penosa evolução capitalista por qual outros povos já haviam passado. Para Mariátegui, a população nativa incaica era a que reunia as condições mais favoráveis para o “comunismo agrário primitivo”. Essas condições teriam subsistido em estruturas concretas e em um “profundo espírito coletivista” daquela população. Esse “comunismo agrário primitivo” deveria se transformar então, “sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista” (MARIÁTEGUI, 1974, p.68).

Por fim, ao cabo do texto, apresenta-se um conjunto geral de propostas para solucionar a questão racial de base classista na América Latina:

- 1) Luta por terra para os que nela trabalham, expropriada sem indenização.
- a- Latifúndios de tipo primitivo: fragmentação e ocupação por parte das comunidades adjacentes e pelos trabalhadores agrícolas que as cultivam, possível-

mente organizados de forma comunitária ou coletiva.

b- Latifúndios de tipo industrializado: ocupação pelos operários agrícolas que neles trabalham, organizados de forma coletiva.

c- Os parceiros proprietários que cultivam suas terras permanecerão em propriedade das mesmas.

2) Formação de organismos específicos: sindicatos, ligas camponesas, blocos operários e camponeses.

a- Ligação dos mesmos, superando os preconceitos raciais, com as organizações urbanas.

b- Luta do proletariado e do campesinato indígena ou negro pelas mesmas reivindicações que constituem o objetivo de seus irmãos de classe pertencentes a outras raças.

c- Armamento de operários e camponeses para conquistar e defender suas reivindicações.

3) Derrogação de leis onerosas para o índio ou o negro, como os sistemas feudais escravistas, a conscrição viária³, o recrutamento militar, etc.

Apenas a luta dos índios, proletários e camponeses, em estreita aliança com o proletariado mestiço e branco, contra o regime feudal e capitalista pode permitir o livre desenvolvimento das características raciais índias (e especialmente das instituições de tendências coletivistas) e poderá criar a ligação entre os índios de

³ A conscrição viária se tornou uma espécie de serviço “civil” obrigatório, alternativo à conscrição militar, no qual a mão de obra de jovens camponeses indígenas era utilizada para a abertura e construção de estradas pelo interior peruano, cuja finalidade principal era facilitar o escoamento para o litoral da produção agrária e mineira do capital monopolista no Peru.

diferentes países, por sobre as fronteiras atuais que dividem antigas entidades raciais, conduzindo-as à autonomia política de sua raça (MARIÁTEGUI, 1974, p.68).

Importante atentar para o fato de que a passagem acima divisa um internacionalismo típico da América Latina, ou seja, aquele relativo à proximidade de interesses e condições sociais das raças indígenas prevalentes aqui. Por mais que essas “raças” sejam formadas por diferentes etnias, há um forte fator dialético de unificação, que é a exploração de sua mão de obra em bases racistas pelas formas específicas de constituição do capitalismo latino-americano. Mariátegui, a julgar por seu legado teórico e político, manteve sempre em mente a possibilidade desta unificação dialética das lutas dos povos ameríndios, uma unidade a ser forjada concretamente, no âmbito da luta de classes cotidiana contra inimigos históricos comuns: o capital, o imperialismo e o racismo.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA CITADA

MARIÁTEGUI, José C. ***Ideología y política***. Lima: Amauta, 1974 (Capítulo *El Problema de las Razas em America Latina*, p. 21-86).

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BECKER, Marc. Mariátegui, the Comintern, and the indigenous question in Latin America. *Science and Society*, vol. 70, n. 4, October 2006, p. 450-479.

GALASTRI, L.O. Mariátegui e a tradução latino-americana do leninismo. In: DEO, A. et al. (orgs.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. 1ed. Marília: Oficina Universitária, 2015, p. 281-298.

LINERA, A. G. Indianismo y marxismo. El desencuentro de dos razones revolucionarias. *Revista Donataria*, No. 2, marzo-abril de 2005.

MARIÁTEGUI, J. C. *Peruanicemos al Perú*. Lima: Amauta, 1972.

_____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PARTE II
CRISES CONTEMPORÂNEAS À LUZ
DOS CLÁSSICOS DO MATERIALISMO
CRÍTICO

8. REFLEXÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: HISTÓRIA ECONÔMICA E CRÍTICA SOCIAL

Adilson Marques Gennari
Ivan Lucon Jacob

1. O ATUAL PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: HISTÓRIA ECONÔMICA E CRÍTICA SOCIAL

É possível identificar, em linhas gerais, o surgimento da moderna burguesia no seio do povo nos séculos XI e XII, nos processos históricos relacionados aos seguintes aspectos: a acumulação do capital comercial, a busca de rotas comerciais, nas cruzadas, nas grandes feiras comerciais europeias, nos processos de cercamentos, e finalmente, nos burgos da Idade Média. Após alguns séculos de acumulação e de crise, a burguesia atinge seu apogeu civilizatório no final do século XIX e após a crise social em torno da comuna de Paris, chega a sua fase decadente. Já no final do século XX a civilização do capital entra em sua crise estrutural: crise nas suas relações sociais e crise ambiental.

Segundo Santos (2000), a sociedade moderna experimenta atualmente sua quarta onda de globalização. Mas a globalização não é um processo unívoco. Pode-se verificar a presença de ao menos dois processos de globalização simultâneos: o processo de globalização hegemônico e o processo de globalização contra-hegemônico. O primeiro está relacionado à busca de hegemonia por parte do poder das corporações internacionais, dos países hegemônicos, principalmente os EUA. No campo das ideias também busca hegemonizar-se com o pensamento neoliberal, com sua crença no mercado como centro da sociabilidade e no indivíduo consumidor e maximizador como ente fundamental da sociedade. Já o pro-

cesso de globalização contra-hegemônico busca alternativas ao poder hegemônico criando um debate e um movimento internacional em favor da diversidade cultural, da defesa do meio ambiente, dos direitos e garantias sociais, da democracia radical, dos direitos das mulheres, do movimento LGBT, e alguns chegam a almejar a transição para outra sociabilidade, como é o caso do movimento eco-socialista e de tantas outras organizações e coletivos de esquerda.

A virada do milênio representa um momento de grandes transformações. Fatos marcantes como a queda do mudo de Berlim ou como o fim do Império português com a volta de Macau para a China são ofuscados dada sua imersão num universo de transformações estruturais cuja origem remontam aos anos 1970. Crise do sistema de Bretton Woods. Crise do padrão de financiamento da acumulação de capital. Crise da forma de ser do capitalismo do pós-guerra. Crise da matriz produtiva baseada na segunda revolução industrial e introdução das novas formas de produção da nova acumulação molecular digital. A microeletrônica e a informática distinguem-se das transformações tecnológicas anteriores posto que incidem sobre todo o tecido econômico e crescentemente sobre o tecido social. Assim pôde-se generalizar e ganhar o status de revolução tecnológica.

A crise atual do capital é a base tanto do ideário neoliberal quanto da busca de lucratividade pelos capitais globais. As ideias neoliberais ganham a dimensão de ideário do processo de globalização, na medida em que os capitais globais necessitam de flexibilidade, desregulamentação e destruição das amarras impostas pelos trabalhadores e seus sindicatos que podem impor limites ao livre fluxo de capitais, à precarização e a superexploração do trabalho. A crise geral, resultado da luta de classes e da concorrência entre os capitalistas, acaba por impor novos padrões tecnológicos e novas formas de exploração que reinventam a tecnologia e as formas de produzir. Inesperadamente, a busca por mais-valia relativa e absoluta reinventam a geografia mundial, e colocam a China como a grande fábrica do mundo. Assim, ao deslocar a

força de trabalho necessária ao capital, a Europa e os EUA veem-se envolvidos a uma grande crise estrutural. O velho capital necessita, de preferência, de força de trabalho superexplorável, ou seja, não lhe apetece um Estado do Bem Estar Social incapaz de lhe garantir exuberantes taxas de exploração. Assim, o capital reinventa a geografia econômica ao deslocar-se prioritariamente para a China (com monumentais contingentes populacionais aptos à superexploração) e a outros países do globo, que apesar de secularmente engajados na acumulação de capitais, pelo menos desde o período mercantilista, são agora denominados pelos disciplinados economistas das agências de fomento e regulação de “países emergentes”.

O que entendemos por globalização refere-se a fenômenos relativos à reordenação capitalista que foi sendo desenvolvida com medidas concretas de política econômica como uma determinada resposta à crise estrutural capitalista da década de 1970. Segundo Chesnays (1997: 13-14) a partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida pelos norte-americanos e pelos britânicos, empreendeu em proveito próprio, com maiores e menores graus de sucesso, a modificação internacional, e a partir daí, no quadro de praticamente todos os países, das relações políticas entre as classes. Começou então a dismantelar as instituições e estatutos que materializavam o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram um após o outro, desde o advento dos governos Thatcher em 1979 e Reagan em 1980, devolveram ao capital a liberdade, que havia perdido desde 1914, para mover-se à vontade no plano internacional, entre países e continentes.

É um fato que a produção atual está subsumida à lógica do capital financeiro, que conquistou liberdade de movimento global e trafega à velocidade da luz pelos chamados mercados. Mas aí não está o cerne da questão ou a essência da mudança. Segundo Francisco de Oliveira (2006b: 274), o capitalismo atual se pauta por

[...]um capital de imagens que torna a

marca seu principal *atout* comandado por uma digitalização e molecularização que mudou radicalmente a linguagem e as referências do próprio cotidiano e permite uma forma de capital que atua como virtual, isto é, capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem os constrangimentos da era industrial, que criaram a virtualidade da classe que, nos termos de Thompson, requer, sempre, sua própria autoinvenção. É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal, lograda pelo sistema capitalista.

Com efeito, no capital virtual, a mercadoria pode ser também virtual, assim como o próprio ambiente de trabalho, ou seja, pode ser um “serviço”, um “efeito útil”, uma “marca”, uma “imagem”, cuja produção é simultânea à realização. É assim que o capital virtual “abre mão” da fábrica para a produção de valor (Oliveira, 2006).

Para o sociólogo Bauman (1999), uma das consequências do processo de globalização é o surgimento, de um lado, de uma nova classe superior, rica e com mobilidade tanto física quanto virtual, chama de “turistas”, que viajam tanto a trabalho quanto para mero desfrute e consumo de cultura, e de outro lado, o “vagabundo”, que representa o pobre, que se desloca, mas é sempre indesejado. Isto ocorre impulsionado por mudanças nas tecnologias de informação e suas consequências nas novas formas de ser do capital. Segundo Bauman, (1999: 102) “uma vez liberado do espaço, o capital não precisa mais da mão de obra itinerante (enquanto sua mais avançada e emancipada vanguarda *high-tech* sequer precisa de mão de obra alguma, móvel ou fixa). É assim a pressão para derrubar as últimas barreiras para o movimento do dinheiro anda de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas (chamadas de lei de ‘imigração’ ou de ‘nacionalidade’) que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes. Sinal verde para os turistas, sinal vermelho para

os vagabundos. A localização forçada preserva a seletividade natural dos efeitos globalizantes. Amplamente notada e cada vez mais preocupante, a polarização do mundo e de sua população não é interferência externa, estranha, perturbadora ao processo de globalização – é efeito dele.”

Já para a crítica social de Istvan Mészáros, o atual processo de globalização capitalista aprofunda também as contradições próprias à relação social “capital”. Segundo Mészáros (1997: 152) o capital necessita expandir-se apesar e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social. [...] Um sistema de reprodução não pode se auto condenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento.

Na avaliação pioneira de Marx (1986: 107), “no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas.” (grifos nossos)

Neste sentido, na atual reflexão de Mészáros (1989: 29), “devemos ter em mente que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa metamorfose de tais meios de produção em capital.” Neste sentido, toda a maquinaria do atual estágio do capitalismo necessariamente serve mais a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos. Além das guerras, verifica-se um aumento na velocidade de obsolescência das mercadorias produzidas de modo que temos uma taxa decrescente de uso de todos os bens produzidos nunca dantes verificada na história.

Isto posto, é preciso considerar que o atual processo histórico de acumulação de capital tem por corolário o aumento colossal da velocidade de rotação do capital, isto é, do tempo em que o dinheiro-capital se transforma em mercadorias e, ao completar o ciclo, voltar às mãos dos capitalistas ou

investidores.

Isto é causa e efeito do aumento da velocidade de inovações tecnológicas. Um dos aspectos perversos de tal movimento de inovações e revoluções técnicas é o fato da necessidade cada vez menor de trabalhadores no processo produtivo em função da adoção de máquinas e processos mais “eficientes” para enfrentar a permanente concorrência e a luta de classes, o vai, no processo, (como na reflexão de Marx) transformando a classe trabalhadora, crescentemente, em classe supérflua, seja pela simples extinção de cargos ou funções, seja pelo corte de custos com a eliminação de postos de trabalho.

Paradoxalmente, parte significativa da população trabalhadora se vê transformada em pessoas “supérfluas” em relação às engrenagens supermodernas de uma sociedade de alta tecnologia e onde o capital se transformou em imagem (Debord, 1957). Simultaneamente, o aumento da produtividade do trabalho e da rotação do capital que o acompanha, ao reduzir a taxa de utilização das mercadorias produzidas, seja pelo lançamento de novos produtos ou similares, seja pela planejada obsolescência dos mesmos, transforma crescentemente as mercadorias em dejetos ou entulho, provocando o desmesurado aumento da destruição ambiental (Kempf, 2009). Assim, naturalmente os seres humanos são vistos como “recursos humanos” ou mão-de-obra, e a natureza como “recursos naturais” inesgotáveis, para um processo irracional de produção de massas crescentes de lucros para os acionistas das corporações de escopo.

Naturalmente as populações pobres são as mais afetadas pois a um só tempo sofrem o impacto do aumento do desemprego estrutural e da devastação ambiental, com a proliferação de doenças, a favelização urbana, a falta d'água e de saneamento básico, além do crescimento das desigualdades sociais que atinge todo o globo. Nesse sentido, é possível inferir que o surgimento da nova pobreza e a devastação ambiental são duas faces do mesmo processo de produção destrutiva da nova fase do capitalismo globalizado e refletem

um momento histórico de crise civilizacional.

Na crise estrutural do capital, o Estado passa a ser o pressuposto da acumulação de capital, como na assertiva de Francisco de Oliveira (1998). O Estado neoliberal, diferente da retórica propalada por seus fiéis seguidores, não é aliado do processo de acumulação do capital; ao contrário, desempenha função precípua como agente articulador entre o espaço econômico sob seu domínio e o capital financeiro internacionalizado. Atua como engrenagem na unificação transnacional dos esquemas de valorização financeira, ligando as frações do capital global internacionalizado ao capital local – que garante sua base de sustentação política – para garantir a reprodução ampliada. Desta maneira, convergem os interesses dos blocos de capital privado local, internacional e estatal, sempre garantidos pela capacidade mediadora do Estado.

O grande terreno onde se busca garantir a convergência dos interesses do capital é a política econômica levada a cabo pelos Estados nacionais, em seus termos monetário, fiscal e cambial. Pois concomitante ao processo de globalização das finanças que vem ocorrendo desde o último quartel do século XX houve certa homogeneização das políticas econômicas de Estado, orquestradas pelas instituições liberais e pretensamente “multilaterais” – como o FMI e o Banco Mundial. Uma vez que o receituário designa sempre os mesmos arranjos institucionais em torno de como os países devem conduzir sua taxa de juros, de câmbio, sua política de comércio exterior ou mesmo seus gastos, abre-se assim um “espaço mundial” homogêneo que garante ao capital livre circulação, mas acima de tudo garante a mobilidade e o fluxo do excedente econômico gerado globalmente.

Essa interação entre o Político e o Econômico – que tem como expressão fenomênica a Democracia e o Mercado – conduz a uma ordenação que tem como objetivo remover quaisquer obstáculos à expansão do poder privado das finanças. Pois os mercados financeiros lograram êxito em capturar os controles da economia e do Estado, possibilitado pelo aumento de seu poder social; a lógica financeira notabiliza-se

por sua capacidade de impor vetos às políticas macroeconômicas, especialmente àquelas de cunho social. Os novos centros decisórios da acumulação da riqueza capitalista se encontram, como alerta Arrighi (1994: 25), no “domicílio oculto que fica um andar acima e não um andar abaixo do mercado. Ali onde o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político”.

Neste sentido, o Estado neoliberal converte-se em fundamental ducto por onde passa a mais-valia mundial em direção às mãos do capital financeiro rentista. Sua forma fenomênica é a dívida pública gigantesca e sua política econômica, orquestrada pelo FMI e Banco Mundial é a chamada para a geração de superávits primários, desregulamentação financeira, controle da inflação a qualquer preço (política de metas e etc.), câmbio flexível e outros itens que garantam a livre circulação do capital, mas fundamentalmente o fluxo do excedente econômico gerado globalmente.

2. A CRISE DO CAPITAL: A QUESTÃO TEÓRICA FUNDAMENTAL

A crise do capital na atual quadra histórica é uma realidade para todos os povos do planeta. De fato, não há um só rincão do mundo onde o capital não tenha se instalado e com ele sua crise. Na origem a crise se manifestava fundamentalmente como crise cíclica, como a crise da década de 1870 e assume por vezes a forma de depressão, como em 1929. Já no final do século XX e início do século XXI, a crise do capital ganhou a dimensão de uma crise estrutural. Se a crise é inerente ao capital e ao capitalismo, importa saber qual sua origem e como ela se coloca como categoria na construção teórica de Karl Marx. Neste sentido, esta comunicação tem por objetivo tecer uma reflexão sobre a crise do capital ancorada no monumental pensamento do filósofo alemão Karl Marx. Isto se justifica porque suas ideias são indispensáveis para se compreender o real significado da crise. Dito de outra maneira, estamos afirmando peremptoriamente

que sem as ideias desenvolvidas por Karl Marx e publicadas em seu “O Capital” no século XIX, fica impossível dar início a uma reflexão consequente sobre a crise do capital do século XXI.

Isto posto, temos que em primeiro lugar lembrar que para Karl Marx, a categoria “capital” é diferente da categoria “capitalismo”. Enquanto este é um modo de produção historicamente determinado, o “capital” é uma relação social de dominação, onde o trabalho morto se apodera do trabalho vivo. É nesse sentido que a obra “o capital” é uma obra *sine qua non* para se compreender a atual crise, na medida em que estamos diante de uma crise do capital que se revela como crise do capitalismo e assim ganha os contornos de uma crise estrutural ou crise civilizacional.

Para atingirmos nosso objetivo é mister percorrer um fio condutor retomando algumas ideias de Marx. Esse fio condutor tem o seguinte caminho categorial: valor, mercadoria, esfera da produção, esfera da circulação, rotação do capital, crise. Para mantermos a objetividade e êxito em nossos objetivos consideraremos aqui pressuposto o conhecimento do leitor do percurso acima e nos concentraremos na última questão: a crise.

Assim, é preciso considerar que a reflexão que Marx desenvolveu em sua obra “o capital” está imbuída das ideias que pressupõe sua teoria do valor, isto é, é preciso em primeiro lugar lembrar que o valor de todas as mercadorias são determinadas pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário médio para produzir e reproduzir uma mercadoria. Isto significa que todas as mercadorias podem ser vistas como trabalho concreto (a mercadoria palpável, captável pelos sentidos humanos) e, por outro lado, pode ser vista como valor, ou seja, uma massa de trabalho social abstrata (incapaz de ser apreendida pelos sentidos humanos). É preciso pensarmos em termos de valor para compreendermos a crise do capital. Repito, sem pensar em termos de valor não poderemos captar a origem e a determinação da crise do capital, pelo menos não na concepção reveladora de Marx.

Outro aspecto essencial da obra de Marx que nos permitirá compreender a origem e o sentido da crise do capital é pensarmos em termos das fórmulas de reprodução propostas por Marx. Aqui podemos observar a imensa capacidade de abstração de Marx quando conseguiu sintetizar em uma fórmula simples todo o complexo processo de produção, circulação, venda e rotação do capital: me refiro à fórmula geral do capital ou à fórmula da acumulação ampliada do capital ($D - M \dots P \dots M' - D'$)

Sendo $D - M$ e $M' - D'$ aspectos da esfera da circulação, são o que vulgarmente se chama de “mercado”. Ali ocorrem as trocas de equivalentes. D (dinheiro que se transforma em capital) é trocado por M (mercadorias) na mesma proporção, ou seja, pelo valor. O primeiro D é dinheiro-capital e o M representa as mercadorias que o capitalista compra ao ir ao mercado depois de tomar a decisão de investir ou de transformar seu dinheiro em capital. Assim, o M representa, principalmente a compra de força-de-trabalho (o trabalho como mercadoria) e, o outro elemento das compras realizadas pelo capitalista, ou seja, os bens de capital, as máquinas, as matérias primas, as edificações, os *softwares*, etc. Então, o capitalista de posse da força de trabalho e dos meios de produção, buscará combiná-los com o propósito de obter lucro (parte da mais-valia que o capitalista auferir). Esta combinação se dará na esfera da produção. Dali sairá o valor das mercadorias valorizadas, ou seja, acrescida de mais-valia ou trabalho não pago, representado pelas horas que a classe trabalhadora no seu conjunto trabalhou a mais do que o valor de sua própria força de trabalho, ou seja, o valor que excede o valor si mesmo. Assim, cria-se o excedente econômico que estará contido em M' (massa de mercadorias que saem da esfera da produção e que comporão os estoques). Depois, o capitalista voltará ao mercado (esfera da circulação) mas agora na condição de vendedor. Se tudo correr bem ele venderá toda a produção (M') para, por exemplo, os atacadistas, e assim realizará seu objetivo ao realizar as mercadorias e obterá em troca D' , ou seja, mais dinheiro (em termos de valor) do

que ele gastou (com o investimento inicial). Assim, se completará o movimento do capital dinheiro e os capitalistas auferirão seus lucros, os banqueiros auferirão seus juros e os donos de terra receberão sua renda da terra (todas essas rendas são obviamente parte da mais-valia criada socialmente pelo conjunto da classe trabalhadora e apropriada privadamente pela classe dos capitalistas e proprietários).

Até aqui tudo bem e nada se viu efetivamente sobre nosso problema, ou seja, a crise. Então de onde vem a crise? Como e onde tem início? Por que ocorre? Segundo Marx (1980: 40), “a força de trabalho humana não é por natureza capital, nem tampouco os meios de produção. Só adquirem esse caráter social específico em determinadas condições, historicamente desenvolvidas, também indispensáveis para se imprimir aos metais preciosos o caráter de dinheiro ou ao dinheiro o caráter de capital-dinheiro.”

O capitalista no seu afã de obter parte do excedente econômico transformará o dinheiro em capital e irá ao mercado comprar mercadorias (M) para colocá-las no processo de produção, de onde sairão valorizadas (M'). Segundo Marx (1980: 44) “a massa de mercadorias M', representando o capital valorizado, tem de passar, completamente, pela metamorfose M' - D'.”

Neste sentido, o processo cíclico do capital é “unidade de circulação e produção, abrange ambas. Em suas duas fases D - M e M' - D', como ocorrências da circulação, constitui a circulação do capital parte da circulação geral das mercadorias.” Marx, 1980: 60. Assim, a circulação do capital dinheiro e fundamentalmente a própria circulação do capital produtivo, pois ambos formam uma unidade.

No pensamento de Marx, o universo de produção das mercadorias é voltado para si mesmo, e, neste sentido, é a primeira e única forma de sociedade onde se verifica a produção pela produção. Segundo Marx, “o volume das massas de mercadorias produzidas pela produção capitalista é estabelecido pela escala dessa produção e pelo imperativo de expansão contínua dela, e não por uma órbita predeterminada

da oferta e da procura, das necessidades à satisfazer” (1980: 76).

Sob pena de perder a noção da realidade objetiva atual, os marxistas (incluindo os marxianos e os neomarxistas) não podem desconsiderar as lições fundamentais de Marx sobre as origens profundas e determinantes da crise do capitalismo e do capital, expressas em sua obra de maturidade “O Capital”, qual seja: a causa e a origem da crise é o próprio desequilíbrio causado pelos capitalistas em sua busca ontológica por acumular mais-valia (lucros, juros e renda da terra), ou seja, o desequilíbrio estrutural causado pela ação dos capitalistas ao instaurarem um processo de investimento e busca por excedente econômico, para o qual, necessariamente, necessitam colocar no mercado mais valor do que dele retiram em termos de mercadorias, e concomitante, retirarem do mercado mais valor na forma dinheiro do que colocam. Assim, estão permanentemente a criar um desequilíbrio estrutural na sociedade produtora de mercadorias que causa necessariamente um hiato crescente entre oferta agregada e a demanda agregada, de modo que a crise aparecerá como uma crise de superprodução ou uma crise de subconsumo, quando na verdade (na essência) é uma crise de desproporção entre o valor que os capitalistas colocam no mercado e a massa de valor que dele retiram. Somente através da existência desse “desequilíbrio” pode a burguesia, ou mais precisamente a parte da burguesia que vive para acumular o capital, se apropriar privadamente de parcelas da mais-valia gerada coletivamente pela classe trabalhadora. Eis todo o segredo da crise do capital e do capitalismo, e de seu agente: os capitalistas. Os intelectuais da burguesia (em sua fase decadente) buscaram ocultar esta verdade inquestionável desde a década de 70 do século XIX quando criaram as teses econômicas neo-clássicas do equilíbrio de mercado, ou seja, a tese absurda de que o mercado está ou tende ao equilíbrio, que somente pode existir na imaginação obtusa desses intelectuais, na medida em que na realidade objetiva o desequilíbrio é a marca e a própria forma de ser da sociedade produtora e acumulado-

ra de excedente econômico, digo, trabalho não pago.

Agora vamos voltar ao que realmente interessa, ou seja, ao caminho teórico construído por Marx sobre a origem da crise: Segundo Marx, “a função de M' é então a de todo produto-mercadoria: converter-se em dinheiro, ser vendido, percorrer a fase de circulação $M - D$. Enquanto o capital ora valorizado conserva a forma de capital-mercadoria, permanece no mercado, paralisa-se o processo de produção. Deixa de funcionar na criação de produtos e na criação de valor.” (L. 2 vol. 3: 43)

Para Marx, em condições normais, “parte da mais-valia tem de ser consumida como renda e parte tem de ser capitalizada, não importando que a mais-valia produzida em certos períodos seja totalmente consumida ou inteiramente capitalizada. A fórmula geral só pode representar a média do movimento e neste ocorrem capitalização e consumo.” (L. 2 vol. 3: 80)

A crise advém quando o ciclo é interrompido. Para Marx, “se uma parte estaca em $M' - D'$, se a mercadoria é invendável, interrompe-se o ciclo desta parte, não se efetivando sua substituição pelos respectivos meios de produção; as partes seguintes que surgem no processo de produção como M' são impedidas pela que as precede, de mudar de função. Se isto se prolonga bastante, restringir-se-á a produção e todo o processo se deterá.” (L. 2 vol. 3: 106)

Chega-se finalmente ao cerne da questão, ao ponto central onde Marx explica a crise do capital: “sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor que dela retira. Enquanto personifica apenas o capital, funcionando como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior que sua procura. A igualdade entre ambas equivaleria à não valorização de seu capital que não teria funcionado como capital produtivo. Esta teria se transformado em capital-mercadoria que não estaria enriquecido de mais-valia durante o processo de produção, não teria extraído da força de trabalho mais-valia sob a forma de

mercadoria, não teria de maneira alguma funcionado como capital.” (grifos nossos) (L. 2 vol. 3: 119)

Isto posto, fica demonstrado que a origem da crise do capital está diretamente relacionada e determinada pela ação concreta dos capitalistas em sua ação como personas do capital, na medida em que criam uma desproporção, um hiato ou um desequilíbrio entre a oferta e a demanda globais ao colocarem mais valor na esfera da circulação na forma de mercadorias do que dela retiram e, por outro lado, agora como vendedores, ao retirar da esfera da circulação mais valor na forma de dinheiro do que colocaram anteriormente na condição de compradores. Assim, fica demonstrado também que a crise é inerente ao capital e ao capitalismo.

É certo que a crise é a essência, o próprio ser da sociedade do capital, entretanto, como ela assume uma forma cíclica, pois é determinada pelos fluxos de investimento privado e pelas ondas de lutas sociais, vez por outra ocorre sua manifestação aguda, como por exemplo, em 1929 e recentemente a crise financeira de 2008. A manifestação fenomênica da crise foi apreendida pelo economista Bresser Pereira (2009: 133-4) da seguinte maneira:

“há uma série de fatos que hoje estão claros a respeito desta crise financeira. Primeiro, sabemos que é uma crise bancária que ocorre no centro do capitalismo. [...] Segundo, sabemos que a causa direta da crise foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir, como de fato aconteceu. (...) Terceiro, sabemos que tudo isso pode ocorrer porque os sistemas financeiros nacionais foram sistematicamente desregulados desde de que, em meados dos anos 1970, começou a se formar a onda neoliberal ou funda-

mentalista de mercado. (...) Quarto, sabemos que esta ideologia ultraliberal era legitimada nos Estados Unidos pela teoria econômica neoclássica.”

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar, como o fez o filósofo Mészáros em sua obra *Para Além do Capital*, que na atual quadra histórica de crise estrutural, o capital esbarra em seus limites histórico-estruturais. O fenômeno que Marx vivenciou e verificou no final do século XIX representa apenas uma gota no oceano se levarmos em conta o grau de desenvolvimento e de capacidade alienatória que o capital adquiriu no início do século XXI. Trata-se do mais alto grau da construção da edificação da reificação. O capital se transformou numa espécie de religião, ou seja, sua práxis atual consiste na captura do “espírito” dos trabalhadores, transformados em “colaboradores”. Tal praxis religiosa, consiste na criação de uma avassaladora máquina de “gestão da percepção das pessoas” levada a cabo por uma gigantesca indústria da pós-propaganda, que investe bilhões de dólares por todo o globo para capturar a percepção (os investimentos capitalistas em propaganda somente são superados pelos investimentos no complexo industrial militar) e, portanto, as mentes das crianças e dos adultos, no sentido de criar indivíduos desassociados de si e reduzidos a consumidores, isto é, como não-pessoas e não-indivíduos, idólatras do mundo das mercadorias. Os sacerdotes da nova religião do capital são os economistas, que conseguiram transformar a ciência econômica em engenharia econômica geradora de modelos e credos neoliberais. Tais ideias buscam convencer os fiéis consumidores de que “não há alternativa” além do mundo do capital e das mercadorias. Não há felicidade possível fora do mundo do *business* e dos shopping centers e de que não existe história, ou seja, desde a gruta de Jericó até o fim dos tempos, os homens viveram e viverão num infinito mercado capitalista. Além das reflexões de Wal-

ter Benjamin (2011) onde o capitalismo se transformou numa religião do desespero sem deus. O que dá a concretude religiosa é aquilo que Marx apontou em *O Capital*: os homens criam os mercados e o próprio capital e depois invertem a relação criador-criatura. Assim, todos estão submetidos ao capital, agora convertido em símbolo (Bourdieu, 1989) e objeto de veneração.

Enfim, vimos como a crise do capital é engendrada pela própria ação dos capitalistas em seu dia a dia enquanto personas do capital, ou seja, a crise é fruto de um necessário desequilíbrio entre a oferta e a demanda global gerado pela produção de mercadorias pela própria ação dos capitalistas que ao transformar dinheiro em capital (na ciência econômica burguesa isto é chamado de investimento ou mais tecnicamente de formação bruta de capital fixo) e no afã de se apoderar de uma parte do excedente econômico, colocam na esfera da circulação proporções desiguais de valores ora na forma dinheiro, ora na forma mercadoria. Tal desproporção é necessária ao capital e aos capitalistas, pois ela é a própria expressão da desigualdade no seio da esfera da produção que tem como sentido de sua existência a produção da mais-valia. Dito de outro modo, se não existisse este desequilíbrio estrutural e a conseqüente crise, não poderia haver apropriação privada do trabalho coletivo e, portanto, não poderia existir o próprio modo de produção capitalista.

Por fim, vimos que a crise atual, vista como a crise estrutural do capital que vem desde os anos 1970, ou enquanto sua manifestação empírica representada pelo estouro da bolha financeira de 2008, tem suas origens ontológicas na crise do capital anteriormente abordada. O que chama mais a atenção em sua manifestação atual é, em primeiro lugar a sua aparência financeiro especulativa na atual fase de globalização (Santos, 2002) e, em segundo lugar a forma como o capital se apoderou da esfera pública para administrar a coleta da mais-valia do sistema, para transferi-la para o capital que assume a forma eminentemente financeira e global. Isto significa que atualmente a crise se manifesta como deficit público

ou como dívida pública gigantesca na medida em que na crise estrutural, (veja por exemplo, o caso do Brasil onde praticamente metade da arrecadação de impostos anuais são destinados ao pagamento dos juros da dívida) os capitais usam do expediente de impôr uma política econômica a todos os países, que tem como objetivo remunerar o capital na forma de juros de títulos da dívida pública, de modo que toda a sociedade passa a transferir o excedente econômico para os capitais, que garantem no mínimo a taxa de juro arbitrada pelos Bancos Centrais, e ainda tem a garantia do fundo público, ou seja, o deficit público é na verdade a remuneração dos capitais privados no afã de manter sua insaciável e ontológica acumulação pela acumulação.

No coração da crise atual do capital está o interesse imperialista concreto das corporações de escopo que a um só tempo são organizações produtivas e financeiras. Senão vejamos: aprendemos com o livro terceiro da obra “O Capital” de Karl Marx que, as ações das corporações e os títulos que circulam no mercado de capitais, representam, em última instância, direitos sobre a mais-valia futura. Isto explica a crescente importância que as expectativas (dos agentes, do mercado ou simplesmente dos investidores e especuladores) assumirão na história do capitalismo. Neste sentido, as expectativas sobre a economia determinará o preço das ações e dos títulos. Daí, as contradições, dilemas e problemas na esfera produtiva, ou nos chamados fundamentos da economia, que alteram as expectativas e provocam um ajuste ex-ante no valor das ações e títulos.

As instituições bancárias e financeiras se apropriam destes títulos e ações e formam uma verdadeira aristocracia financeira global. Capturam os Estados nacionais porque utilizam-se do mercado de títulos e papéis emitidos pelos Estados, assim como fazem com outros títulos em outros mercados. A desregulamentação financeira global, levada a efeito principalmente desde os anos 1990, na esteira da onda neoliberal e da globalização hegemônica, criou derivativos e novos produtos financeiros que tiveram por efeito amplificar a finan-

ceirização e o volume de capital financeiro global. No início do século XXI a massa de capital financeiro representa aproximadamente dez vezes o total de todo o PIB global. É em si mesmo uma hiperbolha financeira.

O interessante e relativamente novo é que as corporações de escopo converteram parte do seu capital em carteira de títulos e, portanto, o antes chamado capital produtivo se funde ao capital financeiro e daí surge, tanto a nova corporação de escopo, quanto o próprio capital financeiro, uma vez que o próprio lucro das corporações incluem em seu montante partes de juros e remunerações financeiras, de modo que as corporações do século XXI se apropriam da mais-valia de outra forma que as segmentadas empresas de outrora. Lenin captou em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo* a gênese deste processo. Hoje encontramos sua maturidade, onde o capital de uma só vez consegue capturar a mais-valia, como empresa, como banco e como sócia dos Estados Nacionais via dívidas públicas crescentes em todo o globo, transformando-se em uma massa de capital virtual. Já a produção de mais-valia não se limita mais às fábricas, como nos clássicos da economia, mas vão desde as crianças superexploradas nas fábricas chinesas, passa pelo trabalho (não trabalho) de centenas de pessoas e crianças que estão utilizando seus equipamentos eletrônicos e pelos estudantes e professores em instituições de ensino e pesquisa públicos e privados, toda sorte de work stations e criação de designers, e vai até a já vasta rede de trabalhos virtuais a produzir produtos imateriais, cuja aparência material é a possibilidade de uma relação ou conexão virtual.

Deste modo, a crise do capital é no fundo uma crise de superprodução de capital; deste capital híbrido e totalizante. Esta nova crise assume a aparência de uma crise financeira, mas é de fato uma crise de superprodução de valor que provoca, como dantes, uma tendência à queda na taxa de lucros e a sua consequente necessidade de queimar capital. Tudo no sentido de que o capital e seus representantes necessitam restabelecer a taxa de lucro e neste sentido, a crise cria

um aparente caos que tem como objetivo queimar parte do capital e reestabelecer a taxa de exploração, mesmo que para isso tenha que desindustrializar áreas inteiras do planeta e migrar para novos mercados que disponibilizam matérias-primas e força de trabalho com taxas de exploração compatíveis com seus interesses de lucros. Neste sentido, as teses clássicas de Rosa Luxemburgo sobre a necessidade do imperialismo nunca foram tão atuais.

O capital como contradição e crise permanente enfrenta resistência de um grande movimento global contra-hegemônico, que se manifesta nos fóruns sociais, nos novos movimentos sociais e nos levantes que pipocam pelo mundo. Segundo Barca (2012: 76), a classe trabalhadora é a mais interessada num outro tipo de desenvolvimento, uma vez que

“working-class people are the most threatened by the destruction of the environment because they work in hazardous environments, live in the most polluted neighborhoods, and have fewer possibilities to move to some uncontaminated area or buy healthy food. Therefore, they hold the greatest vested interest in developing sustainability policies. It is in the interest of the dominant social order to obscure this fact and prevent the formation of alliances between the social movements”

Portanto, a saída da crise, rumo a outra sociabilidade, encontra terreno amplo na lutas sociais e no debate intelectual em curso e possui um caráter eminentemente ecológico e, neste sentido, ir além do capital significa a conjunção mais acentuada do movimento dos trabalhadores com os movimentos eco-feministas e eco-socialistas em nível global rumo a outra globalização. Tais movimentos contrapõe-se ao conservador “there is no alternative” com o brado dos de baixo: “outro mundo é possível”.

4. REFERÊNCIAS:

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- BARCA, Stefânia. “On working-class environmentalism: a historical and transational overview”. *Interface: a jornal for and about social movements*. Vol. 4 (2) 61-80. November., 2012
- BENJAMIM, Walter. “O capitalismo como religião”, 2015. Disponível em:
http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa23/janderdemelo_capitalismocomo.pdf. Acesso em 16-jan-2015.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRESSER PEREIRA, L. C. “crise e recuperação da confiança”. In: *Revista de Economia Política*, Vol. 29, n. 1, pp. 133-139, jan. mar. De 2009.
- DEBORD, Gui. *La société du spectacle*. Paris: Éditions Camps Livres, 1967.
- CHESNAIS, F. “A globalização e o curso do capitalismo de fim de século”. *Revista Economia e Sociedade*, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995
- KEMPF, Hervé. *Para salvar o planeta livrem-se do capitalismo*. Lisboa. Ed. Livre, 2009.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Livro Segundo: o processo de circulação do capital, vol. III, 3º edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: CHED, 1980
- _____. F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MÉSZÁROS, István. *rodução Destrutiva e Estado Capitalista*. SP: Ensaio, 1989.
- _____. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OLIVEIRA, F. O momento Lênin. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n.75, p.23-47, jul., 2006(a)
- _____. Neoliberalismo y sectores dominantes. In:

BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, p.274. 2006(b)

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998

SANTOS, Boaventura de Souza. *Globalização e Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

9. SUBJETIVIDADE E REVOLUÇÃO: PARA A CRÍTICA RADICAL DA CONTEMPORANEIDADE DO CAPITAL ABSOLUTO¹

Marcelo Micke Doti²

*Eu adoro todas as coisas
E o meu coração é um albergue aberto
toda a noite.
Tenho pela vida um interesse ávido
Que busca compreendê-la sentindo-a
muito.
Amo tudo, animo tudo, empresto huma-
nidade a tudo,
Aos homens e às pedras, às almas e às
máquinas,
Para aumentar com isso a minha perso-
nalidade.
Pertencço a tudo para pertencer cada vez
mais a mim próprio
E a minha ambição era trazer o universo
ao colo
Como uma criança a quem a ama beija.*

¹ O presente artigo é uma modificação da aula ministrada no dia 2 de abril de 2016 no auditório da editora da Unesp na Praça da Sé em São Paulo para o curso “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à Luz dos Clássicos do Materialismo Crítico”. Originalmente o título era “O caráter da nova era: crise estrutural do capital e barbárie”. Devido às novas dimensões que a perspectiva da barbárie ganha internacionalmente e ganhou ao longo da exposição, em função de suas articulações culturais e psicanalíticas mais amplas, optou-se por modificação no título conferindo maior ênfase à questão da subjetividade e da crítica radical e revolucionária.

² Professor e pesquisador em tempo integral do CPS do Estado de São Paulo na Faculdade de Tecnologia (Fatec/Campus Mococa). Formado em Ciências Econômicas (Unesp/FCLAr), mestrado em Filosofia Política (Unicamp/IFCH), mestrado em Sociologia (Unesp/FCLAr), doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos (Unicamp/FEM) e pós-doutorado em Pesquisas Energéticas (UFABC/CECS).

(Álvaro de Campos, *Dois Excertos de Odes*)³

INTRODUÇÃO: PARA COLOCAR OS TERMOS DA PROBLEMÁTICA

A inscrição inicial tem vários propósitos e todos eles referem-se à problemática apresentada neste artigo. Por esse motivo colocada, ou seja, apresentar os parâmetros em que se quer inscrever a essencial relação entre subjetividade e revolução e como a crítica perpassada por essas trilhas teóricas é a mais radical a ser feita no estágio do capital total ou absoluto. Radical no sentido de raiz, crítica pelo núcleo pulsante e motor de toda a sociedade movida por esse capital de tendências absolutas. Também no sentido de, ao buscar a raiz, extirpar e reconstruir, revolucionar; o que se extirpa é pela raiz. Radical assume, então, um sentido teórico, mas igualmente de excitação ao movimento, de arrojarse para a ação.

A citação inicial de Fernando Pessoa na figura de seu heterônimo modernista é, em primeiro lugar importante para a problemática posta pelo sentido mesmo desse heterônimo: o cantor do moderno e do intenso (LOPES, 2013, p. 27), das coisas postas e fugidias/desejadas. O moderno como modernismo, as grandes cidades e as metrópoles. A questão da subjetividade dentro das grandes metrópoles ganha contornos essenciais e investigados por toda uma tradição intelectual tais como Benjamin, Simmel, Kracauer, etc.; em nossa contemporaneidade a questão é aprofundada, ou melhor, posta em novas configurações. Importa também a inscrição de Pessoa/Campos pelo próprio conteúdo de uma perda de si nas coisas para depois se recuperar em si mesmo. “Pertencço a tudo para pertencer cada vez mais a mim próprio” é esse movimento de flunar e delirar nas coisas, mergulhar de forma oceânica neste mundo de construção metropolitana e nele amar em uma subjetividade perdida para poder se encontrar em si

³ Fernando Pessoa. *Poesia Completa de Álvaro de Campos*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013, p. 93.

mesmo: “Amo tudo, animo tudo, empresto humanidade a tudo,/Aos homens e às pedras, às almas e às máquinas,/Para aumentar com isso a minha personalidade.” Esse movimento de perder-se é próprio do modernismo como movimento cultural e das suas formas especificamente urbanas, materiais: é a materialidade mesma da sociedade que se forma na passagem do XIX para o XX. É uma nova construção ou configuração da subjetividade. Por esse caminho é que a epígrafe nos coloca uma pergunta: como se configura nossa subjetividade contemporânea?

Em primeiro lugar deve-se colocar ênfase na subjetividade autenticamente utilitarista dos próprios propósitos acadêmicos. Por outras palavras, o meio acadêmico institui-se como contrarrevolucionário em amplos sentidos e não vamos desenvolver este conteúdo e expressar esta problemática neste artigo. Muitas características conferem ao mesmo seu caráter conservador quando não descarada e explicitamente reacionário. Dentro da proposta deste artigo em confrontação com a epígrafe colocada podemos ainda arrolar uma outra razão (ou razoabilidade acadêmica) para a mesma e a subjetividade: a beleza poética da passagem. Uma das configurações da subjetividade atual é justamente a de perder a noção da beleza como fatuidade, aquilo que é por si e, neste caso, usar a beleza como uma das críticas radicais da configuração da subjetividade atual e no meio acadêmico em particular: torna-se válido para o sujeito somente aquilo que é útil, tem objetivo, metodologia e hipóteses. São os esclerosados esquemas típicos de projetos de pesquisa e adentram nos próprios estilos dos escritos. Inscreve-se no sujeito da escrita uma subjetividade forjada e moldada pelos ditames próprios da destruição do pensamento e da imaginação. Afinal a academia nunca foi o local da revolução: ao contrário, é seu *locus* a conservação e instituição de um saber para a reprodução social do *status quo*. Pensamento e imaginação, como ficará claro, essenciais para a crítica radical da subjetividade contemporânea: retirar da mesma esses atributos é parte do processo reprodutivo do capital absoluto. Assim a epígrafe ali

está por ser bela, por ser parte de uma subjetividade a se construir, insistentemente buscando a si, querendo ser dentro de uma configuração social impositiva, impedindo-a, mutilando-a, execrando a criação e tornando-nos, aos poucos, mais mortos, menos vivos, quase zumbis.

Neste sentido podemos colocar um dos parâmetros da subjetividade e suas necessidades para se afirmar. Afirmar como busca do que é, seu em si como algo que só é como volta pelo social. Em outros termos: nenhuma subjetividade é isolada, o eu que se acha deve ser um eu passado pelo social. O significado disso é encontrar a subjetividade por meio da crítica de todas as ideologias e poderes simbólicos que se impõem sobre todos nós. Não basta afirmar um eu empírico. O eu empírico não é subjetividade: é a caricatura do social e todas as suas ideologias e forças simbólicas e imaginários da maneira mais pífida e empobrecida possível. É aquele indivíduo que não é um indivíduo: quando se percebe está saindo pela sua boca a fala dos outros. Exemplo claro disso em nossa dramática atualidade brasileira é o moralista discurso da corrupção. A construção da subjetividade deve passar pela crítica social em seu mais profundo reduto nas forças das linguagens e significantes, pelo caminho articulado da psicanálise e da antropologia cultural. Isso é essencial, novamente, para não afirmar uma subjetividade como pura vontade resultando em nada mais do que uma boca que articula milhões de outras bocas. Um dos parâmetros da subjetividade assim buscada e forjada no poder da crítica social e psicanalítica é a imaginação.

Em seu livro *As Artes da Palavra* Leandro Konder nos fala da poesia e de como se lê menos poesia hoje. Interroga-se sobre o fato e nos faz alguns apontamentos. Percebemos que se dirigem diretamente para a perda da imaginação. O ato imaginativo é ato criativo, possibilidade de forjar e construir a si mesmo, “poetizar o mundo”. Mundo que pode ser poetizado somente se for criticado. O capital absoluto e redutor de cabeças (DUFOR, 2005) não permite a capacidade imaginativa: esse ato é, por si, revolucionário ao se colocar

como ruptura individual com aquilo que está posto e serve como razão do mundo (LAVAL; DARDOT, 2016).

Konder nos diz que o poeta precisa de uma linguagem que escape do cotidiano e sua expressão não é a das comunicações e informações, mas uma linguagem por vezes desconcertante sobre a extrema diversidade da condição humana. Escapando do cotidiano essa linguagem não pode ser utilitária, a linguagem da razão mercantil, pobre e azeda. Sua linguagem é, por isso, inventiva, imaginativa, afronta descarada à instrumentalização e ao verbo do capital como o forjador de todo o nosso cotidiano modulado em sua razão absoluta. A autêntica poesia já é em si revolucionária e incita a tal. O cotidiano é nosso momento do absoluto singular e, em si, a matéria de toda nossa existência e condições de vida. Sob o capital absoluto o cotidiano se transforma e transcende a nós: cada ato e cada gesto passam a ser parte da lógica do capital. A realidade que se constrói não é mais algo de nós e em nós envolvida, mas forjada a marteladas duras do capital. Como referido: cada ato e cada gesto, cada fala, imagem, invenção e pensamentos são para o capital. Sob o signo do capital o cotidiano se plasma em algo não nosso e universal. O ato espontâneo transmuda-se em ato para o capital e sua universalidade. Perante o discurso ideológico de fazer indivíduos, o capital produz consumidores estandardizados até a medula. E qualquer universal, absoluto, é a morte do singular, da subjetividade, algo posto contra nós. A poesia fugindo dessa situação subverte o capital e deve instalar o primado da imaginação para poder ser a forma discursiva que é: linguagem do não utilizável, da fruição, da razão humana de apenas ser aí.

Seguindo esse caminho ao nos mostrar ainda a questão da linguagem refere-se é preferível a linguagem poética “artificial (?)” ou a “banalização da linguagem, em seu uso desatento, displicente, tal como vemos, oferecido em espetáculo na TV?” (KONDER, 2005, p. 16). A poesia é valor qualitativo e por isso trava uma “guerra de guerrilhas” (KONDER, 2005, p. 17) contra a vendabilidade universal. O eu posto nela dentro da poesia lírica não é o eu do egocentrismo mar-

telado pelo capital como o direito mais precioso do indivíduo quando esse indivíduo inexistente na martelada do capital: não é o eu pequeno do “consumidor voraz, inflado pela exaltação que lhe fazem as empresas de publicidade” (p. 17). Esse eu do consumidor jamais será poeta: ele não fala, não se expressa, não tem subjetividade. É empírico posto a apenas estará aí, dado amorfo do capital como número para consumir. O eu poético transcende esse tipo de individualidade por se colocar como trajeto universal até o leitor. Preserva algo de sua singularidade no ato lírico, mas se realiza como universal. O poeta, citando Octavio Paz, não pode se limitar ao eu empírico caso tencione sensibilizar outros com sua sensibilidade: lança-se a um universal expressando sua experiência.⁴ Muito diferente o eu do consumo: é um universal do capital que se realiza em uma singularidade morta, sem voz e por isso sem subjetividade. Não tendo voz não se pode criar e a “poesia exige do leitor que ele libere ou crie e desenvolva a parte de poeta que precisa existir nele” (p. 21). Lê-se menos poesia, como adverte Konder, justamente pelo empobrecimento da subjetividade: no mundo dos *eus* empíricos formado pelas coisas e dentro das coisas do mercado, pela educação profissional/positivista, perde-se a imaginação e a capacidade criativa existente dentro de cada eu. Sem construir subjetividades, seja a *xx* do indivíduo, seja social dentro das estruturas da ação de classes, não existe ação política, não existem identidades configuradas da particularidade a se pôr como busca do universal e, portanto, não existe revolução.⁵

Em *Revolta e Melancolia* os autores citam a problemática da mecanização nos dizendo do horror que os român-

⁴ E essa experiência será tanto mais universal quanto mais rica, mais trabalhada, mais refinada intelectualmente. Não pode se deixar perder em um sem sentido da realidade. A riqueza intelectual de qualquer artista, sua capacidade de dominar técnicas e construir ao mesmo tempo um modelo do real vivido para si (*Weltanschauung*) é o que garante a boa ou não obra de arte, os signos expressos como individualidade universalizada.

⁵ “A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de mudar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza (...)” (PAZ, 2012, p. 21)

ticos tinham pela mecanização. Tal mecanização é a do ser humano trabalhando muito bem parafusado e azeitado tal máquina perfeita: os românticos são, assim, “atormetados pelo terror da mecanização do próprio ser humano [...]” (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 62). No entanto, estamos mais para lá da mecanização: não só os movimentos estão controlados, os ritmos do capital e a gestão do corpo estão postos em questão. Estamos diante de fase mais drástica na qual os ritmos todos da vida estão submetidos ao capital. Isso significa a completa submissão do tempo, dos gestos, atos, afetos e sensibilidades. O pensar deve ser pensar para e pelo capital. O consumismo, por exemplo, não é simplesmente uma ação de pegar aquele objeto na gôndola do supermercado e colocá-lo no carrinho, feliz e satisfeito. O consumismo é uma espécie de “filosofia de vida”, modo de ser que exige dinamismo e rapidez, exige pensamentos superficiais: o cuidado na atenção ou pensamentos críticos não são válidos, não são eficientes e, por isso, descartáveis. Entender a realidade como construção social e seus determinantes produzindo uma capacidade intelectual e analítica mais complexa é desnecessário. Assim:

O consumismo não é uma filosofia restrita ao âmbito econômico: é um pensamento estruturante do sistema como um todo, permeando as relações não-econômicas, indo até as relações pessoais e subjetivas. O pensamento da descartabilidade, de encarar relações, vivências, experiências que tiveram fim positivo ou negativo, como facilmente elimináveis da consciência, é a marca desse modo de pensar. A crítica, o estudo detido, a preocupação com os determinantes, tornam-se ‘incômodos’, cansativos e são estimulados a desaparecer. (MARCONDES FILHO, 2003, p. 12).

O risco é muito maior do que a mecanização: a perda das condições da formação da subjetividade só é possível

pelo cuidado do pensar, pelas cadeias e determinações da crítica. Sem a construção da subjetividade passa-se a viver em um universo de iguais, sem alteridade, sem capacidade de desenvolver um eu diferente dentro da sociedade que, paradoxalmente, forma esse eu não empírico. Sem a subjetividade, mais uma vez, é impossível revolução e nem mesmo a crítica.

Evidência e consequência ao mesmo tempo da perda da subjetividade é a danação da comunicação. Ainda em *Revolta e Melancolia* os autores advertem e expressam isso pelo tema do isolamento. A partir de Flaubert “numerosas obras mostram e analisam o malogro da comunicação como condição universal – e trágica – de todos os seres humanos na sociedade moderna”. (p. 66). Destruída a comunicação destroem-se as condições mesmas da existência humana em uma de suas específicas formas de ser. Sem a comunicação não se pode construir a si mesmo como subjetividade, pois não existe subjetividade sem mergulho no outro, no todo social e suas manifestações em nós: família, trabalho, amigos, cotidiano das ruas, etc. Pelo mergulho na alteridade é que se faz o subjetivo. Na “*incomunicação*” capitalista não mais se tem sociedade e crítica: temos um outro do mesmo sem singularidades em um universal morto. Deste ponto de vista sustenta-se aqui tese de muita convicção: o capitalismo como cultura e civilização já morreu, apenas existe como reprodução do capital. A capacidade de civilizar do mesmo perdeu-se e é impossível reconstruir. O risco é, sem dúvida e sintomaticamente, muito maior do que a mecanização dos corpos. Mais atual do que nunca, então, a passagem do *Manifesto*: não temos nada a perder, apenas o mundo a ganhar.

A construção dos autômatos não mais se dá nos gestos e nas operações manuais próprios da mecanização. Nem mesmo nos escritórios e a “gestão” do tempo e das operações técnicas e milimetricamente determinadas para a completa eficiência e produtividade. Os autômatos são agora

construídos pela ausência, pela derrocada, pela destruição⁶ da comunicação inter-humana. Constroem-se autômatos destruindo a comunicação e introjetando nos mesmos, configurando as subjetividades pelos poderes do capital em suas formas ideológicas, simbólicas, pela psique dominada e colonizada. Coloca-se como a mais radical das críticas, diante deste cenário de guerra e destroços, a crítica cultural: campo dos símbolos, significantes culturais de produção e do outro colonizador, linguagens e ideologias.

Tecer algumas reflexões sobre o discurso cultural é fundamental. O conceito de cultura ou a mera expressão dessa palavra é muito amplo, geral demais, um abstrato e, como todo abstrato, não possui determinação, não possui sentido, é vago. Abstrato é aquele que não se fala, não se expressa, é mudo. O capital total, por exemplo, ao se manifestar como produtor das de consciência e afetos transforma o indivíduo empírico em um eu abstrato. Dessa maneira um indivíduo mudo, sem subjetividade, perdido e desconhecido de si seja como ser humano, seja em termos de classe.

Cultura é o universo dos signos, da linguagem e, portanto, do imaginário, do simbólico, dos gestos e falas, dos pensamentos e dos sintomas, do olhar. Também das articulações do desejo e dos desejos não construídos por nós ou por nossas interações intersubjetivas, mas sim pelo capital em sua indomável força de ser algo para além de nós, força autônoma e que assim nos constrói como objetos de excitação, de ansiedade, de estresse, de imposição de padrões de comportamento: o ser feliz e a obrigação da felicidade, por exemplo, sem o direito da melancolia e da vida que se extrai desta, a obrigação da conectividade, estar plugado e o tempo todo “ligado”. Obrigação também do desejo (SAROLDI, 2011) e da excitação sem momento parda estar em sua quietude, isolado, desejo de solidão. O universo cultural é social e forma de

⁶ Mais do que *falência* das comunicações e explica-se. Falar em falência tem sentido passivo e o capital e sua luta pelas suas classes detentoras e reprodutoras pode ser qualquer coisa, menos passivo. Seu papel ativo é destruidor das capacidades comunicativas.

ser o universo individual e psíquico. Por estes caminhos sustentado a tese já expressa aqui que, hoje, na época do capital total, a mais radical das críticas a ser feita e explorada intelectual e politicamente é a crítica cultural e psíquica, crítica que envolve nossa existência e o direito a ela, o direito a ser uma subjetividade que se constrói. Não existia isso nos tempos de Marx, os tempos e formas do real do capital do século XIX. Não existia isso nos ritmos e no tempo daquele capital. O trabalhador estava, naqueles tempos, livre fora do ambiente de trabalho: hoje ele é mais prisioneiro ainda fora. Desse ponto de vista a crítica proposta é mais radical e necessariamente mais radical. Por quê? Pois o capital subordina de forma mais radical. Deve ser mais radical e estar em cada momento, em cada objeto, em cada rua e em cada massa de construção urbana. É a crítica possível e necessária: trata-se de tomar para nós a nossa existência.

É a cultura campo dos significantes: sempre e constantemente remetendo a um outro de significação. São significantes da linguagem cotidiana como expresso anteriormente, ou seja: imagens, palavras, gestos, opiniões, alta, baixa ou baixíssima cultura e muito mais ainda do que se pode imaginar. Sendo significantes da linguagem cotidiana cada um desses encontra em outro signifiante sua resposta de significado: signifiante como sujeito para outro signifiante⁷ de tal forma a construir uma rede de informações simbólicas e imaginárias articulando nossa existência. Porém, diante do capital absoluto, a cultura definida dessa forma desloca o *eu* da *subjetividade* – não o *eu empírico* como referido – sempre em direção à significação construída pelo capital: este se põe como o grande sujeito. Os significantes vão progressivamente dizendo respeito apenas ao significado do capital. A rede construída de significantes como cultura torna-se significação na coloniza-

⁷ Desnecessário dizer que tomamos aqui o conceito de inconsciente de Lacan para referi-lo ao universo cultural e sua imensidão de significações para nós, sua massa informativa densa, repleta, pela qual nos apresentamos ao e no mundo como dotação possível de entender e captar esses significantes sempre em transição para outro símbolo da cultura.

ção da subjetividade pelo capital. O outro atravessando o eu para construção da subjetividade é imperativo: nunca podemos ser indivíduos o *atravessamento* da alteridade pela linguagem.⁸ Dentro dos domínios do capital absoluto, porém, o outro que nos atravessa é uma linguagem forjada e construída pelo capital, o significado último é a razão para o capital. Toda a rede de significantes – a cultura – encontra sempre o sujeito último no capital. A “doutrinação” e a “jaula de aço” não são estados e sim processos: aperta-se mais o cerco e a “doutrinação” é substituída pela *excitação* e pelo domínio dos *desejos* e a jaula fica mais estreita e corremos o risco, dadas suas ínfimas dimensões, de nos atrofiarmos.

Em termos teóricos nunca podemos esquecer que determinadas condições históricas permitiram a construção de um dos mais potentes instrumentos intelectuais, altamente sofisticado e complexo de análise e crítica do capital pelo viés, entre outros, da cultura e da arte, o chamado “marxismo ocidental” como contraposto à forma soviética no início dos anos 20. Trata-se de um universo cultural, intelectual e de estudos estéticos dos mais complexos e mais bem estruturados já produzidos pelo pensamento ocidental.

A derrota da revolução proletária na Europa Central (no período de 1918-1923), e as vitórias subsequentes do fascismo, ambas sob as condições econômicas e políticas presumivelmente “avançadas e objetivas”, fizeram entrar em crise a ortodoxia marxista tradicional. Estes acontecimentos influíram sobre a mudança sem precedentes de vários pensadores marxistas independentes para as questões da “consciência” e da cultura como uma

⁸ Neste sentido é que se pode dizer que o ser humano é um ser social. Deixando as peças ontológicas de lado, ou seja, o conceito de *ser* da filosofia metafísica para expressar sintonia como existência em sociedade sem a qual não nos construímos como seres humanos tal como nos forjamos. A barbárie começa justamente quando não se coloca alteridade, pois impossibilita-se a comunicação.

parte vital, mas esquecida por uma dialética histórica da sociedade, e como instrumento para entender melhor os aspectos estabilizantes do capitalismo moderno [...] (LUNN, 1986, p. 15).

Vemos, então, aparecer as investigações de Lukács e a reificação, a uso da psicanálise pela Escola de Frankfurt (Teoria Crítica), a atenção de Gramsci para a questão da hegemonia cultural da burguesia. “Este era um aspecto principal da corrente ‘marxista ocidental’, como se chama, que chocava com a ortodoxia socialdemocrata e comunista” nas palavras de Eugene Lunn (1986, p. 15). Esse conjunto teórico e os debates produzidos por ele estão longe de ter sido superados. Pelo contrário, são mais do que atuais e desprezá-los é deixar de lado instrumento teórico e crítico mais radical para fazer frente contra uma forma de capital que, ela também, se tornou mais radical e feroz em sua dominação, colonização e destruição social e individual. E a revolução só se faz pela radicalidade em todos os sentidos: pela raiz e em sua totalidade.

Os termos da problemática estão assim colocados: as novas formas de colonização do eu e a impossibilidade de construir subjetividades; a questão cultural e o significado do conceito de cultura, as artes mais o conjunto da estética; a radicalidade da crítica e seus instrumentos teóricos. Esses parâmetros delineiam o discurso no qual insisto pela radicalidade.

A QUEBRA DA SUBJETIVIDADE E A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Nossa intenção é explorar justamente as formas ou inscrições históricas, na escrita atual da história e de suas lutas e ideologias, as novas formas de quebra da subjetividade, de destruição das subjetividades. Abordar a subjetividade pode ser tanto aquela referida às classes como a individual. Nosso intento é a segunda profundamente articulada às problemáticas sociais e suas dificuldades de luta. Dadas as novas

formas – e outras nem tão novas assim dentro dos meios de comunicação de massas assim como as atualíssimas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e seu excitável universo (TÜRCKE, 2010) – de “invasão” e colonização das escritas e simbologias do capital sobre a construção da subjetividade e o reinado da “desrazão” formativa⁹ desta mesma e suas impossibilidades constitutivas, os destinos dessa subjetividade perdida em seu gozo criativo, todos estes universos configurados de mudez social como referido anteriormente fazem parte de nossa crítica ao capital.

Sem subjetividade e sua compreensão das potencialidades a qual podemos nos dar como seres humanos, o entender-se individual para além de um eu empírico e relacionando isso com a realidade martelada do capital torna-se impossível mover o social, ou seja, não há consciência de classe ou sequer sua mera projeção. Não existe consciência de classe “natural”, não nasce como marca biológica: ela deve ser construída e o capital em sua atual fase de ditadura totalizadora e absoluta impede essa formação consciente. Afinal trata-se de sua luta mais profunda e isso requer a destruição da consciência social para agir revolucionando a sociedade. Um desses momentos é destruir a subjetividade individual emudecendo o singular, os indivíduos, e sua capacidade de entender que esse singular pode ser um universal sem universalização de um capital que destrói o singular. Teoricamente o momento da subjetividade é essencial. Pensemos na tese I de Marx em *Ad Feuerbach* na qual o revolucionário alemão nos chama a atenção para o momento subjetivo sempre apropriado pelo idealismo e não pelo materialismo. Neste

⁹ Ao referirmos a problemática formativa pensamos precisamente no universo da formação, a *Bildung*, estruturação de capacidades de articular conhecimentos e fazer deles instrumento mental, instrumento de construção da própria subjetividade como capacidade de pôr-se como ser, isso significa, comunicar de si ao mundo. Neste ponto entra o papel da educação e seu sentido. Significa dizer não cabe apenas um abstrato educação, mas qual educação, sua finalidade construtiva humana ou para a adaptação a um real forjado pelas artimanhas do capital.

ponto é que temos a revolução teórica do *materialismo histórico*.¹⁰ Aqui colocamos a subjetividade desdobrada também em seu momento empírico dadas as novas características de nossa sociedade: Marx não chegou a ver a mercantilização de todo o consumo e da própria forma de viver, novos patamares da “jaula de aço”.

Anteriormente referimos a abordagem da subjetividade e sua inevitabilidade dentro de um universo cultural, dos símbolos e imagens do cotidiano, o universo de significações e significantes a produzir tanto ideologias como *instrumentalização simbólica* do indivíduo dotando-o progressivamente de sentimentos e afetos circunscritos a um todo amorfo, “policiado” e encerrado em uma prisão da qual não fala e age senão pelo universo cotidiano do capital. Infiltrar-se pelo cotidiano e singular é essencial para viver, flunar até pelos monumentos simbólicos da realidade social. Não é necessário – pelo contrário, a necessidade é a revolução das estruturas sociais e

¹⁰ Neste ponto fazemos uma crítica ao nome do curso, ou seja, os movimentos sociais à luz dos clássicos do *materialismo crítico*. Materialismo crítico a qual materialismo não crítico? Dentro da Alemanha de Marx havia uma tradição materialista vulgar e restrita: é a essa que se refere o título do curso? Tal expressão é um tanto vaga e remete a uma tradição de pensadores aos quais nem todos são materialistas e nem por isso menos revolucionários. O mais correto é estarmos envolvidos em uma *tradição marxista*. Este elemento é essencial. Por exemplo: a teoria da alienação dentro da tradição marxiana vai desde a questão do estranhamento até uma substancialidade humana. Deste ponto de vista há materialismo não crítico em muitos herdeiros de Marx. Marx não construiu uma filosofia: tão somente colocou e esboçou elementos para isso. Todos que herdaram esses elementos e os trabalham junto com as problemáticas sociais, políticas e ideológica estão dentro da tradição marxista, mas não dentro do materialismo crítico. Isso é importante? Claro: se trabalhamos com palavras temos que colocar em primeiro lugar a precisão conceitual para configurar nossa luta, nossas propostas e desejos, nossas ideologias e assim nos lançarmos no campo do embate de maneira encorpada e refinada intelectualmente. Dentro de um universo do capital total que invade a cultura e a subjetividade a perda da palavra e da precisão é a submissão a esse capital e o enfraquecimento de um dos momentos da luta: o da inscrição das nossas narrativas de classe dentro, primeiro, das configurações do conceito, dentro da paciência do conceito.

das doutrinas simbólicas, *instrumentalização da imaginação* – aceitar esse cotidiano e sua multiplicidade sem crítica só possível pelo enriquecimento da subjetividade. Esta relação profunda entre subjetividade e cultura não é simplesmente essencial: não existe subjetividade sem o universo do simbólico e das formas do real estruturadoras da cultura.

Importante referir como observação, mas essencial, a problemática da alienação. Não há alienação como teoria da construção de uma substância humana perdida. Há teoria do estranhamento na forma do trabalho subordinado ao capital. Há estranhamento na forma de tempo e subjetividade roubada de nós pelo tempo e formas do capital, sujeito universal do capital como construtor de nossos significantes formando indivíduos abstratos. Note-se que estamos em outro patamar histórico e de subordinação ao capital para além do trabalho abstrato: o indivíduo se torna abstrato. Mas nunca alienação de uma substância essencial humana: isso seria resquício do idealismo provindo da filosofia clássica alemã. Isso não existe em Marx. Não há como justificar a luta contra o capital na forma de uma *verdade* substancial. Boa parte da ortodoxia marxista se formou dentro dessa substância humana perdida. A luta é pela construção de uma subjetividade e de uma consciência por nós formada. Não há consciência de classe necessária. Temos somente o que podemos e devemos narrar como o horizonte discursivo de nossa ideologia, a ideologia construída contra o capital. Dentro dessa perspectiva trata-se de uma *aposta* como horizonte histórico nos quais se pode escolher entre ter seu tempo controlado pela associação livre de pessoas e das necessidades sociais válidas ou o tempo excitante de controle do capital. *Aposta* entre as formas de construção de subjetividades individualizadas e enriquecidas pela complexidade da criação cultural ou o indivíduo abstrato do capital. Por fim, *but not least*, *aposta* entre formas simbólicas instrumentalizadas pelo capital ou as construções de formas espaciais (cidades, campos e seus aparelhos espaciais, materialidades, de habitar e existir, estar imerso no espaço escolhido ou num espaço que nos “amarrota”) para um existir

de perfeita igualdade por meio da maior desigualdade possível de indivíduos ricos e criativos. Dentro deste aspecto podemos pensar a problemática da alienação, jamais como “naturalidade” ou imputação histórica, sempre como *aposta*:

Esse pessimismo [com os desastres que a civilização industrial/burguesa em crise poderia gerar] se manifesta em Benjamin, assim como em Blanqui ou em Péguy, por um tipo de “melancolia revolucionária”, que traduz o sentimento da reiteração do desastre, o medo de uma eterna volta das derrotas. Como se concilia esse pessimismo com seu engajamento na causa dos oprimidos? A opção “proletária” de Benjamin não é de forma nenhuma inspirada por algum tipo de otimismo sobre o comportamento das “massas” ou por uma confiança no futuro brilhante do socialismo. Trata-as essencialmente de uma *aposta* – no sentido de Pascal – na possibilidade de uma luta emancipadora. (LÖWY, 2005, pp. 25-26).

A barbárie do capitalismo já se anuncia há décadas como desastre. A concentração de renda, conflitos, novas expansões imperialistas, concentração de poder e novas miséribilidades, guerras e terrorismos e muitos et ceteras. Vivemos em plena desestruturação do sistema do capital na forma de capitalismo só havendo a reprodução do capital como foi enfatizado. Novas formas de estupidificação e destruição de mentes, novas escravidões e prisões dos sentidos, dos sentimentos e dos afetos. Isso é a barbárie como destruição de determinada forma de compreensão do civilizar e do existir humano.

A questão da *aposta* nos coloca, assim, centralmente diante da situação da barbárie do capital e sua civilização. Referimos à incapacidade do capital em civilizar, ao menos pensando e articulando o ato de civilizar como ato de comu-

nicação, intersubjetividade para construção de subjetividades. Se o capital absoluto e totalitário quebra a comunicação e a impossibilita, produz indivíduos abstratos, quebra a subjetividade, impede o ato comunicativo como potência da individualidade rica, complexa, analítica, constrói, então, a barbárie. A questão da civilização ou da barbárie novamente nos coloca diante de *apostas existenciais* coletivas e individuais. O ato civilizacional não é, em nossa construção teórica, o ato da mudez individual, do indivíduo subordinado e definido pela instrumentalização do capital como uma espécie de arte/técnica: a arte de encolher cabeças (DUFOR, 2005). O capital se coloca precisamente assim: uma arte, uma operacionalização, e *apostamos* em outra racionalidade, aquela da subjetividade enriquecida.

A *aposta* coloca-nos também dentro de uma situação de classe e da articulação do par dicotômico barbárie/civilização seguindo as trilhas de Benjamim como expressas por Löwy. Toda civilização é um ato de violência como também ensina Benjamin. O capitalismo é uma forma de civilizar e ao mesmo tempo de barbarizar, ou seja, impor a violência e suas formas de acordo com interesses estruturados de classe. Precisamos, então, destacar historicamente momentos de civilização e *para quem*. Alguns dos momentos importantes do ato civilizatório do capital e já há muito passadas ocorreram com as revoluções burguesas ou, em menor escala, mas não desprezível, a construção do *Welfare State*. De qualquer maneira, mesmo considerando a importância desses momentos históricos, ainda nos resta a estrutura de classes resumida sempre no *para quem*, como aliás referia sempre Lênin ao falar da beleza, das ruas e dos museus “deles”. Sendo uma sociedade de classes é necessário pensar civilização sempre como imposta ou construída e seu conceito, suas características e particularidades (a ética, a estética, o viver bem, etc.) também como as formas simbólicas de determinadas classes. Pensemos como exemplo na interpretação do *Fausto* de Goethe dada por Marshall Berman (1986). O civilizar é construir o desenvolvimento econômico do capital e para o capital, é

construir ao mesmo tempo massas materiais, formas culturais e relações afetivas da modernidade do capital. Mas isso significa destruir o velho casal de Filemo e Bláucia, destruir seus espaços de viver e habitar. O espaço e suas formas são simbólicos, imagéticos e afetivos: não adiantaria apenas dar nova habitação. Para o capital e sua forma de civilizar se uma aldeia na China é destruída, mas eles habitam, é a mesma coisa. Tudo é mercadoria e, portanto, um abstrato, uma quantidade medida. Neste caso é um espaço para habitar em não *aquele espaço “vivo”* das relações sociais e afetivas. No universo abstrato da mercadoria é isso que importa.

Estudo essencial e ao mesmo tempo crítico seria colocar todas as formas humanas concretas em confronto com a abstração produzida pelo capital e mostrar o quanto de violência simbólica foi imposta aos seres humanos retirando deles e dos objetos sua “aura”, suas potencialidades criativas e não instrumentais. O caso do espaço e suas formas – sejam urbanas ou rurais – é mais que ilustrativo a respeito do fato: importa habitar, trabalhar, viver, estudar e não *como se vive* ou se trabalha e a beleza das formas desse espaço. A funcionalidade é o importante não a existência de determinada forma e a sensibilidade humana diante do mesmo.

Para finalizar e concluir esta abordagem da subjetividade e sua importância no contexto do capital atual, suas impossibilidades, relações com cultura e o significado desta resta-nos ainda pequenas e últimas articulações. Entre essas a questão relacionada à tecnologia e especificamente suas formas atuais sublinhadas como TICs. Impossível aprofundar em todos os seus significados, consequências interações sociais e intersubjetivas a relação dessas tecnologias e a subjetividade. Estudos desse tipo ainda são feitos e ainda serão dadas a complexidade e importância do tema. A elas já fizemos anteriormente pequena referência. Cabe aqui delinear algumas palavras finais. Exercem, dado seu caráter imediato sobre a comunicação humana, seu caráter incisivo, atravessador da individualidade e do pensar, dos afetos e das sensibilidades, sua forma penetrante de significante e significado, impacto

marcante nas subjetividades. Configuram uma determinada subjetividade atravessada por múltiplas determinações e sobre-determinações de destinos dos desejos, da excitação, da exposição do eu, de narcisismo entre tantas outras marcas e características dessa subjetividade. Para o capital absoluto e sua nova “educação” como razão do mundo é o desejo o novo alvo do poder (LAVAL; DARDOT, 2016) em sua dinâmica expansiva – insistimos, “educativa” – e colonizadora de mentes e corações. Não basta reproduzir-se, é necessário legitimar-se pela conquista total. Dentro desse quadro referencial é perceptível a impossibilidade de qualquer abordagem da subjetividade sem a trama conceitual da psicanálise e suas interfaces com os campos discursivos das teorias sociais. E por esse caminho julgamos essencial perceber a violência simbólica e cultural do capital em suas manifestações atuais.

Precisamos, por fim, ao lidar com conceitos, lembrar da quebra de paradigmas que a modernidade impõe e, neste caso, falamos da crítica da filosofia da consciência. A formação da consciência e do eu que se quer soberano não pode ser a base para pensarmos as formas novas de barbárie. A partir desse mesmo eu soberano inaugurado em Descartes teremos a aproximação da consciência de classe como imputada e pronta: só falta o trabalhador descobrir. Isso é essencialista, de forte feição idealista e não materialista crítico como referido. A consciência estaria ali, conformada e pronta, um eu de racionalidade apenas a descobrir tal consciência como classe. Isso não existe, assim como não existe a totalidade como categoria do real, mas sim como categoria do conhecimento. Não há consciência da classe e isso é, novamente, uma *aposta*: está por se fazer como opção crítica e revolucionária. A consciência só se forma no próprio caminho da crítica, só se forma na dinâmica do processo como construção dialética, nunca um eu da consciência e soberano. É necessário, portanto, construir a crítica mais radical a isso está na crítica cultural, na crítica das formas de subjetividade, as formas de desejo. Neste sentido o encontro teórico da crítica social e cultural, a crítica da dinâmica do capital e sua socieda-

de com a psicanálise é essencial. O risco é perdermo-nos tal qual aquele amor que poderia ter sido e nunca foi: triste promessa e a possibilidade de uma melancolia para o resto de nossas vidas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo et alli, *Século XXI: crise de uma civilização: fim da história ou começo de uma nova história?* Goiânia: CEPEC, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHENAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CUPANI, Alberto. *Filosofia da tecnologia: um convite*. Joinville: Editora UFSC, 2011.

DUCASSÉ, Pierre. *História das técnicas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1962.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUSEK, Val. *Filosofia da tecnologia*. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do “homem burguês”*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

_____. *As artes da palavra: elementos para uma poética marxista*. São Paulo: Boitempo, 2005 (Coleção Marxismo e Literatura).

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016 (Coleção Estado de Sítio).

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

LOPES, Teresa Rita. Este Campos. In: PESSOA, Fernando. *Poesia Completa de Álvaro de Campos*. São Paulo: Companhia de Bolso.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUNN, Eugene. *Marxismo y modernismo: um estúdio histórico de Lukács, Brecht, Benjamin y Adorno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A produção social da loucura*. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

MARSHALL, Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

PARENTE, André (org.). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira: O poema. A revelação poética. Poesia e história*. São Paulo: Cosac Naif, 2012.

SAROLDI, Nina. *O mal-estar na civilização: as obrigações do desejo na era da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

TÜRCKE, Cristoph. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

10. IMPERIALISMO E HERANÇA MERCANTIL NA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Fábio Antonio de Campos

INTRODUÇÃO

Reflexo da crise mundial capitalista que se plasmou no próprio colapso de sua formação econômica, a economia brasileira atualmente sofre um processo de desindustrialização combinada à reprimarização¹. O país que apresentava a indústria mais complexa da América Latina e exibia as maiores taxas de crescimento econômico no século passado, hoje vive uma profunda estagnação e regressão das forças produtivas, cujo maior sintoma é a submissão sistemática ao imperialismo e a ampliação da segregação social.

Os efeitos nefastos de tais determinantes na conjuntura atual podem ser mais bem elucidados quando se ultrapassam as fronteiras dos acontecimentos e buscam na história as raízes da contradição. O Brasil embora conquistasse nos anos 1950 uma estrutura produtiva similar às das economias centrais, tal processo só se realizou mantendo dois elementos em sua formação capitalista: i)- a herança mercantil que remonta o período colonial e que jamais se desgarrou da forma como a economia se industrializou; ii)- o capital internacional que controla por meios imperialistas a direção, o ritmo e a intensidade da industrialização, desde a sua origem.

Como forma de decifrar os elos que conectam a desestruturação atual da indústria na economia brasileira com seu período de auge na fase desenvolvimentista, mostraremos que apesar da indústria ter se diferenciado da economia agrário exportadora no limiar do século XX, ou mesmo avançado no processo de substituição de importações até a im-

¹ Questão na qual desenvolvemos com mais profundidade em Campos (2016a).

plantação de setores pesados e de produção de bens de alto valor agregado, com encadeamentos produtivos complexos, seu sentido jamais deixou de ser dependente do imperialismo e de caráter mercantil. Tão logo a economia brasileira passasse a moldar-se conforme as exigências da mundialização financeira², tendo como eixo a própria mudança no tipo de articulação do capital internacional com o espaço econômico nacional, aquele sistema industrial que sustentava determinada rota desenvolvimentista seria substituído por uma regressão produtiva. Tanto a dependência ao imperialismo, que se explicita por desnacionalização, financeirização e desemprego estrutural; quanto as relações mercantis que marcam a reprimarização da economia, rentismo e especialização, revelam na exata medida a fusão entre o arcaico e o moderno na reprodução do capitalismo brasileiro³.

VENTRE MERCANTIL DA INDÚSTRIA

A indústria no Brasil nasceu como uma diferenciação da economia mercantil, cuja forma e concepção se inscrevem no secular processo de colonização. Desse modo, entender a experiência de industrialização no país, inserida em suas articulações externas, bem como os rumos internos de sua classe dirigente, diz respeito, acima de tudo, ao “sentido da colonização” conforme Caio Prado Jr. (2000) nos ensinou.

Nossa origem colonial se confunde com a própria modernização europeia na transição do feudalismo para o capitalismo, mas, em particular, à precocidade lusitana neste processo. A formação absolutista de Portugal nos ilumina ao entendimento de como o espaço colonial brasileiro ascendeu-se de determinações profundas da antiga sociedade portuguesa. Um traço essencial de tal origem diz respeito à matriz patrimonialista, ao espírito aventureiro e ao oportunismo que impregnavam nossos colonizadores. Desde cedo aqui se impe-

² Para o conceito de mundialização financeira ver Chesnais (1998).

³ Sobre a “arcaização do moderno” e a “modernização do arcaico” em nosso processo histórico ver Fernandes (1981).

rou a lógica da especulação mercantil. A colonização, com nexos morais precários e instabilidades diversas, tem nessa origem portuguesa sua especificidade, isto é, uma organização econômica periférica voltada para os negócios externos, e, portanto, estranhos à consolidação de um espaço minimamente estável de povoamento e com pretensões de fixação nacional para o povoamento de gerações futuras (Prado Jr., 2000). Os tipos senhoriais que aqui chegaram eram fidalgos disfarçados de nobres, visto que eram negociantes desvinculados da terra natal em termos de propriedade, mas com grande capacidade de financiar a mercancia. Ao mesmo tempo, foi a centralização estatal do Reinado Português que definiu o alcance dos seus empreendimentos, ou seja, a burguesia mercantil estava presa às relações, muitas vezes em redes de corrupção, da coroa com sua fidalguia ávida a fazer negócios.

Mesmo que significasse a edificação de uma estrutura custosa de engenhos para produção de açúcar, com alto investimento, a montagem do negócio agrícola na América Portuguesa não se afastava um centímetro se quer da obsessão ibérica de encontrar metais preciosos. Daí a manutenção de bandeiras de exploração que utilizavam das formas mais bárbaras possíveis para o extermínio ou exploração indígena com a função de manter inalterado o “sentido da colonização” (Holanda, 1994; Prado Jr., 2000). Não por outro motivo que a escravização africana foi priorizada em relação à indígena, como forma de garantir os ganhos que se faziam no tráfico externo vinculados à lógica de acumulação primitiva (Marx, 2013; Novais, 1995). Seria justamente desta relação que toda a sociabilidade brasileira fora constituída, cujas heranças escravocratas penetram até os dias de hoje no comportamento psicossocial, principalmente de nossas classes dominantes.

Quando tratamos da escravidão é necessário entender que não bastou produzir para acumular no comércio, mas produzir de maneira que permitisse a acumulação no comércio para fins de acumulação primitiva (Novais, 1995; 2005).

Além de ter mercadorias-chave, volume e ritmo ajustados à lógica mercantil, o modo de vida teria que ser voltado a tal princípio. Todo o sistema estaria adaptado para viabilizar o progresso burguês dentro do mercantilismo. Daí a necessidade de acelerar o quanto fosse possível a acumulação primitiva. Para tanto seria necessário a adoção de formas compulsórias de trabalho (escravismo). Não poderia se correr o risco na colônia de implantar o trabalho assalariado em virtude de a terra ser muito acessível, e com isso o assalariado virar produtor independente, apartando-se dos interesses de exclusivismo mercantil português. Assim, seria na escravidão, por meio da exploração humana sem limites e conforme os mais avançados métodos de barbárie da época, que se garantia o ambiente de negócios coloniais.

Assentada no sentido externo da acumulação primitiva e desenvolvida no trabalho escravo, a colonização brasileira se ampliou em diversos complexos econômicos como assinalou Celso Furtado (1975). Desse modo, teríamos um litoral açucareiro a partir do nordeste que absorveu o sertão, e dele criou-se um setor exportador que subjugava o de subsistência. Depois seguiu uma integração interior-litoral por meio da mineração com a pecuária. Nesta vasta formação territorial não existiriam nexos orgânicos na forma predominante de relacionamento entre as regiões, uma vez que tendiam a prevalecer lógicas distintas às centrípetas, visto que as regiões inseridas se fortaleceram por relações centrífugas, do mesmo modo em que surgiam vazios autárquicos. A formação territorial só poderia se consolidar de forma impositiva pelo Reino de Portugal.

Como requisito central do absolutismo português, a forte dependência externa condicionou a formação da economia colonial na América. As condições para articular um mercado local, que conseguisse sobredeterminar a formação territorial brasileira, eram extremamente limitadas e subordinadas ao oportunismo da valorização mercantil externa. Tornou-se mais patente tal característica na economia do açúcar e menos na dos minérios. A pecuária nos dois casos, ainda que ti-

vesse uma natureza por definição interiorizadora, fora submetida aos dois complexos, e, portanto, com limitada capacidade de engendrar por força própria um caráter nacionalmente unificador. Com baixos fluxos internos de renda e dependente da dinâmica de valorização mercantil externa, tal economia colonial só garantiria força integradora via interesses patriarcais que tinham na escravidão o nexo principal por onde articulava a reserva de valor de suas riquezas.

Com a transição da acumulação primitiva na Europa para acumulação tipicamente capitalista mediante a Revolução Industrial, o domínio mercantil lusitano sobre sua colônia sofreria um duro golpe, dando início ao processo de emancipação política brasileira. Esse momento deve ser entendido a partir das transformações na acumulação primitiva para a industrial e a imposição do capital na descolonização da América Portuguesa. A natureza especulativa e oportunista do capital mercantil, sempre à procura de movimentos rápidos e compensatórios, se pautava por grande mobilidade e adaptação a múltiplas formas de negócios. Preferia se integrar ao comércio, desenvolvendo atividades como circulação de matérias-primas, mercadorias, criação de armazéns e difusão de meios de transporte e de financiamento, do que arriscar-se na produção. Isto é, preferia a subordinação indireta, ao comando absoluto na esfera produtiva. Seria a própria dilatação das esferas do capital mercantil, entretanto, em sua acumulação primitiva que faria explorar novos negócios como na fabricação de bens finais, colocando em xeque sua mobilidade. Quando a rentabilidade e as oportunidades de realização se cessaram no comércio, o capital mercantil passou a investir em capital fixo imobilizado, e sua versatilidade se sucumbiu à reprodução ampliada do capital industrial (Arruda, 2001; Marx, 2013).

A maturação e a diferenciação do capital mercantil impuseram dessa maneira seu contrário pela Revolução Industrial. Dessa crise, desarticulariam as integradas teias de dominação que ligavam a colônia à metrópole a partir do mercantilismo. A resposta portuguesa a tal crise com as políti-

cas pombalinas, além do próprio julgo das potências capitalistas diante das guerras napoleônicas, aumentaram os limites do Antigo Regime em espaços periféricos, e deles, nasceriam o questionamento do pacto colonial. A despeito de ser o resultado de tais vicissitudes no sistema capitalista em processo de afirmação, o Brasil se particularizou na América Latina (Donghi, 1975). Da mesma forma que transitava para um novo status periférico dentro da órbita industrial inglesa, o país mantinha a ordem escravocrata que lhe dava sentido e unidade nacional diante das inúmeras revoltas regionais e independentistas latino-americanas (Prado Jr., 1969).

No século XIX, aqui se abriu uma tensão permanente entre o processo histórico que evoluiu pela reprodução contraditória do sentido da colonização e a diferenciação de um mercado interno (Prado Jr., 1989). A tendência colonial impunha a continuidade da nossa formação dependente, ou seja, o intermitente impulso aos negócios externos movidos por lucros da nossa classe dominante subordinada à metrópole (Sodré, 1978). Ainda que tenha alargado os horizontes dos negócios mercantis e reestruturado a produção nacional e seus canais de financiamento e de distribuição, a Independência do Brasil manteve o sentido de continuidade, pois continuaria como espaço marginal, mesmo participando agora de um novo sistema econômico internacional. Seria sua condição periférica e subsidiária no capitalismo que delinearia um território genuinamente mercantil determinado pelos impulsos imperialistas. Uma fase de neocolonização na qual implicava ao mesmo tempo uma retenção de parte do mais-valor internamente e a constituição de um mercado interno a serviço da valorização da Inglaterra no âmbito mundial. É importante ressaltar que tal processo não foi algo exógeno às relações de produção na economia brasileira, mas intrínseca a um padrão de adaptação interno entre a associação subordinada da burguesia brasileira e a dominação externa do capital internacional.

A própria construção do Estado brasileiro em todo o século XIX seguiu esta reprodução da dependência externa e

do subdesenvolvimento. Florestan Fernandes (2006) nos indicou que o liberalismo, como elemento de libertação colonial, seria instrumentalizado pela ordem senhorial, com o intuito de organizar uma unidade nacional que permitisse as classes dominantes se integrarem politicamente sem emancipar economicamente o país recém-criado. Com isso, cristalizou-se um liberalismo de “senhores cidadãos” que, distante de introduzir instituições democráticas burguesas como nas economias centrais, teria como objetivo a construção de um novo espaço mercantil especializado em exportações para o capitalismo inglês em ascensão. Por outro ângulo, a gênese do aparelho estatal brasileiro na época imperial teve seu principal impulso na ordem privada, mantendo a escravidão. Essa conservação planejada do privatismo escravocrata necessitava do monopólio estatal da violência, como instância estratégica para manter a “dupla articulação” que se revelava pela submissão às economias centrais, que garantia retornos rápidos e menos incertos para os negócios mercantis da burguesia brasileira, e a perpetuação da desigualdade social. Impunha-se com isso uma unidade da burguesia brasileira que se definia pela sistemática domesticação e repressão das classes populares.

O desenvolvimento da economia mercantil sob base nacional e especializada no café – produto extremamente demandado como estimulante para explorar os trabalhadores em jornadas cada vez mais estafantes nas fábricas inglesas –, criou suas próprias contradições que forçariam o surgimento da indústria no Brasil⁴. O nascimento da indústria no país constituiu dessa maneira uma diferenciação dentro do complexo mercantil cafeeiro, cuja dinâmica estava subordinada ao capital internacional em sua valorização externa. Assim, a indústria se originou de um ventre mercantil no qual ela era apenas uma dimensão de várias outras que integravam o portfólio da burguesia cafeeira. Essa classe dominante estava

⁴ Uma síntese sobre as diferentes vertentes historiográficas que discutem a origem da indústria no Brasil pode ser encontrada em Saes (1989).

representada em atividades comerciais de bens de consumo, agrícola, bancárias, transporte, etc. (Silva, 1976).

As relações imperialistas, ao subordinar as burguesias brasileiras, garantiam o comércio, o financiamento, o beneficiamento, seguros e o transporte para desenvolver a economia cafeeira no âmbito da reprodução ampliada do capital (Sodré, 1976). Ao expandir extensivamente os negócios do café, deslocando permanentemente suas fronteiras (Faleiros, 2010), colocaram-se crescentes custos de transporte e de beneficiamento que só seriam definitivamente solucionados por meio de financiamento externo e de investimento direto estrangeiro (IDE), mas que ao mesmo tempo introduziam uma lógica industrial capitalista que aos poucos iam colocando as condições estruturais para a superação dessa mesma economia (Silva, 1976). Não seria diferente com a substituição de formas precárias de financiamento por um sistema bancário; ou da transição de um sistema de transporte, predominantemente de tração animal, para a construção de ferrovias. Sem falar na substituição do trabalho escravo por imigrante assalariado que fortaleceria o mercado consumidor, permitindo criar as bases para a reprodução dos salários de subsistência.

Tanto no sistema financeiro, que em nada se parecia com um padrão de financiamento autônomo similar ao caso prussiano ou nipônico, como no caso das ferrovias onde não foram criadas para unificar as diferentes regiões brasileiras, mas tão somente para alimentar a especialização neocolonial; ou a abolição da escravatura que serviu para substituir uma reserva de valor que antes era lastreada em estoque de escravos e agora se fazia com a mercantilização da terra via latifúndio e contra a reforma agrária; a origem da indústria no Brasil não se divorciou do seu passado colonial (Costa; 2008; Saes, 1981; 1986; Silva, 2008). Sempre localizada entre as casas comerciais e o investimento produtivo conforme determinadas apostas nas oscilações cambiais, essa indústria nasceu de uma estrutura mercantil que alimentava o oportunismo e a especulação, forma na qual sempre foi funcional ao imperialismo, numa conexão específica por meio do capital

internacional que expandia os negócios e renovava o velho “sentido da colonização” (Prado Jr., 1985; 2000).

DOMÍNIO IMPERIALISTA E INDÚSTRIA PESADA

Não havia oposição entre a divisão internacional do trabalho e a política econômica na época da República Velha, visto que tal articulação era peça integrante da reprodução do capital cafeeiro e do capital internacional no país, conforme o domínio do imperialismo e sua manifestação interna por meio do controle político da burguesia brasileira na extração de mais-valor. A indústria, sobretudo de bens de consumo não-duráveis como tecidos, bebidas, fumos, calçados, etc., e de origem privada nacional, seria parte constituinte desta relação. Todavia, com a Crise de 1929 e o acirramento das contradições da superprodução de café, o padrão de dominação oligárquico burguês se esgotaria, sendo que do ponto de vista econômico, tanto o bloqueio das linhas externas de financiamento voluntárias às políticas de valorização do café, quanto as adversas condições de comercialização internacional de *commodities*, fortaleceram os determinantes internos para a eclosão da Revolução de 1930.

Dentro do conturbado processo de afirmação no poder, o Governo de Getúlio Vargas passaria a conceber a industrialização como a possibilidade de integração do mercado interno em uma tentativa de afirmação nacional. Neste momento em que as atenções do imperialismo se voltavam para a recuperação da depressão econômica e para edificação de um complexo industrial militar que arrastaria novamente as potências capitalistas para mais uma guerra mundial, abriu-se um dilema diante das contradições da formação econômica brasileira que se aceleravam: i)- como fazer um acerto de contas com o passado rompendo as mazelas do subdesenvolvimento que se expressavam, principalmente, pela desigualdade social herdada da escravidão e da persistência do latifúndio? ii)- como criar uma indústria pesada que

fosse resultado de um padrão de financiamento e um padrão tecnológico autônomos em relação ao capital internacional?

Sem enfrentar os principais dilemas que amarravam o destino brasileiro a uma condição marginal e periférica no sistema capitalista, Vargas avançou na constituição de algumas indústrias de base e em reformas institucionais como as trabalhistas, que estavam limitadas a uma parte da população economicamente ativa, em sua maioria urbana, que, inclusive lutaram por meio de inúmeras greves desde o início do século para conquistá-las. Porém, nem mesmo a forma ditatorial do “Estado Novo”, ou o peculiar contexto da Segunda Guerra Mundial, fizeram o Governo Vargas abandonar as linhas de menor resistência, ou seja, avançou-se, mas sem nunca romper com o passado colonial.

No que tange especificamente o desenvolvimento industrial desde os anos 1930, ocorreram transformações qualitativas que deslocaram o eixo dinâmico para o mercado interno em função de uma diversificação produtiva na substituição de importações. Mesmo assim, os setores pesados, em especial bens de capital, continuaram deficitários, visto que, ao guiar a industrialização para os bens finais recolocava-se permanentemente a necessidade de importações de máquinas e equipamentos que teriam que ser realizadas com divisas acumuladas principalmente do setor agrário exportador, como a venda externa de café, algodão e cacau, além de outros produtos primários de menor expressão na pauta (gravosos). Como nos mostrou Celso Furtado (1980), aqui a industrialização brasileira não alterava a inserção externa da economia; pelo contrário, agravava, uma vez que as importações de matérias-primas e de bens de capital oneravam mais ainda devido à deficiência tecnológica. Contrariamente às economias da II Revolução Industrial como Estados Unidos (EUA), Alemanha e Japão, cujos sistemas nacionais com autonomia relativa se desenvolveram a partir de uma diversificação e verticalização da estrutura produtiva movidas pela inovação tecnológica e pelo financiamento de longo prazo, a economia

brasileira não conseguia romper com seus laços de dependência externa.

Assim, a indústria no país não se desenvolveu como nas economias tardias do centro capitalista, articulando-se a uma inserção externa a partir da exportação de manufaturados. Mesmo havendo a iniciativa de investimentos em indústrias de base pelo Estado, de modo a desenvolver setores de bens intermediários no campo da siderurgia e da química, por exemplo, a dependência externa permaneceu, se revelando pelos seguintes condicionantes: i)- continuidade da exportação de poucos produtos primários; ii)- importações de tecnologia, mesmo desenvolvendo indústrias locais de equipamentos; iii)- demanda diversificada, mas com um nível de acumulação baixo; iv)- reduzido aproveitamento das possibilidades de tecnologia em razão da dispersão dos investimentos (Furtado, 1980).

O imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi um momento que abriu as condições externas para a implantação da indústria pesada brasileira, de modo a internalizar setores novos de bens de capital e de bens de consumo duráveis sob liderança de empresas estrangeiras, em especial, as de origem europeia, se vinculando às empresas estatais que criariam a infraestrutura interna e as sócias privadas nacionais que seriam subcontratas. Por detrás da euforia desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek, que até hoje rende apologismos dos mais anacrônicos possíveis, estava a redefinição do domínio imperialista na América Latina diante de um momento decisivo da Guerra Fria. A exportação de capital, na forma de investimento direto estrangeiro (IDE), não significava meros fluxos de capitais capazes de alavancar a industrialização periférica, imprimindo-lhe uma forma autodeterminada de reprodução, mas, uma arte de conquista, cujo processo permitia o controle do mercado interno brasileiro e com ele a imposição de uma relação social de subordinação, em que as empresas multinacionais eram o vértice deste poder (Campos, 2009; 2015). Essas corporações não estariam vinculadas apenas ao padrão mundial de acumulação vigente que esta-

beleceria por meio do fordismo um novo nexo definido por um regime centralizado de acumulação capaz de efetivar o “tripé desenvolvimentista”⁵. Metamorfoseando-se no futuro, este padrão mundial de acumulação, ao determinar uma inserção global das corporações inscrita numa lógica cada vez mais financeirizada e antagônica ao desenvolvimento de sistemas econômicos nacionais, reconfiguraria transnacionalmente o domínio imperialista, de modo a impor a regressão da indústria pesada que ele próprio havia criado no Brasil (Campos; Costa, 2012; Campos; Rodrigues, 2014; Furtado, 1992).

Antes de mostrar a transição deste padrão mundial de acumulação que comprometeria a indústria pesada no país, vamos compreender as implicações de uma industrialização dominada pelo imperialismo nessa fase de “50 anos em 5”. Em primeiro lugar, as empresas multinacionais que fixaram a partir de 1956, desenvolvendo a indústria pesada no país, fizeram com objetivo de valorizarem o patrimônio de suas matrizes. A garantia da manutenção desta valorização externa exigia o controle do mercado interno e um domínio imperialista que ao ter o suporte interno do Estado brasileiro e de sua burguesia oferecendo infraestrutura, criava uma base de associação, não apenas de fora, como ocorreu no auge da economia cafeeira, mas, principalmente, a partir de dentro.

Como mostrou Caio Prado Jr. (1966; 1985; 1987), as empresas estrangeiras fixariam as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento capitalista brasileiro em função do mon-

⁵ Entendemos regime central de acumulação como “um estágio de expansão do capital internacional, sobretudo durante as duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial – período em que se associou ao mercado interno de destino –, sendo possível estabelecer certa articulação do espaço econômico nacional definido pela sua fronteira geográfica com a concorrência intercapitalista em escala mundial – como foi o caso do processo de industrialização latino-americano nos anos 1950 e 1960” (Campos, 2009, p.5). Circunscrito à escala nacional, esse regime permitia que a produção industrial pesada, mesmo que controlada pela empresa multinacional, desenvolvesse um encadeamento interssetorial com empresas estatais e privadas nacionais, refletindo uma diminuição nos coeficientes de importação.

tante de lucros que a economia brasileira pudesse gerar. Os lucros extraídos mediante a superexploração da força de trabalho não interessavam ser realizados em moeda nacional, cruzeiros na época, mas teriam que ser transformados em moeda de origem, no caso, dólares. Os saldos financeiros que o Brasil teria que oferecer vinha de seu intercâmbio comercial em que o agronegócio era praticamente o único responsável, já que tanto as indústrias de capital estrangeiro ou nacional estavam voltadas ao mercado interno, sem capacidade de geração de divisas.

Em segundo lugar, a internacionalização do mercado interno permitiu a implantação das forças produtivas, garantindo o desenvolvimento capitalista e viabilizando a implantação da industrialização pesada. Porém, o capital internacional calcularia o custo-benefício em deslocar as suas plantas produtivas, tendo como garantia a capacidade da economia brasileira de realizar os lucros em moeda de origem. A dependência foi selada por uma associação subordinada da burguesia brasileira, em que por meio do controle político do Estado defendia-se uma rentabilidade esperada capaz de remunerar um arco variado de negócios de dentro para fora. Distintamente das experiências tardias de industrialização pesada no século XIX que no início disponibilizaram de financiamento externo, neste momento de “imperialismo total”, como denominou Florestan Fernandes (2006), as empresas multinacionais controlavam a tecnologia, as finanças e dominavam os mercados integrando-os em função do capital monopolista (Baran, 1984; Hymer, 1983; Magdoff, 1972).

Em terceiro lugar, o tipo de indústria que se originou desta fase imperialista no Brasil foi pouco entrosada e orgânica à superação das principais necessidades materiais da população. Continuava objetivada em substituir importações, no caso, de bens de luxo que não respondiam pelas necessidades da maior parte da coletividade. O setor mais dinâmico dessa indústria e responsável por toda sua expansão era justamente o setor de bens de consumo duráveis, de alto valor unitário voltado para o consumo das camadas de alta renda,

cuja oferta era calculada em capacidades ociosas planejadas para atender as demandas futuras. Desse modo, aquela lógica de consumo, que surgiu da dominação mercantil na época da colonização, permanecia agora com uma estrutura produtiva em que a tecnologia do produto sobrepunha-se a do processo (Furtado, 1980). Como a dinâmica da indústria sempre foi comandada pelos setores de bens finais no Brasil, o controle da tecnologia do produto seria fundamental para o exercício do poder das empresas multinacionais. Dada a impossibilidade de a empresa privada nacional enfrentar em igualdade a estrangeira, ela se submetia aos preços administrados pelas empresas estrangeiras e ao seu severo regime de subcontratação.

Os efeitos dessa indústria pesada seriam a continuidade na deformação dos padrões de consumo que só seriam viáveis mantendo o subdesenvolvimento por meio do subemprego e da segregação social, ou em poucas palavras, a perpetuação da heterogeneidade estrutural no mercado de trabalho. O mais-valor gerado nesta estrutura industrial internacionalizada não seria canalizado para investimentos produtivos capazes de estender a substituição de importações para os setores de mais alta complexidade, como bens de capital, mas para viabilizar a modernização do consumo diferenciado da classe dominante com o auxílio do Estado. É possível estabelecer assim um elo da herança colonial, em seu atraso, e como ela penetrava no que existia de mais moderno que era a indústria pesada (Prado Jr., 1966; 1989). Essa indústria seria uma combinação da estrutura mercantil precária determinada por uma relação capital e trabalho extremamente frouxa e a dominação imperialista avançada, cuja volatilidade de tal nexos no espaço econômico brasileiro gerava um vazio socioeconômico que impedia a consolidação de um mercado interno capaz de reter os frutos da valorização do capital nos termos das economias centrais. Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas, inseridas em relações sociais de produção que repunham formas pretéritas no mercado de trabalho, originava uma industrialização cujas necessidades

de expansão eram estranhas à homogeneização do mercado interno, incapazes, portanto, de entrosarem produção e consumo atendendo as diferentes camadas da sociedade.

Para além dos ânimos desenvolvimentistas, muito identificados com o Plano de Metas de JK, não foi o capital internacional que se adaptou ao mercado interno e às condições de planejamento latino-americanas, tal como ocorreu na II Revolução Industrial, mas o contrário. Foi o capital internacional que instrumentalizou o desenvolvimentismo à sua escala multinacional com vistas a garantir a valorização externa. As necessidades crescentes de remessas de lucro e de outras remunerações ao exterior forçariam o aumento constante da capacidade de exportações, estruturalmente caracterizadas por sua baixa agregação de valor em razão da dependência do setor primário. Com isso, as empresas multinacionais assumiriam um caráter extremamente oportunista e volátil em relação à possibilidade de sancionar ou não determinados investimentos industriais no Brasil (Prado Jr., 1989). A situação tornar-se-ia cada vez mais desestruturante e instável, incidindo sobre novos desequilíbrios e deficit no balanço de pagamentos. Essa vulnerabilidade externa serviria no futuro de moeda de troca para diversas chantagens de regularização cambial oriundas do financiamento de órgãos mundiais controlados pelos EUA como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Essas instabilidades já se faziam sentir no início dos anos 1960 com a conturbada posse do Governo João Goulart. A crise econômica, que tinha como determinante estrutural a própria especificidade do ciclo industrial em razão das incertezas da continuidade do investimento e da capacidade interna de remuneração ao exterior, bem como questões conjunturais que se expressavam pelo déficit público, inflação, estrangulamento cambial, perdas salariais reais e às complicações negociações externas com os EUA, era apenas uma face de uma crise muito maior. Por conta do avanço das forças produtivas capitalistas e das modificações nas relações sociais de produção, essa era, na verdade, uma crise entalhada no

acirramento das contradições da nossa formação histórica que poderia iniciar uma verdadeira “revolução brasileira” (Fernandes, 2006; Furtado, 1982; Prado Jr., 1989; Sodré, 1997). De um lado, havia um complexo multinacional que exigia reformas que aprofundasse a dominação imperialista e com ela o subdesenvolvimento, de modo a garantir uma rentabilidade por meio de extração de mais-valor à custa da superexploração da força de trabalho e dos benefícios do padrão de consumo elitizado. De outro lado, a maioria dos trabalhadores rurais e urbanos organizados, alguns setores da pequena burguesia como burocratas, estudantes, intelectuais e militares de baixa patente exigiam, por meio de um complexo nacional-popular, reformas estruturais capazes de domesticar o capitalismo para o bem-estar da maior parte da coletividade brasileira⁶.

O Golpe de 1964 e as reformas paridas na ditadura significaram o fim da possibilidade de um desenvolvimento capitalista brasileiro que conciliasse autonomia, homogeneidade social e democracia. Ao permitir a conexão das filiais estrangeiras aqui sediadas com o financiamento internacional via Euromercado, tornando o Brasil o país mais endividado da América Latina no final dos anos 1970, as reformas financeiras do Governo Castelo Branco dilataram os canais institucionais internos para a penetração da dominação imperialista de forma mais abrangente (Campos; Rodrigues, 2014). Tanto o financiamento externo, quanto o novo ciclo de IDE, integrados a novas formas de intermediação financeira, como a rolagem de papéis da dívida pública, adicionada às reformas tributárias, trabalhistas, educacional e agrícola, permitiram que o país crescesse apresentando as maiores taxas de expansão do PIB no continente, ao mesmo tempo em que aprofundava, na mesma intensidade, a concentração de renda e a opressão dos trabalhadores no meio urbano e rural. Do ponto vista da repressão, já a partir de abril de 1964, e com mais intensidade em 1968 em diante, desarticulou-se

⁶ Sobre a explicação das categorias complexo multinacional e complexo nacional-popular ver nosso recente trabalho: Campos (2016b).

tudo o acúmulo político das forças populares que lutavam desde o limiar do século XX por reformas estruturais que eliminassem a segregação social. Este aparato repressor, a serviço do imperialismo, daria origem no Brasil a uma força de contrarrevolução preventiva e permanente definida a partir do “Estado autocrático burguês” como Florestan Fernandes (2006) denominou. Mesmo com o fim da ditadura nos anos 1980, este caráter antinacional, antipopular e antidemocrático se manteve a serviço das classes dominantes na Nova República (Fernandes, 2014).

Em síntese, a indústria pesada se desenvolvia aprimorando a dominação imperialista e reproduzindo as velhas relações mercantis que se inscreviam na formação econômica do Brasil. Com isso, a burguesia brasileira, em associação subordinada ao capital internacional, garantia o avanço do desenvolvimento industrial e a possibilidade, com apoio das empresas estatais, de reter parte do mais-valor gerado internamente. Sua obsessão mercantil marcada pelo curto prazismo e oportunismo, cegou, no entanto, a capacidade de entender que a crise que nascia no início dos anos 1970 não correspondia apenas a um problema conjuntural representado pelo aumento do preço do petróleo, mas uma crise estrutural do capital que modificaria o padrão mundial de acumulação (Mészáros, 2009). Por ser um momento de transição, não estava clara no devaneio ufanista do Governo Geisel com o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) de 1974, que o nexo de articulação entre o capital internacional e o espaço econômico brasileiro iria se modificar radicalmente, de modo a alterar, e no limite, impor a regressão das forças produtivas industriais que se iniciaram nos anos 1950. Eis o início do processo de desconstrução do aparelho desenvolvimentista, que embora tivesse servido às empresas multinacionais, agora se modificava a favor da reestruturação global do capital.

CRISE E DESESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL

A crise dos 1970 marcou um momento de mutação financeira e produtiva segundo as necessidades de reprodução do capital neste estágio imperialista. Também significou um período de inúmeras reformas com o intuito de garantir maior mobilidade ao capital internacional em seu trânsito global de valorização. Assim, os espaços econômicos nacionais seriam adaptados à nova mundialização, com permeabilidades entre países garantidas por políticas econômicas, intelectuais, sociais e regionais liberalizantes. As mudanças a serem praticadas passavam pela flexibilização da regulação no mercado trabalho, no desmonte das políticas sociais e também por uma revolução da microeletrônica que intensificava a reestruturação produtiva das grandes corporações e garantia as compensações monetárias globais das finanças. Necessitariam também de modificações profundas nos marcos institucionais de regulação comercial, tecnológica e financeira definidos em Bretton Woods, com o objetivo de unificar os mercados nacionais à lógica do capital financeiro. Em suma, o espaço econômico de valorização mundial, antes definido pela internacionalização dos mercados internos e protegido nacionalmente, passaria agora pela integração global condicionada por acordos regionais, integrando cadeias produtivas verdadeiramente transnacionais e submetendo nações a incertezas e vulnerabilidades em dimensão jamais vista (Furtado, 1974; 1976; 1992).

Essa mudança estrutural que estava em curso nas economias centrais do capitalismo só seria totalmente incorporada no Brasil nos anos 1990. Antes, porém, mesmo no momento em que o Governo Geisel anunciava a conclusão da substituição de importações da indústria pesada brasileira em sua fase mais difícil, ou seja, os setores de bens de capital, o início da metamorfose do padrão mundial de acumulação já se estabelecia. Tanto pelas mudanças de estratégias das empresas multinacionais que haviam ingressado no país nos setores de bens de consumos duráveis no período Kubistchek,

quanto pelas novas, que eram empresas voltadas para processamento de minérios estratégicos e recursos naturais em geral, a fim de alimentarem o circuito global de comércio, renunciavam novos tempos de conquista imperialista. Um governo como Geisel, que pretendia fortalecer a “perna fraca” do tripé desenvolvimentista (empresa privada nacional), a fim de torná-la ofertante de bens de capital para as empresas estatais e estrangeiras inseridas em novos esquemas de negócios, saiu com as duas “pernas” nacionais (privada e estatal) fraturadas e a outra, a do capital internacional, ainda mais fortalecida, denunciando nossa velha vocação para ser periferia do sistema.

Incapaz de perceber que a crise mundial era algo que colocava em xeque a própria continuidade da industrialização brasileira definida por um regime central de acumulação, o Governo Geisel acreditava que passando a tempestade, um “céu de brigadeiro” mostraria como a economia brasileira concluiu sua industrialização nos moldes da II Revolução Industrial, mesmo que fosse financiada por dinheiro do Euromercado e dominada pelo vasto controle das empresas estrangeiras no mercado interno. Como num passe de mágica, acreditava-se que o Brasil poderia se transformar em uma potência capitalista.

No entanto, tanto os limites do planejamento e do tipo de desenvolvimento capitalista brasileiro que já eram conhecidos desde o período Vargas, imprimiram as marcas de uma economia satélite novamente. Um dos grandes problemas foi assumir um nível de centralização estatal, por um lado, se sobrepondo aos interesses privados do complexo multinacional, tendo por base um padrão financeiro extremamente dependente do financiamento externo. Por outro lado, a tentativa de disciplinar a entrada de novas filiais estrangeiras a fim de impor uma transferência de tecnologia, com exceções, como no caso da aviação ou de alguns ramos de máquinas e equipamentos, teve diversas dificuldades de se firmar. A forma de articulação dos setores industriais tinha sua dinâmica definida ainda pela internacionalização dos

mercados internos, cujo controle vinha das filiais estrangeiras do setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Mesmo as novas empresas estrangeiras que ingressaram, tiveram alguns projetos abandonados e outros só amadureceriam em meados dos anos 1980. Em suma, a possibilidade de desenvolver capacidade tecnológica autônoma, usufruindo de uma possível subordinação das empresas multinacionais ao poder estatal, mesmo sob o manto da ditadura, não foi possível diante do longo prazo de maturação do investimento em ciência e tecnologia, ou mesma na dificuldade de forçar a filiais transferirem *know-how* para as empresas locais, uma vez que estas se submetiam a cronogramas e padrões de eficiência vindos de fora sem capacidade ou interesse de sobrepor-se (Campos, 2009).

O aumento da subordinação ao imperialismo num momento de transição do padrão mundial de acumulação se expressava também na economia brasileira pelo fim do financiamento externo privado voluntário, em um contexto em que o próprio governo tornava-se refém da estatização da dívida externa, assumindo seus estoques em dólares, no mesmo instante em que as filiais estrangeiras no país quitavam seus passivos em moeda estrangeira. Com o choque de juros norte-americano e o aperto monetário do dólar, as economias latino-americanas iriam se sucumbir a partir de 1982 com a Moratória Mexicana e a conseqüente incapacidade de refinanciamento da dívida, sendo o Brasil o país do continente que tinha maior estoque e 80% pertencente ao seu Estado. Obviamente que a variável de ajuste recaiu sobre as empresas estatais brasileiras que serviram, por meio de cortes de seus gastos e quebra planejada, para subsidiar o setor privado gerando divisas com exportações, e, assim, transferir recursos líquidos reais ao exterior, dentro do programa de reciclagem imposto pelo FMI nos anos 1980. Em um país que para avançar na industrialização dependia de financiamento externo e de importações de bens de capital, bens intermediários e petróleo, com tal ajuste recessivo, estaria decretado o fim do desenvolvimentismo.

Em toda década de 1980 a estagflação e a explosão do desemprego estrutural foram as marcas de um processo industrial que entrava em exaustão. A crise da dívida externa impôs uma política de geração de divisas a qualquer custo, não só expandindo as exportações, mas comprimindo as importações, de tal maneira que se abria uma contração violenta no mercado interno, resultando em drásticas quedas nos investimentos, onde a indústria de transformação seria a principal atingida. Adicionalmente, mesmo os setores mais dinâmicos, que por sua vez eram controlados por filiais, sofreram grande defasagem de produtividade e de incorporação de novas tecnologias de suas matrizes. A estratégia foi esperar a economia brasileira começar as reformas neoliberais que teriam sua última etapa com a estabilidade da moeda, e daí sim internalizar os novos padrões de organização industrial que provocariam a regressão produtiva a partir dos anos 1990, com privatizações, desnacionalizações e destruição de importantes cadeias produtivas montadas desde os anos 1950⁷.

Desse modo, ao interpretarmos a crise que o Brasil passaria na década de 1980, não se pode pensar apenas como uma crise do financiamento da indústria pesada que marcaria desde então uma estagnação que perdura até hoje, mas uma crise da própria formação econômica. Ao impor uma nova inserção externa à economia brasileira, não mais determinada pelo desenvolvimento industrial em um regime centralizado de acumulação, mas por uma especialização regressiva, a herança mercantil e a subordinação ao imperialismo se recolocavam em maior intensidade, cujos paralelos só seriam comparáveis com o período anterior aos anos 1930.

A abertura econômica e a flexibilização do marco institucional para maior liberdade ao capital internacional marcou um novo momento do capitalismo brasileiro. Estabilizar a moeda não seria resultado de um plano de contenção inflaci-

⁷ O detalhamento desta transição do ponto de vista dos setores industriais na economia brasileira, sua origem e as estratégias, principalmente das empresas multinacionais, podem ser constatados em Campos (2009), Coutinho (1997), Gonçalves (1999) e Suzigan (1992).

onária concebido por economistas “brilhantes” de credo liberal, mas a necessidade de substituição de um negócio rentável que passava pela especulação com juros da dívida pública e de estoques com o câmbio em permanente desvalorização nos anos 1980. Todo o ajuste que se concluiu nos anos 1990 seria a forma de substituir um negócio por outro, sendo que as desnacionalizações, privatizações, aumento do desemprego estrutural, e regressão das forças produtivas, em meio a um novo ciclo de ingresso de capital internacional, revelariam que a industrialização, nos termos de encadeamentos produtivos, e redução dos coeficientes de importação, não seria mais o nexos que organizava as apostas do complexo multinacional, constituído por empresas multinacionais e as diferentes frações da burguesia brasileira.

Tanto o domínio imperialista, marcado por um alto nível de internacionalização produtiva nas cidades e nos campos, a política macroeconômica viabilizando o vasto domínio do capital financeiro em suas múltiplas dimensões oligárquicas de poder e acesso, bem como as relações mercantis que respondem pela reprimarização da economia brasileira, a intensificação da superexploração da força de trabalho, o aumento da violência urbana e rural, a segregação e a repressão constante, assim como a manutenção de uma lógica rentista e oportunista da burguesia brasileira com o espaço econômico nacional, revelariam que o chamado neodesenvolvimentismo dos governos petistas e o período tucano de reformas liberalizantes que lhes antecederam, eram partes de um mesmo todo neoliberal, que só se reforçam na barbárie e se substanciam no atual Governo Temer. Em síntese, o processo de desindustrialização que por hora se intensifica cada vez mais⁸, repõe de forma complexamente determinada a velha herança mercantil que se adéqua, em seu caráter ultra-especulativo, espoliativo e de depredação ambiental, à necessidade cada vez maior de mobilidade do capital cujo domínio im-

⁸ Sobre o processo de desindustrialização recente no Brasil ver Cano (2012) e Espósito (2016).

perialista impõe a uma economia dependente e subdesenvolvida como esta de nosso país.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O Sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial (1780-1830)" In: TENGARRINHA, J. (Org.) *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Lisboa: Instituto Camões, 2001.
- BARAN, Paul Alexander. *A Economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CAMPOS, Fábio Antonio de. *A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas: 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- _____. "Imperialismo e Internacionalização dos Mercados Latino-Americanos nos Anos 1950", *Economia Ensaios*, v. 30, p. 7-34, 2015.
- _____. "Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira" In: Angelo Diogo Mazin; Henrique Novaes; João Henrique Pieres; Joice Aparecida Lopes. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, v.2, 2016a.
- _____. "Complexo multinacional e 'Lei de Remessas de Lucro' (1956-1973)", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no prelo, 2016b.
- _____.; COSTA, José Monteiro da Costa "A Escala nacional diante da transnacionalização do espaço local", *Argumentum*, v. 4, 2012.
- <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2904>.
- _____.; RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. *Transnacionalização do Capital e os Limites do Desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a Experiência Brasileira (1956-1982)*. *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, p. 377-414, 2014.
- CANO, Wilson. "A Desindustrialização no Brasil", *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 831-851, 2012.

CHESNAIS, François (Org.) *A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1998.

COUTINHO, Luciano Galvão. “A Especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização”, In VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.) *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ESPÓSITO, Maurício. *A Importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização*. Campinas: 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e ‘colonos’ no interior paulista (1917-1937)*. Bauru-SP: Edusc, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para reforma política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

FURTADO, Celso Monteiro *Formação econômica do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

_____. *A Pré-Revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *O Mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. *Prefácio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, Reinaldo "A Economia política do investimento externo direto no Brasil" In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et. al.* (Orgs.) *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARX, Karl *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGDOFF, Harry. *A Era do imperialismo: a economia norte-americana*. Lisboa: Portucalense, 1972.

MÉSZÁROS, István *A Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. "Condições da Privacidade na Colônia". In: NOVAIS, F. A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

_____. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.

_____. *A Revolução brasileira*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SAES, Flávio Azevedo Marques. *As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981

_____. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista: 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____. “A Controvérsia sobre a industrialização na Primeira República”, *Estudos Avançados*, set-dez, 1989.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões da independência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *História da burguesia brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

SUZIGAN, Wilson. “A Política industrial após uma década de estagnação”, *Economia e Sociedade*, n. 1, ago, 1992.

II. A PONTE PARA O ABISMO DA MISÉRIA BRASILEIRA: NOTAS SOBRE O GOLPE DE 2016

Rogério Fernandes Macedo

“Ainda não morrera e já seus ossos brilhavam no sol. Agora, eu via o meu país como uma dessas baleias que vem agonizar na praia. A morte nem sucedera e já as facas lhe roubavam pedaços, cada um tentando o mais para si. Como se aquele fosse o último animal, a derradeira oportunidade de ganhar uma porção. De vez enquanto, me parecia ouvir ainda o suspirar do gigante, engolindo vaga após vaga, fazendo da esperança uma maré vazando. Afinal, nasci num tempo em que o tempo não acontece.” (COUTO, 2007, p.23).¹

A REVOLUÇÃO BURGUESA BRASILEIRA: CONDENADA A MORRER NA PRAIA, COM OLHOS POSTOS NO MAR.

Uma após outra, todas as colônias foram fagocitadas pelo sistema do capital e, por conseguinte, viram-se imersas na miséria, passando essa a se configurar como uma realidade matricial², estrutural e estruturante, propagando ao futuro

¹ Mia Couto “Nasceu em 1955, na Beira, Moçambique. É biólogo, jornalista e autor de mais de trinta livros, entre prosa e poesia. Seu romance *Terra sonâmbula* é considerado um dos dez melhores livros africanos do século XX. Recebeu uma série de prêmios literários, entre eles o Prêmio Camões de 2013, o mais prestigioso da língua portuguesa, e o Neustadt Prize de 2014. É membro correspondente da Academia Brasileira de Letras” (COMPANHIA DAS LETRAS, 2016).

² Sobre o transbordamento dos determinantes coloniais sobre a república brasileira, é importante consultar dentre tantas obras: FERNANDES, Flores-tan. **A sociedade escravista no Brasil**. In: _____. *Circuito Fechado*.

longínquo consequências dramáticas e inescapáveis, consideradas evidentemente as possibilidades dentro da ordem burguesa e não para fora dela. A miséria³ parece um fio que ata em nó as trajetórias das ex-colônias de exploração; não à toa, a imagem trágica da história de Moçambique, em epígrafe, tão bem sintetizada pelo literato Mia Couto, poderia ser projetada, guardada as devidas particularidades, sobre o proces-

São Paulo: Hucitec, 1976, (Coleção estudos brasileiros Vol.06). p.11-30. FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5.ed. São Paulo: Global, 2008. LIMA FILHO, Paulo Alves de. **Nuvens negras sobre a república: o paraíso em trevas. Desafios à emancipação no Brasil**. In: VII CONGRESO ARGENTINO CHILENO DE ESTUDIOS HISTORICOS E INTEGRACIÓN CULTURAL. Salta: Editorial de la Universidad Nacional de Salta - EUNSa, 25 a 27 de abril de 2007, República Argentina, ISBN Nº 978-987-9381-80-9. 21p. Anais... CD-ROM.

³ Neste artigo, considera-se miséria como uma categoria total, tal como nos convidam a refletir os fundadores do materialismo histórico dialético: MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 145-156. MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. 3.ed. São Paulo: Ensaio 1987. (Cadernos Ensaio, Pequeno Formato; 1), 98p. MARX, Karl. Prefácio à segunda edição alemã (1872) do primeiro volume de “O capital”. In. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas** - em três tomos. Tomo II, Lisboa e Moscou: edições Avante e Progresso, 1983. p. 94-103. ENGELS, Friedrich. Revolução e contra-revolução na Alemanha. In: _____. **A revolução antes da revolução**. Vol I. São Paulo: Expressão Popular, 2008.p.165-301. No que se refere à particularidade brasileira, podemos recorrer às reflexões de José Chasin (2000): para ele, a miséria brasileira é “[...] a determinação particularizadora, para o âmbito do capital e do capitalismo de extração colonial, da fórmula marxiana de “miséria alemã”. Compreende processo e resultantes da objetivação do *capital industrial* e do *verdadeiro capitalismo*, marcados pelo acentuado atraso histórico de seu arranque e idêntico retardo estrutural, cuja progressão está conciliada a vetores sociais de caráter inferior e à subsunção ao capital hegemônico mundial. Alude, portanto, sinteticamente, ao conjunto de mazelas típicas de uma entificação social capitalista, de extração colonial, que não é contemporânea de seu tempo.” (CHASIN, 2000, p. 160). Para reflexões introdutórias sobre a miséria brasileira e seus desdobramentos econômicos e políticos, consultar: LIMA FILHO, Paulo Alves de & MACE-DO, Rogério Fernandes. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria. In.: BENINI, Edi *et all.* (Org.), **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**.

so histórico brasileiro, processo de suas inconsistências, de suas impossibilidades, de sua revolução burguesa irremediavelmente incompleta, de sua contrarrevolução aguda.

A miséria referida é uma condição que se cria no Brasil a partir do germe maldito da colônia, sendo ali determinada pela produção e reprodução social escravista, das quais as dinâmicas alcançam as posteriores fases político-emancipatórias, seja monárquica ou republicana, passando a bloquear as vias de completude do que viria a ser a revolução burguesa brasileira⁴. Por essa trilha, sem um rumo que se enxergue com nitidez, estancam-se crescentemente as tentativas de aceleração da emancipação brasileira e, por conseguinte, das formas de escape dos dinamismos econômicos, sociais, políticos e culturais do mundo colonial. Essa mó⁵ trituradora, resultante do *modos operandi* da produção e reprodução escravista

São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-301.

⁴ Sobre a incompletude da revolução burguesa no Brasil, consultar: CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. ed., São Paulo: Brasiliense, 1965. 332p. FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil** - ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais). 413p. FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5.ed. São Paulo: Global, 2008. 253p. PRADO JÚNIOR. Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. 332p. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. 406p. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1968, 415p. SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução brasileira**. 4.ed., São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978. 258p. RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. 4.ed., Petrópolis: Vozes, 1988. (Estudos de antropologia da civilização, Vol.III). 278p.

⁵ Mó é uma “Pedra pesada e redonda para moinho ou lagar” (PRIBERAM, 2016,s/p.). Darcy Ribeiro a utiliza como parte da metáfora “Moinho de Gastar gente”, representativa da produção escravista, fundada na “(...) apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanentemente exercida através dos castigos mais atrozes, [e que] atua como uma mó desumanizadora e desculturadora de eficácia incomparável.” (RIBEIRO, 2006, p.106).

representado na metáfora do moinho de gastar gente²⁶, funciona como determinante de duração secular⁷. Um dos seus efeitos foi subtrair as condições para a realização dos pré-requisitos necessários à elevação da burguesia brasileira nascente ao patamar de paladina da civilização⁸; outro foi subtrair as condições para que os trabalhadores pudessem se organizar fortemente, vergando o processo histórico ao seu favor e imprimindo nele elementos positivos, construtivos e republicanamente desejáveis. Em face de tal cenário, as frações oligárquicas, das quais as mercadorias se realizavam predominantemente no mercado interno, preencheram com apoio decisivo da classe média, notadamente de sua fração militar,

²⁶ Darcy Ribeiro representava o Brasil colonial por meio da imagem de um moinho de gastar gente. Defendia que esse desculturou e desumanizou povos para cá transplantados, dando origem aos brasilíndios, aos neobrasileiros e, por fim, esse gênero novo: o povo brasileiro em si. Mais detalhes sobre o assunto, ver: RIBEIRO, Darcy. *Moinhos de gastar gente*. In.: _____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Companhia de bolso). p. 95-126.

⁷ Essa tese é sustentada por Florestan Fernandes, tal como segue: “Portanto, atrás de uma aparente ebulição capitalista emergente, deparamos com estruturas coloniais que se *fixam* no mundo capitalista emergente, através de amálgamas e composições que revelarão duração secular ou semi-secular, o que as converte no ‘outro lado necessário’ do capitalismo da periferia da Europa da revolução burguesa e do nascente capitalismo industrial.” (FERNANDES, 1976, p.13).

⁸ No trecho que segue, Florestan Fernandes oferece uma síntese sobre a forma de ser da burguesia brasileira, determinante da miséria reinante: “O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* (...) Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso (...) A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição e uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.” (FERNANDES, *grifo do autor*, 1975, p. 205). Ademais, “Aqui, não tínhamos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária. Doutro lado, o fundamento comercial do engenho, da fazenda ou da estância pré-capitalistas engolfou a aristocracia agrária no cerne mesmo da transformação capitalista (...)” (FERNANDES, 1975, p.210).

o papel de dinamizadoras da história, ditando a forma, o ritmo e o conteúdo das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais⁹.

Sem ter condições concretas de operar rupturas radicais, tais reminiscências transbordaram ao período republicano, particularizando a revolução ali presente como uma revolução burguesa conservadora¹⁰: cambaleante, titubeante, bloqueada, sem meios de saltar decididamente ao mundo burguês, uma morta vivente: solo fértil para a contrarrevolução. Em tal contexto histórico, a miséria se reafirma na medida em que estreita o horizonte de eventos da revolução burguesa, dinâmica característica dessa nossa via de objetivação do capital, a saber, a via colonial hipertardia²⁷¹, cuja consecução se

⁹ Com o vazio de poder criado pela crise mundial se aguçam as ambições políticas de todos os que se julgam com chances de assomar ao poder. Sobretudo as altas patentes militares que, nas condições de penúria nacional decorrentes do próprio subdesenvolvimento, facilmente se convencem de que estão sendo chamadas a salvar a pátria da incompetência, da desonra, da corrupção e da anarquia. Um desses hierarcas ou um caudilho por eles apoiado dá o golpe, ou impõe eleições com cartas marcadas para referendar uma nova elite dirigente.” (RIBEIRO, 1988, p. 146). Para o caso brasileiro, esse caudilho foi Getúlio Vargas, do qual a trajetória até o comando da república pode ser apreendida em: NETO, Lira. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930), Vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 629p. Sobre a relação dos militares com o aburguesamento do Brasil, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. (Retratos do Brasil, VOL.60). 655p. SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. (Retratos do Brasil, VOL.40). 439p. SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes** – análise e depoimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. 119p.

¹⁰ Para mais detalhes sobre a tese da revolução burguesa conservadora, consultar: LIMA FILHO, Paulo Alves de & MACEDO, Rogério Fernandes. **A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria**. In.: BENINI, Edi et all. (Org.), *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-301.

²⁷¹ A tese da via colonial, entendida como uma revolução burguesa hipertardia, tem sua origem em José Chasin: “Conclusivamente: de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o *caminho prussiano*; a seu lado, sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões,

dá em um tempo histórico de revoluções burguesas radicais mortas¹². Desta feita, a liberdade, igualdade e fraternidade, republicanismo, democracia, direito republicano, entre outros, ficaram no passado. Pode-se salientar que a revolução brasileira é um caso típico, pois tem sua concretização acelerada a partir da segunda metade do século XIX, momento em que as experiências radicais, notadamente as da Inglaterra e da França, já se achavam esterilizadas de suas ideologias originárias, humanamente desejáveis e decididamente imersas em aguda contrarrevolução¹³ destrutiva.

a sugestão designativa de *via ou caminho colonial*. Expressão conveniente que tem, no parece, a propriedade de combinar a dimensão histórico-genética com a legalidade dialética.” (CHASIN, 1978, p. 628-629). Posteriormente, ele escreve versão atualizada do capítulo de onde foi retirado este trecho, presente em: CHASIN, José. **A via colonial de entificação do capitalismo**. In.: _____. *A miséria brasileira: 1964-1994 - do golpe militar à crise social*, Santo André: Ad Hominem, 2000. p.37-58.

¹² Sobre a falta de radicalidade da revolução brasileira, Nelson Werneck Sodré diria: a república velha se converteria em uma “(...) cômoda ficção, e o país se transformara, realmente, numa ‘modesta fazenda senhorial, bem ordenada’”. (SODRÉ, 1968, p.307). Em outra obra, o autor ainda observaria que o processo da revolução brasileira nascera em um cenário de contrarrevolução global, ou seja, “[...] imprensado entre o atraso nas relações vigentes no campo e intensidade da ação imperialista.” (SODRÉ, 1997, p.120). De outra parte, Cario Prado Júnior defenderá que as dinâmicas próprias à república “[...] embora aparentemente distintas do antigo sistema colonial, guardam com esse sistema, na sua essência, uma grande semelhança.” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.141).

¹³ Para compreender o drama que representa a rotação de uma revolução radical em aguda contrarrevolução, basta ler sobre a história da França, notadamente da Comuna de Paris: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels). 268p. Pode-se ler também a Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895 do livro denominado *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Karl Marx: ENGELS, Friedrich. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895. In.: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**, Vol.II, São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Assim lutam os povos). p.37-62. Para uma abordagem histórica da Comuna de Paris, ver: MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris – 1871: origens e massacres**. Rio de Janeiro: anfiteatro, 2015. 397p. Alternativamente, para o drama que se instala por meio da contrarrevolução na Inglaterra, há de se consultar: ENGELS, Friedrich. **A situa-**

Sendo a revolução brasileira nascida no tempo em que a contrarrevolução já há muito se consolidara nas experiências radicais¹⁴, muito rapidamente o processo nativo verá seu campo contrarrevolucionário recrudescer e marcá-lo indelevelmente. Essa rotação ocorreu no Brasil muito rapidamente, quase que imediatamente, convertendo a contrarrevolução em regra e a revolução em exceção¹⁵. Em outras latitudes, esse movimento levou algumas boas décadas, tal como nos ensina a experiência francesa, por exemplo: da tomada da Bastilha, em 1789, à Comuna de Paris, em 1871, transcorrem 82 anos, a partir do que ficou claro que a contrarrevolução é o desagudouro de toda revolução burguesa, mesmo as mais radicais¹⁶. De fato, a burguesia, enquanto classe situada no topo da relação social capital, não pode escapar à tarefa de conservar os privilégios decorrentes da manutenção

ção da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels). 388p.

¹⁴ Para uma leitura introdutória sobre as revoluções burguesas radicais, inglesa e francesa, pode-se consultar: HOBBSAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 325p. HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções – 1789-1848**. 25.ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012. 535p.

¹⁵ Disso decorre, dentre muitos elementos, a sequência de golpes e das parcas franquias democráticas presentes na era republicana brasileira. José Chasin desenvolverá essa temática em: CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994 - do golpe militar à crise social**, Santo André: Ad Hominem, 2000. 490p.

¹⁶ Nos termos de Florestan Fernandes, tem-se: “[...] o raio de revolução histórico da burguesia é fechado e estreito, esgotando-se rapidamente ao longo da conquista e da consolidação do poder. Tomando-se como paralelo a França, tem-se aproximadamente um século entre o paroxismo revolucionário da burguesia ascendente e a fúria reacionária do *terror burguês*. Entre a convocação dos Estados Gerais e o esmagamento da Comuna de Paris esgota-se um raio de revolução que era determinado, fundamentalmente, pela posição de classe da burguesia: esta tinha de optar entre uma utopia revolucionária largamente extracapitalista, em suas origens históricas, e os ditames egoísticos da ‘consciência burguesa’, regulados pela reprodução ampliada do capital e pela necessidade de impedir que a revolução oscilasse definitivamente para as mãos do proletariado.” (FERNANDES, 1981, p.20).

dos postulados centrais do sistema de produção e reprodução do capital¹⁷. Consequentemente, ela não pode ampliar infinitamente a atenção dada às bandeiras, outrora típicas dos processos clássicos radicais. Portanto, a consolidação da revolução burguesa impõe a contrarrevolução, blindando tais privilégios de classe dos anseios e necessidades daquelas maiorias produtoras, crescentemente convertidas em trabalhadoras, desprovidas de quase tudo e situadas para seu infortúnio no polo submetido da relação social capital. Essa é a função histórica desempenhada pela contrarrevolução, por meio da qual a burguesia esterilizou a ideologia que a conduziu ao tope dos Estados nacionais e justificou seu projeto de futuro, permitindo assim o avanço do capitalismo, em um cenário de aumento exponencial dos antagonismos e tensões, no centro da luta classes¹⁸.

Aqui, mesmo que brevemente, é preciso mencionar a revolução tardia alemã, para localizar o surgimento da categoria miséria. Ao estudar essa experiência, à luz dos patamares alcançados pelos processos franceses e ingleses, Karl Marx e Friedrich Engels constataram que, contraditoriamente, quanto mais a Alemanha almejava patamares econômicos, políticos, sociais e culturais propriamente capitalistas, tanto

¹⁷ Toda burguesia precisa prezar pela integridade dos postulados internos ao sistema de produção do capital, sob risco de destruir a si própria, no turbilhão da concorrência intercapitalista, ou destruir o sistema como um todo, no centro de uma crise de grandes proporções aproveitada pela classe trabalhadora para pôr em marcha transição ao comunismo. Sobre isso, pode-se recorrer a muitos autores, dentre eles: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo ao uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.

¹⁸ Em termos sistêmicos, essa dinâmica pode ser compreendida pela leitura de MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. V.05. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato). p.105. MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. 566 p. (Mundo do trabalho). MÉSZÁROS, István. **Século XXI. Socialismo ou barbárie?** 2ª reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2006. p.116. (Mundo do trabalho). Reflexões relevantes estão presentes em: FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. 3.ed., Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, Vol.25). 121 p.

mais ela se alinhava aos dinamismos vigentes no momento histórico da contrarrevolução francesa e inglesa, sem nunca ter usufruído das positivities alcançadas por essas nações, no contexto histórico radical de suas revoluções pioneiras. Constatada essa solução conservadora alemã, na rabeira da destruição dos processos radicais, os fundadores do materialismo histórico dialético a denominaram miséria alemã¹⁹: dinâmica de arranjos conservadores em detrimento de rupturas radicais, de impossibilidades bloqueadoras, de inconsistências categoriais, dinâmica de barreiras às positivities, de abur-

¹⁹ Essa situação é constatada por Karl Marx em vários estudos, dos quais a passagem a seguir é esclarecedora: “As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesas e francesas, foram revoluções de tipo (*Stils*) europeu. Não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a *velha ordem política*; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi então o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome de família., da indústria sobre a preguiça heroica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. A revolução de 1648 foi o triunfo do século XVII sobre o século XVI, a revolução de 1789 o triunfo do século XVIII sobre o século XVII. Essas revoluções exprimiam ainda mais as necessidades do mundo onde tinham ocorrido, Inglaterra e França. Não ouve nada disso na *revolução prussiana de março*. [...] Bem longo de ser uma *revolução europeia*, era apenas o retardado eco débil de uma revolução europeia nem país atrasado. Em vez de estar à frente de seu século, atrasara-se mais de meio século em relação a ele. Era desde o princípio secundária, mas é sabido que as doenças secundárias são mais difíceis de curar e ao mesmo tempo exaurem mais o corpo do que as moléstias primárias. Não se trata da instauração de uma nova sociedade, mas do renascimento berlinense da sociedade morte em Paris.” (MARX, *grifo do autor*, 1987, p.57). Consultar também: Marx, Karl e Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005, 256p. MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução**. In: _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 145-156. MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels). 268p. MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. São Paulo: Ensaio, 1987. 98p.

guesamento conservador, entre outras características²⁰.

Registra-se que situação semelhante, embora não idêntica, ocorreu no Brasil, país cujo capitalismo incorporou as negatividades das contrarrevoluções citadas, sem usufruir de suas positivities, tudo sob o agravante da origem colonial escravista, o que acentuou ainda mais essa dinâmica dramática, redundante no que estamos denominando miséria brasileira²¹. Bem entendido: miséria como qualificadora da particularidade do capitalismo brasileiro, que no interior de sua história não logrou sucesso na construção de vias civilizatórias capitalistas de escape dessa condição, menos ainda comunistas. Em face disso, mais uma vez, a passagem de Mia Couto (2007) vem à mente, precisamente porque, em decorrência do que foi dito até aqui, as maiorias trabalhadoras superexploradas, mesmo em épocas republicanas, pensam de seu país “[...] ouvir ainda o suspirar do gigante, engolindo vaga após vaga [...]” (COUTO, 2007, p.23), embora esta nação continental já estivesse, dentro dos horizontes capitalistas, condenada a morrer “[...] na praia, com olhos postos no mar.” (COUTO, 2007, p.93).

²⁰ Para saber do drama que representa tentar organizar o movimento da revolução comunista na contracorrente da aguda contrarrevolução europeia, basta ler sobre a dramática vida da família Marx em: GABRIEL, Mary. **Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 955p.

²¹ Sobre a miséria da revolução burguesa no Brasil, dirá Florestan Fernandes: “A época das revoluções burguesas já passou; os países capitalistas da periferia assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo autodefensivo das burguesias periféricas.” (FERNANDES, *grifo do autor*, 1981, p.14). De outra parte, Darcy Ribeiro defende: “A ordem econômica vigente nada mais tem a dar ao Brasil, senão miséria e mais miséria. O modelo de capitalismo que se viabilizou entre nós – aliás muito lucrativo – é impotente para criar uma prosperidade generalizável a todos os brasileiros.” (RIBEIRO, 2010, p.38).

A CONTRARREVOLUÇÃO BRASILEIRA, DE 1964 A 2016: A CONSECUÇÃO DE UM TEMPO EM QUE O TEMPO NÃO ACONTECE.

Igualmente, a história brasileira demonstrou que a contrarrevolução é intrínseca à revolução; trata-se de sua outra face insuperável, pois as forças sociais contrarrevolucionárias concorrem para fazer do aburguesamento brasileiro um processo à sua imagem e semelhança, fazendo da contrarrevolução expressão particularíssima da sua revolução²². Para além disso, logram vitória dramática a partir do golpe civil, militar e empresarial de 1964. Como o verdugo da revolução, tais forças estreitam, por conseguinte, o horizonte revolucionário burguês àquela referida trilha sem um rumo que se enxergue com nitidez. É precisamente essa vitória em 1964 que repõe o toque dramático ao conteúdo miserável de que se reveste a história brasileira: isso porque o ventre colonial já houvera dado à luz a uma revolução burguesa conservadora, que encontrara profundas dificuldades para saltar da monarquia à república, tentando ali levar ao fundo e ao fim suas tarefas históricas tidas como típicas e desejáveis, quando medidas a partir das revoluções francesa e a inglesa. Como se não bastasse ralentar por essa trilha estreita e incerta, após 1964, recai sobre este processo sistemática destruição, levada a diante por forças sociais profundamente antibrasil: desta feita adiante, consolida-se e se fortalece a era das impossibilidades, dos obstáculos, dos bloqueios, das travas, enfim, da contrarrevolução brasileira. Para o infortúnio dos brasileiros, a revolução conservadora e a subsequente contrarrevolução, sen-

²² Para aprofundar em tal tema, é importante a leitura de CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994** - do golpe militar à crise social, Santo André: Ad Hominem, 2000. 490p. E é imprescindível ler LIMA FILHO, Paulo Alves de & MACEDO, Rogério Fernandes. **A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria**. In.: BENINI, Edi et all. (Org.), *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-301.

do a expressão socioeconômica e político-cultural da miséria brasileira, saturam todas as dimensões da produção e reprodução social: a miséria faz portanto “[...] da esperança uma maré vazando.” (COUTO, 2007, p.23).

Abre-se, em função disso e a partir de então, longo tempo contrarrevolucionário, de duração semissecular, que se desdobra em três etapas, relativamente bem demarcadas. Uma primeira, de 1964 até 1985, forjada pela ditadura formal, civil, empresarial, militar, parlamentar e imperialista, redundante no fortalecimento da articulação subalternizante da produção e reprodução social em solo brasileiro às cadeias de controle das elites oligopolistas globais. Em 1985, as forças presentes nessa primeira fase, embora estivessem sob forte pressão desarticuladora da crise global e de seus desdobramentos específicos em solo brasileiro²³, de tão fortalecidas que estavam dentro de seu arranjo contrarrevolucionário, organizam a transição à segunda etapa da contrarrevolução, a qual se estenderá até o presente ano de 2016. Nessa fase, despoja-se de sua face oficial militar em favor das franquias democráticas de pouca profundidade e substância, as quais minguem cada vez mais com o passar das décadas, em benefício da manutenção da essência da etapa ditatorial formal, anterior: a saber, o aprofundamento da cessão ao controle relativo crescente do capital oligopolista global, associado às burguesias antibrasil nativas, suas gestoras. Por último, a terceira fase que se inicia no presente ano de 2016; aqui, inaugura-se nova etapa por intermédio de um golpe, articulado por forças civis, empresariais, parlamentares, judiciais, midiáticas e imperialistas, as quais forçam a ruptura com a parte inesperada do *script* petista às aspirações contrarrevolucioná-

²³ Desenvolvemos essa tese com mais vagar em: MACEDO, Rogério Fernandes e CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. **Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira**. Anais do Congresso Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 28/11/2011 a 01/12/2011. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC334F.pdf>. Acesso em: 03-10-16.

rias, que teimam em aprofundar ainda mais a cessão do Brasil ao capital oligopolista global, dentro daquela associação já referida. Eis uma brevíssima referência à história semissecular da contrarrevolução e de suas três fases: 1) de 1964 até 1985; 2) de 1985 até 2016 e 3) de 2016 ao presente momento e sabe-se lá até quando.

Intrigante notar que a luta de classe impede tais fases contrarrevolucionárias de perpetuarem suas formas históricas, não importando o arranjo sob o qual se apresentem²⁴. Elas se caracterizam pela instabilidade e transitoriedade, lançando-se para nova etapa e forma, sempre de modo reativo às exigências crescentes de expansão e acumulação interna e externa, da manutenção ou ampliação da taxa média de lucro, bem como dos privilégios de classe, em relação de mútua determinação entre as pretensões da elite burguesa brasileira e a oligopolista mundial: aquela subsumida a essa. Tais transições contrarrevolucionárias se tornam, até o presente momento, cada vez mais impopulares. A transição culminante em 1985 detinha forte apoio das maiorias trabalhadoras, expresso nas grandes mobilizações, das quais a pauta contava com o enterro da ditadura e o nascimento da democracia²⁵. Aproveitando-se desses anseios e apoio, o bloco reitor da própria ditadura organizou a transição e saiu ileso²⁶, fazendo transbor-

²⁴ Nenhuma contrarrevolução se mantém indefinidamente no tempo; ela necessariamente é transitória. Sobre tal dinâmica, tal como ela se deu na particularidade brasileira, ver: FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980. 293p. FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 164p.

²⁵ Claro que aqui se trata de democracia de ordem capitalista e não aquela necessária à transição para fora dela, tal como nos explica Florestan Fernandes: “Sob o capitalismo, em consequência, a democracia constitui uma forma política que regula a participação política desigual das classes sociais no controle dos interesses coletivos da Nação e legitima a luta de classes como fator dinâmico da articulação da sociedade política (ou do Estado) com as aspirações ou pressões da sociedade civil. (FERNANDES, 1982, p.09).

²⁶ Ver FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980. 293p. FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 164p. LIMA FILHO, Paulo Al-

dar a essência de sua gestão à nova etapa contrarrevolucionária, ou seja, sobre a democracia defectiva. Não à toa a referida elite pôde continuar a destruição das parcas conquistas da revolução burguesa, tarefa levada muito a sério por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), tanto que fez constar de discurso, já bem conhecido, o intento de acabar com a Era Vargas²⁷.

Depois de atuar durante toda a década de 1990, sob a representação psdebista, o bloco gestor da contrarrevolução se viu sob a contingência de não ter um candidato em condições de ser eleito sobre os escombros da rápida destruição do que sobrou dos ramos produtivos, de serviços e comerciais da revolução brasileira. A classe trabalhadora e parcela da pequena burguesia e classe média sentiram que recaia sobre si o peso da conversão crescente do Brasil em um território de valorização do capital financeiro mundial, em prejuízo dos setores médios e pequenos, produtivos e comerciais²⁸.

ves. **O golpe de 1964: a vitória e a vitória da ditadura.** In. Revista Projeto História: cultura e poder - o golpe de 1964 - 40 anos depois. São Paulo: Universidade Pontifícia Católica, Nº 29, julho a dezembro de 2004. p. 513-126. ISSN: 0102-4442. MACEDO, Rogério Fernandes e CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. **Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira.** Anais do Congresso Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 28/11/2011 a 01/12/2011. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC334F.pdf>. Acesso em: 03-10-16. MACEDO, Rogério Fernandes. **O Governo Lula e a miséria brasileira.** Tese de doutoramento. Araraquara, julho de 2012, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – (UNESP).

²⁷ Em seu discurso de posse, Fernando Henrique Cardoso adiantaria o seguinte: "Minha eleição para a presidência da República representa o fim da Era Vargas". Para o restante do discurso, ver: CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse.** Brasília, dia 01 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/>. Acesso em: 03-02-2012.

²⁸ Sobre a conversão do Brasil em uma plataforma de valorização do capital financeiro global, bem como suas consequências dramáticas, ver: PAULANI, Leda Maria; Pato, Christy Ganzert. **Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século.** In.: DE PAULA, João

Eis o momento em que o PT se apresenta voluntariamente, pela linha de menor resistência²⁹, para conduzir a contrarrevolução ao porto seguro da sua postura dúbia, edificando a dupla função histórica: gerir a contrarrevolução em compasso com o bloco reitor e aplacar as tensões sociais vinculadas e típicas a ela. A burguesia teve de aceitar o resultado das eleições que trouxeram Lula à presidência, ademais porque não tiveram condições de suprimir, como é de seu feitio, o processo democrático. Sendo assim, em 2003, para se alçar ao comando do Estado, o PT fez votos de fidelidade ao credo da contrarrevolução, comprometendo-se a não ofender aos interesses das classes burguesas brasileiras ou estrangeiras, vinculadas ou não ao seu projeto. Em outras palavras, apresentou-se para levar ao cabo a série de tarefas neoliberais, impossíveis de serem aprofundadas pela representação psde-bista daquele bloco regente da segunda fase da contrarrevolução. Estando essa representação imersa em profunda impopularidade, apenas o PT e notadamente Lula possuíam história capaz de polarizar a disputa eleitoral, trazendo ao seu campo os votos daqueles esperançosos com o futuro e dos outros, frustrados com o passado, todos concorrendo para sua ascensão ao tope e à frente da gestão do Estado e da contrarrevolução. Após a vitória, o PT operou, a despeito do grande apoio popular, conciliação conservadora típica em detrimento de qualquer radicalização da luta em favor dos tra-

Antônio. *Adeus ao desenvolvimento* - a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.37-65. PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo; Boitempo, 2008. 150p. (Estado de sítio). PAULANI, Leda Maria. **Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil**. In.: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas - economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 109-134. (Estado de Sítio).

²⁹ Ver capítulo específico sobre a dinâmica histórica da linha de menor resistência, em: MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. V.05. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato). p.105.

balhadores. Aos gestores presentes nessa coalizão petista restou, à sombra da legitimidade de Lula, avançar o programa impopular da década de noventa, colorido agora com pinceladas assistencialistas e sociais: ambas situadas ao nível do minimalismo, quando medidas pela atenção descabida dada ao capital oligopolista, nativo ou não³⁰. Somente o PT, fazendo orbitar sobre si um amálgama de coligações heterogêneas de estabilidade efêmera, estava naquele momento em condições de manter o Brasil à beira do abismo da miséria: a saber, direcioná-lo para a trilha das pedras, dos bloqueios, da incompletude e da subserviência estrutural; assim, aprofunda a impossibilidade de extinguir pela via capitalista os determinantes históricos da miséria brasileira.

Certamente, há de se registrar que a gestão petista da contrarrevolução se diferenciou daquela psdebista. Não obstante certamente, aos olhos da burguesia, o PT exagerou a mão no quesito assistencial e, por que não, a seu ver, também no quesito social³¹: aquele dentro do espectro neoliberal e este, fora dele. Aqui, refiro-me à criação das universidades públicas federais, dos institutos federais de ensino, resultando na maior expansão da história brasileira, em que pesem os problemas passíveis de críticas; criação do maior programa do mundo de reordenamento da renda no interior da classe trabalhadora, o Bolsa Família; financiamento bilionário para a agricultura familiar via Pronaf; a reserva de mercado para a agricultura familiar via PAA; o atendimento da saúde básica

³⁰ A questão do minimalismo das políticas petistas fora desenvolvida com mais vagar em: MACEDO, Rogério Fernandes. **O Governo Lula e a miséria brasileira**. Tese de doutoramento. Araraquara, julho de 2012, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – (UNESP). Consultar também: NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: III Encontro Internacional "civilização ou barbárie". Serpa, 2010. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo. Acesso em: 2 mar. 2012. 41p.

³¹ O conceito social está aqui empregado para abarcar as ações que escapam do escopo estritamente assistencialista neoliberal.

de aproximadamente 60 milhões de trabalhadores por meio do Mais Médicos; Mais Médicos especialidades; Minha Casa Minha Vida; Transposição do Rio São Francisco; reajuste real do salário mínimo; manutenção de legislação que resguarda 30% de exploração do pré-sal à Petrobrás, o regime de partilha; destinação de parcela dos royalties do pré-sal para a educação e saúde; favorecimento de parcela da burguesia brasileira envolvida com a construção civil, via PACs, além do apoio ao processo de oligopolização de ramos produtivos, por onde se forjou como exemplo a Brasil Foods, a Ambev; fortalecimento da indústria naval; os pedidos contratados junto à Embraer; isenções fiscais *versus* lucros da indústria, filiadàs grandes federações da indústria; notadamente indústria de eletrodoméstico, da linha branca, bem como da automobilística; além do Programa de Manutenção do Emprego. Financiamento e estímulo ao Agronegócio, dispondo centenas de bilhões de reais do orçamento público ao financiamento das safras. A UNASUL; compras militares com transferência de tecnologia; construção de submarinos (nuclear ou não); Plano de Defesa Nacional; denúncia de espionagem dos EUA; atuação da diplomacia³² contrária à base militar estadunidense no Paraguai; formação dos BRICS; criação do Banco dos BRICS. Se todas essas ações representaram algum impacto positivo para as maiorias trabalhadoras é menos pelo vulto das políticas, de fato minimalista, e mais pela abissal pobreza em que sempre estiveram tais massas, ao ponto de migalhas lhes representarem medidas sem igual na história do Brasil em geral e da república, em particular.

O advento da crise derrubou as bases econômicas da gestão petista da contrarrevolução³³. As políticas neoliberais e

³² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Estados Unidos quiere bases en Ushuaia y en la Triple Frontera**. Página 21. Sítio virtual. Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-302162-2016-06-20.html>. Acesso em: 27-06-16.

³³ Pode ser consultado, CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Inserção externa e vulnerabilidade da Economia brasileira no governo Lula**. IV Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos. Universi-

seu elemento central, o superávit primário, tal como se cristalizou na Lei de Responsabilidade Fiscal, concretizada dentro do governo petista, e motivo fulcral do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, funcionam a um só tempo como impulsionadoras e limitadoras da atual fase da contrarrevolução brasileira. Ademais, o governo PT imaginou poder administrar o processo histórico, sob tensões crescentes, e confraternizar-se para todo o sempre com a elite antibrasil. Há de se observar que o socioneoliberalismo assistencialista³⁴, ao amenizar as tensões, fortaleceu econômica e politicamente um longo espectro de frações burguesas, que vai dos conservadores aos fascistas: todas elas rearticuladas sob forte pressão da concorrência, agudizada pela dinâmica da crise estrutural global, minam por meio de dezenas de estratégias a capacidade do PT de deslocar ao futuro as tensões correspondentes às contradições da contrarrevolução. Esgotados tais mecanismos, a contrarrevolução escapa ao controle e se volta contra seu gestor e face mais visível.

Por conta disso, pode-se dizer que se alcançou um ponto de agonia final, a partir do qual essa transição contrarrevolucionária se mostra irreversível, na medida em que as

dad Popular Madres de la Plaza de mayo, 9 a 11 de setembro de 2011. 16p. Disponível em:

<http://www.madres.org/documentos/doc20100924142304.pdf>. Acesso em: 04-10-16. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas* - economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. (Estado de Sítio). SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Economia brasileira**: "Os problemas acumulados começaram a vir à tona". Entrevista especial com Plínio de Arruda Sampaio Jr. Entrevista. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/economia-brasileira-os-problemas-acumulados-comecaram-a-ir-a-tona-entrevista-especial-com-plinio-de-arruda-sampaio-jr/519111-economia-brasileira-os-problemas-acumulados-comecaram-a-ir-a-tona-entrevista-especial-com-plinio-de-arruda-sampaio-jr>. Acesso em: 04-10-16.

³⁴ O socioneoliberalismo assistencialista extrapola o receituário neoliberal, pois determinado pela atuação específica do PT, cuja trajetória de origem popular o impele a administrar de forma muito particular, quando comparada ao que o PSDB faria, as tensões sociais decorrentes da contrarrevolução que gere: acreditamos que tal fato restará ilustrado mais adiante, no presente artigo.

forças que orbitavam a gestão petista distanciaram suas ações das bandeiras revolucionárias burguesas³⁵, fundamentais à elevação do padrão civilizatório das maiorias trabalhadoras e das camadas médias pobres e, por conseguinte, à manutenção de sua base política predominantemente popular. Assim, o PT não só impede a elevação do padrão civilizatório como, conseqüentemente, concorre para a continuidade de sua destruição. Inevitavelmente, com isso, apostou sua estadia no comando do Estado e da contrarrevolução. Tal distanciamento voluntário do apoio popular criou uma oportunidade bem aproveitada pelos adversários em geral, sejam civis, empresariais ou parlamentares, sejam aqueles que sempre odiaram o PT de morte e nunca se prestaram a confraternizações, ou aqueles de sua antiga base de apoio, agora esfacelada. Todos aproveitaram para subtrair seus apoios transitórios conduzindo o PT ao abismo político. A destruição da coalizão de forças subjacente ao socioneoliberalismo impele a contrarrevolução a transitar ao neoliberalismo plenipotente, abrindo a caixa de pandora das consequências ainda pouco dimensionadas. Tal está o estado de graça da miséria brasileira: testemunha da destruição da revolução burguesa conservadora, concorrendo a partir de 1964 e por meio da contrarrevolução e suas três etapas para a consecução do que parece ser “(...) um tempo em que o tempo não acontece” (COUTO, 2007, p.23).

³⁵ Essa situação não é inédita; cenário semelhante se desenvolveu na transição da primeira para a segunda etapa da contrarrevolução. Sobre isso, consultar: FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980. 293p. FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 164p. MACEDO, Rogério Fernandes e CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. **Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira**. Anais do Congresso Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 28/11/2011 a 01/12/2011. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC334F.pdf>. Acesso em: 03-10-16.

O TEMPO NÃO ACONTECE: A MORTE NEM SUCEDERA E JÁ AS FACAS LHE ROUBAVAM PEDAÇOS.

Finda a gestão petista da contrarrevolução, essa transita à sua terceira etapa. Tal processo acontece de forma bem distinta do que ocorrera em 1985, na medida em que a mudança conservadora não encontra forte apoio das maiorias trabalhadoras, fato expresso em fortes manifestações contrárias ao golpe e à ascensão do vice-presidente, Michel Temer, à testa da república. Nota-se que esta nova fase da contrarrevolução brasileira, que se inicia com o golpe de 31 de setembro de 2016, depara-se com trabalhadores mais arredios às consequências, advindas da aceleração e aprofundamento da destruição das poucas conquistas da revolução burguesa conservadora: os trabalhadores, principalmente aqueles organizados, sabem que representa prejuízo significativo transitar, tanto da revolução para a contrarrevolução, quanto da contrarrevolução socioneoliberal assistencialista petista para o pleni-potente neoliberalismo psdebista e pmdebista. A aceleração da catástrofe se avizinha e o abismo da miséria é profundo.

Disso decorre, por parte das forças conservadoras, um cálculo político, que observa as vantagens de um reordenamento partidário em favor de uma repolarização considerada mais vantajosa: tem-se de um lado o PSDB, o PMDB e seus aliados e, de outro, o PT, junto com o que sobrou de suas articulações. Tais polos estão rivalizando para administrar a contrarrevolução brasileira. Apresentam à elite burguesa anti-brasil, nativa e global, suas propostas destrutivas. O PT, sem autocrítica que se note com clareza, surge defensivamente com a reafirmação do seu socioneoliberalismo assistencialista e, por conseguinte, minimalista, quase estéril; de outro lado, os golpistas comparecem com o neoliberalismo plenipotente, decantado de qualquer política assistencialista, mesmo aquelas minimalistas, praticadas pelo PT. Para a burguesia brasileira antipovo, antinacional e antipatriótica, associada às suas congêneres internacionais ávidas, existem melhores perspectivas de elevação, mesmo que momentânea, de suas taxas mé-

dias de lucro para além do PT, da gestão Dilma Rousseff e de Luiz Inácio. Sua aposta em Aécio Neves minguou; idem em relação à Marina Silva; a tais tentativas, sobreveio o golpe, abrindo espaço à ordem e ao progresso do bloco PSDB e PMDB, organizadores da pilhagem. Nessa trilha, a pressa é infinita, pois é preciso usufruir ao máximo do Congresso Nacional mais conservador da história republicana³⁶.

O golpe, com sua pseudodemocracia, nessa terceira etapa da contrarrevolução, além de destruir os resquícios da revolução burguesa conservadora, também pretende avançar contra o socionoliberalismo assistencialista, colaborando para o desaparecimento de forma histórica de aplacar as tensões sociais. Essa é uma dimensão importante, pois rasgada a Carta Maior, estimulada a desestabilização, articulada interna e externamente contra o governo e parcela da elite brasileira, a nova etapa subtrai a democracia e bloqueia o debate, já incipiente, sobre autodeterminação nacional; mostra-se assim contrária ao planejamento econômico; adepta do descontrole social sobre o capital, cuja representação máxima está na vinculação durante 20 anos do gasto público ao comportamento da inflação³⁷; da destruição do que resta de mecanismos de manejo macroeconômico e investimento público; aprofunda a desindustrialização, com taxa de juros crescente, em um cenário de inflação em queda; a reprimarização da produção; o bloqueio das possibilidades advindas da exploração do petróleo da camada pré-sal, dos recursos minerais e naturais; mostra-se adepta da conversão do Brasil em gigantesca plataforma de remuneração do capital financeiro global, via serviços da dívida pública; da manutenção dos privilégios da elite do-

³⁶ VALOR ECONÔMICO. **Nova composição do Congresso é a mais conservadora desde 1964**. Agência Brasil, 05/01/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3843910/nova-composicao-do-congresso-e-mais-conservadora-desde-1964>. Acesso em: 04-10-16.

³⁷ Sobre tal relação, ver conteúdo da PEC 241 em: ARAÚJO, Antônio José de Carvalho. **PEC 241 é um meteoro preste a cair no Brasil**. Sítio eletrônico: Justificando. 28 de setembro de 2016. Disponível em: <http://justificando.com/2016/09/28/pec-241-e-um-meteoro-preste-cair-no-brasil/>. Acesso em: 04-10-16.

minante, edificadas crescentemente sob iniquidades abissais; essa terceira etapa da contrarrevolução mostra-se em favor da intensificação da superexploração do trabalhador; da extrema pobreza; do desemprego, via recessão econômica e reprimarização produtiva; da implosão da legislação trabalhista para abrir espaço ao rebaixamento dos custos com a força de trabalho; seguirá acentuando direta ou indiretamente o morticínio dos trabalhadores em geral³⁸; o colapso dos serviços de saúde pública e correspondente aumento das crises epidemiológicas. O golpe veio para tentar quebrar a espinha dorsal da classe trabalhadora, criminalizando a atuação dos movimentos sociais, que provavelmente serão convertidos em terroristas³⁹; veio para combater a atuação sindical, circunscrevendo-a o máximo possível aos sindicatos patronais e aos pelegos; veio para recrudescer a barbárie ideológica, seja ela machista, feminicida, seja preconceituosa, censuradora, fanática religiosa ou fascista; compromete-se com a destruição dos espaços republicanos de elevação da consciência da classe trabalhadora, notadamente o ensino público, entre tantas outras ações e pretensões aqui não citadas.

A democracia burguesa da contrarrevolução esteriliza de suas ilusões republicanas, ao repor o trabalhador no seu lugar de escravo do capital, reproduzirá ampliadamente essa miséria, bloqueando qualquer possibilidade de reversão dessa catástrofe. Ao se prestar à regulação das relações sociais, dentro da reprodução ampliada dessa miséria, constata-se que estamos sob a vigência de uma democracia da miséria⁴⁰. A tragédia que se avizinha a partir do golpe, inauguram-

³⁸ WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 04-10-16.

³⁹ YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. **Sobre o irresponsável, autoritário e ameaçador Projeto de Lei de Terrorismo**. Sítio eletrônico: Justificando. 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://justificando.com/2016/02/26/sobre-o-irresponsavel-autoritario-e-ameacador-projeto-de-lei-de-terrorismo/>. Acesso em: 04-10-16.

⁴⁰ A tese da democracia da miséria está introdutoriamente desenvolvida em: LIMA FILHO, Paulo Alves. **O golpe de 1964: a vitória e a vitória da**

do esta terceira etapa da contrarrevolução brasileira, não deixa nosso raciocínio escapar daquela passagem em epígrafe do livro *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto (2007):

“Ainda não morrera e já seus ossos brilhavam no sol. Agora, eu via o meu país como uma dessas baleias que vem agonizar na praia. A morte nem sucedera e já as facas lhe roubavam pedaços, cada um tentando o mais para si. Como se aquele fosse o último animal, a derradeira oportunidade de ganhar uma porção.” (COUTO, 2007, p.23).

Em uma perspectiva literária, essa pode ser considerada a representação do estado da arte do Brasil; tida como síntese do atual momento histórico, que reproduz ampliadamente os determinantes estruturais e estruturantes da miséria. As tarefas da classe trabalhadora para reverter esse cenário serão colossais. Em que pese tal fato, trata-se de luta necessária e vital, sem a qual não se escapa da ponte que reconduzirá todos ao abismo da miséria brasileira.

REFERÊNCIAS.

ARAÚJO, Antônio José de Carvalho. *PEC 241 é um meteoro preste a cair no Brasil*. Sítio eletrônico: Justificando. 28 de setembro de 2016. Disponível em:

<http://justificando.com/2016/09/28/pec-241-e-um-meteoro-preste-cair-no-brasil/>. Acesso em: 04-10-16.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estados Unidos quiere bases en Ushuaia y en la Triple Frontera*. Página 21. Sítio virtual.

Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-302162-2016-06-20.html>. Acesso em: 27-06-16.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Inserção externa e vulnerabilidade da Economia brasileira no governo Lula*. IV Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos.

ditadura. In. Revista Projeto História: cultura e poder - o golpe de 1964 - 40 anos depois. São Paulo: Universidade Pontifícia Católica, Nº 29, julho a dezembro de 2004. p. 513-126. ISSN: 0102-4442.

Universidade Popular Madres de la Plaza de mayo, 9 a 11 de setembro de 2011. 16p. Disponível em: <http://www.madres.org/documentos/doc20100924142304.pdf>. Acesso em: 04-10-16.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de posse*. Brasília, dia 01 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/>. Acesso em: 03-02-2012.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*. 9. ed. Cap. 05, São Paulo: Brasiliense, 1965. 332p.

CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 - do golpe militar à crise social*, Santo André: Ad Hominem, 2000. 490p.

CHASIN, José. Premissas, conclusões e futuras aproximações. In: _____. *O integralismo de Plínio Salgado – Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*, Cap. IV, São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. p.603-663.

COMPANHIA DAS LETRAS, *Mia Couto*. Sítio eletrônico: Companhia das Letras. Disponível em: <http://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=01846>. Acesso em: 02-10-2016.

COUTO, Mia. *A terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 206p.

DICIONÁRIO. *Priberam da língua portuguesa*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=aprior%u00edstico>. Acesso em: 02-10-2016.

ENGELS, Friedrich. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. In: _____. *A revolução antes da revolução*. Vol I. São Paulo: Expressão Popular, 2008.p.165-301.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels). 388p.

_____. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895. In.: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*, Vol.II, São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Assim lutam os povos). p.37-62.

_____. A sociedade escravista no Brasil. In: _____. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976, (Coleção estudos brasileiros Vol.06). p.11-30.

_____. *A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais). 413p.

_____. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980. 293p.

_____. *O que é revolução*. 3.ed., Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, Vol.25). 121 p.

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 164p.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5.ed. São Paulo: Global, 2008. 253p.

GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 955p.

HOBSBAWM, Eric J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 325p.

_____. *A era das revoluções – 1789-1848*. 25.ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012. 535p.

LIMA FILHO, Paulo Alves. O golpe de 1964: a vitória e a vitória da ditadura. In. *Revista Projeto História: cultura e poder - o golpe de 1964 - 40 anos depois*. São Paulo: Universidade Pontifícia Católica, Nº 29, julho a dezembro de 2004. p. 513-126. ISSN: 0102-4442.

_____. Nuvens negras sobre a república: o paraíso em trevas. Desafios à emancipação no Brasil. In: *VII Congreso Argentino Chileno de Estudios Historicos e Integración Cultural*. Salta: Editorial de la Universidad Nacional de Salta - EUNSa, 25 a 27 de abril de 2007, República Argentina, ISBN Nº 978-987-9381-80-9. 21p. Anais... CD-ROM.

LIMA FILHO, Paulo Alves de & MACEDO, Rogério Fernandes. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria. In.: BENINI, Edi *et all.* (Org.), *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de eco-*

nomia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-301.

MACEDO, Rogério Fernandes e CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. *Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira*. Anais do Congresso Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 28/11/2011 a 01/12/2011. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC334F.pdf>. Acesso em: 03-10-16.

MACEDO, Rogério Fernandes. *O Governo Lula e a miséria brasileira*. Tese de doutoramento. Araraquara, julho de 2012, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – (UNESP).

MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1987. 98p.

_____. MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 145-156.

_____. MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005, 256p.

_____. MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels). 268p.

MERRIMAN, John. *A Comuna de Paris – 1871: origens e massacres*. Rio de Janeiro: anfiteatro, 2015. 397p.

MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989. V.05. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato). p.105.

_____. *Para além do capital: rumo ao uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004. 566 p. (Mundo do trabalho).

_____. *Século XXI. Socialismo ou barbárie?* Segunda reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2006. p.116. (Mundo do trabalho).

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007. 396p. (Mundo do trabalho).

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*, Vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 629p.

_____. *Getúlio: do governo provisório ao Estado Novo (1930-1945)*, Vol. II, São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 594p.

_____. *Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio. (1945-1954)*, Vol. III, São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 429p.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: *III Encontro Internacional "civilização ou barbárie"*. Serpa, 2010. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo. Acesso em: 2 mar. 2012. 41p.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas - economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Estado de Sítio).

PAULANI, Leda Maria; Pato, Christy Ganzert. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In.: DE PAULA, João Antônio. *Adeus ao desenvolvimento - a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.37-65.

PAULANI, Leda Maria. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo; Boitempo, 2008. 150p. (Estado de sítio).

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In.: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas - economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 109-134. (Estado de Sítio).

PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital - uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009a. (Coleção Mundo do trabalho). 144p.

PRADO JÚNIOR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. 332p.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. 4.ed., Petrópolis: Vozes, 1983. (Estudos de antropologia da civilização, Vol.III). 278p.

RIBEIRO, Darcy. Moinhos de gastar gente. In.: _____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Companhia de bolso). p. 95-126.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*, Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010. (Darcy no bolso; VOL 2). 106p.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Economia brasileira: "Os problemas acumulados começaram a vir à tona"*. Entrevista especial com Plínio de Arruda Sampaio Jr. Entrevista. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/economia-brasileira-os-problemas-acumulados-comecaram-a-vir-a-tona-entrevista-especial-com-plinio-de-arruda-sampaio-jr/519111-economia-brasileira-os-problemas-acumulados-comecaram-a-vir-a-tona-entrevista-especial-com-plinio-de-arruda-sampaio-jr>. Acesso em: 04-10-16.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. (Retratos do Brasil, VOL.60). 655p.

_____. *História da burguesia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. 406p.

_____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1968, 415p.

_____. *Introdução à Revolução brasileira*. 4.ed., São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978. 258p.

_____. *A história militar no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. (Retratos do Brasil, VOL.40). 439p.

_____. *A coluna Prestes – análise e depoimentos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. 119p.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia. 1997. 167p.

VALOR ECONÔMICO. *Nova composição do Congresso é a mais conservadora desde 1964*. Agência Brasil, 05/01/2015. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/política/3843910/nova-composicao-do-congresso-e-mais-conservadora-desde-1964>. Acesso em: 04-10-16.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016*. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 04-10-16.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. *Sobre o irresponsável, autoritário e ameaçador Projeto de Lei de Terrorismo*. 26 de fevereiro de 2016. Sítio eletrônico: Justificando. Disponível em: <http://justificando.com/2016/02/26/sobre-o-irresponsavel-autoritario-e-ameacador-projeto-de-lei-de-terrorismo/>. Acesso em: 04-10-16.

12. UM DESFECHO MELANCÓLICO: NOTAS SOBRE O MOMENTO HISTÓRICO E OS DESAFIOS DA ESQUERDA

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

I. A DERROCADA DO GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSE E A ASCENSÃO DA REPÚBLICA DOS DELINQUENTES

Encerrando um período de relativa estabilidade social, econômica e política, iniciado em 2003 com a chegada de Lula à presidência da República e consolidado em 2005 com a recuperação do crescimento, a sociedade brasileira assistiu, a partir de 2013, ao crescente aumento da efervescência social; à inflexão do ciclo de expansão dos negócios que havia propiciado um modesto dinamismo econômico, após décadas de marasmo; e à acelerada decomposição do pacto político que havia viabilizado a transição negociada do regime militar para o Estado de direito. Desde então, o fim da letargia social, o espectro de uma estagnação de longa duração e a exacerbação da instabilidade política acirraram a luta de classes.

O temor de que a crescente onda de inquietação social pudesse fugir do controle e abrir brechas para a emergência das classes subalternas no cenário histórico (como ocorreu na surpreendente rebelião urbana de 2013) alarmou as classes dominantes em relação ao risco de uma insubordinação dos pobres. As concessões feitas às classes subalternas teriam ultrapassado o limite do razoável, colocando na ordem do dia a urgência de conter o ímpeto das reivindicações sociais e cortar pela raiz o processo de ascensão das massas. Atiçados pelos grandes veículos de comunicação de massa, com a luz verde da grande burguesia, os bem de vida partiram para a

ofensiva.

O novo contexto histórico aguçou a guerra fratricida entre as alas esquerda e direita do *establishment*. Na ausência de discrepâncias substantivas de projeto político - posto estarem ambos perfeitamente enquadrados nos parâmetros mais gerais do neoliberalismo - a luta entre os partidos da ordem pelo controle do Estado assumiu a forma de uma acirrada disputa para definir quem seria o operador político mais credenciado para administrar o ajuste do Brasil às novas exigências do capital, internacional e nacional, em tempos de crise. Para além das paixões cegas que alimentam falsos antagonismos, a diferenciação entre as duas facções que polarizam a disputa política girou em torno da forma de combinar “cooptação” e “força bruta” como mecanismos de dominação das classes subalternas.

Na guerra para decidir quem ficaria no comando do Estado, a primeira batalha foi vencida pela ala moderada do partido da ordem, com a reeleição de Dilma Rousseff para a presidência da República em 2014. Foi uma vitória de Pirro. Ao adotar o programa econômico de seu adversário, Dilma isolou-se de sua base social e abriu caminho para uma contraofensiva reacionária. De tanto ceder à chantagem do mercado e da fisiologia, Dilma acabou comprometendo seu próprio lugar na coalizão liberal-fisiológica. O vazio político gerado pelo esvaziamento de sua autoridade foi ocupado por Eduardo Cunha e Michel Temer. A sua sorte foi definitivamente selada quando, contrariando o Planalto, o PT decidiu que seus deputados não apoiariam o presidente da Câmara dos Deputados na Comissão de Ética. Antes que Dilma tivesse completado quinze meses de seu segundo mandato, sua base de sustentação parlamentar deslocou-se ainda mais para a direita e o governo ruiu. O Supremo Tribunal Federal abençoou o processo. A democracia de baixíssima intensidade revelava-se ampla demais para as exigências da situação. A burguesia teve de recorrer a uma forma de governo abertamente espúria.

A queda de Dilma foi assimilada pelo conjunto da so-

cidade sem comoção. Para além de ações isoladas de alguns movimentos sociais, a maioria da população permaneceu apática aos eventos que agitavam Brasília. Um desavisado que chegasse ao país sequer perceberia que a chefe de Estado acabava de ser deposta. A docilidade do PT foi surpreendente. Não houve nem um esboço de resistência. Dilma deixou o Planalto de maneira protocolar. Entre os dirigentes e parlamentares do PT, a energia dedicada à batalha pela narrativa do golpe foi superior ao esforço de evitá-lo. No momento decisivo, Lula fingiu-se de morto, mais preocupado em negociar sua própria situação com os futuros donos do poder do que em confrontá-los. Com a honrosa exceção do Advogado-Geral da República, José Eduardo Cardoso, que se jogou de corpo e alma na defesa “do cumprimento do devido processo legal”. Os demais componentes do governo parecem não ter alterado a rotina, a começar pela própria presidente, que, mesmo nas piores horas da crise, não abriu mão de seus exercícios matinais. A imagem de Dilma pedalando placidamente pelas vizinhanças do Alvorada, enquanto seu destino era decidido no covil do Congresso Nacional, é uma metáfora de sua falta de estatura para o cargo. A presença de parlamentares do PT, expoentes da batalha contra o *impeachment*, confraternizando com parlamentares da tropa de choque dos golpistas, na festa Junina oferecida pela ministra recém-deposta Kátia Abreu, revela a promiscuidade e a leviandade dos atores do drama.

O afastamento da presidente encerrou melancolicamente treze anos de ilusão de que a esperança venceria o medo. O sonho, de que um governo de conciliação de classes seria capaz de criar um Brasil para todos, terminou em pesadelo. Os ventos fortes que levaram Lula ao poder no início dos anos 2000 não foram aproveitados para romper o círculo de ferro do capitalismo dependente. O melhorismo petista não questionou as estruturas responsáveis pela perpetuação do *status quo*. Os nexos inextricáveis entre negócios, segregação social e dependência externa permaneceram incólumes, e as mazelas do subdesenvolvimento pronto reapareceram

com força redobrada. Da noite para o dia, o sentimento triunfalista de que o Brasil caminhava para o desenvolvimento sustentável deu lugar à sensação generalizada de que, na verdade, o país afunda no descalabro.

Em nome da ordem e do progresso, os aventureiros que assumiram o poder, sem nenhuma legitimidade para radicalizar uma política que havia sido rejeitada nas urnas, partiram com voracidade contra os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais e a soberania nacional. Os ministérios econômicos foram entregues à sanha do mercado e os demais, aos apetites da fisiologia. A altíssima coincidência de nomes-chaves entre os próceres que compõem o ministério de Temer e os que fizeram parte das administrações petistas evidencia que o novo governo não é a negação do anterior, mas sua metástase. Um é consequência do outro. Ao dar as costas para seus eleitores, Dilma abriu a caixa de Pandora e liberou as taras do capital. Ao levar ao paroxismo a terceirização do governo em favor do PMDB, o PT tornou-se supérfluo. Tornando-se mera peça decorativa, Dilma perdeu a credencial para permanecer no Planalto. A radicalização do ajuste neoliberal requer a ação de um Estado de Exceção abertamente autocrático. A gritante discrepância entre a imoralidade e absoluta falta de compostura do “andar de cima” e o rigor e disciplina exigidos do “andar de baixo” deve intensificar ainda mais a luta de classes.

Para além das bravatas para consolar militantes frustrados, a decisão de manter as alianças políticas e eleitorais (em âmbito estadual e municipal) com os partidos golpistas evidencia a plasticidade e desfaçatez com que o PT aceitou a nova realidade. O compromisso de fazer uma “oposição responsável”, comprometida com a “racionalidade econômica” e com o “respeito às instituições”, reitera a identidade do PT com os imperativos do capital. Ao sancionar a violência institucional de que foi vítima, reconhecendo-a como um fato consumado que, por mais paradoxal que seja, faz parte das regras do jogo, o PT acatou os parâmetros democráticos ainda mais rebaixados de um Estado de exceção que não hesita-

rá em apelar para novas violências e fazer o que for necessário para garantir a estabilização da economia e a pacificação da nação. Na oposição, o partido de Lula será o complemento necessário e funcional da situação. No próximo período, caber-lhe-á um duplo papel: evitar a qualquer custo o aparecimento de forças políticas que possam credenciar-se como alternativas antissistêmicas; e servir como reserva política estratégica na eventualidade de um agravamento da crise nacional exigir a volta do grande líder como forma de apaziguar as massas exaltadas. Para tanto, o partido terá apenas que adaptar sua estratégia política - impostura à esquerda e usurpação à direita - às novas circunstâncias da vida nacional.

II. A BATALHA PELA NARRATIVA DA CRISE

As narrativas canhestras, que racionalizam a posição dos antagonistas engalfinhados na disputa que levou à deposição de Dilma, em nada contribuem para a compreensão das graves contradições que condicionam a vida nacional.

Os que atribuem a crise econômica brasileira a desequilíbrios fiscais, supostamente provocados por créditos suplementares tachados de “pedaladas fiscais”, como propõe o simplório discurso dos liberais tupiniquins, ecoado dia e noite nos meios de comunicação, ignoram que a crise fiscal não é causa, mas efeito da crise econômica. A justificativa da deposição de Dilma como passo necessário para a solução da crise econômica e recuperação do crescimento ignora que a austeridade fiscal diminui a demanda agregada e, em consequência, reforça a tendência recessiva que deprime as expectativas de investimento dos empresários. A alegação de que os créditos suplementares - as “pedaladas fiscais” - caracterizariam crime de responsabilidade desconsidera que a prática é corriqueira na administração pública brasileira, generalizada em todas as esferas de governo, e não é tipificada na Constituição como motivo para a deposição de uma autoridade eleita.

O discurso moralista que imputa a corrupção generalizada ao aparelhamento do Estado pelo PT omite que Lula e

Dilma apenas sancionaram a promiscuidade entre o público e o privado de seus antecessores. A corrupção sistêmica é uma característica inerente ao Estado brasileiro, permeia todos os poros da administração pública e envolve todos os partidos da ordem. O enaltecimento dos promotores federais que conduzem a operação Lava Jato e do Juiz Sérgio Moro como figuras acima do bem e do mal, comprometidas com o saneamento da política nacional, omite o fato gritante de que o rigor com os malfeitos do PT é proporcional à condescendência com os malfeitos de seus opositores. Na melhor tradição da justiça brasileira, a República de Curitiba opera segundo a norma “para os amigos tudo, para os inimigos, a lei”. Os que esperam uma solução jurídica para a grave crise ética que assola a nação fazem lembrar as aventuras fantásticas do Barão de Münchhausen, que se salvou do pântano onde afundava, puxando-se pelos cabelos. A corrupção faz parte da regra do jogo e o poder judiciário não está acima da Lei. Problemas políticos, relacionados com a forma de organização do poder, só podem ser resolvidos com decisões políticas. Sem a corrupção sistêmica, a dominação burguesa entra em colapso.

Em contrapartida, os que reduzem a crise política a uma crise de governabilidade, provocada pela falta de escrúpulos de uma oposição golpista que, numa conjuntura econômica delicada, apostou todas as fichas no “quanto pior melhor”, como repete a ladainha petista, escondem o fato notório de que o governo Dilma caiu porque foi incapaz de administrar suas próprias contradições - problema potencializado pela surpreendente inépcia de seu alto-comando. Ao subordinar a razão de Estado aos imperativos do grande capital, o governo petista deixou de ser funcional ao mercado e ficou sujeito à desestabilização. Ao vincular sua base de sustentação parlamentar ao que há de mais corrupto e fisiológico na política brasileira, ficou sujeito à fuga das ratazanas assim que o barco começou a fazer água. Ao manter intacto o monopólio dos grandes meios de comunicação, na ingênua suposição de que a docilidade com os maganos da mídia teria como contrapartida sua relativa neutralidade na guerra pelo poder,

ficou desarmado para impedir sua execração pública. Por fim, e, sobretudo, ao negar a organização independente dos trabalhadores como força motriz das transformações sociais, o PT fomentou a fragmentação e o desalento das massas, comprometendo a mobilização da única força social potencialmente capaz de enfrentar uma conspiração urdida nas altas esferas do poder.

A narrativa de que a presidente foi vítima de um “golpe” não é falsa, mas omite o fato de que o primeiro golpe - o estelionato eleitoral - foi cometido pela própria Dilma ao jurar na campanha eleitoral que não faria o ajuste fiscal “nem que a vaca tossisse”. Denunciar o segundo golpe, ocultando o primeiro, deixa na penumbra o fato de que a verdadeira vítima dos atentados contra a democracia é a classe trabalhadora, que votou de maneira inequívoca contra o ajuste neoliberal. Na conspiração contra os direitos dos trabalhadores, Dilma e Temer são cúmplices, pois o segundo golpe apenas arrematou o primeiro. Mais ainda. A denúncia do golpe parlamentar como um atentado à democracia, sem a devida ponderação sobre o caráter restrito da democracia brasileira, não permite perceber a essência da crise que abala o sistema representativo: a impermeabilidade do Estado brasileiro às demandas populares. Supervalorizar os aspectos formais da democracia brasileira, sem a devida explicitação sobre seu conteúdo real, é uma forma capciosa de esconder os atentados perpetrados pelo PT contra a classe trabalhadora e manter o debate político hermeticamente enquadrado na lógica fechada do cretinismo parlamentar.

III. A CRISE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Postas em perspectiva histórica, a derrocada do governo do PT e a ascensão da República dos Delinquentes devem ser vistas como um capítulo da severa crise econômica e política que abala a vida nacional. Antes de dificuldades conjunturais, que poderiam ser resolvidas num curto espaço de tempo com a substituição de administradores inoperantes e a

adoção de medidas técnicas e institucionais, os problemas brasileiros refletem contradições estruturais, complexamente determinadas por forças externas e internas à sociedade nacional. Para o bem ou para o mal, tais contradições não serão resolvidas sem transformações de grande envergadura nas estruturas econômicas, sociais e políticas.

A perspectiva de um cenário econômico de grande instabilidade, que coloca no horizonte a possibilidade de uma estagnação de longa duração, resulta fundamentalmente da absoluta impotência do Brasil para defender-se dos efeitos devastadores da crise que paralisa a economia mundial. Após décadas de crescente exposição à fúria da concorrência global, a economia brasileira perdeu os elos estratégicos de seu sistema industrial e comprometeu a eficácia de seus centros internos de decisão, ficando sem meios objetivos e subjetivos para colocar em prática uma política econômica capaz de defender os interesses nacionais. Sem mecanismos endógenos de expansão da demanda agregada, a mola propulsora do crescimento passou a depender de fatores exógenos à economia nacional. Nessas condições, enquanto o comércio internacional permanecer deprimido, não há como recuperar de maneira sustentável o processo de geração de renda e emprego. Ao relegar o Brasil a uma posição ainda mais rebaixada na divisão internacional do trabalho, a “integração profunda”, comandada pelos Estados Unidos, deve agravar a dependência comercial do país em relação à expansão da demanda de produtos agrícolas e minerais no mercado internacional.

A expectativa de uma crescente instabilidade política é determinada pela crise estrutural que abala o sistema de representação. Ao evidenciar a presença de um gigantesco mal-estar social, a intensificação da luta de classes coloca em questão a funcionalidade do pacto de poder que viabilizou a transição lenta, segura e gradual do regime militar para a democracia de baixa intensidade da Nova República. O caráter estrutural da crise política fica patente na total incompatibilidade entre os princípios que fundamentaram a Constituição

de 1988 - a conquista de direitos da cidadania, a ampliação das políticas públicas e a afirmação da soberania nacional - e as diretrizes que orientaram a ofensiva neoliberal iniciada por Collor, consolidada por Fernando Henrique Cardoso e continuada por Lula e Dilma - a investida do capital contra os direitos dos trabalhadores, o ataque do rentismo sobre os fundos públicos e o avanço do mercado sobre o Estado. As Jornadas de Junho de 2013 acirraram as contradições. Os jovens foram às ruas para exigir o cumprimento da Constituição. No entanto, os imperativos do capital em tempo de crise apontam em direção contrária. O caráter irreconciliável das vontades políticas que polarizam a luta de classes não deixa margem para acomodação. A acelerada decomposição do governo Dilma e o caráter espúrio de seu sucessor expressam o antagonismo irreparável entre vontades políticas inconciliáveis: a exigida nas ruas e nas urnas e a exigida pelo chamado mercado, manifestada nos ultimatos das agências internacionais de avaliação de risco e na ladainha neoliberal martelada dia e noite nos grandes meios de comunicação. Enquanto tal antagonismo não for resolvido, de uma forma ou de outra, não há a menor possibilidade de que o Brasil possa vivenciar um novo ciclo de expansão e paz social.

Dentro dos parâmetros da ordem global, a solução para a crise brasileira passa pela reciclagem do padrão de acumulação liberal-periférico e pela recomposição do padrão de dominação autocrático-burguês.

Nos marcos do liberalismo, as crises econômicas são enfrentadas invariavelmente com um aprofundamento das reformas liberais. O fundamental é ajustar a economia e a sociedade aos novos imperativos do padrão de concorrência global ditado pelo grande capital. No curto prazo, o ajuste coloca a necessidade de recompor a taxa de lucro do capital e abrir novos negócios para os capitais excedentes, com políticas de arrocho salarial, cortes de gasto público, diminuição da carga tributária sobre as empresas, recomposição do rentismo lastreado em dívida pública, ampliação da privatização e aprofundamento do processo de liberalização. No longo

prazo, o ajuste consiste em adequar a economia brasileira à sua nova posição na divisão internacional do trabalho, o que coloca no horizonte a necessidade de aumentar o grau de especialização das forças produtivas, reduzir a soberania do Estado nacional e rebaixar o nível tradicional de vida dos trabalhadores, adaptando-o à condição mais precária de uma economia primário-exportadora. Entre o curto e o longo prazo, a sociedade fica no limbo, sujeita à temporalidade abstrata do capital monopolista em tempos de crise, cuja essência consiste no tempo necessário para a destruição do excedente absoluto de capital que emperra a retomada do processo de acumulação. Em outras palavras, no médio prazo, a economia fica sujeita à estagnação por prazo indeterminado. Ao acelerar e aprofundar o processo de reversão neocolonial, o projeto do grande capital coloca no horizonte a transformação definitiva do Brasil numa megafeitoria moderna.

À ofensiva do capital sobre o trabalho no plano econômico corresponde ofensiva simétrica no plano político. A fim de harmonizar os interesses da burguesia brasileira com os do capital internacional, as classes dominantes terão de aprofundar a liberalização e a internacionalização da economia, esvaziando ainda mais a soberania nacional. O novo padrão de satelitização deve obedecer às diretrizes dos acordos bilaterais de livre comércio, impulsionados pelos Estados Unidos. Com a finalidade de evitar a rebeldia das massas e perpetuar a passividade das classes dominadas, o novo padrão de dominação deverá aprofundar o Estado de Exceção, intensificando o processo de criminalização das lutas sociais e políticas. O sentido mais geral desse movimento já foi dado pela política antiterrorista aprovada por Dilma Rousseff nos estertores de seu governo. Por fim, para dotar a economia brasileira de um mínimo de estabilidade, protegendo-a das instabilidades provocadas pela concorrência global, sobretudo de seus efeitos catastróficos sobre os agentes econômicos mais débeis, a relação entre os setores modernos e atrasados que compõem o parque produtivo nacional terá de ser redefinida. Os setores modernos de alta produtividade expostos à

concorrência global serão regidos pelos padrões formais estabelecidos em acordos internacionais, enquanto os setores anacrônicos de baixa produtividade, associados ao fornecimento das grandes empresas exportadoras e ao atendimento do mercado interno protegido da concorrência de importados, serão relegados à crescente informalidade. No momento, é impossível vislumbrar a equação política capaz de resolver essas questões. Quando o velho resiste à morte e o novo não tem força para nascer, a sociedade fica sujeita a forças indeterminadas e prevalece uma grande confusão.

IV. O DESAFIO DA ESQUERDA SOCIALISTA

Os imperativos do capital em tempos de crise estrutural colocam na ordem do dia a necessidade de uma ofensiva sobre o trabalho. Dentro dos parâmetros do liberalismo, as alternativas da sociedade ficam restritas à forma de graduar o ritmo e a intensidade do ajuste neoliberal. Não há, todavia, nenhuma margem para questionamento sobre o sentido do ajuste - a retirada de direitos adquiridos e o aprofundamento do processo de reversão neocolonial. Para realizar seu desiderato, o capital tem um projeto político bem definido - o ajuste econômico; um método eficaz para implantá-lo - a terapia de choque que mobiliza a violência econômica e política como forma de submissão dos trabalhadores e usurpação da soberania nacional; e uma complexa organização política para executá-lo - o Estado de Exceção, como comitê executivo da burguesia.

As necessidades dos trabalhadores em tempos de ofensiva liberal colocam na ordem do dia a urgência de uma resposta prática que impeça o avanço da barbárie capitalista. A solução democrática para o impasse histórico em que o país se encontra passa, portanto, por uma completa ruptura com o padrão de acumulação liberal-periférico e com o padrão de dominação autocrático que lhe corresponde. Daí a urgência de um grande debate sobre o projeto político, o método e as formas de organização capazes de realizar tal tarefa.

A questão torna-se ainda mais candente quando se leva em consideração o fato de que o programa que inspirou a luta da esquerda nas últimas décadas e que permanece hegemônico - o programa democrático-popular - parte da avaliação oposta.

A concepção de que existiriam condições objetivas e subjetivas para compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional - a essência do programa democrático-popular - parte de dois supostos fundamentais: a convicção de que o Brasil possui as bases materiais de um capitalismo autodeterminado; e a crença de que, restabelecido o estado de direito, a luta de classes passou a ser regida por uma lógica baseada na busca do bem comum. A avaliação de que não existiriam obstáculos materiais e bloqueios políticos intransponíveis para a implantação da justiça social levou à conclusão de que o capitalismo não condenava fatalmente o povo brasileiro à pobreza.

Uma leitura equivocada da realidade histórica induziu as forças de esquerda a uma brutal subestimação das dificuldades que seriam encontradas para transformar a realidade.¹ A superestimação do significado da industrialização pesada, que impulsionou o forte dinamismo da economia brasileira

¹ A interpretação sobre a autodeterminação do capitalismo brasileiro encontra-se elaborada nos trabalhos da chamada Escola de Campinas, principalmente nos trabalhos de Cardoso de Mello, J.M., *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982; Belluzzo, L.G., *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982/1983, 2v.; e Tavares, M.C., *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Campinas, UNICAMP, 1974; *Ciclo e Crise*, Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1978; e "Problemas de Industrialización avanzada en capitalismos tardíos y periféricos", *Economía de América Latina. Revista de Información y Análisis de la Región, México*, n. 6, s.p., 1981. Mimeo. A interpretação sobre o raio de manobra político das sociedades latino-americanas é sistematizada por Fernando Henrique Cardoso em alguns capítulos de *O modelo político brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. A crítica teórica a idéia da autodeterminação do capitalismo brasileiro está desenvolvida em Sampaio Jr., P.S.A., *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*, Petrópolis, Vozes, 1999, pp. 17 a 34.

entre 1950 e 1980, levou à miragem de que existiria margem de manobra para combinar acumulação de capital, distribuição de renda e autonomia nacional. As esperanças geradas pela volta dos militares aos quartéis alimentaram a ilusão de que finalmente a sociedade brasileira teria criado condições subjetivas para a realização de reformas sociais que redundassem em expressiva melhoria nas condições de vida do conjunto da população. O retrospecto das últimas quatro décadas não deixa, entretanto, margem a dúvida. Imerso num processo de reversão neocolonial, o Estado brasileiro ficou completamente refém dos negócios do grande capital, perdendo, de uma vez por todas, a capacidade de fazer políticas públicas subordinadas aos imperativos da universalização de direitos universais e às necessidades ditadas pelos interesses estratégicos da nação.

Para que a história não se repita como farsa, é preciso superar a teoria e a prática que levaram ao trágico naufrágio do PT. Enquanto os trabalhadores não se convencerem de que é impossível resolver os problemas fundamentais do povo sem uma ruptura radical com a ordem capitalista, a política permanecerá presa ao circuito fechado de escolhas binárias que não alteram o curso da história. Enquanto os trabalhadores não se convencerem de que é impossível romper a ordem estabelecida sem questionar o caráter restrito da democracia, a luta de classes permanecerá enquadrada nos marcos de uma institucionalidade perversa que esteriliza o potencial revolucionário das terríveis contradições que brotam em uma sociedade em acelerado processo de reversão neocolonial. Para estar à altura dos desafios históricos, o polo trabalho precisa materializar sua vontade política em um projeto simples e bem definido que tenha como norte a busca da igualdade substantiva - direitos já; precisa definir uma estratégia de luta capaz de enfrentar a terapia de choque - a ocupação, a desobediência civil e a rebelião das massas como centros nevralgicos da luta de classes; e precisa construir uma organização que unifique todas as organizações de trabalha-

dores comprometidas com a busca da igualdade substantiva - em um grande movimento pela revolução brasileira.

13. MOVIMENTOS SOCIAIS REGRESSIVOS E PARTIDOS POLÍTICOS CHAUVINISTAS NO BRASIL

Jefferson Rodrigues Barbosa

INTRODUÇÃO

O debate em torno da questão da existência de experiências de caráter fascista na América Latina é um tema controverso.

Na história contemporânea as experiências políticas defensoras de ideologias autocráticas chauvinistas utilizaram em grande medida retóricas alicerçadas em fundamentos argumentativos de caráter nacionalista exacerbado, anticomunista e antiliberal e, em alguns casos, a instrumentalização de uma retórica fundamentalista cristã.

Nesta perspectiva, diante do debate sobre experiências de caráter fascista ou sobre processos de fascistização na América Latina, o conceito de chauvinismo e movimentos sociais e partidos políticos regressivos, são aqui utilizados como possibilidades de ferramentas conceituais para a identificação dos objetos de investigação no campo de determinadas expressões do pensamento da direita na América Latina.

OS CONCEITOS DE FASCISMO E CHAUVINISMO COMO CRITÉRIOS INTERPRETATIVOS PARA A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS REGRESSIVOS E PARTIDOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA.

A discussão nos meios jornalísticos da América do Sul sobre a questão da atuação de movimentos e partidos de caráter fascista inicia-se concernentemente a ascensão do Partido Fascista da Itália e tem seu primeiro impulso com a organização do APRA de Haya de Torre no Peru em 1924.

Neste mesmo contexto, com os governos de Getúlio Vargas no Brasil e Peron na Argentina e do antifascismo de esquerda sob a estratégia “frontista” da Terceira Internacional, analistas e militantes políticos começaram a incorporar o conceito de fascismo a história política latino-americana.

Para Trindade (2000), a discussão sobre a possibilidade de fascismo na América Latina é iniciada com a efetivação do Estado Novo no Brasil em 1937 e a eleição de Perón na Argentina em 1936. As características dos dois regimes e as relações de ambos com as potências do Eixo agravaram o “estigma fascista”.

O autor enfatiza na discussão sobre as origens da discussão do conceito aplicada a cena política brasileira que, a questão do fascismo na América latina foi “aparentemente superada” com as explicações baseadas no conceito de populismo, principalmente com a alteração da conjuntura que caracterizava a situação brasileira e argentina. Porém, a discussão foi retomada, com a eclosão das ditaduras militares que marcaram as últimas décadas do século XX em países da América do sul. E a polarização fascismo versus populismo foi recolocada na perspectiva dualista fascismo versus autoritarismo.

Nessa perspectiva analítica, Cueva (1977) investigando a situação do Brasil e do Chile aponta para a vocação fascizante dos regimes autoritários de base militar afirmando que o fato destes países não serem imperialistas não inibiu a possibilidade de fascistização devido a penetração do capital transnacional, através de uma hegemonia militar-burocrática no primeiro caso, e no segundo como resposta do capital monopolista diante da organização dos trabalhadores chilenos.

Zavaleta Mercado (1979) utilizando o conceito de ditaduras autoritárias com projeto fascista propõe três distinções: fascismo como movimento de massas, como estrutura de poder e fascismo como projeto ou proposição social.

Ambos os autores propunham uma concepção de fascismo em potencial ou uma dinâmica de fascistização em curso na América latina do período.

Trindade (2000) classifica a proposição dos dois autores, junto a análise desenvolvida por Theotonio do Santos (1977), de Fascismo Dependente, devido à ausência de autonomia para a efetivação dos respectivos projetos políticos. A investigação de Santos (1977), pautada na importante distinção entre movimento e Estados fascistas é desenvolvida na tese de que um Estado fascista pode surgir mesmo na ausência um movimento do gênero, mas também através de um golpe militar. E que um movimento desse caráter pode não chegar necessariamente ao controle de um Estado nacional, porém influenciar na correlação de forças do mesmo. Segundo as indicações do referido autor, as experiências fascistas não seguem um padrão único, pois enquanto movimento as concretizações históricas e nacionais destas experiências tem elementos em comum, como uma base social de maioria pequeno-burguesa, porém não hegemônica, e uma configuração ideológica muitas vezes mal elaborada pautada alguns valores básicos, mas que carecem, porém carentes de uma elaboração consistente. E, o Estado fascista é, de fato, um pacto entre o movimento que para se firmar no poder, faz alianças com detentores de capital, de base social distinta, porém indispensáveis para o desenvolvimento econômico dos Estados em questão.

Para Santos (1977), os regimes militares classificados por ele de “fascismo dependente” são resultados do fracasso das experiências populistas sob as direções das burguesias nacionais, representadas nas experiências de Vargas e Perón. A doutrina de segurança nacional unifica a elite militar e a figura do chefe carismático é substituída por uma “elite tecnocrática militar e civil”. Porém sua investigação não generaliza elementos do que ele compreende por fascismo dependente das experiências da primeira metade do século XX. Para ele, entre as diferenças está o fortalecimento do capital internacional em detrimento do nacional e a ausência de mobilização política (SANTOS, 1977, p. 181-182).

Zemelman (1976), analisando o caso chileno de Pinochet faz uma análise dos principais elementos teóricos do fas-

cismo, como as características organizacionais, a base social e a mobilização política através de um partido de massas. O autor afirma que no Chile não ocorreu às etapas típicas de um processo de fascistização e o regime para o autor teria um caráter “estamental-autoritário”, pois os militares teriam se tornado numa nova classe política autônoma em relação aos demais extratos burgueses (ZEMELMAN, 1976, p. 197-202).

A contribuição desenvolvida no final da década de 1970 por Atilio Boron (1977) também merece menção, sua perspectiva é baseada na comparação entre os dois contextos históricos diversos das experiências políticas da primeira e da segunda metade do século XX. O referido pesquisador marxista argentino questiona a pertinência do conceito de fascismo para as análises das conjunturas políticas latinas sob a hegemonia militar, se opondo também ao uso generalizado do conceito “processo de fascistização”. Para Boron (1977), os regimes militares em questão situam-se em uma “fase distinta do capitalismo” caracterizado pela “ascensão de uma burguesia monopolista internacional” com hegemonia política que estabelece um novo modelo de acumulação capitalista baseado no “predomínio de burguesia transnacional aliado a frações de setores das burguesias nacionais”. Segundo ele “o Estado Militar é a alternativa histórica ao fascismo” gerando uma nova fase de desenvolvimento capitalista da periferia do sistema.

A retomada do conceito fascismo aplicado à conjuntura histórica e política da América Latina no contexto das ditaduras militares, mereceu ser comentada resumidamente, para explicitarmos os momentos significativos da discussão sobre a utilização do conceito de fascismo na história política brasileira. Sendo pertinente também a colocação das críticas que a interpretação das ditaduras militares na América Latina como processos políticos de caráter e potencial fascista receberam (BORON, 1977) para exemplificarmos as polêmicas em torno da utilização do conceito nas análises das experiências políticas nacionais.

Nos momentos de maior radicalização da vida política nacional as questões da possibilidade da existência de manifestações políticas de caráter fascista no Brasil vieram à tona.

A questão é polêmica devido à divergência conceitual existente nos trabalhos acadêmicos e, negação da possibilidade de fascismo na América Latina é defendida por Felice apud Trindade (2000, p. 73): “o fascismo foi um fenômeno europeu que se desenvolveu entre as duas guerras” e que, em consequência, “toda comparação com as situações extra-européias [...]” “[...] é impossível, dada à diferença radical entre os contextos históricos”.

Nessa perspectiva, Chasin (1978), também nega a possibilidade de experiências deste âmbito fora da Europa. O autor afirma que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro era “Hiper-tardio”, não havendo aqui condições para a existência de um dos componentes fundamentais do fascismo; a “aliança entre o capital financeiro e a grande indústria” (CHASIN, 1978, p. 636).

A produção acadêmica sobre o tema fascismo, centrada essencialmente numa perspectiva historiográfica, segundo Silva (2000b) começou a ser ampliada por investigações mais conceituais, a partir do final da década de 80. Onde o fenômeno é ampliado como uma possibilidade da moderna sociedade de massas, como um fenômeno político da história contemporânea, não restrito ao contexto europeu.

A AIB compreendida, segundo a distinção entre movimentos, partidos e regimes de caráter chauvinista, surgiu como uma das experiências mais relevantes, em termos de análise dos fenômenos políticos autocráticos de direita (BARBOSA, 2015). Organizada a partir de 1932 como um movimento social regressivo, consolidou-se como partido político, um dos primeiros partidos políticos de massa (CAVALARI, 1999) e, felizmente não configurou-se como regime de Estado de Exceção, devido a implantação de um Estado de Exce-

ção de outro tipo, o Estado Novo de Getúlio Vargas, inaugurado em 1937, com o explícito apoio dos integralistas¹.

O estudo e análise crítica das tradições políticas auto-cráticas inserida no debate sobre as ideologias chauvinistas, enquanto fenômeno internacional marcante na primeira metade do século XX, não pode ser qualificada ou explicada como uma espécie de modismo político europeu refletido numa mera manifestação mimética, devido as suas semelhanças estéticas, organizacionais e ideológicas, sem identidade com o contexto político nacional da década de 1930.

Pois, entre o período de existência legal da AIB, desde o seu desenvolvimento e fundação em 1932 como um movimento de crítica ao liberalismo e ao comunismo, até 1937 quando concorria as eleições presidenciais com o nome de Plínio Salgado, tornou-se em sete anos o maior partido político nacional em nível de massas, como apontado.

Para Trindade (2000):

Neste contexto o problema a discutir no âmbito latino-americano e, especialmente, no caso brasileiro, refere-se, a dois aspectos principais: de um lado, como distinguir entre as manifestações de mera imitação do fascismo europeu e, em consequência, limitadas em seu significado político interno, daquelas que, em função de seu caráter de massa, tornaram-se autênticos movimentos políticos nacionais? No caso em que se constate a presença de movimentos do segundo tipo, como explicar sua inserção política em sociedades tão diferentes das europeias que deram origem ao fascismo?²

¹ Sobre o apoio dos integralistas na efetivação do Estado Novo consultar: TRINDADE (1976); CHASIN (1978); BARBOSA (2007).

² TRINDADE, Héglio. **Fascismo e neofascismo na América Latina**. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Org.). **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto alegre: Editora da Universidade (UFRGS); CORAG, 2000. p 51.

As disputas ideológicas do período, difundidas entre tendências políticas representadas pela esquerda ou pela direita, explicadas por uma tese de reflexo das experiências dos países de capitalismo mais avançado, como cópias de ideologias políticas e instituições que transplantadas para o Brasil influenciando a história política nacional, não podem ser o ponto final na explicação dos fenômenos que aqui ocorreram aqui no período em questão.

A discussão acerca do mimetismo político e ideológico, nas discussões sobre os fenômenos de extrema direita na América Latina e, especificamente, na explicação da história política brasileira proporcionou um interessante debate que perdura e estimula pesquisadores e militantes antifascistas no século XXI. Nesse sentido, a ideologia integralista situa-se como manifestação ideológica autocrática chauvinista regressiva no Brasil³, dentro de uma perspectiva de interpretação onde as experiências de extremismo político são encaradas com o um fenômeno de reação, neste sentido sua ideologia é herdeira de concepções reativas e regressivas.

AS EXPERIÊNCIAS DE CARÁTER CHAUVINISTA NA AMÉRICA LATINA: O INTEGRALISMO BRASILEIRO

O debate relacionado ao tema fascismo na América Latina advém do contexto do surgimento de movimentos políticos com características organizacionais e ideológicas semelhantes no Brasil, Argentina, Chile, e México, numa época em que o fascismo estava em plena ascendência na Europa.

O fato é que a influência de ideologias europeias sobre círculos políticos e intelectuais latino-americanos, a presença crescente de migrantes europeus e propriamente a repercussão das transformações políticas, econômicas e sociais que ocorriam no velho continente, ocasionam um clima favorável à propagação de novas propostas políticas que surgiam

³ BARBOSA, J. R. Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma. 717 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

como alternativa ao liberalismo e ao comunismo nos países, além da Europa. Na década 70, o impacto das ditaduras militares na América Latina levou pesquisadores brasileiros a busca pela compreensão das manifestações de tradição autocrática que marcaram a recente história republicana nacional. Neste sentido, o debate sobre a possibilidade da existência de fenômenos fascistas no Brasil estimulou a discussão sobre organizações chauvinistas que apresentaram aspectos aproximados ao modelo ideológico e organizacional da experiência fascista italiana.

Neste sentido, destacou-se no Brasil a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) como a mais expressiva organização chauvinista brasileira que proporciona, sente sentido, interessantes possibilidades de investigações na perspectiva de reflexão sobre a possibilidade da existência de uma experiência de caráter fascista no Brasil. Tema este que vem gerando uma controversa polêmica acadêmica nas quatro décadas.

Nas primeiras décadas do século XX, nomes expressivos do pensamento conservador e autocrático nacional se agruparam na Ação Integralista Brasileira (AIB). Os integralistas foram na América Latina a mais expressiva manifestação chauvinista. Enquanto movimento político que posteriormente a sua fundação tornou-se partido, exerceu intensa militância em todo o país, e se tornou o primeiro partido de massa no Brasil entre 1932 a 1938. Porém não chegando à hegemonia da sociedade política.

AIB foi reprimida oficialmente durante o Estado Novo, porém a sua militância perdura aos desdobramentos do pós Segunda Guerra Mundial (BARBOSA, 2007; CARNEIRO, 2007). Destaca-se nas formulações dos intelectuais do sigma⁴,

⁴ Para uma análise mais detalhada da formulação de Intelectuais do Sigma consultar: Barbosa, Jefferson R. Plínio Salgado e os Intelectuais do Sigma. In: RODRIGUES, Cândido M.; BARBOSA, Jefferson R.; (Orgs.) Intelectuais e Comunismo no Brasil: 1920-1950. Gustavo Barroso - Plínio Salgado – Alceu Amoroso Lima – Jorge Amado e Miguel Costa. Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 35-74.

desde a gênese da organização a forte presença de uma ideologia nacionalista de caráter chauvinista, sustentada numa lógica antiliberal e anticomunista, com elementos de uma retórica fundamentalista cristã. Entretanto, o integralismo contemporâneo, não mais organizado enquanto partido político na conjuntura contemporânea, é aqui interpretado como um movimento social regressivo.

Os movimentos sociais são geralmente identificados como estrutura organizativa de grupos que objetivam mudanças nas instituições através de agendas políticas e formas de intervenção na sociedade política e na sociedade civil. Entretanto, alguns movimentos sociais destoam da identificação com reivindicações progressistas, por direitos civis, ou de busca por direitos voltados a minorias étnicas ou grupos socioeconômicos desfavorecidos, são movimentos orientados por tendências políticas regressivas e valores reativos. Influenciados por valores conservadores e de reação aos pressupostos democráticos, os movimentos sociais regressivos são expressão de forças políticas sustentadas em concepções intransigentes e autocráticas.

A Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932, na sua propaganda política, colocava-se como um movimento “de cultura”. Embora tenha se tornado partido político em 1935, os integralistas enfatizavam o caráter singular do movimento:

O integralismo brasileiro é um movimento de cultura, que abrange: 1) Uma revisão geral das filosofias dominantes até o começo deste século e, consequentemente, das ciências sociais, econômicas e políticas; 2) A criação de um pensamento novo, baseado nas sínteses dos conhecimentos que nos legou, parceladamente, o século passado.” (SALGADO, 1955. P.83)

O pensamento novo apregoado nas publicações integralistas era denominado “Revolução Interior” ou “Revolução

do Espírito”. A revolução idealizada por Salgado não tinha, a princípio, a conquista imediata do poder. O objetivo consistia na organização de uma campanha pedagógica, que através da propaganda disseminasse os valores espiritualistas no intento de uma reforma moral da sociedade, que estava sob o jugo dos valores individualista do materialismo. Porém, não era suficiente retirar a “máscara capitalista” e liberal que sufocava o espírito brasileiro, era necessário promover, também, uma funda e decisiva transformação desse espírito, embasados pelo princípio de fraternidade e sentimento de compaixão, centrados em torno da ideia de mobilização popular e da participação de todos contra os valores liberais.

A aceção de Salgado incorporava a ideia de uma sublevação; não nos moldes de uma revolução burguesa ou comunista, e sim uma revolução de ideias, uma “*revolução do espírito*”⁵. Havia o intento de um paradigma cerceado por um sincretismo entre política e elementos de cunho moral e religioso, em um contexto de indefinição ideológica de uma sociedade em transição, como o Brasil na década de 30, o integralismo encontrou caminho propício para sua propagando política ideológica, obtendo receptividade por parte de homens e mulheres acostumados até então a participar da cênica política tradicional como meros espectadores (TRINDADE, 1978).

De acordo com a ideologia integralista, a efetivação da concepção materialista sobre a humanidade deturpa os indivíduos, pois “o padrão das civilizações assenta sobre os valores materiais”⁶ e conseqüentemente o individualismo será exacerbado. Os teóricos da AIB, defensores de uma re-

⁵ A revolução do espírito para Plínio Salgado representava uma revolução de idéias, uma nova mentalidade, legitimada por valores de ordem nacionalista e espiritualista cristã. O termo revolução do espírito é estudado em maior profundidade no primeiro capítulo do livro de Rosa Maria Feiteiro Cavallari, *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

⁶ SALGADO, P. Apud: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. op. cit., p. 29.

tórica moralista, enfatizavam a solidariedade como princípio de organização social.

O modelo de organização do Estado proposto pelos intelectuais do sigma é de uma sociedade norteadas por princípios nacionalistas, cujos valores morais têm como premissa enaltecer a cultura nacional e resgatar determinados valores deturpados pela ótica materialista, como a religião, o patriotismo e o modelo familiar patriarcal. Pois, na ótica anacrônica dos integralistas, o advento do Capitalismo e do paradigma materialista é legitimado como consciência coletiva de indivíduos que tem como valor principal e lei natural a competição em detrimento dos valores espiritualistas⁷:

Movidos pelas próprias características da matéria, naturalmente expressionista, estas leis vão tentar, a partir deste momento, o controle integral da vida social, destruindo os valores espirituais e absolutizando o materialismo. (ARAÚJO, 1988. P.30)

Para restabelecer a harmonia social afligida por uma concepção materialista de mundo intrínseca a situação de competição entre os homens, Plínio Salgado usava de uma retórica permeada por elementos de caráter religioso para legitimar seus argumentos:

É necessário que elas sejam combatidas pelos valores promovidos pela concepção espiritualista de vida. Estes valores implicam, fundamentalmente no privilégio de ideias associadas à religião, a crença em Deus, na imortalidade da alma e, portanto, a certeza de que a nossa existência é um fenômeno essencialmente transitório, condicionado a uma aspiração eterna, superior. (SALGADO, 1933. P.30-1)

A proposta de uma nova concepção de homem e de sociedade integra-se através da definição da finalidade his-

⁷ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. op. cit., p. 30.

tórica redentora da ideologia proposta pelos intelectuais integralistas, que ainda ambicionam, como apontaremos nas próximas páginas, modelar os indivíduos, a sociedade e à Nação de forma autocrática e chauvinista, utilizando-se do fundamentalismo cristão como conteúdo de suas propostas.

AMÉRICA LATINA E CHAUVINISMO NO SÉCULO XXI: O INTEGRALISMO CONTEMPORÂNEO COMO MOVIMENTO SOCIAL REGRESSIVO.

Os chauvinistas hoje, assim como na primeira metade do século XX, destacam-se por utilizar os meios de comunicação e as tecnologias como ferramenta de propaganda política e de construção do consenso entre seus militantes.

Nas disputas políticas do século XXI, as potencialidades da tecnologia instrumentalizadas para a propaganda política, marcam as organizações dos partidos e movimentos políticos. Através da socialização ideológica no ciberespaço, variados segmentos da direita encontram um novo território para a ação e propaganda.

No final da década de 1980 os movimentos e partidos e políticos centravam sua propaganda nos meios impressos, radiofônicos e televisivos. A comunicação e propaganda, porém, foram potencializadas pela rede mundial de computadores, onde o ciberespaço abre novas possibilidades de interação entre membros de organizações visando à conquista de espaços na sociedade civil e no ciberespaço.

A difusão e socialização ideológica do jornal político (Gramsci, 2000) são potencializadas com as possibilidades oferecidas pela rede mundial de computadores. E, os sites propagadores de ideologias de extremismo político, como os sites dos grupos e núcleos integralistas contemporâneos no Brasil, utilizam as novas tecnologias de comunicação como a internet, criando espaços no “território em rede”.

A utilização de fóruns de discussão são “territórios rede” têm propiciado a articulação de simpatizantes e membros de grupos de tendências diversas de extremismo político

de direita. Fazendo uso também de comunidades virtuais no facebook, criando blogs e nas listas de discussão os integralistas acompanham as modalidades de comunicação e formação experimentadas em âmbito internacional na questão da utilização das novas possibilidades de propaganda política inauguradas pela popularização da internet.

A propaganda política utilizada pelas novas expressões manifestas em grupos e partidos defensores de ideologias nacionalistas exacerbadas continuam a utilizar formas simplificadas de comunicação, como o exemplo do modelo difundido pelo Eixo.

Os integralistas contemporâneos, mesmo não estando mais articulados em partido de massa, exercem novas possibilidades organizativas e diretivas através da propaganda política impressa, como jornais e informativos e através da internet.

A questão da herança fascista é um tema presente nas publicações integralistas contemporâneas. A negação das características fascistas atribuída à ideologia e as organizações integralistas é um tema polêmico desde a década de 1930. Porém, as manifestações de identidade ideológica entre integralistas pretéritos e contemporâneos com organizações e regimes chauvinistas são evidentes.

A compreensão de aspectos importantes da identidade ideológica dos integralistas contemporâneos é compreendida pelo caráter explicitamente apologético a experiência histórica de movimentos e regimes autocráticos chauvinistas. Os sites e as publicações são espelhos que refletem os valores e ícones históricos apreciados pelos militantes integralistas, seguidores dos valores nacionalistas e moralizantes fundamentada por uma lógica que instrumentaliza a religião para afiançar a suas propostas políticas.

Estes elementos podem ser evidenciados quando são analisados, além de publicações integralistas em livros e artigos dos seus respectivos sites, os estatutos e documentos burocráticos das novas organizações do sigma, como a Frente Integralista Brasileira (FIB) analisada em estudo recente

(BARBOSA, 2015). Nestas fontes documentais, elementos de caráter extremista como fundamento de legitimação das propostas integralistas é explícito.

A FIB no seu site apresenta-se como uma associação civil sem fins lucrativos fundada no dia 22 de janeiro de 2005, com sede à Avenida Casper Líbero nº 36 em São Paulo – SP com foro na capital paulista e com abrangência em todo território nacional, segundo os dados que constam no documento.

A finalidade da organização segundo o estatuto é “promover movimentos culturais, políticos e sociais como forma de resgate da herança cultural, cívica, política e ideológica da Ação Integralista Brasileira, principalmente no que se refere à trilogia Deus, Pátria e Família.”, se intitulando como um movimento espiritualista.⁸

Não mais organizados em partido político apto as disputas eleitorais, o integralismo contemporâneo pode ser interpretado como um movimento social de caráter regressivo, pelas características de sua ideologia e de sua história. Este elemento conceitual para caracterização de organizações atuantes na sociedade civil, merece aprofundamento teórico e analítico, sendo este texto um ponto de partida para o estudo da viabilidade desta denominação conceitual.

CONSIDERAÇÕES

O Dicionário Crítico do Pensamento de Direita (SILVA, 2000a) denomina de *-Fascismos-* os movimentos e regimes de extrema-direita que atuaram em um grande número de países, entre 1920 a 1945. Nessa perspectiva, conceitos como nazismo, salazarismo, franquismo, entre outros, concernentes a experiências de extremismo político, recobririam um fenômeno político diferenciado, os regimes ou movimentos

⁸ ESTATUTO SOCIAL DA FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA. 2006, p.1. O documento encontrava-se disponível em: <http://www.integralismo.org.br/> Data de acesso: 07 de março de 2008

de extrema-direita que atuaram em vários países no período em questão.

Ao buscarmos compreender o Fascismo enquanto conceito explicativo encontramos definições diversas devido à complexidade do objeto em questão, devido à pluralidade de regimes políticos que receberam esta definição; desde a experiência italiana onde o termo é usado pela primeira vez, se estendendo posteriormente ao Salazarismo português, ao regime de Franco na Espanha e, entre outras experiências políticas de extremismo no século XX.⁹

O Fascismo enquanto sistema político é caracterizado pela monopolização da representação política por parte de um partido de massa único, hierarquicamente organizado, por uma ideologia de culto ao líder, na exaltação da nacionalidade e na crítica aos valores do individualismo liberal, no anticomunismo e no ideal de colaboração de classes numa proposta corporativista. Através da estatização dos meios de comunicação de massa por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e do dirigismo estatal no âmbito da economia.

O conceito de chauvinismo como ferramenta categorial para análise orientada pela perspectiva materialista histórica pode também nortear pesquisadores interessados nestes temas. Sob a perspectiva de distinção das especificidades nacionais e históricas, que por sua vez não descaracterizariam a universalidade das expressões ideológicas de caráter autocrático em suas manifestações históricas concretas, a referida

⁹ O termo pode ser dividido em três significados principais. O primeiro faz referência a experiência histórica original, constituído pelo Fascismo italiano; o segundo está ligado à dimensão internacional que o Fascismo alcançou com a consolidação do nacional-socialismo na Alemanha, que se assemelhava em relação a critérios organizativos e finalidades políticas. O que levou os estudiosos contemporâneos a estabelecerem uma analogia entre o Fascismo italiano e o que foi chamado de Fascismo de tipo alemão; o terceiro estende o conceito a todos os movimentos ou regimes que compartilham com o regime italiano a certo número de características ideológicas, critérios de organização e finalidades políticas. Nesta última acepção, o termo Fascismo assumiu atributos generalizantes (BARBOSA, 2012).

categoria é um instrumento de análise útil, caso o pesquisador opte por utilizar o conceito de fascismo ao caso singular italiano.

Uma questão interessante é que devido ao estigma que a expressão fascista carrega muitas organizações na atualidade buscam emplacar uma imagem de modernização. Os militantes de direita que apresentam o discurso do “novo” obtêm mais eficácia e as mudanças nos elementos ideológicos das expressões chauvinistas apresentam o desafio de investigação das teorias tradicionais do fascismo.

Esse programa das direitas estremadas impõe uma questão: será que ainda se pode falar de formações fascistas e denunciar essencialmente a continuidade de sua ideologia com as expressões históricas anteriores do radicalismo de direita? Parece-nos que, ao contrário, é preciso integrar a ruptura com os esquemas antigos. (CAMUS, 2005, p.5.)

A diversidade de grupos de direita dificulta também a conceituação da natureza ideológica de agrupamentos políticos contemporâneos. Nesse sentido, os estudos sobre os fenômenos chauvinistas abarcam estudos sobre variados contextos históricos contemporâneos e variados intelectuais, movimentos e partidos políticos em questão. Segundo Vizentini (2000, p. 9-20):

Os acontecimentos do mundo têm reforçado a importância da reflexão sobre o neonazismo e a extrema direita. A preocupação ao abordar esse tema, não se restringe à idéia de um movimento político em si, ou a questões exclusivamente de origens sociais, éticas, ou filosóficas ligadas a essa temática, mas sim contribuir a partir de uma dimensão histórica, principalmente calcada nos problemas internacionais que estão por detrás desse ressurgimento, já que, infelizmente, esse é um fenômeno que não esta conhecendo

fronteiras no mundo inteiro. Em primeiro lugar, é interessante pontuar que serão enfocadas questões um pouco diferentes: neonazismo: extrema direita (o nazismo faz parte da extrema direita, mas nem toda a extrema direita é exatamente nazista ou neonazista); e o extremismo político (que é um fenômeno mais amplo). [...]

A definição de chauvinismo enquanto categoria crítica, respeitando as especificidades históricas e nacionais, como apontado engloba movimentos e regimes políticos, que tiveram seu ápice no entreguerras, mas que não estão extintos. E, como definição conceitual desvencilha os fenômenos de extremismo de direita com comparações com o conceito de totalitarismo, que ao nosso entender confundem o entendimento dos objetos em questão (BARBOSA, 2015). A conceituação de chauvinismo para a denominação da particularidade da ideologia integralista é pertinente para a identificação de seus pressupostos, assentados em valores regressivos, como o nacionalismo exacerbado, a defesa de um modelo de Estado autocrático e uma retórica moralizante presente nos argumentos de seus líderes, como evidenciado em algumas citações de escritos de Plínio Salgado destacadas neste texto.

Uma interpretação possível e que aqui é apresentada, é que o integralismo contemporâneo no Brasil, diferente dos contextos do século XX, onde a organização se estruturou em partido político, concorrendo a eleições e projetando seus candidatos na sociedade política, na atualidade os herdeiros da ideologia formulada na década de 1930, buscam novas formas organizativas para sua militância, sendo aqui interpretado como um movimento social regressivo, na conjuntura atual de ofensiva de movimentos e partidos marcados pelo extremismo político de direita.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. Disponível em:

<http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788568334683,chauvinismo-e-extrema-direita> Data de acesso: 27 de setembro de 2105.

_____. Plínio Salgado e os Intelectuais do Sigma. In: RODRIGUES, Cândido M.; BARBOSA, Jefferson R.; (Orgs.) *Intelectuais e Comunismo no Brasil: 1920-1950*. Gustavo Barroso - Plínio Salgado – Alceu amoroso Lima – Jorge Amado e Miguel Costa. Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 35-74.

_____. *Sob a sombra do Eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Acção*. Unesp, Marília: (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais), 2007. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/96144>

BORON, Atílio. El fascismo como categoria historica en torno del problema de las dictaduras en America Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, abr./jun., 1977, p.482-500.

CALIL, Gilberto. *O integralismo no processo político brasileiro - o PRP entre 1945 e 1965*: Cães de Guarda da Ordem Burguesa, Niterói: Tese de Doutorado, 2005.

CARNEIRO, Marcia Regina. S. R. *Do Sigma ao Sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção das memórias integralistas*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2007. 424 p.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 663

CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983. p.154.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MERCADO, René Zavaleta. Nota sobre Fascismo, Dictadura y Conjuntura de Disolución. *Revista Mexicana de Sociología*, n.1, jan./mar., 1979, p.83-85.

SANTOS, Theotonio dos. Socialismo y Fascismo en America Latina hoy. *Revista Mexicana de Sociología*, n.1, jan./mar., 1977, p. 181-182.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 249-250.

_____. Os fascismos. In: FILHO, Daniel A. Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). *O século XX, tempo de crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000b, p.109-163

TRINDADE, H. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Org.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000. p 51.

ZEMELMAN, Hugo. Acerca del Fascismo en America Latina. *Nueva Política*, n.1, México 1976, p. 197-202.

SOBRE OS AUTORES

Adilson Marques Gennari

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986). Atualmente é voluntário - Programa de Pós-graduação em Educação - FFC - UNESP. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, trabalho, autogestão, cooperativas e universidade.

Anderson Deo

Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp-Marília. Coordenador do GP Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana: trabalho, sociabilidade e emancipação humana (NEOM-CNPq).

Candido G. Vieitez

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986). Atualmente é voluntário - Programa de Pós-graduação em Educação - FFC - UNESP. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, trabalho, autogestão, cooperativas e universidade.

Eduardo Barros Mariutti

Professor do Instituto de Economia da Unicamp. É graduado em Ciências Sociais (Sociologia) pelo IFCH/Unicamp (1998); mestre em História Econômica (2000) e doutor em Economia pelo IE/Unicamp (2003).

Fábio Antonio de Campos

possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Atualmente é Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas, Coord. da área de História Econômica na Pós da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Internacional. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC).

Henrique Tahan Novaes

Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação. Faz parte do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC), do grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (UNESP-Marília) e do GAPI-UNICAMP. Coordena o curso Pós Médio em Agroecologia (Edital 19/2014 – CNPq), parceria UNESP Marília, ETEC Paraguaçu Paulista, Escola de Educação Popular Rosa Luxemburg, Turma Ana Primavesi. Coordena o Curso de Aperfeiçoamento “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico” (UNESP). hetanov@yahoo.com.br

Ivan Lucon Jacob

Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e graduação pela Universidade Cruzeiro do Sul (2011). Atua como pesquisador no GP-HEC/FCLAr/UNESP (Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crise do Capital no século XXI, Capitalismo Financeiro, Dívida Pública, Economia Política, História Econômica e História do Pensamento Econômico.

Jefferson Rodrigues Barbosa

Doutor em Ciências Sociais pela UNESP e docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista UNESP/FFC. Pesquisador e professor em Teoria Política investiga intelectuais, ideologias e partidos políticos de direita. É membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Política no Mundo do Trabalho, cadastrado no CNPq. E, obteve financiamento da CAPES, CNPq e PET/SESU - Programa de Educação Tutorial apresentando os resultados de suas pesquisas em eventos nacionais e internacionais na área de Ciências Humanas.

Leandro Galastri

Concluiu doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2011, tendo realizado um ano (07/2008 - 06/2009) de estágio de doutorado na Universidade de Paris VIII, sob a supervisão do professor Dr. Daniel Bensaid no Departamento de Filosofia. Durante este período, realizou pesquisas também no Instituto Soreliano de Paris, Institutos Gramsci das cidades de Bologna e Roma e Universidade de Bologna. Possui mestrado em Ciência Política, também pela Unicamp, na área de estudos de Forças Armadas, relacionados à atuação internacional do Exército Brasileiro. Atualmente é professor do Departamento de Ciências

Políticas e Econômicas (DCPE) da Unesp/Marília e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na mesma universidade. Atua na pesquisa em Ciência Política com ênfase nas áreas de estudos gramscianos, teoria política marxista e política e classes sociais. No momento desenvolve pesquisa sobre a articulação entre a constituição das hegemonias de classes sociais e os tipos de violência política, observando as implicações históricas entre esses fenômenos.

Marcelo Micke Doti

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp de Araraquara (1989), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999) e doutorado na Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) da Unicamp em Planejamento Energético (PE) (2006). Professor há 20 anos e pesquisador com interesse profundo nas áreas relacionadas à teoria marxista em seus múltiplos aspectos (epistemológicos, metodológicos, econômicos, políticos, sociais e ideológicos) assim como na história do desenvolvimento econômico como totalidade com ênfase especial no desenvolvimento capitalista e suas consequências. Fundamental interesse destaca-se também nas pesquisas de ordem sociocultural e suas relações com os problemas atuais. Sendo assim alguns temas se destacam nesse complexo processo histórico tais como energia e sua geopolítica e imperialismo como expansão capitalista. Atualmente no CEETPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”), campus da Fatec de Mococa - concursado - leciona bem como pesquisa em tempo integral mediante o Regime de Jornada Integral (RJI) concedido pela CPRJI da CEETPS. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC).

Marcos Del Roio

Formado em História e Ciências Sociais pela USP, em nível de bacharelado e licenciatura. Fez o mestrado em Ciência Política no IFCH - UNICAMP e o doutorado em Ciência Política na FFLCH - USP. Conta com curso de Especialização em Política Internacional na Facoltà di Scienze Politiche da Università Statale di Milano. Fez estágio pós doutoral em Política Internacional nessa mesma instituição e depois em Filosofia do Direito na Università di Roma Tre e Filosofia Política na Università Statale di Bologna. Desde 2011 ocupa o cargo de Professor Titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (campus de Marília), onde pesquisa e orienta principalmente nas áreas de Teoria Política do Socialismo e Política Operária. Conta com diversas publicações em forma de livros, capítulos de livro, artigos e outras, no Brasil e no exterior. É também editor da Revista Novos Rumos e Presidente do Instituto Astrojildo Pereira.

Paulo Alves de Lima Filho

Graduado em Economia pela Universidade Amizade dos Povos Patrice Lumumba (1974), mestre em Economia pela Universidade Amizade dos Povos Patrice Lumumba (1975) e doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) e pós-doutorado na área de Geopolítica da Energia na UNESP-Marília. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento e Desenvolvimento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica da economia política, economia política da mundialização, alternativas ao capitalismo da miséria, a especificidade do capitalismo por via colonial e a reprodução capitalista, a educação e a questão energética. É coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC).

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Possui graduação em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP (1979), mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (1994). É professor livre-docente do Instituto de Economia - Unicamp.

Rogério Fernandes Macedo

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC).

Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Título	Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico
Organizadores	Paulo Alves de Lima Filho; Henrique Tahan Novaes; Rogério Fernandes Macedo
Revisão	Lurdes Lucena
Páginas	344
Formato	A5
1ª Edição	Fevereiro de 2017

Navegando Publicações
CNPJ – 18274393000197



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
 Uberlândia – MG
 Brasil

